



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXX Nº 194, QUARTA-FEIRA, 12 DE NOVEMBRO DE 2025

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)

Presidente

Senador Eduardo Gomes (PL-TO)

1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa (PT-PE)

2º Vice-Presidente

Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)

1ª Secretária

Senador Confúcio Moura (MDB-RO)

2º Secretário

Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)

3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira (PP-SE)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)

2º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)

3º - Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN)

4ª - Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Danilo Augusto Barboza de Aguiar
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal**Patricia Gomes de Carvalho Carneiro**
Diretora da Secretaria de Atas e Diários**Paulo Max Cavalcante da Silva**
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos**Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho**
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de
Plenários**Ilana Trombka**
Diretora-Geral do Senado Federal**Quésia de Farias Cunha**
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar**Gleison Carneiro Gomes**
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen**Celso Dias dos Santos**
Diretor da Secretaria de Expediente

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 165ª SESSÃO, DE PREMIAÇÕES E CONDECORAÇÕES, EM 11 DE NOVEMBRO DE 2025

1.1 – ABERTURA	11
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada à entrega da Comenda Missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren, instituída pela Resolução do Senado Federal nº 3/2023.	11
1.2.1 – Execução do Hino Nacional brasileiro pela cantora Gabriela Pinheiro Antunes Nogueira	11
1.2.2 – Execução da canção da Harpa Cristã - <i>Grandioso és Tu</i>, pelo cantor Jackson Santana	11
1.2.3 – Discurso da Presidente (Senadora Damares Alves)	11
1.2.4 – Oradores	
Senadora Eliziane Gama	12
1.2.5 – Outorga da Comenda ao Pastor Flávio de Castro Marinho, pela Senadora Eliziane Gama	15
1.2.6 – Oradores (continuação)	
Sr. Flávio de Castro Marinho, Pastor	15
1.2.7 – Outorga da Comenda ao Padre Omar Raposo, pelo Senador Vanderlan Cardoso, representando o Senador Carlos Portinho	16
1.2.8 – Oradores (continuação)	
Sr. Omar Raposo, Padre	16
1.2.9 – Outorga da Comenda à Senhora Maria Madalena Alves, representando o Pastor Carlos Natalino Brito de Andrade, pela Senadora Eliziane Gama, representando o Senador Zequinha Marinho	17
1.2.10 – Oradores (continuação)	
Senadora Dra. Eudócia	17



1.2.11 – Outorga da Comenda ao Pastor Flávio Henrique de Oliveira, entregue pela Senadora Dra. Eudócia	20
1.2.12 – Oradores (continuação)	
Sr. Flávio Henrique de Oliveira, Pastor	21
Senador Eduardo Girão	22
1.2.13 – Outorga da Comenda à Senhora Ivone Moreira dos Santos Soares, representante do Lar Davis, entregue pelo Senador Eduardo Girão	23
1.2.14 – Oradores (continuação)	
Sra. Ivone Moreira dos Santos Soares, representante do Lar Davis	23
Senadora Damares Alves	25
Senadora Leila Barros	28
Senador Vanderlan Cardoso	29
Sr. Cezinha de Madureira, Deputado Federal	30
1.2.15 – Outorga da Comenda ao Bispo Primaz Dr. Manoel Ferreira, entregue pelos membros que compõem a Mesa	32
1.2.16 – Apresentação da canção da Harpa Cristã - <i>Porque Ele vive</i>, pelo cantor Jackson Santana	32
1.2.17 – Oradores (continuação)	
Sr. Manoel Ferreira, Bispo Primaz	32
1.2.18 – Interpretação da canção da Harpa Cristã - <i>Mensagem da Cruz</i>, pela cantora Gabriela Pinheiro Antunes Nogueira	34
1.3 – ENCERRAMENTO	34
2 – ATA DA 166^a SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 11 DE NOVEMBRO DE 2025	
2.1 – ABERTURA	36
2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
2.2.1 – Oradores	
Senador Izalci Lucas – Críticas à atuação do STF e à suposta falta de efetividade da CPMI do INSS diante dos desvios de recursos dos aposentados e pensionistas, com defesa da prisão preventiva dos envolvidos e destaque à necessidade de mudanças na legislação das CPLs e CPMLs, especialmente quanto às competências concorrentes com o STF.	36
Senador Eduardo Girão – Apelo ao Plenário do Senado Federal pela rejeição da recondução do Procurador-Geral da República, Sr. Paulo Gonet, em razão da suposta seletividade nas ações da PGR, das omissões diante dos alegados abusos promovidos por ministros do STF e das denúncias de conflitos de interesse, destacando a necessidade de independência do Ministério Público.	38



Senador Esperidião Amin – Homenagem ao jornalista esportivo Roberto Alves, pelo lançamento do livro “Arrombassi! Histórias e Estórias”, e por sua contribuição de 68 anos à crônica esportiva de Santa Catarina. Pedido de correção material na PEC nº 22/2025, de relatoria de S. Exa., que institui a Política Nacional de Apoio à Atividade de Transporte Rodoviário Profissional. Denúncia sobre suposto pedido de extradição do brasileiro Eduardo Tagliaferro pela Justiça italiana e defesa da imediata instalação da CPI da “Vaza Toga” para apurar denúncias de irregularidades judiciais. 40

Senador Confúcio Moura – Preocupação com as tragédias climáticas que assolam o país. Defesa de ações concretas, políticas públicas sustentáveis e maior investimento em educação, ciência e consciência ambiental. Apelo para que o Brasil faça da Conferência das Nações Unidas sobre mudança do clima (COP 30) um marco de mudança real na preservação do planeta. 43

2.2.2 – Suspensão da sessão às 14 horas e 53 minutos e reabertura às 16 horas e 25 minutos 45

2.3 – ORDEM DO DIA

2.3.1 – Oradores

Senador Plínio Valério – Indignação contra os grupos de ambientalistas que atuam na conferência das Nações Unidas sobre mudança do clima (COP 30) pelo suposto impacto negativo no desenvolvimento socioeconômico na região Amazônica, pelo alegado desconhecimento das reais necessidades das comunidades locais e pela baixa efetividade na transferência de recursos financeiros das nações historicamente poluidoras para o Brasil. 53

2.3.2 – Item 1

Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 2810/2025, da Senadora Margareth Buzetti, que *altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para agravar a pena dos crimes contra a dignidade sexual de pessoa vulnerável, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para prever medidas protetivas de urgência a vítimas de crimes contra a dignidade sexual e em situação de especial vulnerabilidade, a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para prever a monitoração eletrônica dos condenados por crime contra a dignidade sexual, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer mecanismos de proteção a crianças e a adolescentes vítimas de crimes contra a dignidade sexual, e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para assegurar assistência psicológica e social especializada às pessoas com deficiência vítimas de crimes contra a dignidade sexual e a suas famílias. Aprovado com adequações redacionais, nos termos do Parecer nº 163/2025-PLN/SF, proferido pelo Senador Alessandro Vieira, após aprovação do Requerimento nº 833/2025. 65*

Redação final do Projeto de Lei nº 2810/2025, nos termos do Substitutivo (**Parecer nº 164/2025-CDIR/PLN-SF**). **Aprovada.** À sanção 76

2.3.3 – Item 2

Projeto de Lei nº 3.898/2023, do Deputado Aguinaldo Ribeiro, que *acrescenta § 5º ao art. 88 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para prever a atuação do Serviço Social nos hospitais públicos. Retirado da pauta. 78*

2.3.4 – Item 3

Projeto de Lei nº 2880/2023, do Deputado Capitão Alberto Neto, que *altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para dispor sobre a criação de programa de saúde direcionado às mulheres alcoolistas. Aprovado com emendas de redação. 78*



Redação final do Projeto de Lei nº 2880/2023 (Parecer nº 165/2025-CDIR/PLEN-SF). Aprovada. À sanção	79
2.3.5 – Oradores (continuação)	
Senador Jorge Seif – Críticas ao Governo Federal pela condução da conferência das Nações Unidas sobre mudança do clima (COP 30), em Belém-PA. Defesa do agronegócio como setor que mais preserva o meio ambiente e gera empregos, contrapondo-se às políticas ambientais europeias, e críticas às declarações do Presidente da França, Sr. Emmanuel Macron. Contestação ao Plano Clima do Governo Federal por supostamente penalizar o produtor rural.	80
Senador Cleitinho – Censura à divisão entre lideranças da direita e apelo por união em defesa do ex-Presidente Jair Bolsonaro, em prisão domiciliar há cem dias. Condenação à atuação do Procurador-Geral da República, Sr. Paulo Gonet, e declaração de voto contrário à sua recondução. Defesa do Projeto de Lei nº 5832/2025, que dispõe sobre a revogação da aplicação de sigilo de até cem anos em informações relacionadas a gastos públicos, inclusive cartões corporativos e viagens oficiais.	81
Senador Alan Rick – Registro de retorno de S. Exa. ao Partido Republicanos e defesa de valores como fé, família e responsabilidade social. Homenagem ao setor supermercadista e agradecimento à Associação Brasileira de Supermercados pelo reconhecimento concedido a S. Exa.	84
Senador Luis Carlos Heinze – Defesa do agronegócio brasileiro diante de críticas internacionais e da conferência das Nações Unidas sobre mudança do clima (COP 30), com destaque para o papel do setor na geração de empregos. Valorização da Floresta Amazônica e do mercado de créditos de carbono, com elogio à experiência da Cooperativa Copagril. Apoio à tramitação da Medida Provisória nº 1314/2025, que destina recursos a produtores rurais e cooperativas que sofreram perdas por eventos climáticos. Manifestação de solidariedade ao ex-Presidente Bolsonaro e crítica à atuação do STF.	87
2.3.6 – Convocação de Sessões	
Convocação de sessão Solene do Congresso Nacional para 12 de novembro, às 10 horas, destinada a homenagear o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Polícia Civil, a Polícia Militar e os policiais mortos e baleados na Operação Contenção.	90
Convocação de sessão deliberativa ordinária para 12 de novembro, às 14 horas.	90
2.4 – ENCERRAMENTO	90
2.5 – REGISTRO DE COMPARECIMENTO	91
PARTE II	
3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 166ª SESSÃO	
3.1 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA	
3.1.1 – Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 2810/2025	
Parecer nº 163/2025-PLEN-SF	94
Redação final (Parecer nº 164/2025-CDIR/PLEN-SF)	103
3.1.2 – Projeto de Lei nº 2880/2023	
Redação final (Parecer nº 165/2025-CDIR/PLEN-SF)	111



4 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

4.1 – EXPEDIENTE

4.1.1 – Comunicações

Da Comissão Parlamentar de Inquérito do Crime Organizado, referente à sua instalação, eleição do Senador Fabiano Contarato como Presidente, do Senador Hamilton Mourão como Vice-Presidente e designação do Senador Alessandro Vieira como Relator **(Ofício nº 1/2025)** 115

Do Grupo de Trabalho para Regularizar a Mineração em Terras Indígenas, referente à sua instalação, eleição da Senadora Tereza Cristina como Presidente, do Senador Marcos Rogério como Vice-Presidente e designação do Senador Rogério Carvalho como Relator **(Ofício nº 1/2025)** 117

Do Senador Ciro Nogueira, que comunica a ausência de S. Exa. do País no período de 16 a 18 de novembro **(Ofício nº 70/2025)**. 118

4.1.2 – Indicação

Nº 81/2025, do Senador Izalci Lucas, que *sugere ao Poder Executivo Federal, por intermédio da Casa Civil e do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, a instituição do programa “Agora Tem Mais Regulação”, destinado exclusivamente à nomeação dos aprovados em cadastro de reserva dos concursos vigentes das agências reguladoras federais.* 120

4.1.3 – Matéria recebida da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei nº 5777/2025 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 273/2006) (nº 238/2007, na Câmara dos Deputados), que *altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o empreendedorismo entre as diretrizes para os conteúdos curriculares da educação básica.* 126

4.1.4 – Ofícios da Câmara dos Deputados

Nº 749/2025, na origem, que *comunica o envio à sanção do Projeto de Lei nº 4719, de 2020.* 130

Nº 751/2025, na origem, que *comunica o envio à sanção do Projeto de Lei Complementar nº 204, de 2025.* 131

4.1.5 – Pareceres aprovados em Comissão

Nº 46/2025-CI, sobre a Mensagem (SF) nº 78/2025 134

Conclusão da instrução da Mensagem nº 78/2025. 141

Nº 54/2025-CSP, sobre o Projeto de Lei Complementar nº 128/2022 142

Nº 55/2025-CSP, sobre o Projeto de Lei nº 4513/2024 148

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que o Projeto de Lei nº 4513/2024 seja apreciado pelo Plenário (Ofício nº 98/2025-CSP) 155



4.1.6 – Projetos de Decreto Legislativo

Nº 943/2025, da Senadora Tereza Cristina, que <i>susta o Decreto nº 12.710, de 5 de novembro de 2025, que institui o Plano Nacional de Proteção a Defensoras e Defensores de Direitos Humanos.</i>	158
Nº 944/2025, do Senador Jaime Bagattoli, que <i>susta o Decreto nº 12.710, de 5 de novembro de 2025, que Institui o Plano Nacional de Proteção a Defensoras e Defensores de Direitos Humanos.</i>	164

4.1.7 – Projeto de Lei

Nº 5782/2025, do Senador Rogério Carvalho, que <i>altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer como critério para desempate em licitações públicas a adoção de boas práticas ambientais, e a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, para o mesmo fim e para definir regras secundárias de desempate.</i>	171
--	-----

4.1.8 – Projeto de Resolução

Nº 51/2025, do Senador Rogério Carvalho, que <i>institui, no âmbito do Senado Federal, a Comenda Marcelo Déda.</i>	179
--	-----

4.1.9 – Requerimentos

Nº 835/2025, de Líderes, requer urgência para o Projeto de Lei nº 1433/2024, nos termos dos arts. 336, III, e 338, III, do Regimento Interno do Senado Federal.	185
Nº 836/2025, do Senador Zequinha Marinho, requer voto de aplauso ao Sr. Benedito Paes do Amaral Neto, pela sua destacada atuação no campo dos negócios imobiliários internacionais.	188
Nº 837/2025, do Senador Zequinha Marinho, requer voto de aplauso ao Sr. Gerlis Dutra da Silva Leite, pela sua trajetória de liderança ética, visão estratégica e contribuição ao fortalecimento do empreendedorismo e do desenvolvimento humano na região Norte do Brasil.	192
Nº 838/2025, do Senador Rogerio Marinho e outros Senadores, requer urgência para o Projeto de Lei nº 1546/2024, nos termos dos arts. 336, III, e 338, III, do Regimento Interno do Senado Federal.	196
Nº 839/2025, do Senador Eduardo Girão, requer voto de pesar pelo falecimento do Sr. Roberto Proença de Macêdo.	200
Nº 82/2025-CI, requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, informações sobre o processo de concessão dos serviços públicos de saneamento básico no Estado de Rondônia, atualmente em fase de estruturação pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).	204
Nº 85/2025-CI, urgência para MSF 78/2025	210

4.1.10 – Término de Prazo

Término do prazo, em 10 de novembro, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei nºs 2850/2021; e 4974/2023.	213
--	-----

PARTE III**5 – ATOS DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**

Nº 23/2025, que <i>designa o Conselho da Comenda Nise Magalhães da Silveira</i>	215
Nº 25/2025, que <i>designa o Conselho da Comenda Ceci Cunha</i>	216
6 – FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DA PESSOA IDOSA	
Ata Circunstanciada da 1ª Reunião, realizada em 30 de outubro de 2025	218
7 – FRENTE PARLAMENTAR DE APOIO À CIBERSEGURANÇA E À DEFESA CIBERNÉTICA	
Ata Circunstanciada da 3ª Reunião, realizada em 4 de novembro de 2025	247
8 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	258
9 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	261
10 – LIDERANÇAS	262
11 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	265
12 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	270
13 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	274
14 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	320



Ata da 165ª Sessão, de Premiações e Condecorações, em 11 de novembro de 2025

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura

Presidência das Sras. Damares Alves e Eliziane Gama.

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 18 minutos e encerra-se às 12 horas e 24 minutos.)



A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Esta sessão destina-se à entrega da Comenda Missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren.

A Comenda Missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren, instituída pela Resolução do Senado Federal nº 3, de 2023, é destinada a homenagear pessoas físicas ou jurídicas que tenham desempenhado relevantes ações religiosas e sociais com destaque na área filantrópica.

Nesta solenidade, serão agraciados com a Comenda Missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren as seguintes personalidades: Pastor Carlos Natalino Brito de Andrade; Pastor Flávio de Castro Marinho; Pastor Flávio Henrique de Oliveira; Lar Davis; Bispo Primaz Dr. Manoel Ferreira; e Padre Omar Raposo.

Eu informo que esses são os agraciados, mas foram muitos os indicados. E digo aos senhores: todos os indicados eram merecedores dessa comenda, e não foi fácil a escolha desses cinco.

Nós queremos, neste momento, em nome de todo o Senado Federal, cumprimentar todos os que foram indicados para receber o prêmio nesta manhã. Mas, pelo nosso Regimento, apenas cinco poderiam estar aqui. E nós estamos neste ato muito felizes de estar recebendo os cinco agraciados, mas não podemos nos esquecer de homenagear também... (*Pausa.*)

Seis! Seis agraciados.

Não podemos deixar de também cumprimentar todos os que foram indicados. Os Senadores que estão aqui na mesa sabem que, na hora da votação, lá atrás, naquela salinha, vocês não têm ideia do barulho que foi para, entre grandes homens e mulheres de Deus, a gente chegar apenas a seis nomes. Teve boca de urna, teve santinho, teve conquista de voto, não foi, Senadora? Vocês não imaginam. E ver a foto de vocês... E, na hora de votar, nós tínhamos que conhecer as histórias. As histórias mais incríveis foram trazidas para o dia da votação. E nós estamos muito felizes, porque o Brasil tem grandes homens, grandes mulheres, grandes instituições fazendo a diferença.

Neste ato, compõe a mesa desta sessão a Senadora Eliziane Gama, Senadora pelo Estado do Maranhão, autora de tudo que está acontecendo aqui hoje. Compõe a mesa também a Senadora Dra. Eudócia, Senadora pelo Estado de Alagoas, uma mulher incrível que chegou e está fazendo a diferença nesta Casa. Também vai compor a mesa – nós estamos aguardando a presença dele – o Senador Eduardo Girão. Compõe a mesa, neste exato momento, o nosso Senador Vanderlan Cardoso, Senador pelo Estado de Goiás, que também participou da luta para a gente chegar a seis – queríamos estar aqui hoje com mil indicados. E nós temos a honra de estar na mesa, representando todos os Deputados Federais que aqui estão, o nosso querido Deputado Cezinha de Madureira. O nome já diz tudo. Obrigada, Deputado.

E lembro, na hora em que liguei para dizer “é agora a votação” – ele, do lado de lá; e eu, aqui –, quando eu disse, “o bispo foi eleito por unanimidade”, a alegria, o grito que ele deu.

É uma honra termos uma mesa tão representativa.

Neste momento, convido a todos para, em posição de respeito, acompanharmos o Hino Nacional, que será interpretado pela cantora Gabriela Pinheiro Antunes Nogueira.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É com grande satisfação que anuncio a apresentação do cantor Jackson Santana.

Convido todos os presentes a apreciarem a música da Harpa Cristã Grandioso és Tu.

(Procede-se à apresentação da música Grandioso és Tu.)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF.



Para discursar - Presidente.) – Obrigada, cantor Jackson. É uma alegria recebê-lo.

Antes de passarmos a palavra aos nossos Senadores, oradores, eu registro a alegria de receber todos os pastores, todos os líderes religiosos, todos os padres, todos da comunidade espírita que estão aqui.

O Senado Federal para hoje para homenagear as instituições religiosas.

Talvez alguns que não entendam o que estamos fazendo estejam nos vendo pela TV Senado e perguntando: mas há essa necessidade? Não há necessidade, porque o líder religioso não faz nada para receber um prêmio. A necessidade não é deles, a necessidade é nossa de fazer esse reconhecimento. A necessidade é do Parlamento brasileiro de parar um dia para dizer às instituições religiosas, filantrópicas, às religiões deste país: obrigado por tudo que vocês estão fazendo lá na ponta; obrigado, pastores, padres, líderes, comunidades que estão aqui; obrigado por chegarem aonde o Estado não chega; obrigado por ouvirem o clamor do nosso povo; obrigado por cuidarem da nação brasileira do jeito tão peculiar que vocês cuidam.

Sei que os agraciados hoje, inclusive, alguns, quando receberam a carta de que estavam sendo homenageados, disseram: “Mas eu não preciso disso!”. Vocês realmente não precisam. Somos nós, Senadores, que precisamos fazer este ato; somos nós, Senadores, que paramos o Senado hoje, paramos tudo para dizer a vocês muito obrigado.

E, nesse sentido, eu quero informar tão somente que a capital do Brasil hoje não é Brasília, a capital do Brasil foi transferida para Belém e grande parte de nossas autoridades está em Belém, o mundo está em Belém.

Trago aqui o abraço do Presidente desta Casa. Falei com ele no instantinho que estava chegando aqui. O Presidente Davi Alcolumbre e os demais Senadores não estão aqui porque estão cumprindo a agenda na nova capital do Brasil. Todos os Senadores pedem que nós registremos aqui o abraço, a admiração, o respeito e a gratidão às instituições religiosas do nosso país, especificamente aos agraciados desta manhã.

Nesse sentido, concedo a palavra... Já temos aqui alguns convidados. Eu quero citar que está conosco o Deputado Federal Pastor Claudio Mariano. Seja bem-vindo, Deputado, é uma honra tê-lo aqui. O Deputado Federal Filipe Martins também está conosco. Deputado, é uma alegria estar aqui esse jovem Parlamentar. Nós temos aqui o ex-Presidente da Câmara dos Deputados também, Eduardo Cunha está aqui. É muito bom, muito bom recebê-lo aqui. Nós temos algumas outras autoridades que estão chegando e, à medida que a gente for desenvolvendo esta sessão, a gente vai citando os nomes.

Neste momento, passamos à outorga da Comenda Missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren.

Neste momento, eu concedo a palavra à Senadora Eliziane Gama, essa guerreira do Maranhão, essa mulher incrível que idealizou essa comenda, que correu e construiu toda essa história para que o Senado tivesse um dia especial para homenagear as religiões, os líderes e as instituições religiosas que fazem a diferença.

Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Para discursar.) – Queridíssima Senadora Damares, Senadora Eudócia, Senador Vanderlan, Senadores e Senadoras que estão aqui, quero dizer para você, Damares, que hoje é um dia muito especial para mim, é um dia com uma carga de emoção de fato muito grande, porque só quem é assembleiano, que nasceu dentro da igreja, que cresceu dentro da igreja, sabe o que esta manhã hoje representa.

Eu quero iniciar te parabenizando, Damares, porque nós somos de grupos políticos diferentes, mas nós temos uma unidade em Deus muito grande, porque nós temos o mesmo Deus, nós temos a mesma fé, nós temos uma unidade que se iniciou desde o primeiro dia que eu te vi aqui no Senado Federal, há muitos anos, você ainda assessorando. E, de lá para cá, você só cresceu no Brasil e hoje é uma referência, sobretudo, para a comunidade evangélica.



E quero dizer a todos vocês que eu com a minha assessoria fizemos aqui um discurso, mas eu quero falar para vocês do meu coração e da minha alma, porque, como eu disse, hoje é um dia muito especial para a minha vida. Quando nós idealizamos a criação desta medalha, eu vi no Senado Federal várias medalhas sendo apresentadas, e aí eu me lembrei do que representou Daniel Berg e Gunnar Vingren diante também de tantos outros homens e mulheres das igrejas evangélicas no Brasil que foram desbravadores, que iniciaram uma história do Evangelho com muita luta, com muito suor e com muito sangue até, porque todos nós sabemos o que foram os pioneiros da Assembleia de Deus no Brasil, as lutas que enfrentaram.

E eu tenho, dentro da minha Casa, aos 83 anos de idade, uma referência de vida que é o meu pai, Pastor Newton Gama, e a minha mãe, Dalvina de Jesus Pereira Gama, que carregaram e carregam nas costas a luta do Evangelho, o enfrentamento do que é levar as boas-novas do Evangelho.

Eu lembro, Damares, do meu pai... Eu ainda muito criança e o meu pai andando cinco dias a pé para realizar um culto. Às vezes, ele passava dez dias tendo que ir a um povoado muito distante para poder abrir uma congregação, realizar um culto e voltar para casa. E ele ia a pé, caminhando, porque só depois de muito luxo, ele conseguiu um cavalo, um burrinho, um cavalo menor para poder chegar até essas comunidades. E eu quero dizer para vocês que essa é a essência do Evangelho.

Hoje, nós temos aqui vários homenageados, como o Pastor Flávio – eu tive a honra de ser autora desta proposição – e todos os demais pastores, como o Pastor Manoel Ferreira, porque eu tenho certeza de que ele também teve essa mesma caminhada. Às vezes, critica-se muito a posição de alguns pastores e eu sempre digo “falsos pastores”, porque os verdadeiros pastores são aqueles que levam, de fato, as marcas do Evangelho da Cruz, que é o amor, que é a solidariedade e que é a partilha.

Jesus, aqui neste mundo, quando ele esteve, ele esteve ao lado dos excluídos da sociedade, dos pobres, dos órfãos, das viúvas, daqueles que não tinham, que não sabiam, aqueles que não tinham nenhuma guarida. Jesus deu a eles essas guaridas. E Jesus não foi um homem de luxo, Jesus não foi um homem de grandes estruturas; Jesus foi um homem do humilde, do pobre e do simples. E eu sei que é exatamente isso que todos vocês que estão aqui, que são pastores, são. São pastores que, de fato, entendem o que é verdadeiramente esse sacrifício, porque o Evangelho não é fácil, o Evangelho não é simples, o Evangelho, de fato, é algo às vezes até sofrido, como sofreram tantos homens e mulheres que nós acompanhamos, como Daniel Berg e Gunnar Vingren; mulheres como Albertina Bezerra Barreto, como Sara Berg; como Frida Vingren; como Celina Albuquerque, uma mulher que foi desbravadora; e como tantas outras que, na verdade, criaram e trouxeram o nascedouro desta igreja.

Eu sou do Estado do Maranhão, e no Maranhão, as dificuldades ainda são muito grandes, diferente lá do Rio de Janeiro, Pastor Flávio, onde as condições econômicas são bem diferentes das condições econômicas do Maranhão. E, como eu disse, eu me lembro de eu mesma indo, em carros abertos, ainda muito criança, com meus pais, mas fazendo as vigílias. Às vezes, eu digo assim: “Gente, hoje as vigílias começam às 7h, Pastor Flávio, e quando dá meia-noite, o pessoal vai para casa”. Eu me lembro da minha mãe, e ela cantava aquele hino: “Ao raiar do novo dia...”. A gente esperava o dia amanhecer. Então, a vigília ia até 5h, 6h da manhã, o dia amanhecia, o sol raiava e aí terminava a vigília e a gente ia para casa.

Então, são esses tempos que nós temos que ter em nossos corações, o tempo de oração, saber que a oração transforma vidas. E, em todos os lugares em que meu pai foi pastor, ele chegava com um índice de violência na cidade; quando ele saía, o índice era outro. É por isso que a Damares coloca, e muito bem, que o Evangelho chega aonde a política social não chega às vezes. Então, os indicadores sociais mudam porque há o princípio da solidariedade e da partilha.

Olha, às vezes, a gente vê esses vários programas hoje, programas sociais, como Bolsa Família e tal. Nós já temos isso na igreja evangélica há décadas, há centenas de anos. Porque lá, na igreja primitiva, quando se iniciou a igreja, ela nasceu exatamente assim. Quando alguém perguntou: “Jesus, o que eu



preciso para te servir?”, ele disse: “Vai, vende tudo que tu tens e divide aos pobres”. A igreja primitiva nasceu em cima dessa partilha. Não havia um mais rico do que o outro; havia uma igualdade, uma partilha. E essa solidariedade precisa persistir entre nós.

Eu sempre digo que, às vezes, a gente diz: “Ah, eu estou cumprindo o Evangelho e o amor de Jesus”. Quando alguém perguntou para Jesus qual era o maior de todos os mandamentos, ele disse: “O maior de todos os mandamentos é o amor. Amarás a Deus acima de todas as coisas e ao teu próximo como a ti mesmo”. Amar o próximo como a si mesmo não é dar para o próximo aquela blusa que eu já não uso mais e que eu acho que está em bom estado e vou dar para uma pessoa que eu amo. Amar o próximo como a mim mesmo é dar este *blazer* aqui, que eu gosto, que eu acho bonito para mim; pegar este *blazer* e dar para uma pessoa que está precisando. Isso é a essência do Evangelho de Cristo. Não é fácil e nem todos conseguem cumprir. Muito embora se consiga verbalizar, a prática às vezes é muito diferente da fala e do discurso. Então, nós não podemos viver de falas e de discurso. Nós precisamos viver de prática diária, que é a prática de fato do Evangelho de Cristo.

E hoje, nesta manhã, nós estamos exatamente homenageando a todos vocês que estão aqui – talvez muitos de vocês sem receber daqui a pouco a medalha em mãos, mas representados por quem está recebendo –, porque eu sei que o que relatei aqui é a vida diária de cada um de vocês.

Eu aprendi na minha vida a viver pela fé e a viver pela oração. Meu pai, lá em casa, colocava na parede, de tarde, de manhã e ao meio-dia: “Eu orarei e buscarei, e ele ouvirá a minha voz”. Lá em casa, Pastor Flávio, o culto era de segunda a segunda. De manhã cedo, a gente ia para a escola, e antes de ir para a escola tinha oração. A gente voltava, e antes do almoço tinha oração e um capítulo da Bíblia. À noite, antes do jantar, tinha uma oração e um capítulo da Bíblia. E a gente ia para a igreja, porque a nossa casa era parede com parede com a igreja. E, quando a gente chegava do culto, mamãe dizia: “Tem que dormir, tem que orar”. E a gente orava de novo. Então, a gente vivia em permanente oração. Essa é a prática que nós tivemos lá em casa, e eu tenho até hoje esse sentimento comigo de que minha vida tem que ser regida pela oração.

Minha mãe é dirigente do círculo de oração – era; hoje ela não está mais dirigindo, mas foi dirigente a vida inteira –, e ela tem duas marcas no joelho. Eu sempre digo para ela: são as marcas do Evangelho da Cruz, que é realmente a entrega, a solidariedade e, às vezes, abrir mão do próprio eu para viver aquilo que Deus determina para cada um de nós.

Então, parabéns a todos vocês!

E quero finalizar, minha querida Damares, agradecendo-lhe pela manhã de hoje. Você fez todos esses convites, você é uma gigante. Eu sei que você está enfrentando um momento muito difícil na vida, com a questão do câncer que você está vivenciando, mas eu sei que maior é aquele que está conosco do que aquele que está no mundo, e você está sarada pela glória do Senhor Jesus. (*Palmas.*)

Que Deus abençoe a todos vocês!

Mais uma vez, muito obrigada a todas e a todos os presentes aqui nesta manhã.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Antes de chamar o agraciado ao qual a Eliziane vai fazer a entrega, eu acho que todos vocês viram aqui um testemunho do que é ser crente, do que é ser cristão. Eu e a Eliziane, realmente, estamos em lados opostos na política, e a gente se senta nesse canto aqui – eu ali, Eliziane ali. Sabe quantas vezes a gente tem que uma correr para a outra, segurar a mão e orar aqui dentro deste Plenário? Sabe quantas vezes, nos nossos grupos, somos nós duas que sustentamos esta Casa e o Brasil, em oração? As nossas diferenças políticas não nos impedem de adorarmos juntas ao Senhor Jesus Cristo...

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. *Fora do microfone.*) –



Amém.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... e ela demonstrou isso.

E agora a gente tem mais uma no grupo de oração, que é a Eudócia, e a gente tem a Dani também: nós somos quatro mulheres cristãs e quatro canelinhas de fogo aqui neste Plenário. (*Risos.*) Que isso fique registrado para a igreja e que a igreja ore por nós.

Não é fácil ser mulher cristã, pentecostal, no poder, mas a gente está fazendo a nossa parte; cada uma no seu espectro político, mas estamos fazendo a nossa parte.

Eliziane, nós amamos sua vida. Não é isso, Eudócia?

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. *Fora do microfone.*) – É isso mesmo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Amamos tudo o que você faz pelo seu estado, tudo o que você faz pelo Brasil. Você é nossa irmã querida.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. *Fora do microfone.*) – Amém.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Que a sua igreja no Maranhão entenda o quanto este Senado te ama, o quanto te amamos.

Eu, com alegria, convido o Pastor Flávio de Castro Marinho para receber a Comenda Missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren, entregue pela Senadora Eliziane Gama.

Todos vocês receberam este material feito pela nossa equipe que organiza os prêmios e vocês vão conhecer a história de cada um deles por meio deste material, que, inclusive, estará disponível depois no *site* do Senado Federal.

Pastor Flávio. (*Palmas.*)

(*Procede-se à entrega da Comenda Missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren ao Sr. Flávio de Castro Marinho.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Concedo a palavra ao agraciado, o Pastor Flávio de Castro Marinho, por cinco minutos, Pastor.

O SR. FLÁVIO DE CASTRO MARINHO (Para discursar.) – Senadora Damares, que preside esta sessão, demais autoridades que compõem esta mesa, nosso Senador Vanderlan, Senadora Eudócia, bem como a nossa Senadora Eliziane e demais que aqui estão presentes, eu quero, neste momento, cumprimentar a todos, todos os que estão neste Plenário, com a saudação que Jesus nos ensinou.

A paz do Senhor a todos vocês.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. FLÁVIO DE CASTRO MARINHO – Minhas palavras são de gratidão, gratidão a Deus, aquele que faz todas as coisas acontecerem.

Eu quero, ao estar aqui neste Plenário, falar que a nossa responsabilidade aumenta diante desta singela homenagem. Aumenta no sentido de que devo continuar levando ao meu estado e à minha nação, à nação brasileira, a esperança que há em Jesus, a esperança de paz, a esperança de amor, a esperança de perdão, a esperança de justiça e a esperança de também compartilhar o pão com aqueles que mais precisam.

Honra-me muito poder continuar o legado dos nossos pioneiros, já citados aqui pela nossa Senadora Eliziane, o legado de Daniel Berg e Gunnar Vingren. Esse legado, que pesa sobre os nossos ombros, é o de continuarmos levando a mensagem de salvação e, repito, a mensagem também do partir do pão.



Eu quero agradecer, mais uma vez, a todos os Senadores, às autoridades diversas que aqui estão e à Sra. Senadora Eliziane. Muito obrigado por ter se lembrado do nosso nome neste momento. Deus a abençoe muitíssimo. É extensivo ao Presidente desta Casa e também a todos os seus pares que aqui estão. O meu muito obrigado a todos os senhores e às senhoras que aqui estão.

Por derradeiro, termino as minhas palavras agradecendo também à minha família, à minha igreja, 1ª Assembleia de Deus em Brás de Pina, à Convenção do Estado do Rio de Janeiro, que presido, representada aqui pelo mui digno 5º Vice-Presidente, Pastor Sérgio Emiliano. Agradeço também aos meus amigos que aqui estão: ao Vereador Leroy e ao meu amigo, também, Eduardo Cunha. Agradeço a todos vocês por estarem comigo neste momento tão importante.

Termino as minhas palavras falando o que o ícone desta homenagem pregou e anunciou a este Brasil: Jesus salva, Jesus cura, Jesus batiza com o Espírito Santo e breve voltará.

O meu muito obrigado a todos vocês. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Pastor Flávio.

Leve para a sua igreja um abraço do Senado Federal, das autoridades e mantenha-se firme na sua missão. Uma honra tê-lo conosco.

Neste momento, eu convido o Padre Omar Raposo para receber a Comenda Missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren, entregue pelo Senador Vanderlan Cardoso, de Goiás, que, neste ato, representa o Senador Carlos Portinho, que foi o que indicou o Padre Omar Raposo para receber esta encomenda.

Senador Vanderlan.

(Procede-se à entrega da Comenda Missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren ao Sr. Omar Raposo.)
(Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador Vanderlan.

Convido o Padre Omar Raposo para usar a palavra por cinco minutos.

E quero dizer que o senhor é um orgulho para o Estado do Rio de Janeiro, Padre.

O SR. OMAR RAPOSO (Para discursar.) – É um momento tão especial, um momento tão sublime, marcado pela alegria de encontrar amigos e amigas que fazem parte da nossa trajetória de fé e de solidariedade.

Certamente, Senadora Damares, a nossa presença hoje aqui – e a presença de tantas pessoas – mostra, de fato, o compromisso que temos todos também com esta Casa, um Senado que se dispõe a criar essa importante homenagem e que hoje também se integra perfeitamente à perspectiva solidária em vista do bem comum.

E, por falar em bem comum, a gente sabe muito bem que igreja e Estado são instituições autônomas e independentes, que devem celebrar e colaborar entre si em vista do bem comum. É um princípio norteador, constitucional e que nos ajuda mais e mais a vislumbrar dias melhores, dias de paz, de equilíbrio, de unidade e de valor.

Que Deus seja bendito, que Deus seja louvado e que a nossa experiência de fé continue a marcar mais e mais a nossa trajetória. E, lá do alto do Corcovado, todos os dias, estejam certos: Padre Omar está sempre rezando – rezando, abrindo os braços também e evidenciando para o povo brasileiro que precisamos ter os braços abertos às oportunidades, ao amor, ao perdão, à integração.

Há um Cristo que se torna diante de cenários tão complexos... Um Cristo que tem um braço direito e um braço esquerdo, um coração no meio e a cabeça levemente inclinada para a cidade do Rio de Janeiro, evidenciando que nada passa despercebido de seu olhar.



O nosso Cristo Redentor, na colina do Corcovado, a 710m de altura, mais do que nunca, representa essa força. E hoje temos um movimento importante: o Cristo que desce a montanha para fazer o bem. Dessa forma, a gente tem atuado, a partir da capilaridade, integrando esforços, também mostrando que a caridade não tem religião e, mais do que nunca, como disse Tiago, em sua belíssima carta: “A fé sem obras é morta”.

Muito obrigado por esta oportunidade, por esse encontro. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Padre Omar.

Agora, representando o Pastor Carlos Natalino Brito de Andrade, convido a Sra. Maria Madalena Alves para receber a Comenda Missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren, pela Senadora Eliziane Gama, neste ato representando o Senador Zequinha Marinho, do Estado do Pará.

(Procede-se à entrega da Comenda Missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren à Sra. Maria Madalena Alves, representante do Pastor Carlos Natalino Brito de Andrade.) (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A D. Madalena abriu mão da fala, mas leve ao Pastor Natalino o abraço do Senado Federal.

Eu informo que está compondo a mesa conosco já o Senador Girão, que também tem um dos agraciados que foi indicado por ele.

Mas eu registro a presença da Deputada Antônia Lúcia, do Acre, minha amiga querida, que está aqui, também da Assembleia de Deus.

Eu registro a presença do meu primeiro suplente, Eliziane, o Pastor Egmar Tavares, que é da Assembleia de Deus, meu primeiro suplente! (*Palmas.*)

Registro a presença da ex-Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, a Ministra Cristiane, que também é assembleiana.

Registro a presença também do ex-Desembargador Sebastião. Dr. Sebastião, que alegria tê-lo aqui!

O Deputado Distrital – eu o vi entrando – Daniel de Castro, meu amigo, meu parceiro de luta. Obrigada, Deputado Daniel de Castro. (*Palmas.*)

À medida que os nomes forem chegando, eu vou lendo, mas todos os senhores sejam muito bem-vindos!

Já está conosco também o nosso Bispo Primaz. Ele não tem ideia de como as lágrimas rolaram aqui na mesa quando ele começou a entrar, ele e a sua família. É um dos nossos agraciados, daqui a pouco nós vamos chamá-lo.

Neste ato, neste momento, eu concedo a palavra à querida Senadora Dra. Eudócia.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Para discursar.) – Bom dia a todos aqui presentes.

Quero inicialmente cumprimentar minha amiga e Presidente da mesa, Senadora Damares.

Quero cumprimentar os meus amigos, Senadores e Senadoras que fazem parte da mesa, Sra. Senadora Eliziane Gama, minha querida amiga, brilhante Senadora. Parabéns por esta iniciativa, Senadora Eliziane! Muito me honra poder participar deste momento ímpar, aqui no Senado. Parabéns!

Quero cumprimentar o Senador e meu amigo Eduardo Girão, que se faz aqui presente neste momento tão importante, você, que é um cristão tão maravilhoso. Tenho alegria de poder ser sua amiga e de poder tê-lo como exemplo, aqui na Casa. Parabéns, Senador!

Quero cumprimentar também o Senador Vanderlan Cardoso, que se faz aqui presente. Muito grata pela sua experiência, porque eu comecei a aprender muito com você, aqui na Casa, Senador. Parabéns pelo seu mandato!



Quero cumprimentar também o meu querido amigo Deputado Federal Cezinha, da Igreja Madureira. E aqui eu quero cumprimentar, na sua pessoa, o nosso Bispo Samuel, que é meu amigo pessoal, e quero que você mande o meu grande abraço para o Bispo Samuel. E quero dizer a você da minha saudade da nossa Bispa Keila Campos. Eu tive a oportunidade de acompanhar o funeral, mas na mansão celestial nós iremos nos reencontrar, pois é promessa de Deus, não é, Deputado? E muito grata pela sua participação aqui neste momento tão importante, Deputado Cezinha.

Quero cumprimentar também o meu amigo Deputado Filipe Martins, lá de Tocantins. Muito grata pela sua presença, Deputado. Muito nos honra a sua presença.

Quero, dessa forma, cumprimentar a todos os pastores aqui presentes na pessoa do meu querido Pastor Presidente Flávio Henrique, que é o homenageado, o meu homenageado de hoje, e quero, dessa forma, cumprimentar todas as pastoras, todos os presbíteros, todos que vieram acompanhando os homenageados de hoje, os agraciados. Vocês têm toda a minha alegria de recebê-los e toda a minha gratidão de vocês poderem ter aceitado o nosso convite de estar aqui no dia de hoje.

Queria dizer a você, minha amiga Presidente da mesa, minha querida Damares, que hoje eu ocupo a tribuna desta Casa com o coração cheio de alegria para entregar a Comenda Missionários Daniel Berg e Gunnar Vigren ao meu querido Pastor Presidente Flávio Henrique de Oliveira, do meu querido Estado de Alagoas. Essa honraria, concedida pelo Senado Federal do Brasil, está entre as mais importantes para os que têm como missão de vida o ato de evangelizar e de levar as palavras e os ensinamentos do nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo para milhares de pessoas pelo país.

Sou uma mulher, graças a Deus, de muita fé, sou evangélica há 16 anos e sou membro da Igreja Adventista do Sétimo Dia do meu querido Estado de Alagoas. Para mim, hoje é um momento muito especial de poder reconhecer hoje os serviços prestados pelo Pastor Flávio Henrique, que preside a Igreja Adventista do Sétimo Dia do meu querido Estado de Alagoas.

Pastor Flávio Henrique, como eu falei para o senhor inicialmente, antes de começar este momento, que tudo que eu disser aqui o senhor multiplique não é nem por cem, é por mil, porque, se eu passasse a manhã inteira falando do senhor e, na sua pessoa, falando de todos os pastores da Igreja Adventista do meu estado, eu passaria a manhã inteira, Senadora Damares, Senadora Eliziane, e seria pouco. Então, eu tentei resumir ao máximo o que significa a sua pessoa, Pastor Flávio Henrique.

O Pastor Flávio Henrique é mineiro de Conceição do Rio Verde e iniciou sua trajetória missionária ainda bem jovem, aos 17 anos de idade. Formado em Teologia pela Universidade Adventista do Chile e também pela universidade adventista do Estado da Bahia, iniciou o ministério como pastor há 20 anos. Estudioso incansável, conciliou o trabalho pastoral com a vida acadêmica, concluindo um MBA em Liderança, com ênfase em publicações e Aconselhamento e Intervenção Psicossocial, pela Unasp, e, mais tarde, o mestrado em Liderança, pela Andrews, dos Estados Unidos.

Entre 2006 e 2008, foi Líder de Publicações da igreja na então Missão Sergipe-Alagoas. Depois foi para o Recife trabalhar na Associação Pernambucana, onde permaneceu por quatro anos. Em 2012, o Pastor Flávio Henrique foi convocado pelos irmãos adventistas para a Associação Pernambucana Central (APeC), na cidade de Caruaru. Lá desempenhou várias funções, sendo Diretor do Ministério Jovem, Líder de Publicações, Secretário Executivo e Presidente. No dia 17 de agosto de 2022, a Comissão Diretiva da União Nordeste Brasileira escolheu o Pastor Flávio Henrique para ser Presidente para a Missão Alagoas.

Nesses últimos três anos, ele tem estado ao nosso lado em tantos momentos importantes. Sempre com seu jeito sereno, o pastor é um homem que transmite fé, paz e muita firmeza em suas palavras.

E eu quero dizer, Sra. Presidente, que o Pastor Flávio Henrique, além de todas as suas missões na Igreja Adventista, desenvolve projetos sociais. E aqui eu quero fazer uma ressalva em relação a projetos sociais, porque, na Igreja Adventista do Sétimo Dia, nós temos um projeto incrível de obra social,



Senadora Damares, que se chama Adra. A Adra é a Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais. A Adra é o braço humanitário da Igreja Adventista. Ela cuida de desastres, ela cuida de famílias vulneráveis, ela cuida também da questão da segurança alimentar. Ela consegue administrar tudo isso junto com capacitação profissional e outras tantas atividades mais.

E também quero colocar aqui, Pastor Presidente Flávio Henrique, da importância das nossas escolas e universidades, também dos nossos hospitais e das nossas clínicas adventistas, que atendem não só os membros da Adventista, mas todo o Brasil, e não só no nosso país, mas em todo o mundo. Então, isso é motivo de muita alegria para todos nós que fazemos parte da Igreja Adventista do Sétimo Dia.

E aqui eu quero aproveitar, Pastor Flávio Henrique, em nome da nossa igreja, igreja da qual eu sou membro, para cumprimentar a todas as igrejas evangélicas do meu querido Estado de Alagoas, em que todos os pastores são muito meus amigos. Eu agradeço e louvo a Deus por isto, por eu ser amiga de tantos pastores, porque o nosso Deus é único – ele é único. Não importa a denominação; a palavra é a mesma, a Bíblia é a mesma. E quero também cumprimentar a toda a classe de bispos, de padres da Igreja Católica que se faz aqui presente. E eu os saúdo com muita emoção, porque a Igreja Católica também tem um papel importantíssimo na sociedade. Então, nós todos somos cristãos e servimos a um só Deus – a um só Deus –, e para ele é toda a honra e toda a glória.

Então, é isso que eu acho importante, e eu quero dizer a você, Pastor Flávio Henrique – continuando aqui em relação a sua pessoa em especial –, que quero, em nome de toda a comunidade cristã de Alagoas e do Brasil, agradecer ao Senhor, ao Senhor nosso Deus, por tanta dedicação e amor, e aproveito para deixar um abraço fraterno à sua esposa, Pastor Flávio Henrique, a nossa querida Irmã Josiane, e também às suas filhinhas, a Rebeca e a Ester, e que a sua casa, Pastor Flávio Henrique, seja sempre protegida e coberta pelas bênçãos de Deus.

Queria terminar esta minha fala com trechos do Salmo 112, dos versos 1 a 10, que tanto fala sobre a vida do nosso homenageado, que diz o seguinte – quem estiver com a Bíblia em mãos, se quiser acompanhar, é o Salmo 112, vai do verso 1 ao 10 –:

Louvai ao Senhor. Bem-aventurado o homem que teme ao Senhor, que em seus mandamentos tem grande prazer.

A sua semente será poderosa na terra; a geração dos retos será abençoada.

Prosperidade e riquezas haverá na sua casa, e a sua justiça permanece para sempre.

Aos justos nasce luz nas trevas; ele é piedoso, misericordioso e justo.

O homem bom se compadece e empresta; disporá as suas coisas com juízo;

Porque nunca será abalado, o justo estará em memória eterna.

Não temerá maus rumores; o seu coração está firme, confiando no Senhor.

O seu coração está bem firmado, ele não temerá, até que veja o seu desejo sobre os seus inimigos.

Ele espalhou, deu aos necessitados; a sua justiça permanece para sempre, e a sua força se exaltará em glória.

Eu quero aqui, Presidente, agradecer ao belíssimo momento que você organizou com tanta presteza, com tanta atenção, este momento incrível. E eu queria aqui, diante de todos vocês, agradecer ao meu Deus, ao nosso Deus, por estar aqui, no Senado, representando cada um de vocês, e especialmente representando o meu Estado de Alagoas, e dizer a todos vocês: que a gente possa orar uns pelos outros, porque o nosso Deus pede, e o apóstolo Paulo também coloca nos livros da nossa Bíblia, na Bíblia do nosso Deus, que o nosso Deus deixou, para a gente orar uns pelos outros. Que a graça e a paz do nosso Senhor e Salvador Jesus continue com cada um de vocês, agora, hoje e sempre, para toda a eternidade, em nome de Jesus.



Muito obrigada a todos. Muito obrigada, minha querida amiga, Senadora Damares. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senadora.

Convido agora o Pastor Flávio. Pastor Flávio, o senhor vai subir por ali.

Enquanto o Pastor Flávio sobe para receber seu prêmio, eu quero fazer... Por uma questão de logística, nós já vamos trazer aqui para a mesa... Ele precisa vir com muita delicadeza, já para ir se acostumando aqui, por conta da saúde dele. Nós já vamos trazendo para a mesa o Bispo Primaz Dr. Manuel Ferreira.

Gente, vocês vão ver, no momento em que ele sobe (*Palmas.*) o sacrifício que ele fez para estar no Senado.

Ele já vai sentando aqui.

Ainda não é hora da homenagem dele, mas para que ele já venha se acomodando.

Ele vir a esta Casa, Eliziane, mostra o respeito dele ao Parlamento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. *Fora do microfone.*) – Verdade.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ele vir a esta Casa mostra o respeito dele às instituições democráticas e o quanto esse homem lutou pela democracia no país.

Então, ele já vai vindo, para se acomodar aqui.

Enquanto ele vai subindo, ele precisa sentar um pouco; senão, ele não consegue falar depois. Então, é só uma questão logística.

A família vai trazendo, e o está conduzindo a filha, a Vasti, a nossa Pastora Vasti. (*Palmas.*)

É tão somente para ele já ir sentando, e, em seguida, em sequência, ele também receber a homenagem.

O Pastor Flávio já chegou? (*Pausa.*)

Eu convido, para se posicionar aqui na frente... Quem vai receber a homenagem agora é o Pastor Flávio Henrique de Oliveira, e convido a Senadora Dra. Eudócia, que fará a entrega.

Eu sei, Pastor Flávio, que é difícil dividir holofotes com o Bispo Manoel Ferreira (*Risos.*) , mas o senhor entende. Quando o senhor chegar à idade dele, o senhor vai entender. (*Pausa.*)

Ele só vai se sentar. Façam de conta que vocês não o estão vendo. (*Risos.*)

Eu já vou aí, Bispo. (*Pausa.*)

Pronto.

Ele conseguiu subir.

Vocês não têm ideia da alegria de vê-lo subindo.

Bom, vamos continuar a nossa sessão.

Pastor Flávio, por favor se posicione.

Pastor Flávio Henrique de Oliveira, esse grande líder da Igreja Adventista.

E eu convido a Senadora Dra. Eudócia para fazer a entrega da Comenda Missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren.

Dra. Eudócia... Pastor Flávio.

(*Procede-se à entrega da Comenda Missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren ao Sr. Flávio Henrique de Oliveira.*) (*Palmas.*) (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Concedo a palavra ao Pastor Flávio Henrique de Oliveira, por cinco minutos. (*Pausa.*)



O Pastor Flávio está indo para a esquerda... (*Risos.*)

O SR. FLÁVIO HENRIQUE DE OLIVEIRA (Para discursar.) – Muito bem.

Pediram-me para vir para cá.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Para a esquerda. (*Risos.*)

(Intervenções fora do microfone.) (Risos.)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pastor Flávio.

O SR. FLÁVIO HENRIQUE DE OLIVEIRA – Mas, olha... Estou muito feliz.

Obrigado, Presidente que está, a Senadora Damares, e a todos os demais, demais autoridades que compõem esta mesa, de maneira especial também Dra. Eudócia, nossa Senadora lá no Estado de Alagoas, nossa membra da Igreja Adventista do Sétimo Dia, que tem representado muito bem a igreja por onde tem ido e ao nosso Deus, que é acima de tudo.

Então, louvo a Deus e sou muito grato e estou aqui em nome de todos os pastores da Igreja Adventista do Sétimo Dia, de todos os missionários, de todos os colportores, de todos os servidores da educação adventista e também dos missionários e membros da Igreja Adventista no Brasil todo, mas, de maneira especial, do Estado de Alagoas, um estado querido. E eu não posso receber essa honraria sozinho. Fiquei muito feliz por ter sido escolhido e sei que eu estou aqui representando todos os adventistas no Estado de Alagoas. Então, sintam-se homenageados comigo neste momento aqui também.

E eu quero agradecer a Deus – a Deus! – por ter me chamado para este ministério, por ter chamado a cada missionário para fazer parte desse ministério; a todos os colegas que estão aqui também, que fazem da sua vida a missão de cumprir aquilo que está na palavra de Deus, que Jesus Cristo nos comissionou para irmos pregar o evangelho ao mundo todo.

Eu costumo dizer que nós, como adventistas do sétimo dia, queremos plantar mais igreja, mas não é para aumentar apenas o número de adventistas do sétimo dia ao rol de membros da Igreja Adventista; nós queremos estar mais perto das comunidades, nós queremos cumprir o ide de Jesus Cristo, levando esperança para as pessoas, querendo fazer o bem para as pessoas, através de várias instituições que a Doutora citou aqui, como Adra, como clínicas, como área de saúde, de publicações. Todo ano, já por décadas, nós temos aí o projeto Quebrando o Silêncio, que tem ajudado a romper o silêncio e a cuidar dos menores, também dos idosos. Temos também a distribuição gratuita de livros, que levam esperança à casa das pessoas, são milhões de livros entregues todo ano. Então, a Igreja Adventista está presente através dos missionários, através dos seus membros, levando esperança a cada pessoa.

Além de agradecer a Deus e a todos vocês, eu quero também dedicar esse prêmio à minha família, primeiramente ao meu pai, que me conduziu ao caminho do Senhor, em memória a ele – hoje ele não está conosco mais, está dormindo no Senhor, mas foi ele que me ensinou as sagradas letras; as primeiras leituras da palavra de Deus foram por intermédio dele –; também à minha mãe, que com certeza está assistindo neste momento, que também me ensinou como eu devo viver e cuidar das pessoas e ser uma pessoa que honre o nome da família e viva para a honra e glória do Senhor; e a toda a minha família, de maneira especial, à minha esposa Josiane, que é missionária junto comigo, e às minhas filhas Rebeca e Ester, que nasceram nesse meio missionário e também são missionárias e dedicam a vida a levar esperança também no nome do Senhor Jesus Cristo.

Então, eu termino agradecendo ao Senhor nosso Deus e agradecendo à Igreja Adventista do Sétimo Dia por me dar a oportunidade de ser um missionário.

Obrigado, Dra. Eudócia, Senadora, e aos demais que me fizeram vir aqui receber essa homenagem.



Deus abençoe a todos que estão aqui! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns, Pastor Flávio! Mantenha-se firme na sua missão.

Neste ato, concedo a palavra ao Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discursar.) – Paz e bem a todos vocês aqui.

Olha, Presidente Damares, faz tempo... Vamos completar sete anos de mandato. Eu vou completar, Senadora Eliziane, a gente entrou junto aqui, Senador Vanderlan, e eu nunca tinha visto este Plenário tão cheio aqui nas galerias, aqui nas cadeiras (*Palmas.*) nos corredores, cheio de gente de bem. Fico muito feliz porque o Senado faz homenagens corretas, que promovem a cultura da paz, da caridade, do amor. E quero cumprimentar a Senadora Eliziane por essa iniciativa.

Eu tenho, todo mundo sabe, na independência, algumas críticas, o que faz parte da democracia, à Presidência da Casa, mas, nesse aspecto, eu sou testemunha de que ela tem promovido, com comendas como esta e outras, a comunhão, a paz, a harmonia, a pacificação.

Fico também extremamente satisfeito de ver aqui pessoas de diferentes religiões – na maioria, evangélicos, mas eu vejo católicos, espíritas... Eu sou espírita.

Presidente, Deputado Eduardo Cunha, eu sou testemunha também de que este nosso país é tão especial que, por causa da união de católicos, espíritas, evangélicos e outras denominações religiosas, nós não legalizamos o aborto, nós não liberamos as drogas, nós não liberamos cassinos e bingos, pela união de todos nós – e essas são as causas do Cristo. Nós precisamos estar juntos, porque a inversão de valores que a gente está vivendo no nosso país é gritante – nós temos consciência disso. E a gente sabe que Deus tem um plano para este país, que é estar no topo do mundo, Bispo Manoel Ferreira – topo do mundo, coração do mundo, pátria do evangelho. Todos se relacionam bem, mesmo tendo suas divergências doutrinárias.

Olha, os missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren são exemplos de o quão este país é especial para Jesus Cristo. O que seria do Brasil, Deputado Cezinha de Madureira, se não fossem esses missionários? Eu fico imaginando... Um trabalho feito com dedicação, com desapego.

Uma dessas entidades que está sendo aqui homenageada é o Lar de Crianças Sara e Burton Davis, ou, como é conhecida no Ceará, simplesmente Lar Davis.

Quero cumprimentar aqui a Sra. Ivone Moreira.

Eu tive a oportunidade de conhecê-lo, Desembargador Sebastião Coelho, no momento em que eu caía com a síndrome do pânico. A bênção... A dor é uma benção que Deus envia aos seus eleitos. Eu tive a oportunidade de repensar a minha vida com aquela crise existencial que eu tive. Naquela época, não tinha literatura nenhuma e, a partir de muita reflexão, de ajuda, eu pude... Sempre fui uma pessoa muito ambiciosa, extremamente egoísta, afastada de Deus naquele momento da vida. E essa crise existencial, para mim, foi um presente.

Quando eu comecei a me recuperar, o Lar Davis foi fundamental, porque estava fazendo um trabalho lá no interior do Ceará, abnegado, com pessoas humildes que precisavam demais. Aquilo me tocou profundamente, me deu sentido de vida. Na época, empreendedor, eu comecei a destinar uma parte dos resultados da empresa para a instituição, e aquilo foi me dando, cada vez mais, razão à vida. Eu sou muito grato.

Fundado, em 2001, como serviço de acolhimento para receber crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, o Lar Davis tem a sede localizada na cidade de Aquiraz, com forte tradição histórica, pois foi a primeira capital do Estado do Ceará, a Terra da Luz. O lar funciona também em outra sede, no Município de Eusébio, que atualmente cuida de 41 crianças – e de 28 em Aquiraz.

O nome dessa instituição cristã, a partir do trabalho missionário americano de abnegados que vieram



da América do Norte, dos Estados Unidos da América... Está recebendo hoje aqui, essa instituição cristã, uma justa homenagem, feita a um casal de médicos missionários que dedicaram suas vidas à prática do bem, fundando hospitais e colégios.

O trabalho cristão é realizado em três dimensões: física, emocional e espiritual. Durante a permanência das crianças e adolescentes, são trabalhados como prioridades valores, princípios – valores como a responsabilidade, convivência harmônica, boas maneiras, ajuda ao próximo e cidadania, Ministra Cristiane. Além disso, são realizadas atividades de reforço escolar, esportivas e de lazer cultural.

A obra é sustentada através de doações de pessoas físicas e jurídicas, convênios e doações de igrejas.

Encerro aqui esta breve fala com um belíssimo pensamento deixado pelos Missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren, que têm servido de inspiração a todos os trabalhadores do Lar Davis também: “O momento é agora. Não podemos parar. Precisamos avançar na obra que Deus preparou para nós. Que nossas vidas se tornem luz espalhando amor e transformação! Que cada gesto de bondade, cada sorriso e cada palavra de conforto reflitam o cuidado e a grandeza do Senhor!”.

Minha querida Presidente Senadora Damares, parabéns pela condução desta sessão!

A gente sabe aqui do trabalho que essas igrejas e muitas outras fazem, como, por exemplo, com as comunidades terapêuticas deste país, num trabalho de resgate humanitário. Que Deus retribua em bênçãos tudo o que vocês têm feito pelo Brasil! O Senado é de vocês, o Senado está aqui às ordens para que possamos continuar combatendo o bom combate juntos pelo Brasil.

Deus abençoe a nossa nação!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Com alegria, eu convido a Sra. Ivone Moreira dos Santos Soares, representante do Lar Davis, para receber a Comenda Missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren, entregue pelo Senador Eduardo Girão.

E essa entrega a uma instituição espírita... Não é isso, Girão?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Não é espírita.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não é espírita? É católica?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – É evangélica.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Evangélica. Uma instituição evangélica hoje representando as inúmeras instituições evangélicas, católicas, espíritas que nesta nação fazem um trabalho incrível.

Parabéns ao Lar Davis pela comenda que recebe nesta manhã! (*Palmas.*)

(Procede-se à entrega da Comenda Missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren à Sra. Ivone Moreira dos Santos Soares.)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E o mais lindo é um Senador espírita entregando uma comenda a uma instituição evangélica. Neste meu país, é extraordinário o respeito entre as religiões. (*Palmas.*)

Concedo a palavra à Sra. Ivone Moreira dos Santos Soares, por cinco minutos.

A SRA. IVONE MOREIRA DOS SANTOS SOARES (Para discursar.) – Alô, pronto.

Bom dia a todos.

Na graça e na paz do Senhor Jesus, quero dizer que para nós é uma alegria essa homenagem, que é um marco na história do Lar Davis. Aos 25 anos, essa homenagem nos enche de alegria, de renovo. Nossos



dias são difíceis, de lutas difíceis, mas esse presente veio nos renovar as esperanças.

Eu quero também, com muito carinho, agradecer ao Senador Eduardo Girão por essa indicação do nosso nome, do Lar Davis.

O Lar Davis – já foi falado muito bem pelo Senador – é uma instituição que acolhe, desde 2001, crianças e adolescentes vítimas de vulnerabilidade social. São crianças que chegam até nós através do conselho tutelar ou da vara da infância, que, por medida de proteção, nos solicitam o acolhimento. Enquanto estão conosco, nós cuidamos de maneira integral, pensando na educação, na saúde, dando apoio emocional e apoio espiritual.

O Lar Davis é uma instituição administrada, tem um conselho gestor, uma diretoria executiva, e hoje o nosso Presidente é o Pastor e Psicólogo Belmiro Monroe. Ele também é muito conhecido e muito querido aqui em Brasília, porque aqui ele começou o ministério pastoral dele. Então, nós queremos também dedicar essa homenagem a todas as pessoas, voluntários, que já atuaram e que atuam no Lar Davis.

A Sra. Betty Brown foi a senhora que doou parte da herança para os americanos, para começar o trabalho do Lar Davis lá no Ceará. Então, hoje ela vai ficar muito feliz, porque ela vai nos assistir. Há 25 anos, ela doou uma herança para que os missionários Mark e Kimberly comessem um trabalho que cuidasse das crianças.

Nós estamos em dois municípios e os números aumentaram, Senador. O senhor disse que nós estávamos com 28, em Aquiraz. Hoje nós estamos com 31 crianças no Município de Aquiraz, acolhidas, e 40 no Município de Eusébio. Estamos com a nossa capacidade máxima.

A instituição tem uma pequena parceria com a prefeitura, mas a nossa maior parte vem de doações. Então, eu deixo aqui um recado para quem quiser acompanhar o nosso trabalho e participar, seguir as nossas redes sociais, que é @lardavisbrasil.

Eu quero concluir a minha fala dizendo que a nossa missão no Lar Davis é a mesma missão dos missionários que deram nome a essa comenda, é de atender o chamado de Cristo. Lá em Mateus 19, 14, Jesus disse: “Deixai vir a mim os pequeninos”. E nós estamos fazendo isso. O nosso esforço diário no Lar Davis, a nossa oração diária é que, através de nós, do nosso trabalho, nenhuma dor com que aquelas crianças chegam – de maus-tratos, do abandono, de violência física, de ter os seus direitos violados dentro da própria casa, de perder o direito de estar convivendo com a sua família –, que nenhuma dor dessas crianças as impeça de conhecer a esperança que há em Cristo Jesus. E que nós sejamos sempre o instrumento de levar essa esperança de Cristo Jesus a essas crianças.

A Deus seja toda a honra e toda a glória! E nós estamos muito felizes e somos gratos a Ele por esse privilégio.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns, Lar Davis. Continuem firmes na missão. E quando eu for lá, quero conhecê-los.

Neste momento, eu passo a Presidência desta sessão à Senadora Eliziane Gama, para que eu possa proceder à entrega da comenda ao agraciado indicado por esta Presidência. E eu vou fazer essa entrega dividindo com quatro colegas. E a gente vai fazer uma fala curta. Inclusive, um dos colegas, gente, não ia conseguir vir, a Senadora Leila – mandou um vídeo lindo. Vocês sabem que está acontecendo a COP e a nossa Senadora Leila foi Presidente da Comissão de Meio Ambiente, muito envolvida com a causa – e ela se esforçou para estar aqui. Eu fico muito feliz, colega, muito feliz, amiga, de você estar aqui.

Eliziane continua, e depois eu vou dividir essa minha fala com Leila, com Vanderlan, com Cezinha de Madureira.

(A Sra. Damares Alves deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Eliziane



Gama.)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discursar.) – Bom dia a todos.

Presidente Eliziane, eu cumprimento toda a mesa – não vou citar nomes para ganhar segundos.

Vocês não têm ideia da alegria de estar nesta tribuna. Porém, antes que eu cumpra a minha missão... Esta sessão está sendo transmitida ao vivo. O Brasil inteiro está acompanhando. Vocês não têm ideia da audiência. Os irmãos, lá no interior da Amazônia, pararam tudo para assistir a esta audiência hoje. E, entre esses irmãos, um fez questão de mandar um recado. Uma criança de dois anos de idade, Luca Nascimento Correia, sofreu um acidente de afogamento – ficou submerso por oito minutos – na cidade de Guaratinguetá. Ele sobreviveu e está na UTI. E os pais estão na UTI, acompanhando a sessão, e fizeram questão de fazer contato com o Senado e dizer: “Já que tem tantos religiosos aí, rezem pelo meu menino, orem pelo meu menino”. Então, vocês, depois, façam a sua oração – façam a sua oração. Vocês entendem? Uma sessão do Senado chamou a atenção de uma família que está na UTI e pediu oração. Eu creio que Jesus Cristo cura, ressuscita. E nós vamos depois, cada um do seu jeito, fazer a nossa oração.

Presidente Eliziane, hoje é um dia muito especial para mim e para todos nós que estamos aqui para a entrega dessa comenda. E eu quero cumprimentar todos os agraciados: Padre Omar; os dois Pastores Flávio, o Flávio lá da Lagoa e o Flávio lá do Rio de Janeiro; o Pastor do Pará, Natalino; e o Lar Davis. Parabéns! Vocês são merecedores. Mas eu quero contar um segredo: vocês não têm ideia do que é a confusão ali atrás para eleger vocês. Este Plenário... Está tão lindo isso! Não está, Eudócia? Não está, Eliziane? Este Plenário vira um dia de festa, porque todos que são indicados já são vitoriosos, mas chegar a seis nomes não é fácil. E eu estava lá – ah, estava – com meu santinho. Eu fiz santinho do meu indicado, o Bispo Primaz Manoel Ferreira. E era tão incrível que, quando eu chegava para falar, os Senadores diziam: “O Bispo? Ah, já está eleito”. Porque o Brasil conhece o Bispo Manuel Ferreira.

O Brasil conhece a sua história, Bispo. E o senhor não tem de ideia de como eu fiquei torcendo para todo mundo ir para a COP, para eu falar sozinha aqui. (*Risos.*) E alguns vieram correndo.

Bispo Manuel Ferreira. Talvez alguns de vocês digam assim: essa comenda está sendo entregue pelo trabalho evangelístico que ele fez. Sim, também, mas essa comenda não está sendo entregue porque ele prestou um serviço ao Brasil; está sendo entregue porque o Senado precisava fazer isso. Esta é a maior comenda do Poder Legislativo. Vocês que estão sendo agraciados entendam! (*Palmas.*)

É a Câmara Alta. E nós somos uma das maiores Câmaras Altas do Hemisfério Sul. Nós somos uma das maiores Casas, não da América do Sul, mas do Hemisfério Sul. E é esta Casa que para a fim de homenageá-lo, Bispo. Homenageá-lo pela missão evangelizadora, mas é mais que isso. E eu quero chamar a atenção da imprensa, que está achando que isto aqui é proselitismo. Não é.

O que é a Igreja Madureira? Vamos fazer a comparação da história da Igreja Madureira e o desenvolvimento do país. Eles estão interligados. Prestem atenção. Surge a Igreja Assembleia de Deus Madureira com um homem que sonhou, talvez, apenas pregar o Evangelho. E o que era a Igreja Madureira? E o que era essa pregação? Eram pessoas humildes que chegavam em pequenas congregações. Quem chegou primeiro? Nossos avós chegaram analfabetos a essa igreja. Nossos avós não sabiam ler e nós tínhamos um homem, um visionário, que dizia: “Precisamos ensinar os nossos membros a lerem”, aí começa a maior revolução para a educação no país; começa dentro da Igreja Assembleia de Deus e o Brasil precisa reconhecer isso. (*Palmas.*)

Os nossos avós queriam ler a Bíblia, então eles foram alfabetizados dentro da igreja, e vocês não têm ideia do que aconteceu. Nossos avós chegaram analfabetos, nossos avós queriam ler a Harpa Cristã para cantar o hino da Harpa Cristã. Nossos avós foram alfabetizados dentro da igreja. Nossos avós queriam



tocar, queriam ler partitura, porque aquela igreja humilde também tinha uma visão na área da cultura e as orquestras começam a surgir.

Pessoas que nunca ouviram uma música iam para a igreja para escutar uma orquestra da Assembleia de Deus, e aí começa a segunda revolução, a revolução cultural, que está ligada ao Bispo Manoel Ferreira.

Vocês estão entendendo por que este Senado tinha que fazer esta homenagem?

Mas não foi só na cultura, essa igreja começa a falar de saúde quando os nossos irmãos chegavam sem dente à igreja, porque esse era o público de que nós cuidávamos. A igreja que ensinava crianças a escovar dente, a igreja que ensinava as pessoas a tomarem vacina, a igreja que cuidava da saúde da mulher.

E aí vem a terceira revolução na área da saúde: nossos templos, os templos que ele construiu, eram postinhos de saúde para imunizar criança. Foi ou não foi? Quem lembra? Era nas nossas igrejas que a gente distribuía multimistura e salvava milhares de crianças da desnutrição no Nordeste; tudo porque um homem sonhou com uma igreja, talvez ele tenha sonhado com uma igreja pequena.

E os nossos avós foram alfabetizados, receberam informação, mas os nossos filhos foram para a escola. Oh! E os nossos netos foram para a universidade, e os nossos netos estão onde hoje? Os nossos netos estão nos tribunais, os nossos netos são advogados (*Palmas.*), os nossos netos são médicos, os nossos netos são professores, os nossos netos são Deputados Estaduais e Deputados Distritais, os nossos netos são Deputados Federais, os nossos netos são Senadores da República (*Palmas.*), os nossos netos são Ministros da Suprema Corte; tudo porque um homem sonhou com esta nação.

Vocês estão entendendo o que a Igreja Evangélica fez no Brasil? Na década de 60, estava lá: “País pobre”; em 2025: “País rico”. Aí vocês podem observar, isto é estatística: à medida que a Igreja Madureira ia crescendo, o Brasil ia ficando rico, a igreja crescendo e o Brasil ficando rico, a igreja crescendo e o Brasil se alfabetizando, a igreja crescendo e o Brasil melhorando em tudo, a igreja crescendo e a democracia sendo fortalecida. (*Palmas.*)

Bispo Manoel Ferreira não é só um homem que pregou o Evangelho, é um homem que empoderou mulheres.

Hoje eu vejo a esquerda falar de empoderamento de mulher. Sabe o que é empoderamento de mulher? É o Bispo Manoel Ferreira pegar uma mulher analfabeta, lá atrás, instruí-la a ser uma líder e dar um título a ela de missionária, e essa mulher, que estava lá esquecida, daqui a pouco está pregando o Evangelho para 5 mil pessoas, liderando e mandando na comunidade. Esse é o verdadeiro empoderamento da mulher. (*Palmas.*)

A igreja, a Assembleia de Deus Madureira, investiu em mulheres improváveis. Olhem eu aqui, eu sou fruto desse investimento. Para quem não sabe, eu era só uma assessora do Bispo Manoel Ferreira, uma assessora de bastidores. Ele olhava e dizia: “Essa menina tem talento”. E ele olhou para quantas mulheres, no Brasil, e disse “essa irmã tem talento”?

A maior revolução pelos direitos da mulher, queira a esquerda, queiram os estudiosos ou não, eles têm que admitir, nasceu por causa do sonho de um homem, do Bispo Manoel Ferreira. Mas tem mais: igualdade racial. Todo mundo falando de quota. Quem eram os nossos pastores, quando ele abriu a igreja? Homens negros, esquecidos, sem oportunidade. Aí ele botava um terno nesse homem, uma gravata, uma Bíblia e esse homem subia na tribuna com autoridade, esse homem fazia a revolução. Hoje, a gente fala de quota racial, mas quem fez a verdadeira inclusão racial no Brasil foi a Igreja Assembleia de Deus Madureira, quando pastoras e pastores negros recebiam do Bispo autoridade. (*Palmas.*)

Eu poderia ficar aqui falando de tudo o que o Brasil ganhou porque um homem sonhou com uma igreja.

E, hoje, o Senado Federal para para homenagear não um Pastor, mas um visionário, um homem que



transformou a minha nação, um homem que daqui a 500 anos, se Jesus não vier... Se vier eu vou estar lá no céu com ele, vou estar falando tudo isso lá no céu para os anjos dele. É um homem que escreveu o seu nome na história, um homem que nos honra.

E a minha alegria, Bispo, quando o senhor olhou para mim e disse: “Ela tem talento”. Quando eu saí candidata à Senadora, com 1% na pesquisa, ele disse: “Ela vai ganhar”. Chamaram-no de doido. Olhem eu aqui. (*Palmas.*)

E coube a mim indicá-lo para receber a maior comenda do Poder Legislativo. E que bom que o senhor veio. Quando o senhor entrou ali, eu olhei os olhos da Eliziane cheios de lágrima; do Vanderlan, cheios de lágrima, porque o senhor conseguiu vir. E o senhor, vindo, mostrou respeito às instituições, como eu gostaria, Bispo. Muita gente, hoje, está gritando que é conservador, lacrando na internet, mas não sabe que o senhor saía por este Brasil – lembra-se? –, eu do seu lado, como assessora, reunindo multidões para discutir democracia, para discutir conservadorismo, sem lacrar, fechando igrejas, estádios e escolas para falar de ideologias que estavam sendo trazidas para o Brasil colocando a família e a vida em risco. Esse homem é um símbolo do conservadorismo, esse homem é o símbolo da democracia, esse homem é a inspiração para a igreja evangélica.

Eu vou quebrar aqui o protocolo, Bispo. Não se pode falar, porque aqui eu sou Senadora e tenho que me comportar como Senadora, mas não consigo. E o protocolo que vou quebrar e para dizer que o amo, Bispo, que o amo muito. (*Palmas.*) O senhor me inspira a continuar.

Quando alguns líderes religiosos no Brasil estão nos envergonhando e, às vezes, dá vontade de desistir, de caminhar com alguns, o Espírito Santo me lembra: “Mas tem Manoel Ferreira, lembre-se dele”.

Nós o amamos, o Brasil o ama. O Senado Federal, Bispo, hoje presta uma justa, merecida e devida homenagem a um dos maiores líderes que esta nação tem. É muito fácil ser líder com seguidor na internet; os seus liderados são de verdade, de carne e osso, o conhecem. (*Palmas.*)

Isso que é liderança!

Que Deus abençoe o senhor, que Deus abençoe todos vocês que vieram. E, se quiserem, depois, conhecer mais da igreja, venham falar comigo, que eu vou dar uma aula para vocês.

Ai do Brasil se não fosse a igreja Assembleia de Deus Madureira! Ai do Brasil se um homem não tivesse sonhado com esta nação como ele sonhou.

Obrigada, Bispo. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Amém.

Dameres, que fala!

Presidente Dameres, que fala! Parabéns! Eu acho que é uma fala histórica dentro do Poder Legislativo brasileiro, dentro do Congresso Nacional. Que Deus a abençoe. E, antes de sair para passar a Presidência, eu quero lhe dizer que nós também vamos quebrar o protocolo: Pastor Manoel Ferreira, nós o amamos. (*Palmas.*)

Que Deus o abençoe.

A Presidência está com você, de volta, Dameres.

(*A Sra. Eliziane Gama deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Dameres Alves.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dameres Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Na sequência, eu convido para usar a palavra a Senadora Leila.

Alguns falam assim: “Mas a Leila é de esquerda?”. É uma mulher cristã, que ama o Bispo Manoel Ferreira. E vocês não têm ideia do que ela fez para chegar aqui hoje e estar aqui hoje com o nosso Bispo.



O SR. CEZINHA DE MADUREIRA (*Fora do microfone.*) – Ela vai falar à direita. Olha lá.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ela vai falar à direita, estão vendo? Quem sabe? Orem, irmãos, orem. (*Palmas.*) (*Risos.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Para discursar.) – Bom dia a todas e a todos os presentes aqui, em especial aos homenageados nesta comenda nossa aqui do Senado Federal, do Poder Legislativo.

Em especial, eu cumprimento os meus colegas, porque é o nosso dia a dia aqui, nós somos quase uma família: Senador Vanderlan, Senadora Eudócia, Senadora Damares, a Senadora também Eliziane, mas, de forma muito especial... Quero cumprimentar também o Deputado – perdão – Madureira, Cezinha de Madureira. Desculpe, Deputado. Mas, de forma muito especial, quero cumprimentar o Bispo Manoel Ferreira, da Assembleia de Deus Madureira.

Falar de religião é algo que é independente do nosso campo. Todos nós temos uma crença, todos nós cremos em Deus, todos nós temos família. Eu sou casada há anos, tenho meu filho, tenho minha família e sei o quanto estar dentro deste Senado Federal... Se não fosse a nossa fé, principalmente a fé em Deus, para nos sustentar diariamente nos desafios que nós temos aqui, nada conseguiríamos.

Então, de forma muito especial, quero dizer à igreja – à igreja, Bispo Manoel e colegas –: a igreja, para além da questão das crenças, para além de campos ideológicos, faz algo que, muitas vezes, o Estado não faz, que é cuidar e acolher as pessoas. Além do alimento da alma, a gente sabe do trabalho social das igrejas, porque nós, enquanto figuras públicas, nós, enquanto Parlamentares, sabemos o quanto o trabalho da igreja é fundamental como um braço de promoção de cidadania, de cuidado, principalmente com os mais vulneráveis. E essa aproximação com a igreja é fundamental, independentemente de que lado estejamos, que seja direita ou esquerda, temos que reconhecer que o trabalho da igreja não só como alimento da alma, mas, acima de tudo, na promoção e acolhimento dos mais vulneráveis é fundamental na nossa sociedade.

Eu não poderia deixar de estar aqui neste momento em que o Senado Federal homenageia não só a Assembleia de Deus Madureira, mas o seu grande líder, que é o Bispo Manoel Ferreira, a todos – a todos – os que estão sendo homenageados hoje, mas pelo trabalho, pelo trabalho de acolhimento, pelo trabalho de trazer a fé, de alimentar a fé, de alimentar as almas e, acima de tudo, de cuidar da nossa população. Seja no DF, seja no Brasil, eu sei que a Assembleia de Deus é a igreja com o maior número de templos no nosso país. Então, para vocês entenderem o tamanho dessa Assembleia, o tamanho dessa igreja, é só acompanhar o trabalho dela, porque eu conheço muita gente, muitos bispos, muitos pastores nas regiões administrativas do Distrito Federal. Eu sou parceira e sei o trabalho que todos vocês fazem, não só como missionários, como eu falo, para cuidar das almas daqueles que mais precisam, mas, acima de tudo, cuidar de cada cidadã, cidadão da nossa cidade, do nosso país e do mundo, porque eu sei que a Assembleia se expandiu para o mundo, é algo que realmente está incorporado dentro da sociedade brasileira e vem trazendo todo o seu ensinamento, toda a sua, digamos, essência para o mundo.

Eu quero, de forma muito especial, aqui neste momento, só agradecer a todos vocês o trabalho e parabenizar o Bispo Manoel. Eu acho que as palavras da Damares sintetizam muito, Bispo, o que cada Parlamentar está aqui fazendo, neste momento de fala, ao senhor, à Assembleia de Deus, pelo carinho, pelo respeito e, acima de tudo, pela gratidão.

Então, eu quero agradecer este espaço, Damares e colegas, que vocês me dão e parabenizá-los por este momento, aqui no Senado Federal. Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Leila.

Eu aproveito e registro o agradecimento, Leila, por todo o apoio que você tem dado às instituições



cristãs daqui do Distrito Federal. A Leila tem sido parceira, e as irmãs canelinhas de fogo têm orado por você, viu, Leila? Acredite nisso!

Gente, eu quero registrar aqui que o nosso Bispo Samuel Ferreira está nos acompanhando à distância; o nosso Bispo Abner Ferreira; o Bispo Oídes também está.

E talvez algumas pessoas não conheçam, mas está no Plenário a Bispa Irene, nossa mãe, a nossa Primeira-Dama da Nação Madureira. Ela está aqui! (*Palmas.*)

E para quem não sabe, ela é conectada, ela tem Instagram; eu acompanho o trabalho dela nas redes.

Está também a filha Vasti, a filha do Bispo Manoel Ferreira está aqui conosco também.

E eu tenho também a alegria de registrar a presença do Pastor João Adair, meu Pastor da Assembleia de Deus aqui da Baleia e todos os demais.

A nossa Vice-Governadora não pôde vir, deixou uma carta que, devido ao tempo, eu não vou conseguir ler, mas vou entregar essa carta e os abraços e cumprimentos da nossa Vice-Governadora, que também é da Igreja Assembleia de Deus Madureira, lá da Igreja Baleia. Eu vou passar à mão do agraciado.

Vamos ouvir agora o Senador Vanderlan Cardoso, que também é assembleiano. Vanderlan Cardoso, nosso Senador aqui pelo Estado de Goiás.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Para discursar.) – Meus cumprimentos, Presidente Damares. Depois que V. Exa. falou, Senadora Damares, ficou pouca coisa para a gente mencionar sobre o Bispo Manoel Ferreira, mas eu vi aqui que V. Exa. falou com muita emoção e que tem conhecimento. Eu me sinto contemplado com todas essas palavras, porque, há quase 30 anos de Assembleia de Deus Madureira, eu tenho visto isso no testemunho dele, dessa família, na condução à frente da Igreja Assembleia de Deus. Então, meus cumprimentos.

Bispo, meus cumprimentos. É uma honra estar aqui com o senhor neste evento aqui de homenagem.

Senadora Leila, Senadora Eliziane Gama, aqui, foi dito pela Senadora Damares: muitas das vezes aqui, os Senadores e as Senadoras estão em discussões, em Comissões aqui... Para se aprovar um projeto nestas Casas, principalmente aqui, tem que ter discussão, tem que ter diálogo, Deputado Cezinha, e, acima de tudo, entendimento. E, muitas das vezes, algumas pessoas, Senadores ou Senadoras, são tachadas disso, são tachadas daquilo. Como a Senadora Damares disse, a lacração existente hoje, Pastor Abinair, é tão grande! E, muitas das vezes, Senador Egmar, nós estamos levando para dentro das nossas igrejas essa desinformação, essa *fake news*. E aqui eu quero dar um testemunho aqui, principalmente aos irmãos do Maranhão, do trabalho dessa Senadora do Maranhão, combativa, que, muitas das vezes, para defender suas ideias, inclusive a pauta de costumes, não leva “não” como resposta e encara aqueles que muitas das vezes pensam que é só uma mulher indefesa! Aqui, nesta Casa, todos nós, Senadora, respeitamos V. Exa., mas não respeitamos só porque é mulher, não, Presidente Eduardo Cunha! É porque ela é determinada, ela tem ajudado este país e, principalmente, o seu estado. O povo do Maranhão precisa saber, porque eu estou vendo agora uma certa lacração, como eu tive no meu estado, com pessoas que, muitas das vezes, tiram proveito em certa ocasião e depois descartam, como se não fosse nada. Então, parabéns! Tenho muito orgulho, muito orgulho da Leila, da Eudócia, dessas mulheres que têm feito a diferença aqui, viu, Senadora Damares?

E eu quero, como o tempo é curto... E a Senadora Damares é muito rigorosa com o tempo. Há 30 anos na Assembleia de Deus, tudo isso que a Senadora Damares falou aqui é verdade, e tem mais algo. Ao Bispo Manoel Ferreira e a todos aqueles líderes que foram mencionados aqui – líderes porque foram agraciados por tantas obras que fizeram nos seus estados e colaboram, desde o nosso Padre até todos



aqueles que foram mencionados aqui –, meus cumprimentos. Não vou mencionar um por um devido ao tempo.

Eu sou prova disso, Senadora Damares, que V. Exa. falou. Na primeira vez em que eu saí para disputar uma eleição, totalmente desconhecido, foi um grande incentivador o Desembargador Sebastião. Talvez ele não lembre, mas, quando eu cheguei lá em São Luís de Montes Belos para dizer para ele “olha, quero me candidatar na cidade de Senador Canedo, tenho sua bênção?”, ele falou: “E qual é a sua intenção de disputar e se candidatar lá? É para fazer a diferença naquela cidade ou é só para ter poder pelo poder?”. “Não, quero fazer a diferença.” “Então, tem a bênção.” Da mesma forma, em outros cargos, em outras disputas que eu tive, sempre indo com ele, pegando a bênção, conversando e dialogando. Assim é um verdadeiro líder – assim é um verdadeiro líder.

Não se cansou. Muitos... Talvez pela idade que V. Exa. tem, meu Bispo, mandaria até alguém vir, mas o senhor tem esse desprendimento e veio aqui nos homenagear nesta Casa, como disse aqui a Senadora Damares, a Casa Alta, a Casa revisora, é a Casa que nos deu a responsabilidade de dialogar, de conversar, Bispa Irene, a qual eu parabênizo: foi o aniversário da Bispa Irene ontem, né? Parabéns, parabéns. (*Palmas.*)

Então, tão prestigiado! Aqui tem Deputados Federais, Deputado Estadual, Pastores, Marcivon, que estou vendo. O Marcivon sair lá de Formosa e estar aqui é porque ele...

E minhas palavras se encerram aqui. Que Deus te abençoe.

Senadora Damares, Senadora Eliziane, parabéns.

Parabéns, Senadora Damares, nossa grande líder, Presidente da nossa Comissão de Direitos Humanos.

Um abraço a todos, obrigado pelo carinho de vocês estarem aqui conosco.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador Vanderlan, meu amigo querido e amado. Eu amo esse homem.

Gente, nós vamos quebrar o protocolo agora. Vai falar o Deputado Cezinha de Madureira. O Regimento do Senado é muito claro, mas ele vai falar em nome de todos os Deputados que estão aqui. Eu queria muito que todos vocês falassem, eu queria muito que o Daniel de Castro falasse – ele ia contar exatamente como é que o Bispo apostou em nós dois e nós estamos hoje no poder. Ele vai falar em nome de todos os Deputados.

E aí, antes de você começar a falar, meu querido Deputado, eu quero só fazer um registro: os Correios do Brasil – atenção, Pastores – aprovou que nós teremos um selo dos Correios comemorativo, uma articulação da nossa Deputada Antônia Lúcia, e eu quero estar lá no dia. Nós teremos um selo comemorativo Bispo Primaz Manoel Ferreira. (*Palmas.*)

Deputado Cezinha.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA (Para discursar.) – Muito obrigado, Sra. Presidente, Senadora Damares, amiga de muitos anos, de muitas batalhas; quando eu ainda não era nem Deputado Estadual, já batalhávamos, como bem disse ela aqui, para aprovação de partido, para defender a democracia e para defender em especial a igreja no Brasil. Muito obrigado por a senhora ter nascido, viu? A senhora é especial mesmo, Deus abençoe a sua vida.

Não quero me alongar, mas quero iniciar agradecendo a Deus a oportunidade, por esta quebra de protocolo aqui, a senhora me permitir falar neste tão importante microfone, que é um dos maiores Congressos, um dos maiores Senados do mundo, o Senado do Brasil.

Na pessoa da senhora, eu cumprimento todos na mesa aqui, em especial o meu amigo, o Senador Vanderlan, que é uma vítima da lacração na eleição passada, mas eu tenho certeza de que o país vai



corrigir isso em algum momento.

Senadora Damares, para mim é uma honra muito grande. A sua fala aqui nos representa, e muito bem; não precisávamos falar, porque a senhora disse tudo e um pouco mais aqui da honra que é ter uma pessoa em nossas vidas, um ser humano, como o Bispo Manoel Ferreira, ele, que foi militar, que advogou e se tornou Pastor de todos nós. No ano que vem, nós completamos 114 anos de existência, e a maior parte desses anos liderados pelo Bispo Manoel Ferreira, ele que deu a oportunidade, pela primeira vez, quando não existiam as cotas de mulheres, por exemplo, e consagrou a primeira pastora. O Brasil e o mundo comentaram quando ele honrava, naquele momento, as mulheres. E quando ele dizia para a senhora: “Olha, essa menina tem futuro”, é porque ele estava ali vendo os valores das mulheres na igreja.

A Bispa Irene, que fez ontem 87 anos, nossa Bispa querida, amada, que criou os filhos na igreja, que nos assistem agora, o Bispo Samuel Ferreira, que é o Presidente Executivo da igreja no Brasil... Com mais de 42 mil templos, são mais de 13 milhões de fiéis no Brasil liderados pelo Bispo Manoel Ferreira e o Bispo Samuel Ferreira, ao lado do Bispo Abner, Bispo Oídes e os demais Pastores que estão aqui, nesta manhã.

Aproveitando os Pastores, Pastor João Adair, o senhor, que está ao lado do nosso grande Presidente Eduardo Cunha, quero dizer que o senhor precisa levar o Girão lá para a Baleia porque, nas nossas batalhas aqui, ele nos representa, às vezes, igual a pastor – só precisa dar o dízimo lá na Baleia, aí já se torna membro. (*Risos.*)

E, como eu dizia aqui, o Bispo Manoel Ferreira, com a Bispa Irene, sempre colocando os seus filhos para pastorear desde criança, e hoje o legado fica e vai continuar – ele já está nos seus altos 95 anos –, com o Bispo Samuel Ferreira, com o Bispo Abner, com o Bispo Oídes e por aí vai.

Recordo-me aqui, para finalizar, de quando eu fui chamado em um estúdio de televisão, alguns anos atrás, pelo Bispo Samuel, Pastor na época, e pelo Bispo Manoel Ferreira, que falou: “Você vai ser Deputado Estadual da igreja”. Aí ele, com esse jeitinho dele, falou: “Meu filho, eu só vou lhe pedir uma coisa: você não vai para Brasília”. Na época não existia a palavra “lacração”, mas era algo muito forte que estava acontecendo de movimento ali de muita *fake news* já na época. Ele falou: “Você vai fazer política para a igreja. Tem pessoas naquele Congresso com que nem Jesus brigou; não é você que vai brigar”. Aí tem um amigo que há quem diga, Vanderlan, minha querida Pastora Vasti, que Jesus não era nem de direita nem de esquerda; era meio de centro aqui, porque era quem colocava a paz, não é?

Então, como aqui, hoje, a Eliziane veio ao microfone da direita – eu acho que é para conseguir uns votinhos da direita no Maranhão, não é? –, o Girão foi para o microfone da esquerda, e eu, como apanhei demais esses dias, eu estou aqui, no microfone da direita, para dizer: Bispo Manoel Ferreira, Deus abençoe sua vida, a partir dos seus filhos...

Outro dia, alguém falou assim: “Olha, o Bispo vai chegar aos cem anos”. Ele falou: “Para com isso, rapaz! Não limita Deus não!”. (*Risos.*)

Palmas para o Bispo Manoel Ferreira aqui! (*Palmas.*)

Eu tenho certeza de que Deus vai continuar lhe dando saúde, paz, alegria, para o senhor continuar nos abençoando e abençoando este Brasil, como disse bem a Senadora Damares.

Parabéns, Senadora Eliziane, por esta iniciativa, ao lado da Senadora Damares, e me deixou com inveja lá na Câmara. O ano que vem vocês me esperem!

Então, Deus abençoe, muito obrigado a todos vocês aqui, em nome de Jesus. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Deputado Cezinha.

Só lembrando que esta é a segunda edição do prêmio. Já aconteceu em 2023, está acontecendo em 2025, e nós teremos outras edições, e vocês podem indicar nomes para seus Parlamentares de pessoas que devem e merecem ser homenageadas pelo Senado.



O que faremos agora? Vocês viram que nós estamos tendo todo um cuidado com quebra de protocolo...

Toda a mesa agora vai se levantar, e nós vamos fazer a entrega da comenda, aqui mesmo, para o Bispo – ele vai se levantar.

Eu não vou fazer essa entrega sozinha. É muita responsabilidade.

Depois da entrega, ele vai se sentar – ele precisa de uns minutos para se recompor –, nós vamos ouvir uma canção, vamos ouvir a fala do Bispo, e a gente parte para o encerramento. O.k.?

Eu preciso que todos vocês nos acompanhem, do jeito que estão, nesse silêncio...

Está extraordinária esta sessão, mas, agora, nós vamos, toda a mesa, junto comigo, nós vamos nos levantar e entregar ao Bispo a comenda dele.

(Procede-se à entrega da Comenda Missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren ao Sr. Manoel Ferreira.)
(Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nós ouviremos agora mais uma canção pelo cantor Jackson Santana, da Harpa Cristã.

E nós convidamos todos que sabem: cantem com o Jackson a canção Porque Ele Vive.

(Procede-se à apresentação da música Porque Ele Vive.) (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, cantor Jackson.

Nós agora, com muita alegria, ouviremos o Bispo Primaz Dr. Manoel Ferreira, que, para alguns que não sabem, também já foi indicado ao Prêmio Nobel da Paz.

Com muita alegria, o Senado Federal e o Brasil ouvem o nosso agraciado com a Comenda Daniel Berg e Gunnar Vingren, neste momento, Bispo Manoel Ferreira. *(Palmas.)*

O SR. MANOEL FERREIRA (Para discursar.) – Eu começo humildemente agradecendo a esta honrosa assembleia, que me presenteia neste momento com este ato de gratidão e de lembrança pelos trabalhos prestados a este país e a esta nação.

À Exma. Senadora Damares Alves e seus pares, meus agradecimentos pela lembrança do meu nome. Ainda que um pouco distante desta Casa, em razão da quilometragem do Rio de Janeiro até aqui, não foi o bastante para que não se lembrassem do meu nome, para me presentear nesta assembleia.

A todos os Srs. Senadores e Sras. Senadoras, o meu agradecimento pela presença, além de aos demais Congressistas, tanto federais, como estaduais e até municipais que aqui se fazem presentes.

Agradeço também a minha família, que é o bem maior que Deus me presenteou – minha esposa, meus filhos e filhas.

Agradeço aos meus companheiros de Congresso, tanto do passado, como do presente e ainda do futuro. *(Palmas.)*

Ao meu médico, Dr. Antonio Manoel, que do Rio de Janeiro se deslocou para estar presente aqui neste Plenário, nesta hora e agora. Obrigado, Doutor. *(Palmas.)*

Aos meus representantes nesta Casa, liderados aqui pela Senadora e pelo Senador Davi Alcolumbre, Senadora Damares Alves e demais Exmas. Senadoras e Exmos. Senadores; aos Deputados Federais e Estaduais; aos Ministros e membros do Poder Judiciário; às autoridades civis, militares e eclesiásticas, o meu muito obrigado pela presença e pela audiência; e aos corujas, filhos e filhas que pedem para não esquecer os seus nomes.

(Risos.) (Palmas.)

Em Goiás, há uma bancada muito grande – em Goiás – liderada pelo Pr. Oídes, pelo Samuel, pelo



Pr. Abner. Meus agradecimentos. Nós estamos sabendo que vocês estão aí na expectativa.

Estou pronto para as correções, humildemente. (*Risos.*)

Muito obrigado a todos e ao Brasil, que tem nos honrado muito com o seu amor cristão e o carinho da igreja. Nossos sinceros agradecimentos.

Deus abençoe o Poder Judiciário; a Câmara Federal, que dá sustentação às leis deste país; os senhores, que fazem as leis, que elaboram, incansavelmente, aquilo que melhor é para a direção deste país grandioso, que é um continente – o Brasil é um continente por sua grandeza.

Em todos esses sentidos, a nossa palavra é de profunda gratidão. E a nossa palavra: Deus abençoe o Brasil, Deus abençoe o Congresso Nacional, aqueles que elaboram as leis para que o povo de Deus possa seguir e obedecer. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Bispo Manoel.

O SR. MANOEL FERREIRA – Agradecemos também por esta assembleia, por este encontro maravilhoso.

Deus abençoe a Senadora Damares e seus pares.

Muito obrigado.

Deus abençoe! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Dessa forma, honramos todos os agraciados.

Obrigada àqueles que não puderam vir presencialmente, mas estão levando o nosso abraço.

Todos os senhores mantenham-se firmes.

Obrigada, Bispo, que veio com o médico, mas se esforçou para vir.

Vocês têm ideia de que este é um dia histórico para o Senado Federal?

Obrigada, Leila, pela parceria, pelo amor que você tem à nossa igreja e por tudo que você tem feito pelas obras sociais da igreja aqui em Brasília.

Eliziane, obrigada, minha amiga, parceira, por essa sua ideia de criar esta comenda; Cezinha, muito obrigada; Eudócia, amiga, parceira; Vanderlan. Equipe que organiza as entregas das comendas, que está ficando cada vez melhor, obrigada. Obrigada ao Senador Davi Alcolumbre e à Mesa Diretora, que estão fora, e aos pastores que vieram.

A gente encerra esta sessão com uma canção e enquanto... Nós ainda vamos estar ao vivo. Se os senhores forem sair, façam com todo silêncio. Nós vamos ouvir uma última canção da cantora Gabi Nogueira. Depois, sigam-na, acompanhem. É uma dessas meninas de que a igreja cuidou, de milhões de crianças salvas no Brasil por causa da Igreja Assembleia de Deus Madureira.

Obrigada, igreja.

Obrigada, Bispo, por tudo o que fez.

Eu peço só a gentileza aos nossos agraciados de, quando saírem, os convidados, especialmente, com a saúde do Bispo, para ele sair, terem todo cuidado. Eu sei que todo mundo quer uma foto com ele, mas a gente tem que ter muito cuidado com a saúde dele.

Vamos ouvir Gabi Nogueira.

Obrigada a todos por terem estado conosco.

Cumprida a finalidade desta sessão de entrega da Comenda Missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren 2025, agradeço às personalidades que nos honraram com sua participação.

Convido os agraciados para uma foto conjunta aqui na frente, se conseguirem subir.

Está encerrada esta sessão, ouvindo uma canção com Gabi Nogueira.



(Procede-se à apresentação musical.)
(Levanta-se a sessão às 12 horas e 25 minutos.)



Ata da 166ª Sessão, Deliberativa Ordinária,
em 11 de novembro de 2025

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura

Presidência dos Srs. Davi Alcolumbre, Confúcio Moura, Eduardo Girão e Izalci Lucas.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 4 minutos e encerra-se às 19 horas e 33 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, eu declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

As Senadoras e os Senadores poderão se inscrever para o uso da palavra por meio do aplicativo Senado Digital, por lista de inscrição que se encontra sobre a mesa ou por intermédio dos totens disponibilizados na Casa.

A presente sessão deliberativa ordinária é destinada à apreciação das seguintes matérias, já disponibilizadas em avulsos eletrônicos e na Ordem do Dia eletrônica de hoje:

- Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 2.810, de 2025, da Senadora Margareth Buzetti;

- Projeto de Lei nº 3.898, de 2023, do Deputado Aguinaldo Ribeiro; e

- Projeto de Lei nº 2.880, de 2023, do Deputado Capitão Alberto Neto.

Passamos aos oradores inscritos, que terão o prazo de dez minutos para uso da palavra.

O primeiro inscrito aqui é o Senador Izalci Lucas, com a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, vou fazer aqui, inicialmente, uma fala sobre a CPMI do INSS.

Ontem nós ouvimos mais um depoente, o Igor, 28 anos. Ele conseguiu fazer parte do grupo chamado “golden boys”, que desviou R\$714 milhões, um jovem de 28 anos. Ele fez um sistema: ele tem uma empresa de informática – por incrível que pareça, ele era Presidente de uma das associações –, contratou a própria empresa dele e transferiu milhões. No mesmo dia, teve lá uma transferência de R\$8,8 milhões e, no mesmo dia, transferiu para essas empresas que são usadas, dos próprios donos lá.

Mas o que me chateou muito – e a indignação é completa – é com relação ao *habeas corpus*. O Ministro Gilmar Mendes deu um *habeas corpus* e fez questão de colocar no texto que o depoente não precisava declarar nada, assinar nada, não pode ser preso, não pode nada, não pode falar nada, vamos dizer assim, e disse o seguinte – olha só o que foi dito, Senador Girão –: não adianta, inclusive, a Comissão, a CPMI aprovar ou colocá-lo como testemunha porque o Congresso Nacional, a CPMI não tem autonomia para definir se ele é testemunha ou se é investigado. Ele fez questão de botar no texto do *habeas corpus*; ou seja, o Congresso e nada é a mesma coisa. Mais ou menos o resumo do *habeas corpus* é isso.

Então, eu fico me perguntando aqui: até quando nós vamos suportar da forma como a gente está, sem reação nenhuma, as decisões equivocadas do Supremo Tribunal Federal? Até que ponto uma canetada de um Ministro do Supremo vale mais do que o Congresso Nacional – 513 Deputados e 81 Senadores? Então, fica: o que eu estou fazendo aqui porque, mesmo as leis que a gente aprova aqui, eles dizem lá que são inconstitucionais, e pronto, e fica por isso mesmo.

Ontem, para você ter ideia – não sei se a Senadora Damares falou ou se vai falar –, ela me convidou, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, para que eu e ela fôssemos lá visitar a Papuda, para ver as instalações que, a princípio, vão receber o Presidente Bolsonaro. Isso porque todo mundo sabe que ele já foi condenado e todo mundo sabe que o que o Ministro Alexandre quer é vê-lo na Papuda, nem que seja para bater a foto. Fomos de uma forma discreta – o pedido era para a gente ir lá visitar. E olhe que a competência é do Governador, a competência de cuidar da questão penitenciária é do Governador, é do estado. Aí, ficaram sabendo, Alexandre ficou sabendo e disse: “Não, só podem ir lá com a minha autorização”. E simplesmente cancelamos, porque a gente não conseguiu.

Então, você vê a que ponto nós chegamos; quer dizer, é uma coisa quase pessoal, individual. Sinceramente, se a gente não mudar, não tomar uma atitude, esquece! CPI para quê? Não serve para nada. As pessoas vêm aqui, mentem e mentem, porque você não pode fazer nada, e está todo mundo solto.

Eu disse, ontem, inclusive, para o Presidente: nós precisamos ir ao Ministro André Mendonça para



cobrar dele a prisão preventiva desses ladrões do INSS, que roubaram os aposentados e pensionistas. Por quê? Porque o que não faltam são provas. Se você analisar os documentos que nós recebemos... Ainda bem que nós conseguimos aprovar, no início da CPMI, os requerimentos de quebra de sigilo, porque a quebra de sigilo do Coaf, do RIF, nos permite identificar para onde foi o dinheiro, que é o que interessa. Em qualquer sistema de investigação de desvio de recursos, como aconteceu no INSS, o segredo é você correr e ver para onde foi o dinheiro, e nós já sabemos para onde foi. Todas as empresas estão lá, quem foi beneficiado, e está todo mundo solto – livre e solto. Só estão presos o Careca e o Maurício Camisotti.

Nós aprovamos, inclusive, um requerimento, pedindo a prisão preventiva de mais de 20, e simplesmente não tivemos retorno. O Governo faz uma propaganda danada de que está devolvendo o dinheiro do contribuinte – esse dinheiro que está sendo devolvido e, mesmo assim, de forma irregular, porque a lei diz que eles têm direito à devolução em dobro, o que não está sendo devolvido. Muito pelo contrário, tem muitos reclamando que sequer estão recebendo os valores descontados, que ainda são obrigados a assinar um acordo de não entrar na Justiça e que aqueles que entraram têm que desistir da ação para poder ser indenizado...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – E não ter direito a indenização por danos morais.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... para você ver o absurdo.

Então, se a gente não mudar a CPMI, primeiro, para caracterizar o que é uma CPMI, que é um instrumento importantíssimo do Congresso. É um instrumento da minoria, mas a maioria vai lá, toma conta, e você não consegue aprovar mais nada. Aí, fazem um discurso bonito, os petistas fazem um discurso maravilhoso tentando criar uma narrativa... É como o Lula já explicou, que basta fazer isto, criar uma narrativa, e aí vai mentindo, mentindo, até as pessoas acreditarem. Então, você pega vários requerimentos que nós tentamos aprovar e não conseguimos.

Então, por exemplo, o Sindnapi, que foi o segundo que mais desviou recurso do INSS. Quem é o Vice-Presidente? Frei Chico, que de Frei não tem absolutamente nada. E aí você não consegue. Foi votado, mas a gente não consegue aprovar. A Danielle, mesma coisa. A Contag comprou lá milhões e milhões de passagens aéreas superfaturadas, e você também não consegue quebrar o sigilo. O Edson, que brigou com o Careca e queria fazer um depoimento aqui, se prontificou a vir e contar a história, a gente não conseguiu. Por quê? Porque a base de Governo, em especial o Partido dos Trabalhadores, na realidade, o que aconteceu? A gente não conseguiu aprovar.

Então, é uma coisa assim absurda o que está acontecendo com relação ao Supremo Tribunal Federal. Então, Presidente, a gente precisa tomar algumas atitudes aqui com relação à questão da mudança da legislação.

Eu, inclusive, já tinha sugerido na CPMI das *bets* algumas mudanças. Uma delas é proibir os Senadores que não participam de votarem. O cara não participou de nenhuma reunião, Girão – você estava lá na CPMI das *bets* –; vários que não participaram de nenhuma reunião. Aí, no último dia, vai lá e vota contra o relatório. Por quê? Não sei, deve ter alguma explicação, né?

Então, a gente tem que impedir isso. Ou seja, faltou a três reuniões consecutivas ou cinco intercaladas, o partido é obrigado a substituir, tem que substituir o Senador ou o Deputado.

Segundo, quem não assina a CPMI não pode participar, cara.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Eu já apresentei esse projeto.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Você apresentou isso?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Sim, óbvio. O cara é contra;



fizeram um trabalho aqui para não deixar acontecer. Aí o cara chega e depois o pessoal quer participar. Aí participa, toma conta, sequestra a CPMI e você não consegue aprovar o requerimento. E aí, ainda fazem um discurso bonito, como se estivessem defendendo a moralidade lá, a devolução dos recursos de um crime hediondo, como foi o caso aí do assalto aos aposentados e pensionistas.

(Soa a campanha.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Então, se a gente não mudar essa legislação da CPMI e das CPIs, a gente não vai ter mais esse instrumento maravilhoso, que é importantíssimo. Nós temos, pela Constituição, está na Constituição que nós temos realmente o poder de investigação, e a gente não consegue. O Supremo mete a caneta e fica por isso mesmo. Então, é triste, né? Eu espero que a gente possa criar uma Comissão e ir lá visitar o Ministro André Mendonça para sensibilizá-lo de uma prisão preventiva. Porque tem gente que está aí dizendo que vai para os Estados Unidos. Eu até perguntei ontem: será que nos Estados Unidos também têm ACT para esse pessoal ir para lá?

O cara ontem, ô Girão, criou uma empresa que falsificava, bicho, as assinaturas e a biometria. Esse sistema, ele vendeu para todas as empresas. O cara pegava uma identidade e com a identidade...

(Soa a campanha.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ele conseguia fazer a questão da biometria e certificar que aquelas assinaturas eram verdadeiras. Esse foi o trabalho desse rapaz, de 28 anos, que, quando foi Presidente da Associação, tinha 25 anos. Então, usando a tecnologia no sentido de burlar a legislação toda.

E aí fica essa discussão: “Ah, foi no Governo Bolsonaro...”. Rapaz, como pode o cara criar uma narrativa dessa? Coisa que a Contag já vem roubando esse pessoal desde 1994. Desde 1994, a instituição que mais roubou dos aposentados e pensionistas foi a Contag, que tem o Presidente irmão do Primeiro-Vice da Câmara... O Primeiro-Secretário da Câmara, o que é proibido, não podia nem ter assinado nenhuma ACT.

Essa é a realidade da CPMI hoje, e lamentavelmente nós estamos aí...

(Soa a campanha.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... com mãos atadas para aprovar requerimento.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Dando continuidade, eu passo a palavra ao Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discursar.) – Paz e bem, meu querido irmão, Senador Confúcio, Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores.

Estou aqui... Senador Amin, chegou o grande dia, amanhã. Amanhã nós vamos ter aqui a oportunidade – eu acho que até o dever moral – de negar a recondução do PGR, Paulo Gonet. Amanhã nós temos a chance de corrigir o erro que este Plenário fez, dando o voto de confiança, acreditando, pela sabatina, pelas visitas que foram feitas a gabinete, e a maioria votou a favor da indicação de Gonet; mas nós vimos um puxadinho do STF, especialmente do Ministro Alexandre de Moraes, acontecer naquela instituição tão importante, que deveria ser tão autônoma e não está sendo.

Então, eu venho a esta tribuna, Sr. Presidente, movido por um sentimento de grande responsabilidade com a nossa democracia, ou o restinho dela que ainda existe. A PGR é uma das instituições mais importantes



da nossa República. É ela que deve garantir a lei, conter abusos e proteger o cidadão contra qualquer tipo de arbítrio, e é justamente por isso que eu não posso me calar diante de fatos que têm preocupado milhões de brasileiros.

A Constituição é cristalina ao dizer que o Ministério Público é autônomo, independente e defensor da ordem jurídica, mas, durante o mandato do Sr. Paulo Gonet na PGR, o que vimos foi exatamente o contrário: uma Procuradoria silenciosa diante de inquéritos conduzidos de ofício por Ministros do STF sem participação efetiva do MPF, Ministério Público Federal. Isso fere o sistema acusatório, fere a separação de Poderes, fere a soberania do Parlamento. O Brasil inteiro se pergunta onde estava o guardião da Constituição.

Um episódio chocou profundamente quem defende as liberdades: no depoimento do Tenente-Coronel Mauro Cid, conduzido pelo Ministro Moraes, vimos intimidação, ameaças e constrangimentos ilegais ao depoente e à sua família. E o chefe do Ministério Público, onde é que estava? Estava lá, presente, assistindo a tudo de camarote, e nada fez. Como explicar essa omissão diante de um possível abuso de autoridade flagrante? O Ministério Público existe justamente para proteger o cidadão contra os abusos do Estado, não para aplaudir de longe.

O art. 129 da Constituição determina que o PGR deve agir sempre que houver violação da ordem jurídica. No entanto, mesmo diante de denúncias de prisões arbitrárias, espionagem ilegal, bloqueio de conta de cidadãos e censura explícita, a PGR pareceu imóvel. Essa inação preocupa, e muito, porque, quando o órgão responsável por frear o arbítrio cruza os braços, abre-se a porta para o autoritarismo.

E aqui faço, Sr. Presidente, uma pergunta pública e necessária. Podemos considerar legítimo o Ministro acumular funções de vítima, investigador e julgador ao mesmo tempo? Isso não existe em nenhum país sério do mundo. É incompatível com o sistema acusatório e com o devido processo legal.

O Ministério Público deveria ter se manifestado, deveria ter pedido limites, deveria ter protegido a nossa Carta Magna, mas não o fez. Somam-se a isso episódios que deixaram o país perplexo. Cidadãos, jornalistas, Parlamentares tiveram perfis bloqueados, contas bancárias congeladas, páginas censuradas, não por crime, mas por suas opiniões. Nem no regime militar existia mecanismo semelhante ao que está acontecendo agora no Brasil. E, em todos esses casos, novamente, o silêncio sepulcral da PGR.

Como explicar isso? É esse o Ministério Público independente que a Constituição concebeu? Não, jamais. Há ainda um sentimento generalizado de seletividade nas ações do Ministério Público. Oposição tratada com mão de ferro; aliados do Governo tratados com luva de seda.

Isso destrói a credibilidade de qualquer instituição. O que orienta a PGR – e vai o meu respeito a essa instituição pelo conjunto da obra, a sua história, não pelo momento atual – o que orienta a PGR, hoje, é a lei ou a conveniência política? Essa resposta precisa ser dada com transparência amanhã por este Plenário, que vai ter a chance de corrigir esse erro histórico, aqui, perante os brasileiros que estão vendo atônitos essa algazarra que está acontecendo no Estado democrático de direito.

Cito aqui um caso gravíssimo, Sr. Presidente. A prisão do ex-assessor Filipe Martins, decretada com base em um documento falsificado e com assinatura forjada. Até autoridades norte-americanas estão confirmando que ele nunca deixou o Brasil, contrariando a justificativa da prisão. Mesmo diante disso, a PGR, o que é que fez? Nada. Se nem diante de uma falsificação evidente, com potencial de destruir a vida de um inocente, a Procuradoria age. Quando é que ela vai agir? Ou só age por um lado? É parcial por esse sistema bruto, político, politiqueiro, que tem acabado com esta nação.

Outro ponto que me preocupa é a sociedade empresarial que foi mantida, que teve parceria do Sr. Gonet com o Ministro Gilmar Mendes no IDP. Parece até que o Sr. Paulo Gonet vendeu as cotas para o filho do Gilmar. Estamos falando de um chefe da acusação, que teria sido sócio de quem julga ou com quem manteve relação... Isso não existe em nenhuma democracia madura no mundo. A imparcialidade



não pode ser apenas real, ela precisa parecer real. No momento de tantos abusos, essa relação fragiliza ainda mais a confiança da sociedade.

Falemos agora, Sr. Presidente, do escândalo que envolve denúncias de venda de sentenças no STJ, foi um caso gravíssimo que abalou a credibilidade do Judiciário. A PGR pediu mais prazo, mas não demonstrou a firmeza necessária, nem ação concreta, nem transparência, o que impede o avanço dessa investigação, para a qual, inclusive, pedi uma abertura de uma CPI. Tem até gente que foi morta. A pergunta que fica: a lei vale para todos? Ou há castas intocáveis na nossa República? E para piorar: a mesma procuradoria que pediu mais prazo para esse caso, a PGR, negou mais prazo aos advogados de acusados que tinham de analisar 70 terabytes de prova naquele julgamento, que não para em pé, do dia 8 de janeiro. É peça de ficção científica escabrosa, da pior qualidade. É uma contradição gritante. São dois pesos e duas medidas: para um, dá prazo; para outros, é aquele rigor dos amigos. É uma contradição gritante. Quando interessa, a PGR pede tempo. Quando não interessa, nega o tempo aos réus. Isso não é justiça. Isso é justicamento, é um desequilíbrio institucional.

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sr. Presidente, o Brasil precisa de uma PGR que atue como prevê a nossa Constituição, e não como espectadora de luxo do que está acontecendo em nossa nação, que está sedenta por justiça. O cidadão está sedento por justiça, por uma PGR que defenda a liberdade. É disso que a gente precisa! Que limite os abusos de quem quer que seja, que proteja o cidadão e garanta que nenhum poder ultrapasse a fronteira constitucional. É isso que a gente está vendo na PGR de hoje? Não! Por isso, nós temos o dever amanhã, moral inclusive, de votar contra e votar aberto. Eu farei o voto aberto, como sempre fiz.

Amanhã, Sr. Presidente, temos um dia muito importante. Será a votação da recondução do PGR. Recondução significa avaliar o passado, e o passado recente da PGR foi marcado por omissões, seletividade...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... e silêncio diante de violações graves. O silêncio, quando se tem o dever de agir, também é uma forma de ação, e, muitas vezes, a pior dela é ficar prostrado. Salvem a PGR!

Eu entrei com pedido de *impeachment*, lá atrás, do Ministro, quando comecei a vê-lo trocar os pés pelas mãos – fui eu e vários colegas Senadores aqui.

Eu encerro, Sr. Presidente, já agradecendo a sua benevolência sempre, mas eu não vou nem precisar do minuto a mais que o senhor me deu. Eu encerro deixando uma reflexão de Abraham Lincoln, um dos maiores defensores da liberdade da história. Olhe só, Senador Esperidião Amin, abro aspas: “Aqueles que negam liberdade aos outros não a merecem para si mesmos [...]”.

Que Deus abençoe esta nação e que tenhamos amanhã um dia de redenção.

Muito obrigado.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Parabéns, Senador Girão!

Vamos em frente. Eu passo a palavra para o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discursar.) – Prezado amigo Senador Confúcio Moura, quero saudar as Sras. Senadoras, os Srs. Senadores, e especialmente o



Senador Eduardo Girão, e é a ele que eu dirijo as minhas primeiras palavras. Como grande desportista que é, cartola inclusive, no bom sentido da palavra, cartola bem-sucedido, vitorioso, já foi lá nos visitar para secar o meu time, e, o que é pior, foi bem-sucedido...

Hoje eu quero celebrar um acontecimento em que eu gostaria muito de estar presente. O querido amigo, um jornalista desportivo que faz do esporte uma crônica verdadeira, correta e deliciosa, o jornalista Roberto Alves, do alto dos seus 84 anos de idade, absolutamente lúcido, só não vou dizer que é bonitão porque seria um exagero, grande galã e 68 anos de crônica esportiva, 68 anos ininterruptos, e já teve parceiros os mais talentosos também, e vou citar um deles, além dos atuais parceiros dele de todos os dias, não posso deixar de mencionar o seu grande parceiro inesquecível Miguel Livramento, um homem de grande talento também, mas hoje é o Roberto Alves, hoje é dia do Roberto Alves. Que bom que é o dia 11/11. Ele vai lançar um livro intitulado *Arrombassi!*.

O que quer dizer isso? Poderá perguntar alguém que não conhece o nosso dialeto, dialeto catarinense e da Ilha de Santa Catarina em especial. “Arrombassi!” é uma expressão de admiração que teria nascido quando uma moça muito bonita, muito bem-educada pediu a um garçom da lanchonete Cristal Lanche: “Traga-me algo cítrico”. E ele respondeu: “Arrombassi, Laila!”. Laila era o nome dela. “Arrombassi” quer dizer: você deu um banho com essa expressão.

A outra vez que eu lembro eu mesmo mandei fazer umas camisetas “Arrombassi, Guga!”, quando o nosso Guga Kuerten – fui amigo do pai dele, sou amigo da mãe dele, da família –, quando o Guga ganhou o primeiro Roland-Garros. O primeiro Roland-Garros foi uma história para o Brasil. Como é que eu vou dizer isso? Arrombassi, Guga! Ou seja, você extrapolou em vitória, em sucesso e em alegria para todos nós.

Hoje, então, Roberto Alves lança... Eu não posso estar presente, mas fiz um apelo à Angela para lá estar, pelo menos para que o João Antônio também fosse prestigiar. Somos todos amigos, admiradores.

Eu só lamento não poder estar e, através desse modesto registro, quero expressar toda a minha alegria e o meu orgulho, como seu amigo, por esta contribuição extraordinária ao bom humor, ao esporte e ao espírito de Florianópolis e de Santa Catarina. Roberto Alves, vale para você também: “Arrombassi!”

E aproveito o ensejo para solicitar à Mesa, pedindo atenção especial à Secretaria da Mesa, que promova uma reparação por erro material no texto da PEC 22, de que eu sou Relator.

Nós aceitamos a emenda do Senador Rogério Carvalho, portanto, pacificamos o texto, só que houve um erro material na proposta: em vez de ser o §6º, trata-se do §7º, no caso, do mesmo artigo do Ato das Disposições Transitórias que nós estamos alterando nessa proposta, que vai dar compatibilidade entre o nosso desejo, segurança, um pouco de conforto para esses heróis caminhoneiros do Brasil, e a realidade que nós temos – a falta de pontos de parada e descanso para motoristas, e a necessidade de darmos uma certa flexibilidade, não ao total de horas de descanso, mas aos tempos parciais desta pausa para descanso, que é fundamental até para a segurança pública, além da saúde do motorista, seja ele de carga, seja ele de transporte e passageiros. Vale para os caminhoneiros avulsos, como se diz, ou para o trabalhador empregado.

E, finalmente, quero fazer aqui minhas, em parte, as palavras do Senador Eduardo Girão. Eu tomei conhecimento – através de uma informação do Senador Jorge Seif de que eu ainda estou recolhendo detalhes – que o Sr. Eduardo Tagliaferro tem audiência na Justiça italiana a cumprir em face do pedido de extradição, como se criminoso fosse, pela condição de denunciante de algumas das barbaridades que fundamentam o requerimento da “vaza toga”, que tem 29 assinaturas.

Portanto, a CPI já tem mais do que o número mínimo necessário. E, estranhamente, Presidente, o nosso Presidente Davi Alcolumbre – apesar de várias solicitações que eu agora sou obrigado a multiplicar e quero pedir que todos que desejam a apuração da verdade peçam –, até onde eu sabia, não tinha



nem numerado o pedido de CPI, e, portanto, ela não deve ter sido submetida ainda ao crivo da nossa Consultoria Jurídica, ou da Advocacia do Senado.

Então, eu quero dizer o seguinte, os que querem abafar esse escândalo, a denúncia é de um escândalo, o que nós queremos é esclarecer, se alguém não quer esclarecer é porque quer abafar, não tem meio termo. Ou eu não tenho medo da verdade, ou eu quero evitar a verdade.

Pedido de extradição, como se bandido fora, sem condenação, porque vazou coisas inconvenientes para os que investigaram o 8 de janeiro?

Uma das denúncias, Senador Confúcio, uma das denúncias é fantástica! O senhor lembra dessa expressão? “Use da sua criatividade”. Isso foi dito pelo ministro ao seu juiz auxiliar: “Eu não estou encontrando nada que incrimine a pessoa”. “Use da sua criatividade”. Isso é uma frase compatível à inquisição. “Olha, eu não achei o pecado na pessoa”. Pôncio Pilatos, lembra? Pôncio Pilatos lavou as mãos, aqui não, levaram adiante mesmo sem o fato, bastou a narrativa.

Então, apurar, eu repito, não as decisões judiciais, mas apurar os procedimentos para chegar à apuração da verdade. E, eu repito, agora dizendo o que é, não se tratava de saber se fulano de tal, que está detido desde o dia 8 de janeiro, por exemplo, dois meses depois, vai continuar preso, mas por quê?

(Soa a campanha.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Qual é o motivo? Não tem motivo? Usa a criatividade?

Mas usou-se a criatividade. Foi um programa para investigar o que nos últimos seis, sete anos aquele detido falou, escreveu no seu WhatsApp, no seu aplicativo de mensagem. Se ele falou mal de um lado, ou seja, se ele falou mal da direita, ele é positivado, vai ficar; e se ele falou mal da esquerda, é negativado, pode soltar. Essa é uma das denúncias, com documentação.

Ora, se isso aconteceu ou não aconteceu, nós só queremos apurar a verdade, nós não vamos inventar. Os fatos estão apresentados, o Sr. Tagliaferro já deu proteção a eles lá fora.

(Soa a campanha.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu não conheço o Sr. Tagliaferro, mas ele fez denúncias que tem pé e cabeça, tem cabeça, tronco e membros, ou seja, tem organicidade, tem que ser investigado. E o Senado diz que quer investigar através dos 29 signatários.

Então, eu gostaria, de antes dessa audiência que está prevista para o dia 17 de dezembro, que nós tivéssemos uma deliberação: “Olha, a CPI vai ser instalada ou não pode ser instalada por essa razão, falta algum fato concreto”.

O que nós não vamos aceitar é ir levando de barriga para passar o ano e daqui a pouco o sujeito é extraditado, vem para cá e aí, sim, num esforço pessoal para silenciá-lo, num típico gesto de inquisição, traz o sujeito aqui que eu vou convencê-lo de que ele estava errado.

(Soa a campanha.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, faço aqui um apelo, Presidente Confúcio, vou fazer de novo ao Senador Davi Alcolumbre e peço que todos aqueles que querem a verdade não esperem até o dia 17 de dezembro, que é a data dessa audiência na Itália. Ele pode até ser extraditado, mas nós temos que saber que nós estamos deixando que isso aconteça sem decidirmos sobre algo que já requeremos, que é a instalação da CPI da “vaza toga”.

Muito obrigado.

(O Sr. Confúcio Moura, Segundo-Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo



Sr. Eduardo Girão.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Com a palavra um Senador sempre muito pontual, muito ativo, o Senador Confúcio Moura, do Estado de Roraima.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Rondônia.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Rondônia!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perdão, de Rondônia! Governador e grande Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor pode dizer também (*Fora do microfone.*) de Tocantins, no nascimento, e de Santa Catarina, de coração e de penteado. (*Risos.*)

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Para discursar.) – Tudo bem.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o Brasil clama por socorro. O que estamos vivendo é de cortar o coração. Nosso país atravessa uma fase duríssima, em que a força da natureza tem exposto, de forma trágica, a nossa vulnerabilidade diante das mudanças climáticas.

No Rio Grande do Sul, vivemos recentemente a pior enchente da história, com mais de 2,4 milhões de pessoas afetadas, 478 municípios atingidos e 184 vidas perdidas.

Agora, Sr. Presidente, o drama se repete no Estado do Paraná: três tornados, associados a um ciclone extratropical, varreram cidades inteiras, deixando pelo menos seis mortos, centenas de feridos e mais de mil pessoas desalojadas. No Município de Rio Bonito do Iguaçu, 90% das edificações foram danificadas – um cenário de destruição que impressiona e comove o país.

E, no mesmo território em que o Sul é castigado pelas chuvas, o Norte e o Centro-Oeste enfrentam a face oposta da tragédia: a seca mais severa dos últimos tempos. Agora, a seca do Nordeste se estende a outras localidades. Nos últimos dois anos, o Pantanal arde em fogo. O Amazonas padece sob a estiagem mais drástica de sua história e os grandes rios da região agonizam com seus leitos rasos, como se pedissem socorro.

O que antes era tema de relatórios técnicos e conferências internacionais, agora se tornou parte do cotidiano brasileiro, vivido, sentido e sofrido por milhões de famílias. As cenas que nos chegam de norte a sul são devastadoras: casas destruídas, árvores tombadas, arrancadas, energia interrompida, vidas ceifadas. O país inteiro assiste, atônito, à força da natureza revelando a fragilidade das nossas cidades e a urgência de uma ação concreta.

E, neste momento, quero expressar minha profunda solidariedade ao povo paranaense, que hoje enfrenta dor e perdas incalculáveis, mas estendo essa solidariedade também aos brasileiros de todas as regiões que, nos últimos anos, têm sido vítimas da fúria da natureza. Porque a dor é a mesma, a dor das famílias desabrigadas, das cidades devastadas, das vidas interrompidas e do sentimento de impotência que atravessa o coração do nosso povo. É a dor de um país que vê parte de si sendo levada pela força das águas, pelo vento e pela seca, e que começa a perceber que talvez não tenha feito tudo o que poderia para evitar tamanha destruição.

Mas é preciso ir além da solidariedade. É hora de transformar a comoção em reflexão, e a reflexão em ação concreta. Essas tragédias precisam ser compreendidas à luz da cúpula do clima de Belém, que marca as discussões preparatórias da COP 30. O mundo nos observa agora. O Brasil, que hoje lidera a cúpula do clima, em Belém, também é o país que sente na pele os efeitos daquilo que está sendo discutido



nas mesas de negociação. Isso nos impõe uma responsabilidade ainda maior: a de sermos exemplo, não apenas no discurso, mas na ação, com políticas públicas consistentes e compromisso permanente com a sustentabilidade.

Sr. Presidente, há uma contradição dolorosa: o Brasil tropical, o Brasil da esperança, o Brasil abençoado por Deus e bonito por natureza – como dizia o poeta – agora sofre os mesmos impactos climáticos extremos que antes pareciam distantes, restritos a outras partes do planeta. A natureza pede socorro, e precisamos olhar para ela com mais responsabilidade, ciência e maturidade.

Como vamos reagir? Como vamos nos preparar? Que decisões o país vai tomar?

Enquanto buscamos essas respostas, outras realidades se desenrolam. Por exemplo, o início do Enem 2025. Neste ano, mais de 4,8 milhões de estudantes brasileiros participam do exame, dando o primeiro passo rumo ao futuro que sonham construir. Enquanto as sirenes de alerta soam no Sul, milhões de jovens estão de cabeça baixa, escrevendo a redação do Enem. É o contraste mais brutal: de um lado, a urgência da sobrevivência; do outro, a urgência do conhecimento. E o tema deste ano foi: desafios para o enfrentamento do etarismo na sociedade brasileira, do envelhecimento, um tema que convida à reflexão sobre o envelhecimento do nosso povo e sobre o respeito e a inclusão das pessoas idosas. E é simbólico que esse debate ocorra justamente agora, porque o Brasil está envelhecendo, e não está preparado para isso.

Vivemos o paradoxo de um país que envelhece sem formar novas gerações em número e qualidade suficientes para sustentar o futuro. Faltam médicos, engenheiros, professores, técnicos, cuidadores, pesquisadores. Falta gente preparada – e sobra potencial desperdiçado.

Enquanto o tempo avança, seguimos sem investir o bastante na formação de pessoas, na educação de base, na valorização da ciência e na capacitação técnica necessária para enfrentar os desafios do clima, da energia, da saúde e da vida em sociedade. É como se a vida nos lembrasse, mais uma vez, que a única engenharia capaz de reconstruir o país, de planejar nossas cidades e de salvar o futuro é a engenharia da educação, da ciência, da consciência ambiental.

Senhoras e senhores, no meio do caos climático, temos jovens tentando construir um futuro. E é simbólico – e, ao mesmo tempo, doloroso – ver o país enfrentando tragédias e, simultaneamente, educando a juventude.

Não existe saída fora da educação, da ciência e da consciência ambiental.

O que o Brasil vive hoje é um chamado. Um chamado à consciência, à união e à ação.

Que a dor que atinge nossos irmãos do Sul sirva para acordar o país – e para que a cúpula do clima, sediada aqui, sob o olhar atento e milenar da Amazônia, não seja apenas uma conferência, mas um marco de mudança...

(Soa a campanha.)

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – ... um ponto de virada na forma como o Brasil e o mundo encaram o futuro do planeta.

Que o Senado Federal seja, neste momento, a voz do desabrigado, a consciência do cientista e a bússola que aponta para um futuro em que a tragédia de hoje não seja a rotina de amanhã.

Há 32 anos, o Brasil sediava a Eco 92, no Rio de Janeiro, inaugurando a era do debate global sobre o desenvolvimento sustentável. Hoje, mais de três décadas depois, é inevitável perguntar: o que aprendemos? O que fizemos de diferente? O tempo passou, e o clima continua a nos cobrar respostas.

E, agora, o futuro exige não apenas discursos...

(Soa a campanha.)

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – ... e sim ações



concretas: formar pessoas, cuidar de nossas vocações, investir em ciência, em energia limpa, em adaptação e, sobretudo, em educação.

É a nossa responsabilidade. É a nossa hora.

Que o futuro, quando chegar, nos encontre preparados, conscientes e comprometidos com o planeta e com o povo brasileiro.

Sr. Presidente, eu quero aqui registrar, no final do meu pronunciamento, a presença, no Plenário, do Prof. Olakson, que é um dos professores líderes do Instituto Federal de Educação do Estado de Rondônia, ligado às práticas esportivas, com um programa inteligente de inclusão social através do esporte.

Então, por meio dele, eu cumprimento todos os professores de Educação Física, todos os alunos e pais que realmente aceitaram...

(Soa a campainha.)

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – ... participar do Projeto IFROatleta Cidadão, no Estado de Rondônia.

Então, Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado, Senador Confúcio Moura, do Estado de Rondônia.

Nós estamos aqui, praticamente, às 14h52, esperando para ver se algum Senador ainda chega, ou então nós vamos ter que suspender aqui a sessão, para retornar daqui a pouco, com a pauta do dia. *(Pausa.)*

Então é isso. Não havendo mais oradores presentes, a Presidência suspende a sessão deliberativa, que será reaberta para apreciação das matérias constantes na Ordem do Dia.

Deus abençoe você, brasileira, brasileiro. Muita paz e até daqui a pouco, com a graça de Deus.

(A sessão é suspensa às 14 horas e 53 minutos e reaberta às 16 horas e 25 minutos, sob a Presidência do Sr. Davi Alcolumbre, Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está reaberta a sessão.

Encerrado o Período do Expediente, declaro aberta a Ordem do Dia.

Início da Ordem do Dia.

Eu gostaria de registrar e agradecer a presença, na galeria do Senado Federal, dos alunos do Colégio Militar de Goianópolis, Goiás, que visitam, na tarde de hoje, o Congresso Nacional a convite de S. Exa. o Senador, pelo Estado de Goiás, Wilder Moraes.

Sejam muito bem-vindos e bem-vindas!

Antes de nós iniciarmos a deliberação do primeiro item da pauta, eu fiz a inscrição de S. Exa. o Senador Flávio Arns, a quem eu gostaria de conceder o tempo necessário para que possa se dirigir à tribuna do Senado Federal para fazer a sua manifestação e os seus esclarecimentos em relação ao projeto de decreto legislativo que tramita nesta Casa, de autoria do querido Senador Flávio Arns. Ele gostaria de trazer ao conhecimento do Plenário do Senado, dos Senadores, das Senadoras e do Brasil a construção feita a várias mãos.

Mas, antes de lhe passar a palavra, eu gostaria de cumprimentar V. Exa., Senador Flávio, pela persistência e pela confiança que V. Exa. tem de todos nós em liderar esse processo de diálogo com o Governo Federal.

Com a palavra, V. Exa.



O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.)

– Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente.

E agora vou me referir, especificamente, ao Decreto 12.686, que foi objeto de grandes debates aqui no Senado Federal, pelas duas ou três últimas semanas.

Quero destacar o papel fundamental de V. Exa., em primeiro lugar, dando total apoio às entidades do terceiro setor de nosso país e também pela necessidade do diálogo e do entendimento.

Quero também agradecer todo o apoio que foi dispensado para a iniciativa pelas lideranças partidárias que assinaram o Projeto de Decreto Legislativo nº 45 para revogar o Decreto 12.686. Essas assinaturas totalizaram 69 Senadores e Senadoras, e, individualmente, inclusive, tivemos no documento a colocação de mais de 50 assinaturas individuais – e tenho certeza de que mais Senadores e Senadoras assinariam o documento.

Inclusive, por orientação e também insistência do nosso Presidente, o diálogo sempre foi procurado com o Ministério da Educação, para que, ao invés de revogarmos, sustarmos o decreto que prejudicava, sensivelmente, a pessoa com deficiência mais vulnerável, que mais necessitava de atendimento, houvesse esse diálogo para a correção do decreto. Inclusive, logo nos primeiros dias, junto com associações nacionais, APAEs, Pestalozzis e autistas, apresentamos ao Ministério da Educação as ideias do que deveria acontecer com o decreto, lembrando, essencialmente, a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), que já detalhava, pelos últimos 30 anos, como a educação da pessoa com deficiência deve acontecer em nosso país, citando, por exemplo, “preferencialmente em escola comum”, “não exclusivamente em escola comum”. A LDB cita também outros aspectos de como essa educação pode acontecer, dependendo das especificidades de cada pessoa, dentro da escola comum e, se não for possível, em função das suas condições pessoais, dentro de uma escola especializada, de serviços, de instituições, para que haja essa educação ao longo da vida, inclusive educação para o trabalho. Então, a LDB é extremamente importante nesse sentido, de dizer exatamente como isso tudo pode e deve acontecer em nosso país.

Hoje de manhã, tivemos uma reunião no Ministério da Educação com a presença da Senadora Teresa Leitão, Presidente da Comissão de Educação e Cultura daqui do Senado; da Senadora Professora Dorinha; da Deputada Laura Carneiro, representando os Deputados da Comissão da Câmara dos Deputados; associações nacionais; o Ministro da Educação, Camilo Santana. A reunião se prolongou por uma hora e meia aproximadamente, com assessoria do Ministério da Educação.

E, depois de se explicar tudo isto, a importância do atendimento educacional, da escolaridade, das alternativas que devem ser apresentadas para as famílias, essa segurança que deve ser assegurada para toda a comunidade, que ficou, na verdade, atônita com o Decreto 12.686, porque não havia razão para que isso fosse, na verdade, apresentado para o Brasil, então, ao final de toda essa discussão, se chegou à conclusão de que o decreto será alterado. É importante que se diga isso para o Brasil, porque já havia estados que estavam alterando o atendimento da pessoa com deficiência em função de um decreto que vai ser totalmente modificado e que já havia sido modificado anteriormente. O espírito, a filosofia do decreto será alterada, e é importante também essa manifestação, para dar segurança para as famílias de que isso vai acontecer. Há o compromisso do Sr. Ministro de incluir no decreto aquilo que está previsto na LDB, e é isso que nós desejamos também, para que essa discussão se encerre, para que as pessoas fiquem tranquilas, fiquem seguras, que a escolaridade dentro das escolas especializadas vai acontecer na classe comum, preferencialmente.

Inclusive, foi levantada na reunião a situação, por exemplo, também pelos participantes, de eventualmente se ter a necessidade de você ter um aluno e um professor, diante da necessidade que aquele aluno apresenta, tão intensa que demandaria um professor para um aluno. Depois de um tempo, dois alunos e um professor, três alunos e um professor, quer dizer, a socialização acontecendo; e educação ao longo da



vida, o que é fundamental para que... Como acontece e eu já mencionei aqui no Senado, com os alunos da Apae-DF, do Distrito Federal, que estão na biblioteca, contratados pelo Senado, higienizando os livros, recuperando os livros também da biblioteca, num processo de educação para o mundo do trabalho.

Então, Sr. Presidente, quero ressaltar, de novo, a importância de V. Exa., a importância dos Líderes que assinaram o PDL, dos Senadores e Senadoras que individualmente também assinaram o PDL, e quero dizer que eu penso realmente que, depois dessa reunião, o Sr. Ministro assumiu o compromisso de incluir todos esses aspectos no decreto e, nesse sentido, um clima de cordialidade, de diálogo, de entendimento, fruto, eu diria, daqui do trabalho essencialmente do Senado, com o apoio da Câmara dos Deputados – foram 30 PDLs apresentados na Câmara dos Deputados. Há um clima bom para esse entendimento, e é essa paz e essa segurança que a gente almeja na educação de uma maneira geral e, particularmente, na educação de pessoas com deficiência, de zero ano de idade até quando essa educação for importante e necessária na vida dessas pessoas.

Então, eu até solicito a V. Exa. que possa, neste momento também, fazer os encaminhamentos necessários, porque eu penso que a gente pode perfeitamente aguardar ou algo semelhante, como V. Exa. decidir, mas há o compromisso do Ministro da Saúde e de sua equipe de alterar, de mandar para o Presidente da República, e de que o novo decreto será, então, publicado com essas mudanças acordadas anteriormente e no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O Senador Alessandro gostaria de fazer uma manifestação, um aparte.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Apenas para registrar e objetivamente dizer, em nome dos sergipanos, muito obrigado, Senador Flávio Arns, pela liderança que o senhor exerce há muito tempo nessa área, na educação das pessoas com deficiência, no cuidado com as pessoas com deficiência, liderança que o senhor exerce sempre com elegância, com cuidado, com respeito, mas com muita firmeza.

E quero reiterar o que a Casa demonstrou na subscrição ao PDL: o senhor conta com total apoio do Senado nessa sua luta, que é uma luta justa e necessária.

Então, parabéns e muito obrigado, em nome dos sergipanos.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Antes de passar a palavra à Senadora Teresa Leitão, eu gostaria, Senadora Teresa, em nome da Presidência do Senado e de todos os Senadores, de abraçá-la pessoalmente, depois daquele acidente que aconteceu com V. Exa., na semana passada, e todos nós ficamos muito apreensivos. Eu perturbei muito a sua filha até 11h, meia-noite e 1h da manhã, para saber como V. Exa. estava no hospital, e eu estou muito feliz – todos nós estamos – de ver V. Exa. aqui prontamente restabelecida, assumindo as suas atribuições de Senadora da República eleita pelo Estado de Pernambuco.

Mas também mais feliz fico quando fui informado, pelo Senador Flávio Arns e pela Senadora Dorinha, que V. Exa., como Presidente da Comissão de Educação do Senado Federal, participou dessa construção relatada pelo Senador Flávio Arns na manhã de hoje, no gabinete do Ministro da Educação, que é um colega nosso Senador e com quem eu tenho certeza de que, a várias mãos, construíram esse entendimento com a presença e a liderança de V. Exa. no ministério.

É uma satisfação reencontrá-la bem, retomando as suas atividades no Senado Federal.

Com a palavra, V. Exa.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Pela ordem.) – Muito obrigada, Senador Presidente. Em sua pessoa eu agradeço também a todos os colegas que mandaram



mensagens, querendo saber como eu estava. Foi mais um susto do que as consequências. Hoje fui tirar os quatro pontinhos da sutura. Está tudo perfeito, tudo tranquilo, não teve inchaço, não teve nenhuma fratura, o que, para mim, é muito importante, não é?

Agradeço muito a cada um de vocês que se preocupou e que mandou mensagem. Eu já fiz isso pelo zap, mas não quero perder a oportunidade de fazê-lo diante da manifestação de V. Exa.

Volto ao tema sobre o qual eu me debrucei, mas cujos contatos fiz também, pelas contingências, por telefone: conversei com o Ministro, conversei com o Presidente, com o Senador Arns, com a Senadora Dorinha. E o que ocorreu? Tão logo o decreto foi publicado, nós evidenciamos alguns pontos que poderiam não constar no decreto, que poderiam gerar o que de fato foi gerado: interpretações, má interpretação de um aspecto ou de outro; palavras que estavam muito radicalizadas na sua colocação. E a nossa ideia inicial era, de fato, alterar o decreto, alterá-lo a partir de um processo de negociação, porque isso é o que leva às melhores conclusões da política, é quando a gente consegue sentar-se à mesa, colocar as visões divergentes e no dissenso construir o consenso. E foi isso, eu acho, que aconteceu culminando na reunião de hoje de manhã em que – nessa, sim! – eu pude participar presencialmente.

Eu destaco que as alterações foram necessárias, Senador Arns, porque nós nos debruçamos, e o fizemos também no diálogo com o MEC, para que o MEC também reconhecesse isto, de afastar do decreto qualquer interpretação que pudesse dar dúvida naquilo que era a essência do decreto: promover a educação inclusiva com atenção a todas as formas de deficiência, todas as formas e todos os graus. A educação tem que contemplar toda essa diversidade e, em se tratando de educação especial, com mais preciosidade ainda, com mais especificidade ainda.

Daí que algumas nomenclaturas precisam ser abarcadas, sim, no decreto, tanto para reforçar o que já existe em outras leis, o que já existe em convenções nacionais, como para ficar claro o direito de cada um e de cada uma, de todos e de todas, porque é assim que diz a LDB. Desde a LDB, educação não é só um direito público de todos e de todas, é também um direito subjetivo de cada um e de cada uma. Ao dizer de cada um e de cada uma, a lei está dizendo: na sua especificidade. Esse foi um debate de mérito muito importante que o decreto abarcou.

Também o decreto foi trabalhado para que ele desse visibilidade à conceituação do sistema educacional inclusivo, que afirma a previsão de escolas especializadas que precisam continuar com oferta de escolarização, que jamais foi retirada da visão do Governo, mas a vírgula muitas vezes prejudica a leitura.

Então, a legislação que já assegura a garantia de apoio financeiro e a garantia de educação “ao longo da vida” – essa é uma expressão conquistada inclusive pelos acordos internacionais – a gente está preservando neste decreto. A obrigatoriedade da educação pela lei a gente sabe que é dos quatro aos 17 anos, mas temos educação de jovens e adultos na modalidade, temos educação profissional, e essa expressão “ao longo da vida” é que garante toda e qualquer possibilidade de acesso ao direito.

O decreto também aperfeiçoou os aspectos atinentes à formação continuada, reivindicada por todos nós, e destaco para concluir, Senador, três pontos que eu acho que foram bem destacados pelas entidades e acolhidos no decreto com alterações. Isto é o que a gente valoriza no processo de negociação: quando um dos negociadores reconhece e acata que a alteração precisa ser feita. Eu destaco, Presidente, as três alterações fundamentais que foram feitas nesse diálogo, pelo MEC, que vão constar na nova versão do decreto.

A garantia de educação de zero a 17 anos. Foi alterado o inciso II do art. 4º do decreto para prever como objetivo da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva a garantia de educação básica de zero a 17 anos, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais.

Outro ponto que foi alterado é a carga horária mínima para a formação: para professores de 360 horas, a carga horária mínima; e para os AAE (agentes de educação especial), de 180 horas, para profissional de



apoio.

O terceiro ponto, que não estava constando e que passa a constar, e a gente precisa repeti-lo, é o Plano Educacional Individualizado, que foi agregado em todos os artigos e incisos que tratavam da previsão do Plano Educacional Individualizado ao lado do Plano de Atendimento Educacional Especializado.

Eu acho, Senador, que foi uma vitória e não poderia deixar de ressaltar o finalmente que foi dado na nossa reunião pelo Ministro Camilo Santana.

Camilo Santana tinha o apoio de quatro entidades nacionais com a versão inicial do decreto, que são justamente as entidades que representam as redes de educação municipais e estaduais que vão tocar a educação básica: o Consed, a Undime, o Fórum de Prefeitos e o Foncede, que reúne os conselhos de capitais. E ele dialogou com todas as quatro: “Apesar do apoio de vocês, eu tenho que sentar com as instituições, eu tenho que ouvir o Congresso Nacional, eu tenho que ouvir os Senadores, eu tenho que ouvir os Deputados”.

Eu acho que isso foi um gesto importante, que, para mim, Senador Arns, não é surpresa, porque o MEC tem investido muito financeiramente e pedagogicamente para que, de fato, a educação especial seja uma educação inclusiva para todos e para todas...

(Soa a campanha.)

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – ... respeitando as peculiaridades e as experiências exitosas que nós temos do chamado terceiro setor.

Parabéns, Senador Flávio Arns, fico feliz de ter participado desta reunião no final da manhã de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – É muito rápido o meu aparte.

Em primeiro lugar, é para saudar a presença entre nós, íntegra na sua beleza, na sua simpatia e na sua paciência conosco, da Senadora Teresa Leitão. Seja bem-vinda de novo.

E quero cumprimentar este bravo e sereno lutador, Senador Flávio Arns, com raízes em nossa querida Forquilha, para lhe dizer, como disse no primeiro momento: o PDL que V. Exa. ofereceu foi a resistência do Congresso brasileiro, que determinou, Presidente Davi Alcolumbre, com o seu aval... Essa conquista, para mim, é incompleta – eu nasci no dia de São Tomé, eu só vou acreditar depois de publicado no *Diário Oficial do Congresso Nacional*, e não há nenhuma ofensa nisso, é um determinismo cronológico do meu nascimento, eu acredito depois que constatar, e isso é uma coisa prudente – mas eu quero lhe dar parabéns. O senhor usou de um instrumento democrático, contou com a assinatura da maioria dos Senadores e chegou-se àquilo de que a Senadora Teresa Leitão falou, houve um acordo.

Eu quero aqui dizer às nossas APAEs de Santa Catarina, que ainda ontem estavam mobilizadas na Assembleia Legislativa – na mesma Assembleia que hoje é presidida pelo Deputado Julio Garcia, o qual, no exercício do Governo do estado, no mandato do Senador Luiz Henrique da Silveira, conferiu às APAEs a garantia de uma receita constitucionalmente – que elas conseguiram, graças à sua luta e à nossa solidariedade, que a razão de apoiar as APAEs fosse ressaltada nesta correção, que eu ainda considero prometida, mas acredito que ela, com o seu apoio, Davi Alcolumbre... V. Exa. ficou melhor lá em cima, seu cadastro melhorou lá em cima, pode crer, porque essa foi uma boa ação. O senhor disse que, se até terça-feira não resolvessem, iria ser votado o PDL, então, o senhor foi prudente e eficiente.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) –



Obrigado pelas palavras, mas eu, Senador Amin, divido isso com meus colegas Senadores e Senadoras, com V. Exa. e todos os demais que nos ajudaram, ao lado do Senador Flávio, a enfrentar esse ato do Governo, que agora, com a sua revisão, retorna ao caminho natural das coisas.

Com a palavra, Senadora Ministra Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, primeiro eu quero cumprimentá-lo. O senhor conduziu essa conversa de forma extraordinária, acalmou nossos corações, teve momentos em que nós viemos a este microfone muito bravos, e o senhor dizia: calma, calma. Eu sei que essa é uma pauta também do seu coração, então, pela forma como o senhor conduziu é que nós realmente chegamos aonde chegamos.

Senador Flávio Arns, o senhor só se agiganta. Quando tudo isso aconteceu, quando o decreto foi publicado, eu sei as dores que esse decreto lhe causou, mas a forma sensata e serena como o senhor conduziu, conversando com todo mundo – e todo mundo aqui estava com Flávio Arns, olha o número de apoiantes ao requerimento de urgência – como o senhor conduziu...

E quero mandar um recado ao Ministro Camilo. Ministro Camilo, o senhor também cresceu muito em tudo isso. O Governo não sai perdendo, o Governo ganha em dialogar, em entender que a gente precisa ouvir as famílias brasileiras, que esta é a necessidade hoje. Quem sabe um Brasil, daqui a 200 anos, possa ser o Brasil para esse decreto que eles sonharam, que eles construíram, mas o Brasil de hoje precisava do acordo que saiu.

Mas eu preciso, Senador Flávio Arns, dizer que o senhor continua o nosso grande líder. Não fui à reunião. Por ser uma Senadora de oposição, às vezes o Governo acha que a gente vai só para “pilhar”, mas os Senadores de oposição querem o melhor para o Brasil. Por exemplo, acabou de sair da minha sala agora, do meu gabinete, o Ministro Wolney, veio ao meu gabinete prestar contas do que o INSS está fazendo durante toda essa crise. É assim que a gente constrói a nação. Claro que, daqui a um ano e meio, nós conservadores vamos estar no poder de novo, mas eu tenho que ajudá-los que o Brasil dê certo agora. Parabéns, Senador Flávio Arns.

E eu encerro a minha fala cumprimentando a sociedade civil organizada, cumprimentando as famílias das pessoas com deficiência que nos ouviram – estava fervendo nas redes sociais, as famílias na porta do Congresso Nacional – e nos deram um voto de confiança de que, sob a sua liderança, nós chegaríamos a um acordo. Obrigada, Apae, obrigada, Pestalozzi, todas as instituições, famílias. A sociedade civil organizada, quando se une, muda tudo nesta nação.

Hoje é um dia histórico. Essa pauta não se encerra aqui. Eu me coloco à disposição, Senador, para a gente continuar conversando sobre educação inclusiva e educação especial, porque alguns vão sair tristes com esse acordo, mas vamos conversar. O que as famílias queriam e precisavam foi o que foi possível hoje. Parabéns, Flávio Arns.,

Mas, Senador, como eu fui dos bastidores, permita-me, sem pedir aumento de salário, cumprimentar seus assessores...

(Soa a campainha.)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... cumprimentar os nossos assessores de gabinete que se envolveram, os assessores do Senado, esses consultores do Senado que não me canso de parabenizar, eles sofreram junto com a gente. Parabéns ao Aires, parabéns ao Diogo, à minha Dani, aos assessores de Dorinha, aos assessores de Teresa, esse time também veio junto e essa vitória é do Parlamento, é da assessoria, é do Governo, é da sociedade.

Todo mundo ganhou hoje. Parabéns. Parabéns, Senador Davi Alcolumbre.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) –



Obrigado, Senadora Damares. Parabéns também pela manifestação de V. Exa.

Concedo a palavra ao Líder Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Presidente, Senador Davi Alcolumbre, Senador Flávio Arns, essa vitória é a vitória do Parlamento brasileiro, a vitória da boa vontade, a vitória do bom senso.

O serviço que as APAEs, as Pestalozzis fazem, Senadora Tereza Cristina, é algo de a gente incentivar. Elas chegam aonde o Estado não chega. Elas têm a blindagem eleitoral, muitas vezes, nas emendas que a gente manda, e tem que ser assim mesmo. É um trabalho humanitário, de dedicação, que começou com o amor dos próprios pais.

Então, Presidente, eu tenho que parabenizá-lo. Nós temos muitas divergências, às vezes, em alguns embates. Nunca com relação à pessoa, jamais. Mas o senhor se dedicou de corpo e alma a uma causa justa, nessa das APAEs e das Pestalozzis. Eu quero parabenizá-lo, porque eu sei que sem o seu apoio, talvez demoraria muito para isso acontecer, ou talvez nem conseguiríamos.

Então, Senador Flávio Arns, o senhor, como Líder de nós aqui, Senadores, desses 54 que assinaram esse seu PDL, eu fui um deles, quero dizer que o senhor dá um sopro de esperança e de alívio. Eu estive, esse final de semana, no Ceará, no interior, visitando a Apae inclusive. E a gente percebe como a angústia estava grande, porque a gente já teve um precedente, Senador Jorge Seif, que foi muito negativo no passado, recentemente, Senadora Damares, da descontinuação, um nome bonito, mas eles acabaram com as escolas cívico-militares a partir do MEC deste Governo Lula, do Ministro Camilo Santana. Acabaram com o incentivo às escolas cívico-militares, que davam um retorno fantástico. Dentro do próprio MEC, tinha o embasamento de ambiente escolar melhorado, de resultados melhorados, tudo das escolas cívico-militares. Eles acabaram por ideologia e iam fazer a mesma coisa com as APAEs, com as Pestalozzis.

E graças a essa união, que fez a força, nós conseguimos essa vitória agora, e eu quero parabenizar, Senador Flávio Arns, o senhor pela sua dedicação. E eu sei que o senhor ficou noites sem dormir.

Parabenizo o Diogo, que foi um gigante, assim como todos os assessores dos Senadores que se envolveram.

Parabenizo o Presidente Davi Alcolumbre por essa vitória do Parlamento brasileiro.

Que Deus abençoe o Senado Federal.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Heinze, eu queria passar a palavra ao Senador Flávio, para ele concluir, e eu já fiz a inscrição de V. Exa., eu acho que é outro assunto.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Não, o assunto...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ah, é o mesmo? Pois não.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Pela ordem.) – Presidente Davi, quero cumprimentar a iniciativa do Senador Flávio Arns. Fui um dos 54 Senadores que junto com V. Exa. assinamos esse seu PDL porque entendemos da necessidade das nossas APAEs. Falo pelo Rio Grande do Sul.

Aqui está a Secretária de Educação, Jaqueline, do Município de Tapejara, que me falava, agora aqui, da Maristela, que é Presidente da Apae de Tapejara, simbolizando as dezenas de APAEs que nós temos no Rio Grande do Sul e que clamavam pela necessidade de nós restabelecermos através do seu PDL e dessa negociação.

Cumprimento a Senadora Teresa Leitão e todos que se envolveram nesse processo para ajudarmos



as APAEs do Brasil inteiro.

E aqui tem crianças da Câmara Mirim de Tapejara – as crianças conhecem a Apae de Tapejara e sabem –, simbolizando as APAEs do Rio Grande do Sul.

Obrigado, Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Sr. Presidente...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senador Davi...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois não, Senador Seif, em seguida vou conceder a palavra ao Senador Flávio Arns para concluir.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Senador Arns, eu quero parabenizá-lo, em nome de todas as instituições Apae do Estado de Santa Catarina. O senhor não sabe a quantidade de pessoas que têm nos procurado, nesses últimos dias, em verdadeiro desespero.

Nós sabemos que esse tipo de educação especial se mistura, inclusive, com a assistência social. É uma mistura de educação e de assistência social que já é tão deficitária no nosso Brasil. Então, dos muitos desmontes, infelizmente, do Governo do Partido dos Trabalhadores – estabelecimentos manicomiais, agora a portaria da Conabio, escolas cívico-militares –, esse seria um tiro no coração para os portadores de necessidades especiais do nosso Brasil.

Então, quero parabenizar o senhor, quero congratular o senhor e todos os Senadores que, como eu, subscreveram esse PDL. Parabenizo também o Senador Davi Alcolumbre por ter colocado isso na pauta, com a devida urgência de que o Brasil urge.

Vejam as redes sociais, vejam os *e-mails* dos gabinetes de vocês, das entidades das APAEs de todo o Brasil, pedindo socorro, pedindo ajuda, e o Parlamento prontamente respondeu a essas entidades, que são tão importantes para as crianças especiais do nosso Brasil.

Muito obrigado, Senador Flávio Arns, e parabéns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Sr. Presidente, só quero novamente agradecer as manifestações dos Senadores e Senadoras, colegas, e dizer que, de fato, foram 54 assinaturas individuais, mas, em termos de lideranças, foram o equivalente a 69 assinaturas, praticamente o universo todo do Senado Federal.

Mas quero, encerrando, dizer que esse decreto, a rejeição a esse decreto e o acompanhamento, para que fosse resolvida a questão crucial que envolvia a segurança das famílias, dos profissionais e das pessoas com deficiência, isso abalou o Brasil, de Norte a Sul do Brasil. Houve manifestações em todos os estados e em todos os municípios, e a gente é muito grato a essa mobilização. Isso é importante, porque a gente diz: olha, o povo, quando sabe, de fato, o que quer e está unido numa causa, a favor de uma causa, essa é a força mais importante a ser prestigiada e valorizada.

Todos nós, Senadores e Senadoras, fomos procurados por dezenas, centenas, até milhares de pessoas, para que esse assunto fosse encaminhado. Então, é essa segurança que a gente quer trazer, junto com o nosso Presidente Davi Alcolumbre, a quem fiz questão de ressaltar como grande companheiro, grande amigo da área e grande apoiador, para que a solução acontecesse.

Então, parabéns e muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Parabéns, Senador Flávio. (*Palmas.*)

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Wilder Moraes.

(*Soa a campanha.*)

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Pela ordem.) – Sr.



Presidente, eu queria registrar a presença aqui dos alunos e das alunas do Colégio Cívico Militar da nossa querida cidade de Goianápolis, conhecida como a terra do tomate, a terra do nosso cantor Leonardo – e também, em homenagem à avó dele, avó materna, o colégio se chama Benedita Brito de Andrade.

Cumprimento o coordenador de gestão do colégio, Capitão Maurílio, acompanhado do Tenente Thomas, da Subtenente Leila Maria; os Professores Alex, Edna, Divina, João Vitor; também a Coordenadora Thays, o Israel Mariano e o Sargento Castilho.

Para mim é uma honra e quero dizer que nós estamos aqui acabando de debater, agora, a importância... E a gente vê pelo comportamento e pela disciplina desses alunos das escolas cívico-militares. Tenho muito orgulho em saber que essa escola é referência para o nosso Estado de Goiás.

Sejam bem-vindos ao Senado Federal. Um abraço grande do Senador de vocês, Wilder Moraes. *(Palmas.)*

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra, pela ordem de oradores inscritos, ao Senador Plínio Valério.

(Soa a campanha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Para discursar.) – Obrigado, Presidente Davi. Sras. Senadores, Srs. Senadores.

Começou de forma marcante a COP 30, com o maior baile presidencial que não houve na história do Brasil. Organizado pela Primeira-Dama Janja, o coquetel foi atrasado por duas horas, à espera dos convidados, mas nada e ninguém apareceu. Eu começo assim para mostrar a desimportância da COP 30. Nada de aparecerem. Almas bem-intencionadas ainda disseram que o chileno Gabriel Boric passara por lá, mas ele próprio avisou que estava cansado demais para ficar. E apareceu, claro, o time da casa: Dilma Rousseff, Alexandre Silveira, Aloizio Mercadante e por aí afora. E não é um bom sinal, por isso que eu comecei o discurso assim.

Tradicionalmente, são as ações de lideranças que conferem alguma repercussão às COPs – digo repercussão porque fatos concretos são extremamente raros nesses convêscotes de interesse divergente. Foi o caso da COP 21, de Paris, perdida em confrontos, que à última hora reuniu delegados dos Estados Unidos – o Presidente Barack Obama e o Secretário John Kerry –, mais França e Brasil. E foi aí que se acertou o princípio de que as nações ricas contribuiriam para salvar as florestas e outras áreas importantes para o clima. Não deu em nada. Claro que não deu em nada, como essa também não vai dar. Pois, até hoje, não houve nada de significativo em termos financeiros, mas ao menos chegou-se a um discurso bonito, como está sendo agora também.

Nessas COPs houve, como consolo, presenças maciças. Este ano, porém, só 18 chefes de estado, 11 primeiros-ministros e um rei – o herdeiro do trono britânico apareceu, mas avisou que não tinha dinheiro para qualquer contribuição. Faltaram, ainda, autoridades de alto escalão: Estados Unidos, Itália, Canadá, Japão, China, México.

Quanto às participações financeiras, apenas a Noruega anunciou um volume razoável de recursos, mas parcelados em vários anos, ou seja, vem calote por aí. A Alemanha, que empurra o Brasil para essa política ambiental desastrosa, também falou em contribuir, mas ainda sem um valor preciso. Cumpre, assim, um destino: já vivemos 30 COPs em que os discursos são sempre os mesmos, as promessas idênticas e os fracassos, meu amigo Seif, cada vez mais evidentes.

Por essas e outras, fica no ar o discurso da Ministra Marina Silva sobre o seu grande projeto para a COP 30 – eu falei Ministra Marina Silva –, batizado em português como Fundo Florestas Tropicais



para Sempre (TFFF). Segundo ela, o fundo nasceu no Ministério do Meio Ambiente, “mas depois fizemos um trabalho ombro a ombro com o Ministério da Fazenda, com o Banco Mundial, e fomos alargando as parcerias” – foi o que ela disse. Ou seja, se veio algum dinheiro de fora, não se sabe quanto e nem de onde, mas ela alega que o fundo já está operacional, e com os primeiros aportes, com algo em torno de R\$6 milhões.

Marina se gabou ainda de ter criado uma arquitetura em que, abro aspas, “para cada dólar que vem de fundos soberanos nós vamos alavancar pelo menos US\$4 para pagar por floresta protegida”. Para quem não sabe – e eu não sou do agronegócio – um hectare produz, se for traduzido em dinheiro, uns US\$20 mil, US\$21 mil, e vamos receber US\$4 por ano para manter a floresta em pé. Cabe-nos aguardar, e essa fórmula mágica talvez, se der certo – e não vai dar –, aplicar nos outros setores do Governo, porque é uma mágica, salvaria o Governo.

Até agora viu-se o contrário. O comércio no centro de convenções montado em Belém, onde o pão de queijo por R\$45... mas azar de quem acreditou e foi, o problema é de quem compra o pão de queijo. Mas há gastos bem mais significativos: por exemplo, a destruição da floresta para ampliação das estradas de acesso a Belém, particularmente chamada Avenida Liberdade. Segundo a *Fox News*, 100 mil árvores foram cortadas para viabilizar a estrada – um parêntese aqui: a BR-319 não vai derrubar uma só árvore. Eu estou reafirmando aqui o que eu disse aos brasileiros e brasileiras: se derrubar uma só árvore, eu renuncio ao meu mandato, peço perdão à minha mulher, às minhas filhas e sumo do mapa.

Sr. Presidente, Senadoras e Senadores, já se tornou modismo, especialmente entre os santuaristas, ridicularizar os esforços do Governo brasileiro, e aqui, louve-se – inclusive, o dinheiro torrado na COP está sendo traçado por eles, vilipendiado por eles –, quando esse mesmo Governo ingressa na produção de combustíveis fósseis na Margem Equatorial, que foi uma luta de todos nós. O Presidente Lula quis, a Petrobras quis e saiu e foi dada. Mas esses santuaristas, os trombeteiros do apocalipse ambiental, ficam criticando o Brasil na cara do Presidente por uma coisa boa que ele fez, que foi fazer com que o Ibama, que é um órgão de apoio técnico do Governo, liberasse a licença para as pesquisas. E essas maiores críticas partem de onde? Do Greenpeace, ele próprio com um navio atracado no cais de Belém, pronto para difundir suas ideias confusas por lá. É evidente que o problema não está nisso.

A vizinha Guiana está se desenvolvendo como nunca em sua história graças ao petróleo da Margem Equatorial sem que se tenha ouvido falar em um único incidente poluidor de porte por lá. Se há poluição – e tem poluição lá na COP, sim – é a poluição dos iates. O iate, por exemplo, em que o Presidente está alojado gasta 135 litros de óleo diesel por hora – por hora! – e cada convidado paga R\$2,7 mil por dia. Se exagero está havendo é por lá.

Eu tinha escrito aqui, para não cometer, Presidente Davi, nenhuma injustiça, não errar em dados, porque os defensores da COP, já nessa edição, reconhecem que ela servira apenas para tomar várias decisões sobre financiamento. Nenhuma delas saiu do papel.

Basta ver o que ocorreu no Acordo de Paris, firmado por 190 países que prometiam limitar o aquecimento global a 1,5°C criar um fundo de US\$100 milhões anuais. Nada disso saiu do papel.

Nada, nada vai sair do papel.

Mas, como eu disse, meu amigo Jorge Seif, até aqui eu li e poderia ler mais. Para não causar nenhum constrangimento e não cometer nenhuma falta de educação, agora eu largo o papel e quero lembrar uma coisa: mesmo lidando com tanta hipocrisia, e o que eu falei é hipocrisia elevada ao cubo, a inércia elevada, os termos, pura hipocrisia. É o que a gente está vendo. E me esforcei muito para não ter que estar com outras palavras, agredindo. Agora, não posso ser tão educado, porque essa gente, eu estou falando de quem manda na COP, estou falando de pseudocientistas, essa gente, Seif, parece saber o que diz. O problema é que eles não conhecem, eles não conhecem de forma alguma o que pensam saber. Eles falam com uma



convicção, e a gente pensa que eles sabem, mas eles não conhecem. Eles não conhecem. Não sabem que, na Amazônia, e aqui eu digo para os brasileiros: na Amazônia, é mais útil saber nadar do que qualquer mestrado. Na Amazônia, quem não sabe nadar está ferrado, não adianta mestrado. Não adiantam esses estudos mirabolantes se não souber nadar. Para que nós possamos viver na Amazônia, temos que saber nadar.

Quanto a mim, antes que perguntem, eu aprendi a nadar aos cinco anos de idade.

Agora, assim como não pode falar de amor quem nunca soube amar, não pode falar de Amazônia quem não sabe nadar. Não pode. Eu uso “nadar” aqui no sentido amplo, porque foi esse aprendizado de nadar que me trouxe ao Senado da República. E, ao me trazerem e me tornarem Senador da República, me deram a missão de combater essa hipocrisia, essa hipocrisia que vem desses estudos científicos.

A COP não mostra a verdadeira Amazônia. A Amazônia mostrada na COP é a Amazônia deles, que, ao acabar, pegam os seus jatinhos e vão embora, e nós vamos ficar aqui.

Nove a dez milhões de amazônidas não têm renda para comprar uma cesta básica.

O Amazonas é o estado maior da Federação, rico em minerais, e 58% da população vive abaixo da linha da pobreza.

Presidente, antes que eu encerre, eu ouço meu amigo Senador do Rio Grande do Sul.

O Sr. Luis Carlos Heinze (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Para apartear.) – Senador Plínio, apenas reforçando o que V. Exa. está falando, fizemos um debate, alguns dias atrás, com o Senador Zequinha Marinho sobre o valor do crédito de carbono que a Floresta Amazônica gera: segundo dados do Banco Itaú, US\$150 bilhões. E é brasileiro.

E V. Exa. fala que tem 10 milhões de amazônidas que não têm recurso para comprar uma cesta básica.

Aqui, tem dinheiro que a comunidade internacional pode jogar lá. Não são alguns milhões que algumas ONGs recebem para se dizerem protetores da Amazônia. Aqui é a realidade: Banco Itaú, US\$150 bilhões. Esse é o valor que nós podemos absorver com a Floresta Amazônica.

Obrigado, Senador Plínio.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, obrigado.

Incorpo ao discurso e vou encerrar, Presidente.

Eu falei que quem não sabe nadar não pode falar de Amazônia. Esse pessoal não conhece a Amazônia. Na Amazônia ninguém trafega, cara, a gente navega, a não ser que tenha dinheiro para fretar avião. Essa gente nos condena a uma pobreza eterna. Eu não acredito que o povo europeu, que o americano, quando contribui, saiba disso. Querem nos colocar, nos impingir uma pobreza eterna.

A Amazônia não salva nada – a Amazônia, que é 1% de todo o território do planeta, 1%! Os mares representam 74%. Agora querem que eu, como você, brasileiro, se quiser acreditar, que acredite. Meu papel é pensar e fazer com que você não acredite. Não vão colocar nos meus ombros. Eu não vou salvar o planeta. Eu não vou, porque quem mais reclama é quem mais produz. Quem mais come, quem come melhor, quem bebe melhor é quem produz lixo. Quem come pouco, quem bebe pouco não produz lixo algum. É muita hipocrisia.

E mais uma vez, Presidente, eu vou erguer as mãos aos céus e agradecer a bênção de estar Senador, de poder chegar a esta tribuna e confrontar esses hipócritas. Vamos ter aqui... Temos o ano de 2026 e mais oito anos pela bênção de Deus. Vocês não vão ficar falando de amor. Vocês não sabem amar. Vocês não conhecem o amor. Vocês não vão ficar falando de Amazônia e dando lição porque vocês não entendem coisa nenhuma de Amazônia.

(Soa a campanha.)



O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Vocês podem até pensar que sabem o que falam, mas vocês não conhecem o que pensam saber.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Cumprimento V. Exa. e concedo, pela ordem, à Senadora Tereza Cristina.

(Soa a campanha.)

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu venho aqui pedir... eu tenho um PDL.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu gostaria de manifestar uma preocupação profunda em relação ao conteúdo do Decreto 12.710, de 2025, recentemente editado pelo Poder Executivo, cuja intenção é de instituir um Plano Nacional de Proteção a Defensoras e Defensores dos Direitos Humanos.

Bacana, o título é bonito. Embora a proteção à vida e à integridade de quem atua em prol dos direitos humanos seja uma diretriz condicional, Sr. Presidente, e uma demanda legítima da sociedade, o decreto é mais um exercício de retórica governamental para uma manobra política muito perigosa, que subverte a ordem jurídica, legaliza a impunidade e utiliza a máquina pública para proteger ativistas.

O texto do decreto adota conceitos abertos e genéricos, ao incluir sob essa categoria “pessoas, grupos e comunidades”, sem estabelecer critérios claros, técnicos ou objetivos para essa identificação. Essa imprecisão conceitual cria um verdadeiro guarda-chuva legal sob o qual praticamente qualquer organização, coletivo ou movimento autodeclarado pode se enquadrar, independentemente de sua conduta ou do respeito à ordem jurídica.

Senhoras e senhores, uma redação tão ampla fragiliza gravemente a segurança jurídica e abre brechas perigosas. Com base nesse texto, grupos organizados que invadem terras produtivas, ocupam prédios públicos e atentam contra o direito da propriedade podem, paradoxalmente, ser reconhecidos como “defensores de direitos humanos” – bastando, para isso, a própria autodeclaração e o ativismo político.

Ou seja, cria uma equiparação indevida e perigosa entre lideranças de movimentos com histórico de ocupações e invasões de propriedades privadas e os legítimos defensores de direitos humanos que atuam dentro da legalidade e de parâmetros democráticos.

Na prática, o texto pode conferir proteção estatal a indivíduos ou grupos que promovam atos de esbulho possessório, danos materiais e violência, transformando infratores da lei, em beneficiários de políticas públicas concebidas, originalmente, para proteger quem luta pacificamente pela justiça e pelos direitos fundamentais.

Não se pode admitir, Senadores e Senadoras, que a proteção estatal, custeada pela sociedade brasileira, seja estendida a movimentos que fazem, da invasão de propriedades, um método de ação política. Não é isso que o Brasil precisa. A defesa dos direitos humanos exige seriedade, responsabilidade e compromisso com a legalidade e a paz social. Não se pode banalizar esse conceito nobre, transformando-o em um escudo para a impunidade ou em um instrumento de legitimação de práticas ilegais.

Defender direitos humanos, sim, sempre, mas sem confundir o direito à manifestação com o incentivo à ilegalidade. É papel deste Parlamento zelar para que nenhuma norma jurídica legitime práticas que fragilizam a segurança jurídica no campo e desrespeitem quem produz, gera empregos e contribui para o desenvolvimento nacional.

Por isso, deixo aqui o meu apelo, Sr. Presidente, para que este decreto seja revisto, aprimorado e, se necessário, sustado por meio dos instrumentos constitucionais cabíveis, a fim de que a proteção estatal continue sendo um escudo para os verdadeiros defensores da dignidade humana e não um abrigo para



quem afronta a lei.

Sr. Presidente, acho que poderíamos seguir o bom exemplo do Senador Flávio Arns, da Senadora Teresa Leitão e de outros Senadores que, com a sua ajuda, transformaram o decreto contra as Apaes em um decreto a favor do bem e das Apaes. Esse decreto não pode ter, embutido no seu mérito, essa coisa, isso aqui, que é um absurdo total, você legitimar movimentos ativistas travestidos de defensores de direitos humanos, que eles não são.

Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu queria, antes de passar a palavra à Senadora Soraya Thronicke, informar ao Plenário que o Relator da matéria do primeiro item, o Senador Alessandro Vieira, já aguarda, há algum tempo, para proferir o seu parecer em Plenário. E eu vou apenas passar a palavra à Senadora Soraya Thronicke. Mas, antes, gostaria de me manifestar em relação à manifestação da Senadora Tereza Cristina, em relação a esta proposta apresentada no Senado Federal, na Mesa Diretora, em relação a um projeto de decreto legislativo que susta, em parte, um decreto assinado pelo Governo Federal.

Da mesma maneira, querida Senadora Tereza, queria convidar os Líderes do Governo, Senador Randolfe Rodrigues, Senador Rogério Carvalho e Senador Jaques Wagner, querido Líder, para que possam entrar em contato com a Senadora Tereza, para que, a várias mãos, possamos construir um entendimento em relação à solicitação proposta pela Senadora Tereza.

Como eu disse, sempre é muito dramático deliberarmos sobre um projeto de decreto legislativo que susta os efeitos de um decreto presidencial, que é prerrogativa também do Poder Executivo. Então, eu acho que a gente precisa ver o que é que está dentro das atribuições do Governo e, naturalmente, ver o que está dentro das atribuições do Poder Legislativo. Nós não podemos atravessar as nossas atribuições, mas também não aceitamos que outros Poderes atravessem as atribuições do Senado Federal.

Então, eu queria me somar à manifestação da Senadora Tereza, pedir o apoio dos Líderes e me colocar à disposição para que a gente possa construir um entendimento nesta parte do decreto mencionada pela Senadora Tereza, que, ao ver da Senadora Tereza Cristina, fere princípios estabelecidos na divisão dos Poderes constituídos. Então eu me coloco à disposição de V. Exa. e peço o apoio dos Líderes do Governo no Plenário do Senado Federal, para que a gente possa construir um entendimento em relação a esta matéria.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pela ordem, antes, inscrita, está a Senadora Soraya Thronicke, querido Líder. Eu vou conceder a palavra à Senadora Soraya, ao Senador Heinze e a V. Exa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Pela ordem.) – Presidente Davi, contando com a sua sensibilidade, eu estive hoje no evento do Lide, sobre mulheres líderes, e constatei que somente eu, Soraya, tenho 21 projetos de lei que tratam das questões afetas às mulheres, desde violência doméstica a violência política de gênero, entre todos os temas.

São 21 projetos, e somente um, Presidente, chegou à Câmara e lá está dormitando. Sem falsa modéstia, todos os meus projetos são cuidadosamente estudados. É um tema que eu prezo muito e eu procuro não vilipendiá-lo, trazendo questões que não são de suma importância para o nosso país e para as mulheres brasileiras. Quando a gente fala nas mulheres, a gente fala no país como um todo.

Então, Presidente, eu tenho 21 projetos de lei que estão dormitando, projetos de extrema relevância. Mas, acima de tudo, eu tenho um PRS, que é o de nº 5, de 2025, que confere, Presidente, prioridade aos projetos, confere prioridade à tramitação dos projetos sobre violência doméstica contra a mulher. Ele



está parado na Mesa Diretora desde fevereiro deste ano. Eu gostaria de pedir a V. Exa. que deliberasse acerca deste PRS, porque o Mato Grosso do Sul briga, Senadora Tereza, com o Mato Grosso para estar na lanterna dos estados com o maior número de feminicídios.

Ano passado, o Mato Grosso do Sul foi o campeão de uma triste história. O Mato Grosso, nesses primeiros seis meses, liderou, mas o Mato Grosso do Sul está atrás e já alcançando a dianteira. Então, é gravíssimo, Presidente. É um projeto de resolução que dá prioridade à tramitação dos projetos de lei. Eu gostaria de pedir, com a sua sensibilidade costumeira, que desse este olhar.

Eu tive que dizer hoje, lá no Lide, que todo mês de março e todo mês de outubro nós geralmente elencamos os nossos principais projetos de lei acerca de violência contra a mulher em geral, mas todos os anos nós elencamos três projetos que são prioridade entre muitos, e nenhum, Presidente... É tudo para inglês ver. E eu tenho certeza de que V. Exa. não quer isso, eu tenho certeza de que V. Exa. realmente está focado num problema tão grave do nosso país.

Eu disse hoje, ao vivo e em cores, que, se eu fosse marqueteira de políticos, Presidente, se eu fosse sua marqueteira ou marqueteira de qualquer político homem, eu diria para ele: “Abraça a pauta, mas abraça, majoritariamente, entre as suas pautas, a pauta feminina”, e esse homem nunca mais deixará de ser eleito e reeleito milhares de vezes.

Eu, Tereza, fui eleita pelos homens. Então todas as reuniões que eu iniciei em relação às mulheres...

(Soa a campanha.)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – ... com temas relativos às mulheres, eu começo agradecendo aos homens.

Então, Presidente, esta pauta é prioritária no nosso país, e eu conto com V. Exa.

Danilo, eu tenho certeza de que você já recebeu um cutucão aí para fazer tramitar o PRS 5, de 2025, que prioriza a tramitação dos projetos de lei que tratam de violência contra nós mulheres, e a violência contra nós mulheres é violência contra todos nós brasileiros.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senadora Soraya.

Concedo a palavra ao Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero apenas lhe agradecer, em nome dos Vereadores Mirins, lá do Município de Tapejara. A Sophia é a Presidente da Câmara, e a Vice-Presidente é a Franlys Rodriguez, que é venezuelana, Senadora Tereza. E eu citei aos Vereadores também – ao Dedé, ao Carlos, ao Everton e ao Verani, junto com a Secretária Jaqueline – a razão pela qual os venezuelanos vieram para o Brasil. Imagine se os Vereadores gaúchos de Tapejara tivessem que sair do país para fazer o que os venezuelanos fizeram para chegar aqui. Então, é importante. Eles conhecem a situação, vieram aqui e estão se dando bem no Brasil.

Então, parabéns à Câmara Mirim do Município de Tapejara, que visita esta Casa hoje.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplausos a Benedito Paes do Amaral Neto, conhecido profissionalmente como Benedito Baruch, pela sua destacada atuação no campo dos negócios imobiliários internacionais.



Outro requerimento, Presidente: na forma do art. 222 do Regimento Interno do Senado, requeiro inserção em ata de voto de aplausos ao advogado, empresário e mentor Gerlis Dutra da Silva Leite, em reconhecimento à sua notável trajetória de liderança ética, visão estratégica e contribuição ao fortalecimento do empreendedorismo e do desenvolvimento humano na Região Norte do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone.*) – Pela ordem também.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – A Mesa recolhe e defere as solicitações de V. Exa. e as tratará conforme o Regimento Interno.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Antes do Senador Jayme Campos, o Senador Izalci pediu a palavra aqui pela ordem, rapidamente.

Só um minuto, Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu gostaria de fazer um apelo a V. Exa., com o apoio aqui, inclusive, do Líder do Governo no Congresso, o Senador Randolfe.

Presidente, nós aprovamos, na última reunião da CMO, o PLN 30 – nós até já tínhamos aprovado o 12 e o 10. Nesse PLN 30, Presidente, além dos reajustes da polícia militar, do corpo de bombeiros e da polícia civil, inclusive dos ex-territórios, nós temos a questão dos concursados. Nós temos aqui 2 mil policiais que fizeram o concurso de 2021, já fizeram o curso e só estão aguardando para serem chamados e incorporados. A minha preocupação, Presidente, é que, se a gente deixar para a próxima reunião, no final de novembro, vem a questão dos vetos, e aí eu fico preocupado de dar problema.

V. Exa. poderia marcar uma reunião só para o PLN 30 e, se tiver, mais algum PLN, especificamente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Izalci, eu vou passar a palavra ao Líder do Governo no Congresso, mas me permita fazer uma ponderação a V. Exa., porque eu tratei deste assunto na semana passada, quando V. Exa. me informou que a Comissão de Orçamentos havia deliberado sobre o PLN 30.

Na semana passada, logo após V. Exa. me informar sobre a importância de nós deliberarmos esse PLN, por conta da questão dos servidores e do prazo, eu fiz um compromisso com o Senado Federal de que, nesta semana, nós faríamos a semana presencial, para a deliberação de autoridades; e de que, na próxima semana, nós faríamos uma sessão semipresencial, para deliberar as matérias que foram construídas em consenso.

Então, eu já tratei com o Senador Randolfe Rodrigues e com os Líderes, e nós estamos fazendo um compromisso, também por solicitação de outros Senadores e de outras Senadoras, sobre a sessão do Congresso Nacional para nós deliberarmos os vetos pendentes de deliberação. Inclusive, ainda há pouco, me cobrou o Senador Esperidião Amin que nós pudéssemos deliberar, na sessão do Congresso Nacional, os vetos relacionados ao Propag. Eu já informei ao Senador Esperidião Amin que esses vetos estarão em deliberação na próxima sessão do Congresso. E, ao mesmo tempo, a Senadora Tereza Cristina me cobrou



a deliberação do Congresso Nacional em relação aos vetos sobre o licenciamento ambiental.

Então, eu estou tratando com o Líder Randolfe Rodrigues e com os Senadores, e nós vamos fazer uma próxima sessão do Congresso, a partir do dia 25 ao dia 30 de novembro, que foi o compromisso que eu fiz em novembro. E eu me comprometo com a V. Exa. a incluir este item na pauta do Congresso, porque há acordo, inclusive do Governo, já que foi um PLN encaminhado pelo próprio Governo, e o Líder Randolfe Rodrigues gostaria de fazer uma ponderação em relação ao veto ou à sanção ao PLN.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Antes da consideração do Líder...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E a Propag também...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – E a Propag.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente, antes da consideração do Líder Randolfe, eu queria fazer um apelo ao Governo. Tradicionalmente, após a votação do PLN, o Governo sempre editou uma medida provisória. Então, eu gostaria que o Governo editasse, logo após a aprovação, uma medida provisória, e não um projeto de lei. É um apelo que eu faço também ao Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com a palavra o Líder Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. Pela Liderança.) – Presidente, só corroborando nos termos que o senhor aqui apresentou, o acordo aqui estabelecido é para logo após. Nós temos, nesta semana, muitos Parlamentares envolvidos na conferência do clima, em Belém – nesta semana e na próxima –, então o compromisso foi para logo após a conferência; ou seja, nós teremos também a circunstância de que, na próxima semana, o funcionamento do Congresso Nacional será remoto, o que não seria adequado para a realização da sessão do Congresso.

E nós estabelecemos com V. Exa. o acordo para nesta última semana de novembro, que é exatamente a partir do dia 25, entre os dias 25 e 30, termos a sessão do Congresso Nacional, na qual apreciaremos os vetos, entre eles, aqueles relativos ao Propag, conforme já foi acordado, inclusive, com o caríssimo Senador Esperidião Amin.

Sobre o PLN 30, é de interesse do Governo – e, Presidente, gostaria de destacar, é de interesse nosso, meu e de V. Exa., porque esse PLN traz os recursos necessários para nós equiparmos, pela primeira vez na história, os vencimentos dos policiais militares dos ex-Territórios Federais do Amapá, de Roraima e de Rondônia com os vencimentos dos policiais militares daqui do Distrito Federal.

Eu queria aproveitar e apelar a V. Exa. para também, nesta sessão do Congresso, não deixarmos de votar o PLN 14, que cuida dos recursos do Programa Bolsa Família, e é necessária a sua votação para que, no mês de dezembro, sejam pagos.

Então, para ficar claro, em pleno acordo com o Governo: a apreciação dos vetos, entre eles o veto do Propag, conforme já tinha sido discutido, em especial com o Senador Esperidião Amin; e dos PLNs que estão pendentes, em especial esses dois, o 14 e o 30.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – A medida provisória, como Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – E o licenciamento também.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Presidente, só para...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – E, assim, eu



acho que é uma boa sugestão, obrigado, eu acho que é um bom encaminhamento e uma boa sugestão – desculpe, Senador Esperidião Amin – termos logo a medida provisória...

(Soa a campainha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – ... até para garantir o imediato pagamento, não só para os policiais militares e bombeiros daqui do Distrito Federal, como também para os policiais militares e bombeiros dos ex-territórios federais, que pela primeira vez na história, Presidente, conseguem a sua equiparação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Só para agradecer a V. Exa.; ao Líder do Governo, Randolfe Rodrigues.

O meu pedido se restringiu, mas claro que não exclui os outros projetos: trata-se do Propag, importante para todos os estados e para Santa Catarina.

E um pedido bem simples: que V. Exa. despache para tramitar o PL, de nossa autoria, 5.214, de 2025, que trata sobre a Lei dos Portos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Cinco, dois...?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É o 5.214.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está bom, já está anotado aqui.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É o 5.214, só para despachar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está bom.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Presidente, também sobre o licenciamento ambiental, que o Líder Randolfe esqueceu de comentar, que era um acordo que nós fizemos lá atrás. Deixe-o acabar. *(Pausa.)*

Líder Randolfe, o licenciamento ambiental também para essa próxima sessão do Congresso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. Pela ordem.) – Claro, sem dúvida. É a apreciação de todos os vetos pendentes, inclusive esse.

Presidente, só por questão de justiça e para reiterar, o Senador Izalci lembrou do PLN 30 e da medida provisória, e gostaria também de destacar a dedicação que teve a Senadora Leila Barros, nossa querida colega Senadora, para a construção desse acordo, que também beneficia os policiais militares e os bombeiros militares dos ex-territórios, mas, sobretudo e em primeiro lugar, os policiais militares e os bombeiros militares daqui de Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vamos iniciar a deliberação.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Perdão! Senador Jayme Campos, com a palavra, pela ordem.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, querido amigo Senador Davi Alcolumbre, Sras. e Srs. Senadores, eu pedi a palavra apenas, Sr. Presidente, para registrar aqui a presença do nosso querido Presidente da Câmara de Sorriso, o jovem



Rodrigo; como também de seu assessor jurídico, o Dr. Fernando. Eles estão nos visitando aqui em Brasília.

Só para o pessoal se situar melhor, Sorriso é uma das cidades mais prósperas do Brasil, ao longo da BR-163, e com certeza é uma das cidades que produz mais, sobretudo de forma sustentável, com muita tecnologia. E o Rodrigo é um exemplo de homem público na cidade, um jovem que tem muito – com certeza – futuro, até porque tem feito um trabalho exitoso representando o povo de Sorriso na Câmara Municipal daquela cidade. E, desta feita, estão todos nos visitando.

Seja bem-vindo ao Senado Federal, seja bem-vindo aqui, com certeza, a Brasília. Quando nos procurar, poderemos atender com certeza aos seus pleitos, que são pleitos mais do que justos, e certamente estamos aqui para servir bem o povo mato-grossense.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Querido Presidente, seja bem-vindo ao Plenário do Senado Federal. Sinta-se em casa. O Senador Jayme Campos é um querido amigo e ele sempre fala da cidade de V. Exa., que é a terra natal dele também.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pela ordem, concedo a palavra ao Líder Efraim Filho.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, aproveitando a Casa cheia no Plenário e também a temática que foi trazida da sessão do Congresso, a ser agendada por V. Exa., aproveitando aqui a presença do Líder do Governo, quero dizer que, como Presidente indicado por esta Casa para a Comissão Mista de Orçamentos, nós estamos na pendência de votação da LDO ainda, a lei de diretrizes orçamentárias. Então, é mais na condição de fazer um alerta à Liderança do Governo e ao próprio Governo de que, dentro desse calendário, procuremos uma forma de fazer a votação da LDO, para que a gente possa caminhar para a análise da LOA, senão os prazos vão ficando extremamente estrangulados, exíguos. Atropelo no final do ano pré-eleitoral para o Orçamento seguinte é complicado.

Quero lembrar aqui aos Senadores e Senadoras, até porque fui objeto de muitas ligações: num diálogo com V. Exa. e também com o Presidente da Câmara dos Deputados, a determinação é de manter o prazo final para a definição das emendas ao Orçamento, tanto de caráter individual quanto de caráter coletivo, sejam de bancadas, sejam de Comissão... Está mantido para esta semana, sem prorrogação. Então, até quinta-feira, se exaure o prazo para que Senadores e Senadoras das respectivas Comissões e das bancadas possam fazer a indicação ao Orçamento, porque, se a gente postergar, não será por uma semana, porque a próxima semana é remota; seria, no mínimo, uma postergação por 15 dias, e aí praticamente se torna inexequível a votação do Orçamento este ano.

Por fim, dentro desse calendário, Sr. Presidente, apenas quero também dizer que, esgotado o prazo do dia 13 das emendas ao Orçamento, semana que vem, mesmo em regime semipresencial, a Relatora da receita, a Senadora Professora Dorinha Seabra, deve apresentar o seu relatório na CMO, e nós iremos adiantar os trabalhos com a aprovação do relatório da receita, que é alvo também, claro, de muito debate, já que todo mundo olha para o relatório da despesa, que será votado ao final. Mas não existe despesa sem que a receita esteja compatível, e a gente sabe que vivemos um momento em que o Congresso se debruça sobre diversos projetos que tratam de aumento de receita, que tratam de aumento de carga tributária.

O Congresso Nacional já colocou um pé na porta de dizer que aumento de alíquotas e impostos voltados ao setor produtivo tem enfrentado extrema resistência. O aumento da LCA, Senadora Tereza, foi um símbolo. Aumentar imposto para o agro não é a solução para o equilíbrio e a responsabilidade fiscal



do país. Equilíbrio fiscal não se faz apenas pelo lado da receita, estão se esquecendo de fazer pelo lado da despesa, qualificar o gasto público, eliminar o desperdício, cortar gastos.

A gente espera que essa agenda possa avançar, para que a gente tenha, no Orçamento de 2026, a observância do cronograma para encerrarmos 2025 com a votação desse Orçamento, para dar estabilidade ao país.

Era essa, Sr. Presidente, em nome da CMO, da Comissão Mista de Orçamento, a mensagem que eu queria encaminhar a V. Exa. e ao Plenário da Casa.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. Pela Liderança.)

– Presidente, nós teremos, então, pelo visto, uma supersessão do Congresso: temos PLNs e não há nenhum óbice a já incluirmos na pauta, também, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o PLDO.

Até me permita, Presidente, sugerir o seguinte.

(Soa a campanha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Nós temos... O Presidente Efraim já comunicou que reunirá, mesmo semipresencial, na semana que vem, a CMO, para apreciação de temas – aos quais peço, inclusive, a apreciação também do PLN 14, que é fundamental para pagar o Programa Bolsa Família agora no mês de dezembro.

Diante disso, uma sugestão, se V. Exa. assim acatar: nós poderíamos deixar 25 de novembro, que é terça-feira, para as deliberações complementares da CMO – se for o caso, até a própria LDO, nessa data – e apreciações, e realizarmos a sessão do Congresso no dia 27, que é quinta-feira, pela parte da manhã. E aí nós teríamos a sessão do Congresso com o conjunto dos temas dos vetos aqui já acordados, dos PLNs aqui já alertados e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Eu preferiria o inverso: primeiro, a votação dos vetos, e a gente faria a LDO na semana seguinte, na primeira semana de dezembro, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Bom, se for mais conveniente, sem problema. Então faríamos a LDO na primeira...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixe-me fazer um pedido.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Então teríamos duas sessões de Congresso. Faríamos a sessão nesta semana, de 25 a 27, como V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com essas matérias...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – ... anunciou...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – E a LDO na outra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – ... e com os dois PLNs, que V. Exa. aqui apontou, o 30 e o 14, para pagar o Bolsa, e, na semana seguinte, faríamos a sessão somente para a votação da LDO. Estou de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu recolho a solicitação do Presidente Efraim e acho que ela é mais ponderada e equilibrada em relação a votarmos, após os PLNs e os vetos, somente a LDO.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Se, em algum momento, o Presidente Efraim não teve razão, eu desconheço, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então a gente pode ficar mais ou menos – como a gente diz – estabelecido em duas sessões do Congresso: uma no final do mês de novembro e uma na primeira semana de dezembro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – E a gente vai organizar a pauta das...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ajusta...

Líder Rogério Marinho, o Senador Alessandro Vieira vai fazer o... V. Exa. quer falar sobre a sessão do Congresso?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – Não, é verdade, Sr. Presidente. Porque nós vamos ter, no final do ano – pelo que eu pude ouvir assim que cheguei aqui, a proposta que V. Exa. aparentemente acatou –: uma sessão no dia 27 para a apreciação de vetos, uma no dia 4 para a votação da LDO. E quando seria a votação do Orçamento?

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Temos até o dia 22 de dezembro, a última sessão do Congresso, para fazer a votação da LOA, que pode ser antecipada.

Acho que, cumprido o calendário, nós teremos, a partir do dia 17 da semana que finaliza 16 e 17, Líder Rogério Marinho, condições, do ponto de vista de prazo regimental, para fazer a votação. Conteúdo e mérito é uma outra situação que a gente vai crescer, mas acho que, pela condução da CMO, eu vou conseguir entregar, em condições regimentais e de prazo, para fazer a votação já ali, a partir da última semana, por volta do dia 15, 16 de dezembro.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Dia 22, no calendário, é uma segunda-feira. Como há no ato de que a sessão do Congresso é semipresencial, a gente pode fazer na segunda-feira, no último dia em que a Constituição nos determina.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Bom...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – V. Exa. fala no dia 22 de dezembro?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Mas V. Exa. está acolhendo aqui as sugestões, mas ainda não ratificou.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, não; mas as duas reuniões, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. Pela ordem.) – Se o Presidente e o Líder Rogério Marinho me permitem, o que estaríamos aqui acertados? Nós teríamos uma sessão do Congresso na semana do dia 25, em que apreciaríamos vetos e apreciaríamos dois PLNs: o PLN 30, pedido pelo Líder Izalci e o PLN 14 pedido pelo Governo, que é necessário para pagamento de Bolsa Família no mês de dezembro. Na semana seguinte, nós teríamos uma outra sessão do Congresso, para apreciação da LDO, e um indicativo, como V. Exa. acabou de declinar, de segunda-feira, dia 23 de dezembro...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas nada impede, querido Líder, que a gente possa fazer mais duas sessões em dezembro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Perfeitamente,



perfeitamente.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – Eu ponderei com V. Exa. o seguinte: o Orçamento é a peça mais importante do nosso Legislativo, o Congresso. Então, que nós possamos, se as coisas caminharem bem, fazer essa votação nessa semana que antecede o dia 22; porque, no dia 22, fazer uma votação do Orçamento, que é o último Orçamento do Governo do PT – se Deus quiser –, numa segunda-feira, em que haverá, claro, o esvaziamento da sessão... Eu apelo a V. Exa. e ao bom senso do Governo...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pode ser na sexta-feira.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... que a gente faça com a maior presença possível de Parlamentares aqui.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Na quinta-feira, dia 17.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – V. Exa. está sugerindo que o último Orçamento, antes da reeleição do Presidente Lula, ocorra no dia 17, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixe-me, deixe-me...

Eu queria pedir para V. Exas. marcarem uma reunião com o Líder do Governo, para que V. Exas. tragam uma sugestão do calendário, mas nós vamos votar conforme a orientação de V. Exas., dos Líderes partidários e do Presidente da CMO.

Vamos iniciar a deliberação do primeiro item da pauta.

Item 1 da Pauta.

Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 2.810, de 2025, de autoria da Senadora Margareth Buzetti, que altera o Código Penal, para agravar a pena dos crimes contra a dignidade sexual de pessoa vulnerável; altera o Código de Processo Penal, para prever medidas protetivas de urgência a vítimas de crimes contra a dignidade sexual e em situação de especial vulnerabilidade; altera a Lei de Execução Penal, para prever a monitoração eletrônica dos condenados por crime contra a dignidade sexual; altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer mecanismos de proteção a crianças e a adolescentes vítimas de crimes contra a dignidade sexual; e altera o Estatuto da Pessoa com Deficiência, para assegurar assistência psicológica e social especializada às pessoas com deficiências vítimas de crimes contra a dignidade sexual e a suas famílias.

Parecer nº 134, de 2025, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. A Relatora foi a Senadora Damares Alves, que foi favorável ao substitutivo da Câmara, com a rejeição de quatro supressões que especifica.

Foi apresentado o Requerimento de Urgência nº 833, de 2025, de iniciativa dos Líderes partidários para apreciação da matéria. **(Vide Item 3.1.1 do Sumário)**

Submeto ao Plenário do Senado Federal a votação ao requerimento.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento.

A matéria depende de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal.

Faço a designação do Senador Alessandro Vieira para proferir o seu parecer de Plenário.

Peço a atenção das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores, nós temos um orador na tribuna que fará a leitura do seu parecer.



(Soa a campanha.)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Para proferir parecer.) – Obrigado, Sr. Presidente, senhores colegas Senadores e Senadoras.

Esse é um projeto de autoria da Senadora Margareth Buseti. A Senadora Margareth, numa passagem breve pelo Senado, deixou uma marca muito intensa de combate à violência contra esse público vulnerável – crianças, mulheres, adolescentes –, com belos projetos e boas medidas que já viraram lei.

Especificamente, trata de quatro grandes temas.

O primeiro deles é o agravamento das penas previstas para os crimes de estupro de vulnerável; estupro de vulnerável com lesão corporal grave, com resultado morte; corrupção de menores; satisfação da lascívia mediante presença de criança ou adolescente; favorecimento de prostituição de criança ou adolescente; e divulgação de cena de estupro, sexo ou pornografia envolvendo criança ou adolescente.

O segundo ponto relevante é a previsão da possibilidade de decretação de medidas protetivas de urgência em favor das vítimas de crimes contra a dignidade sexual se forem crianças, adolescentes ou, de qualquer modo, vulneráveis, alterando o Código de Processo Penal.

O terceiro ponto é a alteração do regime de execução penal, alterando a LEP e endurecendo esse regime no tocante a esse tipo de criminoso.

E alterações pontuais no ECA e, também, no Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi muito bem relatado pela Deputada Federal Delegada Katarina, minha colega, Senador Davi, duas vezes: Katarina é minha colega Delegada de Polícia da Polícia Civil de Sergipe e minha colega Parlamentar federal, representante de Sergipe. Foi a Relatora, com muito mérito, lá na Câmara dos Deputados. Lá, como Casa revisora, os nossos Deputados entenderam por não modificar os itens 1 e 4, os pontos que relatei, mas, no entanto, fizeram algumas modificações: eles fizeram a simplificação dessas alterações no Código de Processo Penal para as medidas protetivas e também fizeram a inclusão da pessoa idosa.

De outra parte, eles alteraram sensivelmente a redação prevista pelo Senado para a regulamentação da remoção de conteúdos – independentemente de ordem judicial – por empresas de comunicação, provedores de internet, exibidores de salas de cinema e lojas de aplicativos e afins, trocando tudo aquilo que estava detalhado aqui pelo Senado pela expressão “fornecedores de produtos ou serviços de tecnologia de informação”.

E houve, por fim, a exclusão da regra prevista no Senado sobre identificação genética de presos pela prática de crimes contra a dignidade sexual e, também, da regra especial que o Senado previu para a progressão de regime, exigindo o exame criminológico, também para presos pela prática de crime contra a dignidade sexual.

Retornando ao Senado Federal, passou pela CDH e lá a Senadora Damares, como Relatora, fez a restituição parcial do texto do Senado, restabelecendo, no tocante às regras para requisição de provas no contexto da regulação para a remoção de conteúdos sensíveis, a regra sobre identificação genética de presos por crimes sexuais e a regra especial para a progressão de regime e exame criminológico.

Passou para a CCJ e, em substituição à CCJ, faço agora a análise.

Sob o ponto de vista constitucional e regimental, não há nenhum tipo de óbice com relação à matéria.

A proposta de aumento de penas para crimes sexuais contra crianças e adolescentes, conforme disposto nesse Projeto de Lei nº 2.810, representa uma medida legítima e necessária diante da gravidade e da extensão do dano causado por essas práticas, como já tivemos a oportunidade anteriormente de salientar, e, a esta altura do processo legislativo, seria mesmo desnecessário, considerando que os principais



dispositivos do PL já foram referendados nas duas Casas Legislativas.

Repiso, ainda assim, alguns poucos conceitos a demonstrar a boa hora para a aprovação deste projeto de lei.

O primeiro deles é que a proteção integral de crianças e adolescentes é um dever constitucional do Estado, da família e da sociedade. Quando se trata de crimes contra a dignidade sexual desse grupo, os danos ultrapassam o plano físico, afetando profundamente o desenvolvimento psicológico, emocional e social das vítimas.

Segundo, ressalto que é necessário destacar a especial vulnerabilidade dessas vítimas. Crimes como estupro de vulnerável atentam diretamente contra indivíduos que não possuem maturidade física, emocional ou cognitiva para consentir ou se defender.

O terceiro ponto que ressalto: a internet tem potencializado a perpetuação de crimes sexuais contra crianças e adolescentes, tornando o abuso contínuo e globalizado. O aumento das penas, nesses casos, é uma resposta à crescente sofisticação desses delitos e à necessidade de um ordenamento jurídico que acompanhe tais mudanças.

Por fim, o aumento de penas também tem função preventiva e simbólica. Embora a pena alta por si só não seja garantia da redução da criminalidade, o seu rigor transmite uma mensagem clara de intolerância frente as práticas de abuso e exploração sexual de menores de idade.

Com essas considerações, passamos, de plano, à análise das alterações preconizadas pela Câmara dos Deputados e das soluções já propostas na CDH pela Relatora, a Senadora Damares Alves.

A Câmara dos Deputados não alterou o agravamento de penas e não alterou as modificações pontuais nas regras gerais do ECA. É caso, portanto, de se aprovar o substitutivo da Câmara dos Deputados neste ponto.

A seguir temos um tema mais conceitual. Está assentada a necessidade de se estabelecer no Código de Processo Penal mais uma hipótese de medidas protetivas de urgência para alcançar os casos de crimes contra a dignidade sexual e os de vítimas vulneráveis. A redação original e a redação do substitutivo da Câmara dos Deputados, que à primeira vista poderiam indicar grande divergência, em verdade, são muito próximas, sendo a grande diferença apenas a opção legislativa por fazer no CPP expressa remissão ao teor da Lei Maria da Penha, como defende a Câmara dos Deputados, ou por reproduzir no diploma de caráter mais genérico o que se tem contido na legislação especial, a Lei Maria da Penha, como quis o Senado.

Temos que a opção mais acertada é restabelecer a redação do Senado Federal, por mais desnecessário que possa parecer, pois reproduzir a normativa vigente não atrelará o desenvolvimento dos institutos que, se por ora não guardarão muita diferença, também não impedirá que no futuro venham a especificar cada um a seu modo contornos próprios para as medidas protetivas de urgência empregadas no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher e as medidas protetivas mais gerais deferidas em crimes contra a dignidade sexual ou em favor de outras vítimas vulneráveis.

Por essa singela razão, ao contrário da CDH, mas de pleno acordo com a Relatora Senadora Damares, somos por restabelecer a redação do Senado para os arts. 350-A e 350-B do Código de Processo Penal, Emenda nº 1, apontada ao final deste texto.

Temos mais um ponto de discordância com o importante e competente trabalho realizado pela CDH do Senado. Trata-se dos dispositivos que cuidam da remoção de conteúdo violador de direitos de criança ou adolescente. Neste ponto, para simplificar, Senador Davi e colegas Senadores e Senadoras, o fato é que nós temos agora, em vigência já, o ECA Digital, e o ECA Digital já regulamenta esse tema. Então, para evitar conflito de normas e uma eventual judicialização posterior, sugerimos a rejeição do art. 350-B da Câmara dos Deputados.

Também, nesse ponto, temos acordo com a Senadora Damares.



Estamos de acordo, por sua vez, em reinstaurar a identificação genética de criminosos sexuais. Com efeito, a redação aprovada pela Câmara dos Deputados:

[...] retira dos órgãos de segurança [e estou citando aqui o trecho da Senadora Damares na CDH] pública e de todos os que participam da persecução penal o instrumento de capital importância, que é a identificação do perfil genético, para a elucidação dos crimes, quando praticados por agente infrator reincidente, ao tempo que nenhum benefício traz para sociedade, especialmente para as vítimas dos crimes contra dignidade sexual.

De rigor, assim, rejeitar a supressão do art. 300-A do CPP do projeto de lei da Câmara dos Deputados, Emenda nº 2, que apresentamos.

Tratamos, por fim, da alteração proposta para o regime de progressão e cumprimento de pena. A Câmara dos Deputados suprimiu a alteração feita pelo Senado por incluir um novo art. 119-A na Lei de Execução Penal, sujeitando os condenados por crimes contra a dignidade sexual a exame criminológico como requisito para obtenção de regime mais benéfico ou outro benefício que autorize a saída do estabelecimento prisional, como, por exemplo, em trabalho externo.

É fato que a recente Lei, de 2024, 14.843, apenas em parte, já regulou a questão, como asseverou a Câmara dos Deputados. É necessário salientar, entretanto, que a legislação vigente cuida de requisitos para o acesso ao regime aberto somente, enquanto a redação do Senado cuida de requisitos para a progressão como um todo. Por essa razão, assim como a CDH já fez, somos por restabelecer o novo art. 119-A da Lei nº 7.210, Lei de Execução, a Emenda 3, que apresentamos.

O voto, Sr. Presidente e colegas, é pela aprovação do substitutivo da Câmara dos Deputados, rejeitando apenas em parte as supressões propostas pela CDH, na forma, e pela aprovação das emendas a seguir. As emendas que já citei.

Senador Davi Alcolumbre, meus colegas Senadores e Senadoras, essa é mais uma legislação que o Congresso Nacional aprovará endurecendo o tratamento penal, processual penal e de execução de penas para crimes graves. Nesse caso específico, estamos falando de crimes contra crianças e adolescentes, crimes sexuais praticados.

O criminoso sexual tem uma clara indicação de reincidência, ele repete o crime, e, em muitos casos, é um cidadão irreversível pela sociedade. Então, quando você vem com uma legislação dessas, que a colega Senadora Margareth Buzetti apresentou em muito boa hora e que passou por mãos de alta qualidade e atenção como a Senadora Damares, a Deputada Katarina Feitosa, Delegada Katarina, e tantos outros que acompanharam esse processo, você vê uma resposta técnica e qualificada no sentido de endurecer o tratamento penal contra esses criminosos e proteger as vítimas. O Estado brasileiro precisa, de uma vez por todas, assumir o compromisso de defender as vítimas e atacar com a força necessária, dentro sempre dos limites da lei, os criminosos.

Então, peço o voto pela aprovação, Sr. Presidente.

Acredito que esta Casa, mais uma vez, por unanimidade, vai consagrar essa posição do Estado brasileiro.

É o voto, Sr. Presidente. **(Íntegra do Parecer nº 163/2025-PLEN/SF - Vide Item 3.1.1 do Sumário)**

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu queria, antes de passar a palavra, primeiro fazer regimentalmente a leitura que eu careço fazer do ponto de vista regimental, o encaminhamento.

Queria cumprimentar o Senador Alessandro Vieira – nós conversávamos ontem sobre essa relatoria desse projeto importante na reunião que tivemos em Belém.



O parecer é favorável ao substitutivo da Câmara dos Deputados, com as ressalvas e adequações redacionais que o Relator apresentou, ainda há pouco, na tribuna do Plenário do Senado Federal.

Completada a instrução na matéria, passamos à discussão e deliberação.

Porém, antes – está inscrita a Senadora Damares Alves, está inscrita a Senadora Tereza Cristina, está inscrita a Senadora Daniella Ribeiro, está inscrito o Senador Jayme Campos, a Mesa aguarda a inscrição de Senadores e Senadoras para discutir a matéria –, eu queria cumprimentar o Senador Alessandro, mas fazer um registro de forma muito carinhosa à Senadora Margareth Buzetti. A nossa colega Senadora Margareth, pelo menos ao longo das últimas duas ou três semanas, tem procurado Senadores e Senadoras e solicitou diretamente a mim que nós pudéssemos, nesta semana, Senadora Soraya, deliberar esta matéria. Por isso, foram recolhidas as assinaturas de requerimento de urgência de deliberação em Plenário, o Senador Otto Alencar, Presidente da CCJ, concordou, na mesma hora, que nós pudéssemos trazer esta matéria, que carecia de deliberação ainda na CCJ, em apoio também à solicitação feita pela Senadora Margareth Buzetti. Então, eu queria agradecer a compreensão do nosso Presidente Otto Alencar, Presidente da CCJ, que aquiesceu que nós pudéssemos, pelo conjunto de Líderes, trazer a matéria em deliberação diretamente ao Plenário. E a Presidência fez a designação do Senador Alessandro porque reconhece a capacidade do Senador de construir seu relatório, com base na sua experiência histórica, inclusive de vida profissional como delegado, e hoje como nosso colega Senador. Então, eu fiz com muito prazer e com muito orgulho, sabedor da sua capacidade, mas agradeço ao Otto, aos membros da Comissão de Constituição, a todos os colegas Senadores e, de forma muito especial, à Senadora Margareth, nossa colega Senadora, que construiu que nós pudéssemos votar, na tarde de hoje, este projeto.

Concedo a palavra, para discutir, à Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.)

– Presidente, tem alguns colegas perguntando das modificações que o Alessandro não está considerando da Comissão. Isso foi construído a várias mãos. A Comissão de Direitos Humanos, por atribuição regimental, só poderia se debruçar sobre alguns aspectos, os demais seriam discutidos na CCJ, e o Relator seria o Alessandro na CCJ. Tudo muito conversado. Só que aí os nossos colegas nos surpreenderam num requerimento com 71 assinaturas, Alessandro. Tiramos da CCJ; em menos de uma semana, em Plenário, sendo votado, e tem que ser aprovado exatamente como o Senador Alessandro está apresentando aqui, porque aí fecha todas as brechas. E eu preciso fazer, Senador Alessandro, elogios. Você foi Relator na primeira vez, na CCJ, agora de novo em Plenário, foi Relator em Plenário, e parabênz a Senadora Margareth pelo trabalho que fez, mas cumprimento os colegas que sentiram a sensibilidade, perceberam.

E aí Davi Alcolumbre mais uma vez entra para a história, o nosso Presidente. Uma matéria que nasce no Senado, sob a Presidência de Davi Alcolumbre – aqui Davi, mais um projeto para você entrar na história –: nasceu com você, Presidente; em poucos meses, tramitou nesta Casa, nas Comissões; foi para a Câmara, a Câmara fez adequações, votou, e nós vamos entregar para o Brasil, em menos de dez meses, mais uma lei de proteção da infância.

Que o Brasil veja isso. O Brasil nos critica muito, mas não vê o que nós estamos fazendo aqui, a proteção da criança dessa forma.

Senador Alessandro, foi uma alegria trabalhar contigo nessa matéria. Margareth, que está nos vendo de longe, amiga, você passou por esta Casa e registrou sua digital. Você vai se consagrar como a Senadora terror dos estupradores, terror dos pedófilos.

E atenção, pedófilos do Brasil: acabou para vocês. Vai passar por unanimidade esse projeto agora. Lula vai sancionar, porque eu tenho certeza de que ele vai sancionar. E vocês vão passar o resto da vida de vocês trancados.

Parabéns, Senador Alessandro, pelo seu voto. Colegas, votar sem discutir. Seria bom nem discutir,



mas “bora” votar, e vamos para a sanção.

Parabéns, Davi Alcolumbre, por mais uma entrega para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Ministra Damares. Obrigado pelas palavras de V. Exa.

Eu falava, aqui à mesa, do entusiasmo de V. Exa. e como V. Exa. historiza a situação. E V. Exa. traz à baila do Senado Federal o trabalho de todos nós. Então eu queria dividir com todos os Senadores e Senadoras essas vitórias todas. Elas são coletivas, de todos nós.

Com a palavra Senadora Tereza Cristina.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para discutir.) – Presidente, é verdade. E a gente vê que quando esta Casa resolve votar, se reúne, a gente consegue.

E esse é mais um exemplo, Presidente Davi. A Senadora Margareth, eu vi a aflição dela quando estava para deixar aqui o Senado, que esse projeto pudesse ser apreciado. Ele já estava na Câmara, mas que pudesse ser apreciado lá rapidamente e de volta aqui para o Senado.

E aí nós temos três craques que atuaram nesse projeto: a Senadora Margareth, a Senadora Damares e o Senador Alessandro. Vocês são três craques. Então parabéns por mais esse projeto, que eu tenho certeza de que nós vamos passar hoje, nesta Casa, por unanimidade, até porque nós estamos tratando aqui de uma lei que é um avanço essencial para a legislação brasileira quando ele agrava as penas de crimes sexuais e prevê medidas protetivas de urgência, capazes de resguardar as vítimas, porque esse também é um grande ponto, que às vezes, essas vítimas acabam morrendo porque não conseguem a proteção a tempo e a hora.

Nós aqui estamos tratando dos que atentam de forma mais vil contra crianças e adolescentes, Damares, e esse é um trabalho que você e a Margareth sempre, é um assunto que vocês sempre trataram de forma muito forte, porque o Brasil precisa tratar melhor as nossas crianças e os nossos adolescentes.

A palavra que está nesse projeto é uma palavra feia, mas ela precisa ser dita. Nós estamos coibindo e punindo, com rigor, o crime de estupro, que é um crime horroroso, principalmente contra vulneráveis. Aí é pior ainda.

Então a nova lei também cria uma coisa muito importante, que já tem em outros países, que é um banco de coleta de DNA dos acusados de crimes sexuais, algo que já existe, mas que o Brasil precisa agora começar a colocar em prática.

O texto também responsabiliza empresas de internet pela omissão no combate aos abusos, estabelece medidas protetivas, campanhas educativas, além, de como já foi dito, fixar penas de reclusão mais duras para esses crimes, sobretudo.

Então, nós estamos aqui aperfeiçoando a lei penal, focada na máxima que deve reger toda a ação legislativa: a primazia da dignidade da pessoa humana.

Então, parabéns aos três Senadores, parabéns à Câmara dos Deputados, que também votou esse projeto de maneira muito célere. E hoje, aqui, nós podemos, Senador Davi, entregar ao Brasil uma lei moderna e uma lei que eu espero que possa coibir esses crimes hediondos. E lugar de pedófilo e de estuprador é na cadeia mesmo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Continua em discussão a matéria.

Concedo a palavra à Senadora Daniella Ribeiro.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PB. Para discutir.) – Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, hoje eu considero um dia extremamente feliz para o Senado Federal, especialmente para as crianças, para, principalmente, os vulneráveis.



Sr. Presidente, pela pauta, as mulheres agradecem – as meninas, as adultas que já passaram, as mulheres adultas e mais velhas, idosas, que tiveram uma marca na sua vida por força de uma situação como essa.

Eu quero parabenizar o Relator Alessandro Vieira e quero dizer, de forma rápida, que eu não poderia deixar de estar aqui, porque o Senado Federal, através dessa iniciativa, vota uma proposição de altíssima relevância social, o Projeto de Lei 2.810, de 2025, que agrava as penas dos crimes contra a dignidade sexual de pessoas vulneráveis, estabelece medidas protetivas de urgência, aprimora a Lei de Execução Penal, reforça os mecanismos do Estatuto da Criança e do Adolescente e assegura atendimento especializado às pessoas com deficiência vítimas de violência sexual.

Essa proposta – e aqui eu quero fazer também uma homenagem muito especial – é de autoria da Senadora Margareth Buzetti. Margareth, tenho certeza de que você deve estar nos assistindo. Eu quero dizer e quero testemunhar para o seu estado e para todos aqueles que nos acompanham que você realmente fez história aqui dentro do Senado Federal. Fosse com o aumento na pena para o feminicídio, na Lei do Feminicídio, como também com proposições dessa natureza, que defendem as mulheres, e com exposições que você realizou aqui dentro do Senado. Em mim e nos colegas e nas colegas podemos dizer que você tem admiradores, parceiros e companheiros dentro de tudo isso que você construiu – claro que com o apoio dos Senadores e Senadoras e, principalmente, do Presidente, o Presidente que tem uma sensibilidade que eu gostaria de destacar aqui de forma muito especial, o Presidente Davi Alcolumbre.

E aqui eu acredito que trago em primeira mão e gostaria de pedir para que, principalmente, nossas Senadoras possam escutar, e nossos Senadores...

Na quarta-feira que vem... Eu gostaria até de pedir silêncio ao Plenário. Senadores Eduardo, querido...

(Soa a campainha.)

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PB) – ... e Omar, olhem para cá só um minuto, porque o que eu vou anunciar aqui é algo inédito para o mundo, o Brasil e mundo.

Na quarta-feira da semana que vem, o Presidente David Alcolumbre inaugura a primeira Sala Lilás de um Congresso – de um Senado e de um Congresso Nacional – entre todos os países do mundo e dentro, obviamente, do nosso Brasil, inovando neste momento para as mulheres. E aí eu quero dizer para as servidoras dentro desta Casa e para aquelas pessoas que muitas vezes não vão denunciar porque têm medo – entram aqui, são mais de 30 mil visitantes que passam dentro desta Casa por mês, –, visitantes, e essas mulheres vão ter o acolhimento dentro da Sala Lilás, também dentro do programa Antes que Aconteça, porque o que vale, o que é importante, meu querido Relator, é que, dentro de tudo, isso a gente cuide para que não aconteça.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Exato.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PB) – É a educação, é a informação, e, muitas vezes, a falta dela faz com que a violência contra a mulher ocorra.

Então, dentro deste momento, eu, como Primeira-Secretária desta Casa, como primeira mulher Secretária, quero dizer para vocês que se não fosse a iniciativa, se não fosse o apoio do nosso Presidente, que faz história, faz história para o mundo... Daqui para a frente, onde qualquer Senador e Senadora estiverem e se tratar de mulheres, nós damos exemplo dentro do Parlamento. A partir da quarta-feira que vem, pela manhã – e gostaria de aproveitar para convidar os Senadores e Senadoras, permita-me, meu querido Relator...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Claro.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PB) – ... porque vou concluir



minhas palavras falando sobre a sua relatoria –, eu quero dizer que também na quarta-feira nós vamos apresentar, aqui no Plenário desta Casa, o programa Antes que Aconteça, o programa que foi uma iniciativa também do Senado Federal, por força da passagem de uma Senadora dentro da Comissão Mista do Orçamento. E é importante a gente dizer do apoio, Presidente, porque veio o PNL para tirar recurso, e V. Exa. segurou firme para não permitir que esse recurso saísse, porque nunca existiu, nunca houve programa, ou seja, política pública com recursos, porque só existe se for com recurso, o resto é só...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Papo furado.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PB) – Papo furado, as palavras são essas. Se não fosse o recurso que V. Exa. nos ajudou a segurar naquele momento, hoje, na Paraíba, por exemplo – vou dar o exemplo da Paraíba, que inaugurou a primeira Sala Lilás do Brasil –, isso não estaria acontecendo. A primeira Casa de Passagem do nosso estado, se não fosse através do programa Antes que Aconteça, nós não teríamos. Nós não teríamos a segunda Sala Lilás e mais 52, para as quais aportei recursos, para que, no nosso estado, as mulheres tenham o respeito.

Mas eu quero dizer, Sr. Presidente, que, por causa de V. Exa., nós estamos lá cuidando da educação, estamos entrando já no próximo ano e já por este ano vamos fazer o lançamento do programa dentro das escolas, ensinando as crianças, preparando os alunos, ouvindo. Isso é mudança. Nós vamos ter um acompanhamento, Sr. Presidente, de estatística; nós vamos ter números antes e depois desse programa, inclusive aqui dentro do Senado Federal, de quantos atendimentos foram feitos, de tudo isso nós vamos ter relatórios para mostrar que, dentro do Senado, as mulheres estão seguras.

Ou seja, este Senado vai ensinar para o país que, apesar de termos a terceira melhor lei do mundo, Presidente, ainda somos um país que ultrapassa a 150ª posição em número de violência contra a mulher.

V. Exa. dá um exemplo que, eu diria, acho que enaltece muito mais ainda por ter vindo de um homem. Isso, para o Amapá – e aqui eu faço questão de dar para o seu estado –, isso, para o Amapá, quero dizer que vocês têm, brinco algumas vezes, que sorte tem o Amapá de ter um Presidente, de ter um Senador do quilate de V. Exa.

Parabéns ao Amapá, que o trouxe para este Senado. E parabéns a nós, Senadores e Senadoras, que pudemos elegê-lo para defender as mulheres também. Não somos minoria, no entanto, existem necessidades em que precisamos muito, muito, dos homens que ocupam os maiores espaços no poder.

E essa iniciativa, Presidente, vai ficar marcada para a história. V. Exa. faz história; história com a primeira Sala Lilás de um Congresso no mundo. Não é pouco não, minha gente. A gente precisa se valorizar. Nós precisamos dar valor ao que a gente faz.

A gente tem muita mania de criticar o que não existe, mas a gente precisa – e aqui vai também um recado para a imprensa, muito importante, a imprensa que nos assiste, que nos acompanha, e, sim, são importantes as críticas que se fazem –, mas, também, a imprensa, que é séria, necessita dar visibilidade a ações como essa, ações como essa que o Presidente Davi Alcolumbre traz para mudar a cara do nosso Congresso Nacional que, em 2016, teve o primeiro banheiro feminino. No entanto, em 2025, avança, avança, avança, e sob a condução do nosso Presidente Davi, nós chegamos, meninas, mulheres, Bancada Feminina, a este momento tão importante, em que precisamos estar todas juntas. E os homens, porque vocês têm mulheres ao lado de vocês, filhas, irmãs, esposas, e quantas vocês nem imaginam que passam por violência. Essa é uma realidade.

Então, Sr. Presidente, concluo dizendo: Relator, amigo, Senador Alessandro Vieira, V. Exa. fez um excelente trabalho e, mais uma vez, resalto como a gente fica feliz quando a relatoria é de um homem, e um homem que tem compromisso com a segurança e tem compromisso com o cuidado e o respeito às mulheres.

E aqui eu faço esse destaque sempre lembrando da nossa querida Senadora Margareth.



Por fim, o que a gente precisa – e aqui, mulheres –, é nos unir em torno deste momento, que vai ser histórico. Já estou anunciando, mas será, e já é, porque já está pronta a sala. Não é, ainda, o que vai se fazer não, a sala está pronta e linda, e mais linda porque ali vão ser escutadas histórias duras, difíceis. Então ela é aconchegante.

(Soa a campainha.)

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PB) – Ela é aconchegante no sentido de ter assistente social, psicólogas, de ter gente preparada para receber cada mulher ferida, cada mulher com dor no seu coração, seja por ferimento externo ou interno, Presidente, porque a violência, que é psicológica, deixa uma marca muitas vezes maior, porque é a marca da dor que, muitas vezes, se transforma em uma doença, em um câncer, e, infelizmente, em morte. Mas hoje estamos falando de vidas, de vidas protegidas graças a essa ação tão importante, que é agravar a pena dos crimes contra a dignidade sexual de pessoas vulneráveis.

Então, aos pedófilos: pedófilos, que vocês agora possam entender de uma vez por todas que o Senado Federal não deixa passar nada que não seja em defesa do nosso povo brasileiro e das pessoas mais vulneráveis.

Parabéns, Margareth! Parabéns, Alessandro! Parabéns, Presidente Davi! V. Exa. merece todo o reconhecimento não só do Senado, mas do Brasil inteiro por ser esse homem que tem feito a diferença na vida das mulheres aqui do nosso Distrito Federal...

(Soa a campainha.)

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PB) – ... do seu Estado do Amapá, dos estados, assim como do meu e de tantos outros – eu não citei tantos outros aqui –, mas que têm ganhado e têm recebido essa contribuição através da sua ação em sustentar o programa Antes que Aconteça como ação e programa dentro da Comissão, dando a força necessária para que aquele recurso não saísse.

O nosso muito obrigada. Obrigada, Presidente.

A nossa homenagem a todos aqui que contribuem para fazer deste Brasil um Brasil muito melhor.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Continua em discussão a matéria.

Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos e, em seguida, à Senadora Soraya Thronicke.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o Projeto de Lei nº 2.810, de 2025, é uma iniciativa que merece o apoio irrestrito do Parlamento e da sociedade brasileira. Trata-se de uma proposta necessária, urgente e profundamente humana, que busca reforçar a rede de proteção às vítimas de violência sexual, especialmente às pessoas em situação vulnerável, como crianças e adolescentes.

O projeto prevê medidas protetivas com urgência para as vítimas, com monitoração eletrônica dos condenados e assistência psicológica e social. Também são muito bem-vindas as campanhas educativas permanentes, com foco na prevenção e na conscientização da sociedade. Combater a violência sexual não é apenas punir os culpados, mas também educar, prevenir e transformar a cultura.

Sras. e Srs. Senadores, o PL 2.810, de 2025, de autoria da Senadora Margareth Buzetti, nossa conterrânea, grande Senadora que teve uma passagem brilhante nesta Casa, é muito bem relatado pelo competente Senador Alessandro Vieira e chega em boa hora, Senador Alessandro. A V. Exa., de forma zelosa como sempre o fez nas suas relatorias e nos próprios projetos, eu quero aqui render as minhas



homenagens, mais uma vez, pelo seu trabalho exitoso.

O projeto chega em um momento em que a sociedade exige respostas firmes, em que as famílias clamam por justiça, em que o Estado precisa demonstrar com ações concretas que a proteção a vulneráveis é prioridade absoluta.

E, concluindo, a aprovação deste projeto vai significar um marco no enfrentamento aos crimes sexuais, reafirmando o compromisso desta Casa com a dignidade, a integridade e a segurança de todos os brasileiros, especialmente daqueles que, por suas condições, não têm voz para se defender.

Por isso, reafirmo aqui o meu apoio a essa matéria. Que possamos votá-la com consciência, com empatia e com senso de justiça. Que o Congresso Nacional diga, com firmeza, que nenhum agressor ficará impune e que nenhuma vítima ficará desamparada!

A aprovação do PL 2.810 é um passo decisivo para um país mais justo, mais seguro, mas, acima de tudo, mais humano.

Essas são as minhas considerações, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores e, especialmente, ilustre Senador, querido amigo, Alessandro Vieira, que, com certeza, nesta tarde, faz um gol de ouro aqui relatando essa matéria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Cumprimento o Senador Jayme Campos.

Concedo a palavra, para discutir a matéria, à Senadora Soraya Thronicke.

(Soa a campanha.)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu gostaria de destacar o trabalho da Senadora Margareth Buzetti; da Senadora Damares Alves, que foi também Relatora na CDH – foi isso? –; do Senador Alessandro Vieira; de V. Exa.; e do Senador Otto Alencar, nosso Presidente da CCJ. O Senador Otto Alencar – não tem nada a ver com este momento em que passou diretamente para o Plenário – tem sido um fiel escudeiro das mulheres, e aí eu rendo a ele as minhas homenagens.

Eu disse hoje, no Lide, que, se eu fosse marqueteira de homens políticos, eu ia dizer para esse meu candidato fazer o seguinte: adote, como pauta prioritária, as mulheres. Você nunca mais vai deixar de ser reeleito, porque a mulherada gosta de votar nos homens. Nós precisamos ombrear com vocês. Eu rendo ao Senador Otto as minhas homenagens, louvo o trabalho dele, e louvo o seu trabalho, Presidente, como também o do Senador Alessandro Vieira.

Eu entendo que as relatorias sobre mulheres devem ser distribuídas, indicadas para Senadores conscientes – conscientes, uma coisa diferente. Então, foi estratégica, foi perfeita a indicação da relatoria ao Senador Alessandro Vieira, um Senador do qual as Senadoras se orgulham e têm plena confiança em entregar nossas pautas, Senadora Daniella, nas mãos desses Senadores – diferentemente, Presidente Davi, do que ocorreu na Câmara dias atrás, sobre aquele projeto de lei que inviabiliza e dificulta a decisão sobre o aborto para uma criança estuprada.

As pessoas não entendem o que dizem, porque, Senador Alessandro, na maioria das vezes em que meninas são estupradas – inclusive, meninos também são abusados sexualmente –, o abuso ocorre dentro de casa – dentro de casa. A ação penal é pública, incondicionada à representação. Eu não tenho, Presidente Davi, para onde devolver essa menina, eu tenho que devolvê-la para o agressor.

O que fizeram naquele projeto de lei... Eu tenho certeza de que V. Exa., na sua altura, não vai permitir que deliberemos sobre ele nessas condições, sobre aquele projeto de lei que protege pedófilos.

Vamos lembrar – eu vou repetir – que os abusos com crianças geralmente ocorrem dentro do



seio familiar – majoritariamente, ocorrem dentro do seio familiar. Dentro de uma ação penal pública incondicionada à representação, o Ministério Público é obrigado – ele é obrigado – a processar o estuprador. Para onde eu devolvo essa criança? Então, é muito complicado.

Eu gostaria de acrescentar, Senador Alessandro, e louvar a manutenção da modificação feita pela Câmara dos Deputados que promove o ajuste da inclusão da pessoa idosa no rol de vulneráveis aptos a receberem medidas protetivas de urgência. Eu destaco dois casos no Mato Grosso do Sul, registros de estupro de senhoras idosas indígenas. Em dezembro de 2021, uma idosa indígena de 81 anos... Lembra-se, Ministra? Estivemos juntas, no Mato Grosso do Sul. A Senadora Damares era Ministra. Uma indígena idosa de 81 anos foi estuprada por um vizinho, também indígena, na comunidade Jaguapiré, em Tacuru, no Mato Grosso do Sul. Um outro caso chocante aconteceu em 2012, Senadora, quando uma idosa de 104 anos foi estuprada, indígena.

Então, eu louvo a iniciativa e eu gostaria de destacar acerca da Sala Lilás, e aí eu fico um tanto quanto constrangida. Aqui não vai uma crítica – jamais – para o meu Governador Eduardo Riedel, mas sim para alguém ou “alguéns”, aqueles que, dentro do Governo, não executaram uma emenda minha, de 2019 ou 2020, a pedido de uma delegada, a Delegada Angélica. Eu enviei recurso para a construção de dez Salas Lilás.

Até hoje, Presidente, eu nunca fui convidada para inaugurar essas salas. Essas salas nunca aconteceram. Da mesma maneira, Presidente, eu enviei recursos para disponibilizar pistolas Glock para todas as mulheres da polícia civil. Presidente, elas andavam com armas... Imagine se existe uma delegada do meu tamanho, a arma é desse tamanho. É algo que é desumano até para a agente. Eu enviei recurso para armas Glock para todas as delegadas do Mato Grosso do Sul. Nenhuma sabe disso.

Então, a gente sofre muito quando nós indicamos as emendas, e elas não são executadas. Eu tenho vontade, Presidente, e eu gostaria, depois, de ter uma conversa contigo sobre a viabilidade de um projeto de lei para que, quando a emenda não é executada – e não por motivo de força maior –, o agente público deve devolver com juros e correção monetária. Vamos supor, eu enviei R\$550 mil para as dez salas. Hoje, se formos construir e executar – o que é dever do meu Governo – as dez Salas Lilás, esse valor não dá mais para nada. São cerca de seis ou sete anos. Mas o que é necessário que o agente público, o Chefe do Executivo faça? Execute as dez Salas Lilás, independentemente do valor, Presidente. Porque não existe motivo de força maior que justifique a não execução dessas salas que tanta falta fazem para as mulheres do Mato Grosso do Sul.

Eu acabei de comentar com a Senadora Tereza Cristina que o Mato Grosso do Sul fica competindo com o Estado do Mato Grosso – o estado vizinho, Senadora Daniella – por quem vai ficar na dianteira do número de feminicídios. No ano passado, foi o Mato Grosso do Sul, o meu estado. Neste ano, nos primeiros seis meses, quem estava liderando, na dianteira, era o Estado do Mato Grosso. Nós não temos condições de suportar isto: enviar emendas para que não sejam executadas, e ainda tenha que suportar desculpas... Não estou falando do meu Governador, não. Eu estou falando do resto do *staff*, alguém tem que responder por isso. Quem sofre são as mulheres sul-mato-grossenses e são as mulheres brasileiras.

Portanto, cada passo que damos em relação à proteção da mulher é louvável, e esta Casa tem responsabilidade. Eu tenho certeza de que o projeto de lei, que está, infelizmente, protegendo pedófilos, e está a caminho do Senado Federal, será abortado – ele, sim, será abortado. Porque é muito fácil, Senador Alessandro...

(Soa a campainha.)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – É muito fácil, para todos nós, falar da vida alheia, mas e se for a sua filha? E se for a sua neta, estuprada e que



engravidar? E se for qualquer pessoa do seu convívio? A empatia vai aparecer? Mas, quando é na casa do vizinho à frente, não me interessa, não é? E é assim que a banda toca, infelizmente. Então, eu louvo o trabalho de V. Exas.

E, principalmente, quero destacar aqui, em nome de todos os nossos aposentados e pensionistas, estamos lidando tanto com isso... E eu sou madrinha do projeto da Universidade da Maturidade, da UEMS, e também da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, das pessoas vulneráveis de mais idade.

Então, parabéns. E tem aqui todo o meu...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Nós não temos mais Senadores inscritos, Senador Alessandro, para discutir a matéria.

Eu consulto se há algum Senador que deseja fazer a sua manifestação para discutir a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

Por sugestão do Senador Alessandro Vieira, em construção com as nossas Senadoras e com os nossos Senadores, a Presidência vai submeter a matéria à votação simbólica.

Votação do substitutivo da Câmara dos Deputados, em turno único, nos termos do parecer apresentado em Plenário.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, à unanimidade, o substitutivo da Câmara dos Deputados apresentado em Plenário, com as ressalvas e adequações redacionais constantes no parecer do Relator.

O parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, será publicado na forma regimental. **(Parecer nº 164/2025-CDIR/PLEN-SF - Vide Item 3.1.1 do Sumário)**

Em discussão a redação final. *(Pausa.)*

Está encerrada a discussão.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a redação final.

A matéria vai à sanção presidencial.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sr. Presidente, o senhor me permite?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Relator, Senador...

Ao tempo, cumprimento V. Exa. pelo trabalho e concedo a palavra a V. Exa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Obrigado, Sr. Presidente.

(Soa a campanha.)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Eu quero agradecer a sensibilidade dos colegas, porque, ao contrário... Talvez aqui, Damares certamente já teve essa triste oportunidade de ter o contato com uma vítima de estupro, de ter o contato com uma criança que foi vítima de abuso sexual. O dano causado para essa criança, para esse ser humano, é quase



que irreparável. E eu tive a infeliz oportunidade, ao longo de uma carreira policial, de ver isso acontecer. Quando os sergipanos me deram a oportunidade de estar aqui, no Senado, com toda essa esfera de poder e de alcance que nós temos, essa foi uma das missões que eu assumi aqui, de fazer a defesa desse grupo.

Então, eu fico muito feliz de ver agora uma legislação aprovada, de endurecimento, de facilitação do trabalho de investigação e de punição dos criminosos, mas, ao mesmo tempo, tem as outras ferramentas.

Soraya, hoje, o Estado de Sergipe tem o segundo menor número de feminicídios do Brasil – o segundo menor do Brasil. E eu tenho muito orgulho de dizer que eu sou o Parlamentar federal que mais investe na proteção da mulher, em todos os segmentos, porque, para proteger a mulher, você tem que ter lei dura, polícia preparada, mas você tem que ter inclusão social. Você tem que ter a capacidade de abrigar essa mulher, a capacidade de oferecer para ela um apoio financeiro. O Estado de Sergipe oferece apoio financeiro para a mulher vítima de violência, para que ela possa se afastar do agressor, e esse conjunto de ações gera resultado. Quando a política é bem feita, ela é feita com honestidade, com seriedade, ela gera resultado positivo para as pessoas, e essa é uma das provas disso.

Então, muito obrigado a todos.

Parabéns ao Senado.

Parabéns, Davi, porque não só nesse caso – eu até compartilho aqui com os colegas essa informação –, o Senador Davi Alcolumbre, como Presidente do Senado, Presidente do Congresso Nacional, tem viabilizado e tem atuado diretamente no sentido de fazer uma grande mudança no nosso país, no tocante ao combate à criminalidade.

Nós estamos, neste momento, com uma Comissão Parlamentar de Inquérito instalada no Senado para apurar a atuação de facções e milícias. Nós estamos, neste momento, interagindo, antecipando o nosso trabalho; interagindo com a Câmara dos Deputados, no tocante ao projeto de combate às facções, para que a gente tenha um resultado positivo de verdade, porque este país não merece mais ficar vítima, submetido eternamente à violência dos criminosos.

Nós temos totais condições de dar resposta para isso e passa pela atuação do Senado.

Então, parabéns a cada Senador, a cada Senadora.

Parabéns, Davi, por entender essa pauta e abraçá-la.

O Brasil certamente vai reconhecer esse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Alessandro, pelas palavras de V. Exa.

Eu cumprimento o trabalho que V. Exa. tem realizado no Senado Federal, muito especialmente em relação a esse tema específico relatado por V. Exa. E tenho certeza absoluta de que as manifestações feitas por V. Exa. vão ao encontro do que todos nós, Senadores e Senadoras, queremos: melhorar esse ambiente para a sociedade brasileira é melhorar a proteção das pessoas.

Hoje nós estamos falando da proteção das mulheres brasileiras e das nossas crianças, mas, quando a gente fala de combater o crime organizado, nós estamos protegendo o bem mais valioso que as pessoas têm, que é a vida. E por isso eu tenho convicção de que o Senado está unido em torno dessa agenda, e o Senador Alessandro, assim como o Senador Fabiano, como todos os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito entregarão ao Brasil uma proposta legislativa adequada para enfrentarmos, de verdade, o crime organizado no nosso país.

Parabéns, Alessandro...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – ... pela sua condução.



Conte com a gente. (*Palmas.*)

O item 3 da pauta.

O item 2 foi retirado da pauta pela solicitação feita pelo Relator da matéria.

Informo ao Plenário que amanhã estamos com sessão convocada, deliberativa, e há a expectativa da presença de 74 Senadores e Senadoras para que nós possamos apreciar, tanto na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal como, imediatamente após a sabatina das autoridades na CCJ, vamos submeter diretamente ao Plenário a deliberação de todas as autoridades que serão sabatinadas no dia de amanhã.

Quero reafirmar o compromisso que fiz na semana passada com as Senadoras e com os Senadores, que era para todos nós fazermos um grande esforço para que, esta semana, nós tivéssemos um quórum com a ampla maioria dos Senadores presentes. E a Dra. Sabrina, o Ivan e o Danilo me informaram que foi comunicado à Mesa que amanhã, na deliberação das autoridades – que carece de votação secreta, portanto, a presença das Senadoras e dos Senadores, para votar individualmente –, estamos com a confirmação de cerca de 74 Senadores e Senadoras. Então, é um número adequado para que a gente possa deliberar as autoridades no dia de amanhã.

E quero reafirmar o compromisso que fiz, por um pedido de vários Senadores: que nós faríamos nesta semana o esforço concentrado para a deliberação das autoridades, Dra. Soraya, querida Senadora, e na semana seguinte, portanto, na próxima semana, as deliberações do Plenário do Senado Federal seriam deliberações semipresenciais, em que os Senadores e as Senadoras poderão não só dar presença, como participar das votações por via remota.

O item 3 da pauta... O Líder Eduardo Girão pediu a palavra?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Bom, Presidente, é que o Estado do Ceará está muito, neste momento, triste, porque um grande empreendedor, gerador de milhares de empregos, ambientalista, inclusive, do Grupo J. Macêdo, o Dr. Roberto Proença de Macêdo, faleceu precocemente. Ele, que esteve no Congresso Nacional agora, duas semanas atrás, num evento do qual tive a oportunidade de participar, de homenagear, pelos 85 anos do Grupo J. Macêdo, que tem empresas em vários estados do Brasil, acabou de falecer.

Então, eu coloquei um... eu fiz aí um pedido de um voto de pesar do Senado Federal, que eu gostaria apenas que fosse deliberado, encaminhado pelo Sr. Presidente.

Neste momento, eu aproveito para externar a minha solidariedade à família. A certeza que nós temos é a do reencontro na verdadeira pátria, que é a espiritual. Quem ama sempre tem esse reencontro certo, porque esta vida é passageira, mas a eterna nos aguarda para quem amamos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Eduardo Girão, a Mesa defere a solicitação de V. Exa. e encaminhará à publicação, nos termos regimentais, o voto de pesar proposto por V. Exa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Projeto de Lei nº 2.880, de 2023, de autoria do Deputado Capitão Alberto Neto, que altera a Lei nº 11.343, de 2006, para dispor sobre a criação de programa de saúde direcionado às mulheres alcoolistas.

Parecer nº 35, de 2025, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relatora da matéria: Senadora Professora Dorinha Seabra, favorável ao projeto.

Parecer nº 53, de 2025, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Damares Alves, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2, de redação, que apresenta.

Informo ao Plenário que não foram apresentadas emendas perante a Mesa.



Passamos à discussão da matéria. (*Pausa.*)

Não temos Senadores inscritos para discutir, está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Votação do projeto e das emendas, em turno único, nos termos do parecer da Comissão de Assuntos Sociais.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto, com as Emendas nºs 1 e 2, de redação.

O parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, será publicado na forma regimental.

(Parecer nº 165/2025-CDIR/PLEN-SF - Vide Item 3.1.2 do Sumário)

Em discussão, a redação final. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a redação final.

A matéria vai à sanção presidencial e será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PB. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pela ordem, a Senadora Daniella Ribeiro.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem. Por um lapso, na hora da minha fala sobre a Sala Lilás, eu deixei de fazer uma homenagem muito especial à nossa Diretora-Geral, nossa querida Ilana, que sem dúvida alguma foi peça fundamental dentro desse processo, sempre com o seu olhar e o seu comprometimento em defesa da mulher, com toda a sua equipe, a nossa equipe, a equipe do Senado Federal, Presidente, e todos os servidores e servidoras que contribuíram. Mas dessa forma, na sua pessoa, minha querida Diretora-Geral Ilana, eu homenageio a você e a todos aqueles que abraçaram esse pensamento, obviamente com o apoio do nosso Presidente Davi Alcolumbre, para que a gente pudesse ver esse sonho se tornar realidade tão rápido. Eu acho que de felicidade a gente talvez vá morrer na semana que vem, de tanta felicidade e tanta alegria!

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PB) – Não vai morrer, não, porque a gente tem que continuar! Mas no bom sentido, com toda certeza. Estamos fazendo história.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Cumprida a finalidade desta sessão deliberativa ordinária...

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG. *Fora do microfone.*) – Eu estou inscrito.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Eu estou inscrito também, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu vou pedir para... Eu não posso transferir a inscrição de V. Exas. para falarem amanhã, no início da sessão, às 16h?

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG. *Fora do microfone.*) – Eu precisava falar hoje.



O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então... Senador Jorge Seif, V. Exa. deseja falar hoje ou amanhã? Como diz um amigo meu: “Hoje e amanhã!”.

Eu vou passar a Presidência ao Senador Izalci Lucas e vou continuar com a lista de oradores inscritos, por solicitação dos Senadores Jorge Seif e Senador Cleitinho, meu Governador.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com a palavra o Senador Jorge Seif.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela ordem.) – Presidente Davi, eu sabia que V. Exa. era um grande político, agora que você fazia previsões... É a primeira vez que eu ouço V. Exa., e falou aqui do Cleitinho, né?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Nós estamos abertos para termos o apoio de V. Exa.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discursar.) – Sr. Presidente, primeiramente, quero agradecer ao senhor por ter nos concedido a palavra.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu venho hoje a esta tribuna, fazendo coro ao Senador Plínio Valério, para denunciar uma das maiores farsas do nosso tempo, a hipocrisia ambiental que se instalou na conferência climática internacional e que agora chega à COP 30, em Belém do Pará.

Enquanto, Sr. Presidente, o mundo celebra discursos vazios, o Brasil se ajoelha mais uma vez diante da agenda ideológica imposta por potências estrangeiras e sustentada internamente por Lula, Janja e Marina Silva, a musa das ONGs. Esses mesmos que transformam o agro brasileiro, o setor que mais gera emprego, renda e alimento para o mundo, no vilão preferido das ONGs e dos governos europeus.

O produtor rural brasileiro, Sr. Presidente, preserva o meio ambiente com dinheiro do próprio bolso. Enquanto na França e outros países europeus, o governo paga subsídios ao agricultor para deixar 4% da terra intocada, aqui, no Brasil, o produtor é obrigado, por lei, a preservar 20%, 35% e até 80% da sua propriedade, dependendo do bioma. A média nacional é que 49% das áreas rurais são de vegetação nativa, preservada sem que o produtor receba um único centavo de preservação e de compensação – e ainda paga imposto sobre toda a área, inclusive a parte que não pode explorar, ou seja, a preservação ambiental no Brasil é privada, obrigatória e não remunerada. E em lugar de reconhecimento do governo, o produtor recebe perseguição, culpa e desprezo.

Na Europa, o Presidente Emmanuel Macron posa de guardião da floresta, ataca o agronegócio brasileiro e chega ao cúmulo de dizer que comprar soja do Brasil é financiar o desmatamento da Amazônia. Mas o Sr. Presidente Emmanuel Macron é um mentiroso e isso é uma *fake news*, porque a soja ocupa apenas 0,7% da Amazônia Legal, segundo os dados oficiais. Enquanto o Brasil preserva dois terços de seu território, a França mantém apenas 20% de cobertura de sua floresta original.

O Sr. Emmanuel Macron é um hipócrita e mesmo assim quer nos dar lição de ecologia e tirar foto abraçadinho com Luiz Inácio Lula da Silva! Macron financia seus agricultores com recursos públicos, enquanto Lula penaliza os nossos com impostos, burocracia, humilhação internacional e perseguição. É a velha história, o mundo rico poluiu por séculos, cresceu com carvão e petróleo, e agora quer impor ao Brasil um freio de mão econômico em nome da salvação do planeta.

Para completar, o *show* da desinformação ganhou palco na própria floresta: a cantora Anitta, que deve ser especialista em alguma matéria de ecologia, transformada em porta-voz ecológica da COP 30, declarou que os gases da vaca são um dos maiores inimigos do planeta; mas a ciência, e não Martin, mostra outra coisa. O metano emitido pelo gado se decompõe em cerca de dez anos, retornando ao ciclo natural do carbono. Nosso rebanho é parte do equilíbrio, não da destruição. E, segundo a Fundação Getúlio



Vargas – esses, sim, especialistas! –, 70% das fazendas brasileiras já operam com baixa emissão de carbono e 30% capturam mais carbono que emitem.

Mesmo diante desses dados, Sr. Presidente, o Governo Lula apresenta à ONU o chamado Plano Clima, que quer reduzir em 50% as emissões do agro até 2035, enquanto outros setores, inclusive os industriais, podem aumentar as suas emissões. Enquanto a China, responsável por um terço da população mundial, promete reduzir apenas 10% das suas emissões, o Brasil quer cortar 67% de suas emissões, sacrificando o produtor, o alimento e o emprego rural, e mais o motor financeiro desta nação, que é o agronegócio.

Isso não é política ambiental, Sr. Presidente. É autossabotagem nacional, é subserviência travestida de virtude, é o Brasil pedindo desculpa por ser o país mais verde do planeta.

Concluo. O que está em jogo na COP 30 não é clima, é poder. Querem controlar nossa terra, nossa produção e, principalmente, nossa soberania. E o Governo petista, em vez de defender o Brasil, prefere tirar *selfies* com o Macron e posar de bonzinho para a ONU, subserviente, capacho de ONGs e de países que só destroem, à custa de países que preservam como o Brasil.

Sr. Presidente, eu me recuso a aceitar que um país que preserva 66% de seu território, que alimenta mais de 1 bilhão de pessoas no mundo e que possui o Código Florestal mais rigoroso do planeta seja tratado como vilão. Vilão é quem destruiu florestas, vive de hipocrisia e agora quer ditar regras aqui no Brasil.

Defender o agro, Sr. Presidente, é defender a independência nacional, é defender quem trabalha, quem produz, quem alimenta, quem sustenta este país. E nesta tribuna, com todo orgulho, eu digo: o agro é o verdadeiro guardião do meio ambiente brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Jorge Seif, o Sr. Davi Alcolumbre, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Izalci Lucas.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Senador Jorge Seif.

O próximo orador escrito é o Senador Cleitinho, do Republicanos, de Minas Gerais.

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG. Para discursar.) – Sr. Presidente, uma boa noite já, né? Eu peço aqui a atenção de todos os Senadores e Senadoras, da população que acompanha a gente pela TV Senado. Um abraço aqui também para todos os servidores desta Casa.

Eu queria chamar a atenção de você que é brasileiro, que é patriota, que é de direita. Presta bem atenção na minha fala agora aqui, que eu quero chamar a atenção de todos vocês.

Você já viu quando um casal, quando o marido e a mulher estão brigando, estão perto de se separar? Sabe quem fica satisfeito com isso tudo, gente? É o inimigo, é o Diabo. E com o que está acontecendo na direita hoje, essa briga, essa divisão, quem está satisfeito com ela, rindo da cara da gente, são os inimigos

Então a gente precisa parar com isso. A gente precisa priorizar agora... Está fazendo cem dias que o Bolsonaro está preso. E a prioridade aqui é falar de campanha de Senador, de campanha de Governador, de campanha de Presidente. E tem eleição o ano que vem sem o Bolsonaro? Uma eleição com democracia? Tem eleição sem Bolsonaro? O que estão fazendo com o Bolsonaro é uma baita de uma covardia.

Está fazendo agora cem dias que o Bolsonaro está preso e censurado, por medo de ele ser candidato no ano que vem e ganhar as eleições, porque pesquisas mostram isso. Então, peço aqui à direita, a toda a direita, e principalmente aos políticos de direita, que tenham responsabilidade, tenham agora humildade – sabe? – de ficar do lado do Bolsonaro.



A gente não tem que estar priorizando eleições do ano que vem sem o Bolsonaro, não. O que a gente tem que priorizar aqui, agora, é o julgamento do Bolsonaro. Daqui a uns dias, esses covardes podem colocar ele na cadeia. E o que a gente tem que fazer aqui, Senadores de direita, Deputados de direita que foram apoiados pelo Bolsonaro, é apoiar o Bolsonaro e defender a honra do Bolsonaro!

Eu queria aqui falar, com toda a humildade do mundo, citar o nome de todos que estão aqui na lista que eu quero mostrar para vocês. Pois eu sou Eduardo Bolsonaro, eu sou Carlos Bolsonaro, eu sou Nikolas, eu sou Michelle Bolsonaro, eu sou Paulo Souza, eu sou Allan dos Santos, eu sou Paulo Figueiredo, eu sou Kim Paim – o Kim Paim mete o cacete em mim, mas eu sou Kim Paim porque eu sei que ele defende a direita, eu tenho humildade de reconhecer que eu erro e tenho que melhorar aqui todos os dias –, eu sou Ana Campagnolo, eu sou Jorginho Mello, eu sou Carol de Toni, eu sou Julia Zanatta, eu sou Flávio Bolsonaro, eu sou Michelle Bolsonaro, eu sou Bolsonaro e eu sou de direita!

Então parem de brigar! Essa briga quem está vendo de camarote e rindo é o inimigo. Neste momento, agora, todos nós de direita temos que estar unidos, temos que estar aqui defendendo a honra do Bolsonaro, defendendo essa covardia de julgamento que vão fazer com ele, e não deixar ele ser preso. Não pensem em eleição sem Bolsonaro, vamos parar com isso, vamos ter humildade de trabalhar pelo povo aqui. É isso que a gente tem que fazer. Não tem eleição sem Bolsonaro no ano que vem, não, gente. E o medo deles, vocês sabem: se o Bolsonaro estiver na rua fazendo campanha, ele está eleito. Bando de covardes e bando de medrosos! E uma coisa que eu não sou na minha vida é covarde e medroso.

Estamos aqui agora para votar, para votar amanhã, aqui... Vai-se sabatinar o Paulo Gonet na CCJ, e vai estar aqui em Plenário para votarmos novamente. Muito disso que aconteceu com os presos do dia 8 e com o Bolsonaro foi omissão dele. E eu poderia aqui, se eu fosse um rato, um covarde, simplesmente não falar nada, sabe por quê? Ele está cheio de ação minha para poder me julgar, por falar a verdade aqui. Mas eu não tenho medo dele e de ninguém, porque, se eu cair aqui, eu caio levantado. Eu vou continuar fazendo o que precisa ser feito aqui.

Por isso que eu dou um voto aberto, não sou covarde de votar secreto, não sou traidor. Eu vou votar contra ele, estou fazendo campanha contra ele, por mais que ele tenha julgamento para poder me julgar, para poder me condenar por eu ter falado a verdade. A verdade não merece castigo, o que eu falei aqui foi verdade, o que eu falei nesta tribuna aqui de algumas pessoas foi verdade, e eu não vou abaixar a cabeça para essas pessoas, eu vim aqui foi para apontar o dedo. Então espero que todo Deputado de direita e Senador de direita, principalmente Senadores, amanhã, que foram apoiados pelo Bolsonaro, não seja, com todo respeito, mas não seja traidor. Muito do que está acontecendo com o Bolsonaro nesses cem dias em que ele está preso, censurado, se deve a esse Procurador-Geral da República, Paulo Gonet, que será sabatinado amanhã na CCJ e será votado aqui. E eu falo de coração aberto, de mão limpa, porque a minha mão é limpa: meu voto é “não”, voto aqui eu declaro, meu voto aberto é “não”. Eu não sou covarde, não sou covarde. E se todos os Senadores tiverem o posicionamento que estou tendo aqui, a gente barra o Paulo Gonet aqui, não o deixa continuar sendo Procurador-Geral da República.

Vamos ter consciência, vamos pensar. Uma coisa que eu tenho na minha vida aqui, gente, é gratidão – é gratidão. Se estou aqui hoje, eu devo a Deus, eu devo ao povo e devo ao Bolsonaro, e o que eu puder fazer para honrar, defender a honra dele aqui, eu vou fazer, todos os dias. E eu espero que cada Senador que, como eu, subiu na garupa do Bolsonaro, fez campanha com ele, usou a imagem dele, tenha no mínimo agora respeito ao Bolsonaro e vote contra o Paulo Gonet amanhã, vote contra ele, pois de tudo o que está acontecendo neste país aqui, ele também tem culpa, por ser omissor.

E novamente – novamente –, sei que tem muito processo meu lá e não estou nem aí, sabe por quê? Eu posso até não vencer a justiça aqui da terra, mas a justiça de Deus... Deus está vendo, conhece meu coração, conhece a minha intenção aqui e sabe que o que eu falei aqui foi a verdade. E precisa ter políticos



corajosos para poder apontar o dedo e mostrar a verdade do que esse sistema fez com o Brasil aqui, do que esse sistema fez com o povo brasileiro. E eu vim para cá para isso, para libertar, libertar o povo. Zero medo de Paulo Gonet, de STF. Se eu cair, eu caio levantado. Não tenho medo, não, porque eu estou fazendo o certo aqui e nunca vou fazer coisa errada aqui. E eu espero, novamente, Senadores, a gente ter uma chance de barrar essa Excelência aqui amanhã. Que cada um tenha consciência e vote aberto, vote com consciência, vote “não” ao Paulo Gonet. Eu queria finalizar minha fala aqui, Presidente, chamando a atenção de toda a população brasileira. Povo brasileiro, presta atenção no que eu vou mostrar para vocês aqui, se tem cabimento, que vocês tomem... O povo brasileiro, de verdade, toma murro na cara e voadora todos os dias. E o que eu vou falar aqui é para botar na sua consciência. Pensa comigo aqui, povo brasileiro: você trabalha, ganha o seu dinheiro e todo o dinheiro que você ganha, você tem que declarar. Se você compra uma casa, você tem que declarar essa casa; se você compra um carro, você tem que declarar esse carro; se você junta um dinheiro e coloca na sua conta bancária, você tem que declarar também esse dinheiro. Aí sabe o que acontece? Você é obrigado a declarar tudo, não é? E aí, você devolve esse dinheiro para o Governo, que vai gastar esse dinheiro que é seu com um monte de privilégio e farra com dinheiro público e coloca em sigilo. É justo isso?

Vamos repetir novamente: você trabalha e ganha o seu dinheiro; se você ganha o seu dinheiro, você tem que declarar; se você compra uma casa, você tem que declarar; se você compra um carro, você tem que declarar. Tudo você tem que declarar para o Governo sobre o seu dinheiro. Esse Governo pega o seu dinheiro, o gasta e coloca sigilo nele – como aconteceu agora com a questão do navio de luxo, que o Lula foi lá com a Janja e colocou sigilo.

Eu faço uma pergunta para você, brasileiro: isso é justo? Você, que é o patrão, paga imposto, devolve esse dinheiro para o Governo para ele gastar o seu dinheiro e colocar sigilo, mas você tem que declarar tudo.

E eu queria desmascarar, sabe por quê? Porque é importante a gente mostrar aqui a verdade: foi o próprio Presidente da República que disse que não ia colocar sigilo em nada.

(Procede-se à reprodução de áudio.)

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Não terá sigilo de um ano, nem de dois anos, nem de dez e nem de cem anos. E olha aí o que aconteceu: sigilo, agora, de cem anos também. Então, assim, é muita mentira, é muito lero-lero, conversa fiada.

Então eu preciso aqui sempre mostrar a verdade para vocês. É bem claro que o Lula faz é hora com a cara do povo brasileiro, e tem algumas pessoas que ainda caem na lábia e na mentira dele. Está aí para todo mundo ver essa mentirada. A verdade é essa. Pensa comigo, a verdade é que você é escravo, hoje, desse Governo. Você tem que declarar tudo, aí o Governo pega o seu dinheiro, torra o seu dinheiro e coloca sigilo. Eu faço uma pergunta para você, brasileiro: isso é justo?

(Soa a campanha.)

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Por isso que eu entrei com um projeto de lei para acabar com qualquer tipo de sigilo.

O princípio da administração pública chama-se transparência. Não é só com o Lula, não; com qualquer Presidente da República! Quem foi, quem é e quem vai ser Presidente têm que mostrar tudo, não tem que ter sigilo de nada. De nenhum Deputado, nenhum Senador, nenhum Presidente, porque nós somos empregados do povo, nós temos o dever de dar satisfação de tudo que a gente gasta com o dinheiro de vocês. Vocês não têm que declarar? Nós também temos que declarar.

E eu espero que todos os Senadores apoiem esse meu projeto. Não só os Senadores, todos os políticos



do Brasil. O princípio da administração pública, Presidente, chama-se transparência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Muito bem, Senador Cleitinho.

Passo a palavra agora ao Senador Alan Rick, União, do Acre, nosso futuro Governador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, só um rápido pela ordem aqui.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Se eu tivesse o título do Acre, eu ia votar em V. Exa.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Se o meu querido Governador permite... (*Risos.*)

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Ô, irmão, está permitido!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Olha, deixe-me falar uma coisa, Presidente: eu estou aqui com um grande ativista do bem, que está presente aqui, Sérgio Harfouche, que é de Mato Grosso do Sul. Ele é Promotor Público e conseguiu implantar um projeto que é uma referência, que é o Programa de Conciliação para Prevenir a Evasão e a Violência Escolar, que foi inclusive matéria do Fantástico, onde os alunos que quebravam tudo, tudo, pichavam, iam lá e tinham que fazer a limpeza. Isso aí começou a trazer uma revolução positiva, silenciosa, de ordem, de disciplina. E está de parabéns.

Que seja muito bem-vindo a esta Casa revisora da República ele, que é um ativista também contra a liberação das drogas, do aborto. É um homem de fibra, de valores, de princípios. Eu fico muito feliz em caminhar ao lado dele antes, antes – antes – de chegar ao Senado Federal.

Assim como eu admirava esse Senador que está na tribuna – se Deus quiser, futuro Governador –, Alan Rick, do Estado do Acre, em quem, enquanto Deputado, eu me espelhava. Eu ia com cartaz às audiências que ele promovia, porque ele sempre foi firme em defesa da vida desde a concepção e de outras pautas da família. Deus abençoe.

Obrigado pelo pela ordem. Desculpa, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Parabéns a V. Exa., parabéns ao nosso querido Promotor.

Com a palavra o Senador Alan Rick.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para discursar.) – Muito obrigado, Presidente Izalci.

Agradeço as generosas palavras do Senador Girão, esse homem que honra o seu estado, mas honra também o Brasil. O Ceará tem orgulho de você, meu amigo, e milhões de brasileiros – de você, do querido irmão Promotor. Que consigamos seguir juntos nessa luta pelos valores que norteiam a sociedade brasileira: os princípios da família, da ética e da vida, da vida desde a sua concepção. Você é um guerreiro do Brasil. Parabéns, meu amigo!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Obrigado!

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Tenho muito orgulho de você, do meu amigo Cleitinho, que nos sucedeu, e dos nossos amigos aqui presentes, do nosso Senador Izalci, do nosso querido Senador Luis Carlos Heinze, e todos aqueles que nos assistem pelos meios de



comunicação do Senado da República Federativa do Brasil.

Presidente Izalci, amigos, senhoras e senhores, tive a honra de, no último sábado, no meu querido Estado do Acre, receber inclusive vários amigos do Parlamento, sejam eles Senadores, Deputados Federais, amigos que participaram enviando sua mensagem por vídeo, como o querido Cleitinho, o Senador Jorge Seif, o Senador Marcos Rogério, o meu querido amigo Governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, que estiveram lá conosco, juntamente com a querida Damares, Marcos Pereira e amigos do Republicanos, esse partido que nos honra, quando pude assinar novamente a minha ficha de filiação ao Republicanos.

O Republicanos foi o partido que fez parte da minha história política desde o começo. Foi o partido pelo qual me elegi Deputado Federal em 2014. Tenho, nesse partido, uma plêiade de amigos, de confrades, de parceiros de luta. E a minha felicidade de poder recebê-los no Acre e reunir o povo acreano, ali, com quase 3 mil pessoas no Ginásio do Sesc, foi uma grande honra para mim.

Quando eu decidi entrar na vida pública, Presidente, eu fiz isso movido por uma convicção muito simples, muito profunda: a política é o melhor instrumento para transformar a vida das pessoas. A política, quando exercida com a motivação correta, constrói infraestrutura; ela legisla para o bem; ela promove uma saúde de mais qualidade; ela garante educação para a formação de jovens para o mercado de trabalho, num mercado cada vez mais competitivo; ela garante a assistência social; ela garante a revisão, inclusive, de legislações antigas ou ultrapassadas. A boa política muda uma nação, e é nessa política que eu me inspiro.

Ao me filiar ao Republicanos, ao voltar à minha casa, eu reencontro o caminho em que esses valores estão vivos: a fé, a família, a defesa de valores inegociáveis, da honestidade como base de um Brasil melhor; nasceu com o compromisso de defender o bem comum, proteger a liberdade e acreditar nas pessoas.

O Republicanos tem em seu estatuto o que eu sempre acreditei na prática: que o desenvolvimento de um país depende da soma entre a livre iniciativa e a responsabilidade social e política. Não há Estado forte sem cidadãos livres, nem economia forte sem solidariedade. Aqui, a fé não é usada para dividir, mas para unir pessoas e propósitos. A família não é uma bandeira apenas, é um alicerce, e o trabalho não é um fardo, é o meio mais digno de realização humana.

Ao olhar para o Brasil de hoje, vejo o quanto o nosso povo precisa de esperança, de coerência e de resultados; vejo o quanto precisamos de lideranças que não se curvem às vaidades nem ao populismo, mas que sirvam com propósito, com humildade e com coragem. E é isso que eu encontro no Republicanos. Esse é o partido que acredita no mérito, na liberdade econômica, na fé como força moral e na política como missão de servir ao próximo. É um partido que cresce, não porque está baseado apenas em princípios escritos num papel frio, mas tem suas raízes que se projetam para o futuro com responsabilidade e amor pelo Brasil.

Reafirmo hoje, neste Plenário, o meu compromisso com o meu Estado do Acre e com o meu país. Cada pai e mãe que luta para sustentar seus filhos têm em mim um amigo; cada jovem que sonha com oportunidades, cada trabalhador que acredita que o esforço ainda vale a pena. Sou parte desse time que quer reconstruir pontes, unir forças e provar que servir é o verbo mais nobre da política.

O Republicanos representa exatamente isto: fé que se traduz em ação, valores que se transformam em políticas públicas e em um Brasil que volta a acreditar em si mesmo.

E reafirmo aqui, senhoras e senhores, que o momento que o nosso país atravessa exige equilíbrio, exige diálogo e exige responsabilidade. Vivemos tempos em que é preciso coragem para unir, serenidade para ouvir e firmeza para agir. O Republicanos tem as condições de ser essa ponte entre a fé e a razão, entre o desenvolvimento e a justiça social, entre o país que somos e o país que queremos ser.

Seguirei firme, com fé em Deus, com os pés no chão do meu Acre, honrando o voto de cada acreano e comprometido com todos os brasileiros que acreditam na boa política, porque servir ao Brasil e ao Acre



é a maior missão da minha vida.

Muito obrigado, Presidente.

Quero aproveitar e também fazer alusão a um momento muito especial que vivi na noite de ontem em São Paulo. Eu quero, neste momento, mostrar a V. Exa. e àqueles que nos acompanham esse lindo troféu de supermercadista honorário a mim conferido pela Associação Brasileira de Supermercados (Abras), presidida pelo grande brasileiro João Galassi.

Na pessoa de Galassi, cumprimento todos aqueles que representam um dos segmentos mais importantes da economia do Brasil, que representam o setor do comércio e de serviços, que são os supermercados.

Esse é um trabalho que começa desde cedo, na madrugada, lá na área do campo, nos centros de distribuição, no transporte, até chegar às gôndolas dos supermercados, onde milhões de brasileiros fazem sua feira, levam comida para suas casas, adquirem seus produtos de primeira necessidade. Enfim, é um setor que gera riqueza que passa de R\$1 trilhão, representando quase 10% do PIB brasileiro.

Este reconhecimento, que tanto me honra, vem justamente de uma defesa que fazemos de uma política pública que o Brasil não pode deixar de concluir: a Política Nacional de Combate à Perda e ao Desperdício de Alimentos, a lei que incentiva a doação de alimentos no Brasil, fruto de um texto construído por nós, neste Senado da República, o nosso substitutivo, que foi fruto de um amplo debate, de uma discussão profunda com vários segmentos, desde instituições que representam os receptores desse alimento – bancos de alimentos, instituições filantrópicas, instituições religiosas, associações –, e, obviamente, uma construção com aqueles que querem doar alimentos, que não se conformam mais...

(Soa a campanha.)

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – ... em jogar alimento apto para o consumo fora, lançando-o em seus balanços como prejuízo, Senador Petecão, e, dessa maneira, aferindo o não pagamento daquele imposto, uma vez que aquele produto é lançado como prejuízo.

Nós, em nosso substitutivo, estabelecemos um limite de 5% na contribuição sobre o lucro líquido, para que empresas, supermercados, distribuidoras possam doar mais alimentos, e, dessa maneira, ajudar a matar a fome de milhões de brasileiros.

E aqui, no Senado, tivemos grandes parceiros: meu amigo, Senador Sérgio Petecão, que também relatou a matéria aqui nesta Casa; outros Parlamentares, como o Senador Efraim Filho, que foi um grande articulador; e muitos daqueles que representam esse segmento importante do Brasil, o segmento supermercadista.

(Soa a campanha.)

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – E lá nós pudemos abraçar os representantes do Estado do Acre, da associação dos supermercados do Acre, do Supermercado Araújo, hoje o Arasuper, e aqui eu reconheço e envio o meu abraço a todos aqueles que querem doar mais alimentos. O Brasil ainda tem, meu amigo Petecão, cerca de 3,5 milhões de cidadãos que passam fome.

E aqui eu quero cumprimentar os nossos amigos do Município de Acrelândia: o querido Prefeito Olavinho Boiadeiro, os nossos Vereadores aqui, Petecão.

Concedo um aparte ao meu amigo Petecão para que ele faça o devido reconhecimento e apresentação dos nossos amigos.

O Sr. Sérgio Petecão (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Para apartear.) – Alan, eu estava no gabinete com o nosso querido Prefeito e os Vereadores de Acrelândia, eles viram você na tribuna e vieram aqui lhe trazer um abraço. Eu queria aqui aproveitar para registrar o Olavinho, o



Vereador Beto, o Jersão, o Rogério e o Vitor. V. Exa. estava na tribuna e eles disseram: “Nós gostaríamos de dar um abraço no Alan Rick”. Então, eu os trouxe aqui.

Parabéns pelo pronunciamento, Alan.

Um abraço.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Obrigado, amigo Petecão.

Quero encerrar essas palavras, Presidente de Izalci, enaltecendo, portanto, os milhões de brasileiros que querem ajudar. São pessoas que já, por sua generosidade, ajudam a matar a fome de outros milhões de brasileiros, mas é preciso que a lei da doação de alimentos, a nossa política nacional vença uma etapa, a etapa do Veto 35. Esse veto foi muito ruim. Ele acaba por não instituir aquilo que nós mais buscamos, que é um incentivo à doação de alimentos. Nós criamos uma política que é transparente: só se pode doar alimentos em perfeito estado, alimentos dentro do prazo de validade.

(Soa a campanha.)

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – É preciso que o alimento seja auferido, seja avaliado por profissional para exatamente chegar a quem precisa, para garantir a sua qualidade. Mas, acima de tudo, nós criamos também um selo doador de alimentos, que dá aos doadores de alimentos essa chancela, esse reconhecimento de ser uma instituição, uma empresa que ajuda a matar a fome de milhões de brasileiros.

Precisamos derrubar o Veto 35. Esse veto retira o principal ponto, a meu ver, do projeto, que é o incentivo fiscal, uma pequena renúncia fiscal que redundará num gigantesco arco de doações e de contribuições; uma pequena renúncia fiscal que redundará numa ampla rede de doações de alimentos para matar a fome de milhões de brasileiros.

Portanto, o meu agradecimento à Abras e a todos os instrumentos, todas as instituições que lutaram por esta legislação.

(Soa a campanha.)

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Vamos agora à derrubada do veto, com a graça de Deus e o apoio de todos vocês.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Senador Alan Rick, quero parabenizar V. Exa. pelo projeto, acompanhei, inclusive, lá na Frente Parlamentar de Comércio e Serviços. Projeto maravilhoso! E contem comigo com relação à derrubada desse veto, que é importante para a gente poder realmente incentivar as doações.

Parabéns a V. Exa.!

E agradeço também ao meu querido Galassi, que é o nosso Presidente da Abras, que também mandou para mim, lá no meu gabinete – eu não podia ir a São Paulo –, também esse reconhecimento do nosso trabalho.

Muito obrigado.

Com a palavra agora o Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Para discursar.) – Sr. Presidente, colegas Senadoras e Senadores, imprensa que está nos cobrindo nesse ato!

Parabéns, Senador Alan Rick, o setor supermercadista é um setor extremamente importante no nosso país. Quero iniciar, Senador Alan Rick, e falar aos Srs. Prefeitos e Vereadores, em relação ao que o Senador Plínio Valério falou no início da sessão, sobre a questão da Floresta Amazônica.

O Senador Seif também falou aqui, colega, em relação à COP, aos gastos desmedidos que estão



sendo feitos neste instante na COP e às críticas que fazem à produção agrícola do Brasil.

Tem que agradecer aos produtores rurais brasileiros pelo que fazem, e quero apenas dar um dado: se nós pegarmos, hoje, o que a União Europeia – segundo a OCDE 2023... A China subvenciona com 37% os seus agricultores; os Estados Unidos, 15%; a Índia, 14%; a União Europeia, 13%. De um total, Senador, de U\$842 bilhões. E no Brasil, com apenas 3%. Três.

Quer dizer que nós não temos subvenção como os europeus, asiáticos e americanos têm e, mesmo assim, nós somos um dos maiores produtores e exportadores de alimento para o mundo. Produzimos para os mais de 200 milhões de brasileiros e também produzimos para mais de 1 bilhão de pessoas do mundo que recebem alimentos brasileiros.

Então, não podemos criticar esse setor que gera, direta e indiretamente, quase 40% dos empregos do país. Se chegam num supermercado o arroz, o feijão, a carne, o leite, as verduras, eles saem do campo. Apenas para que a gente possa ter noção da importância do setor; não podemos admitir críticas no nosso caso.

Agora, também, em relação à Floresta Amazônica. A Bárbara e o Cláudio – Bárbara trabalha com o Senador Zequinha e Cláudio no meu gabinete... Nós já fizemos audiências públicas sobre crédito de carbono e faremos, amanhã, um requerimento para fazermos uma nova audiência pública sobre esse assunto.

E veja o que nós podemos ter no Brasil, especificamente, Senador Izalci Lucas. A Floresta Amazônica preservada – segundo o Seif, e é a nossa realidade, em torno de 60% no Brasil são preservados –, dentro das propriedades rurais e também em áreas de preservação permanente, reservas indígenas ou mais, nós temos. Segundo o Banco Itaú, o valor desta Floresta Amazônica é de 130, U\$140 bilhões. E no mercado regulado, Senador Izalci, U\$2 trilhões. E vêm pessoas de vários pontos do mundo, da Europa, criticar o Brasil. Isso é o que vale a Floresta Amazônica intacta.

Dizia o Senador Plínio Valério que na região dele, no Estado do Amazonas, mais de 10 milhões de famílias vivem miseravelmente, com essa fortuna incalculável que vale a Floresta Amazônica como um todo.

Aquilo, Senador Izalci, colegas Senadores, Senadoras, a imprensa que nos acompanha e assessores da Casa, aquilo é do Brasil. Nós somos brasileiros. Não podemos aceitar, hoje, ONGs internacionais, que botam alguns milhões de reais, ou de dólares, quererem se adonar desse patrimônio que é do Brasil, que é nosso.

Ali está a solução do nosso país, Senadores Izalci, para que possamos dar o devido valor. Esse é um assunto que nós já debatemos nesta Casa. Junto com o Senador Zequinha, já fizemos duas audiências públicas e mostramos um caso concreto de uma cooperativa, a Copagril, em Marechal Cândido Rondon, lá no Estado do Paraná, que já estão fazendo com agricultores que plantam soja, plantam trigo, plantam milho e têm pastagens, têm áreas preservadas, em 105 mil hectares... Esses agricultores já estão recebendo dinheiro da venda do crédito de carbono. Um trabalho ímpar que a Cooperativa Copagril está fazendo lá e que pode ser referência para toda a produção agrícola do Brasil.

Então, estou me inspirando no que eles estão fazendo, quero implementar no meu Rio Grande do Sul, e que isso possa ser uma regra no Brasil, o que a cooperativa Copagril já está fazendo. Portanto, apenas dados, números, valores... E a sociedade brasileira tem que entender que não são narrativas que nós temos, aqui é uma realidade.

Agora, um recado, também, na questão da agricultura, que nós teremos amanhã.

Quero agradecer ao Presidente Davi. Vamos instalar a Comissão da Medida Provisória nº 1.314, sobre endividamento. A demanda que nós temos é muito grande. Foi anunciado, aqui na MP, R\$12 bilhões para o Brasil. Vários estados brasileiros, onde praticamente 80% é para o Rio Grande do Sul. Nós



estamos encontrando dificuldades no Banco do Brasil, no Sicredi, no Sicoob, no Banrisul, na Caixa, no Cresol, nos bancos que estão negociando com os agricultores gaúchos e também brasileiros. Nós temos, em Santa Catarina, temos no Paraná, temos no Mato Grosso do Sul, também, produtores que precisam dessa negociação. Com a instalação dessa MP, nós queremos ampliar o volume que já foi anunciado. Já foram liberados, inclusive, recursos e os bancos estão fazendo a negociação.

O que nós queremos é que facilitem mais para os agricultores fazerem as negociações. Tivemos lá, Senador Izalci, no Rio Grande do Sul, em 2020, e até agora, 2025, quatro estiagens e duas enchentes abalaram muito a nossa produção e nós não temos condições de honrar os compromissos. Portanto, a negociação é importante. Ninguém quer perdão da dívida; querem prazo e condições para pagar, juros mais adequados e condições para que possam pagar essa dívida.

Então, é isso que nós estamos propondo na instalação dessa MP: que mais recursos possam ser liberados para os agricultores para que possam honrar seus compromissos e, o mais importante, acessarem o crédito da próxima safra.

Muita gente, nas regras de hoje, não vai ter acesso ao financiamento da soja, do milho, do arroz, do leite, que estão em extrema dificuldade neste momento, também, em cima dos preços. O produtor de trigo, neste momento, vendendo trigo a R\$55, R\$57, quando o custo de produção está em torno de R\$90. Nós temos o arroz, que vendemos a R\$110,00 no ano passado, hoje vale R\$55,00, e, muitas vezes, esse benefício não é repassado ao consumidor brasileiro, Senador Izalci.

Portanto, são cenários importantes em que nós temos que atuar. Estamos defendendo e precisamos resolver esse impasse do Rio Grande do Sul, principalmente, e dos outros estados que têm dívidas dos nossos agricultores.

E sabemos, Senador Izalci, que, pela produção no Brasil, no estado que mais produz hoje, que é o Mato Grosso, muitos, no ano que vem, já terão problemas; neste ano, muitos têm problema no Mato Grosso, que é o líder da produção no Brasil, mas pela circunstância do custo muito elevado de produção e dos preços que caíram muito. Vendemos soja, alguns anos atrás, a R\$200 o saco, e o custo de produção – do fertilizante, do defensivo, das peças, das máquinas, do diesel e dos impostos – subiu ao preço de R\$200. Hoje o preço está em R\$120, agora o custo não baixou na mesma proporção; 40% a menos para o produtor, e o custo de produção, quem sabe, tenha abaixado 10%. Então, esse desequilíbrio faz com que produtores tenham problemas não só da frustração de safra que nós tivemos no Rio Grande do Sul em função das enchentes e das secas, mas também pelo excesso de custos e de preços baixos.

V. Exa., que conhece a contabilidade, sabe que essas contas não fecham. Por isso, nós temos que resolver esse impasse, e o objetivo da instalação da nossa medida provisória amanhã é para ver se conseguimos ampliar o recurso e ainda, neste ano, neste mês de novembro e no de dezembro, possamos fazer com que eles possam honrar compromissos, renegociar débitos e tirar financiamento para a safra 2025/2026.

O recado final é com relação ao nosso Presidente Bolsonaro. Ouvi a fala do Cleitinho, e lamentamos essa posição. Ele está preso hoje por uma questão política, não tem nada a ver com banditismo, não é ladrão, não é corrupto. O fato é que, Senador Izalci, ele ganha a eleição no Brasil, no ano que vem. Ele vai estabelecer muitos Senadores para esta Casa, na eleição do ano que vem, e pode influenciar também na eleição de Governadores de todos os estados brasileiros. Por isso, hoje ele está preso na sua casa, com uma filha de 15 anos e com sua esposa. Falo à sociedade brasileira que nos acompanha neste instante pela TV Senado e nas redes sociais: o que se pensa na casa dele se tem a Polícia Federal o resguardando? Que ele é um bandido, e não é bandido. O crime é porque ele ganha as eleições no ano que vem, e essas narrativas de que a imprensa tem falado não são a realidade. Então, essa é uma preocupação que nós temos para que a realidade aconteça e saia às ruas, porque nós não temos isso hoje. E V. Exa. sabe, como



eu também sei, dos problemas de saúde que ele tem hoje.

A Senadora Damares, sua colega deste estado, está tentando... Veja, querem levá-lo para a Papuda, nos próximos dias. É um crime que está ocorrendo no nosso país o abuso do Supremo Tribunal Federal brasileiro. Quando a Senadora Damares falava de verificar a cela em que ele vai ficar, o Governo do Distrito Federal quer ajudar, agora o Ministro Alexandre de Moraes diz: “Não são vocês que cuidam do presídio; ele é meu prisioneiro”. Imagina o que está ocorrendo no nosso país. E esta Casa, que tem poderes sobre o Supremo, está se achicando, está de cócoras para o Supremo Tribunal Federal. Portanto, é importante que nós possamos ter essa posição e que esta Casa possa retomar à sua verdadeira posição a partir do próximo mandato – se nós não conseguirmos fazer ainda neste ano ou no ano que vem.

Amanhã, teremos a sabatina do Gonet, muito importante. Ele já foi sabatinado nesta Casa e amanhã teremos essa oportunidade e da votação também que nós vamos fazer.

Abraço. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Fala da Presidência.)
– Obrigado, Senador Heinze.

A Presidência informa às Senadoras e aos Senadores que estão convocadas as seguintes sessões para amanhã, quarta-feira: sessão solene do Congresso Nacional, às 10h, destinada a homenagear o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Polícia Civil, a Polícia Militar e os policiais mortos e baleados na Operação Contenção; e sessão deliberativa ordinária, às 14h, destinada à deliberação de autoridades sabatinadas pelas Comissões permanentes.

Cumprida a finalidade da sessão, a Presidência declara o seu encerramento.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 33 minutos.)





REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal 57ª Legislatura 3ª Sessão Legislativa Ordinária

166ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas
Presenças no período: 11/11/2025 07:00:00 até 11/11/2025 20:00:59

Partido	UF	Nome Senador	Presença
UNIÃO	AC	Alan Rick	X
MDB	SE	Alessandro Vieira	X
PDT	MA	Ana Paula Lobato	X
PSD	BA	Angelo Coronel	X
PL	SP	Astr. Marcos Pontes	X
PT	PA	Beto Faro	X
Podemos	MG	Carlos Viana	X
PP	PI	Ciro Nogueira	X
Republica	MG	Cleitinho	X
MDB	RO	Confúcio Moura	X
Republica	DF	Dameres Alves	X
PP	PB	Daniella Ribeiro	X
UNIÃO	AP	Davi Alcolumbre	X
PL	AL	Dra. Eudócia	X
MDB	AM	Eduardo Braga	X
NOVO	CE	Eduardo Girão	X
UNIÃO	PB	Efraim Filho	X
PSD	MA	Eliziane Gama	X
PP	SC	Esperidião Amin	X
PT	ES	Fabiano Contarato	X
MDB	AL	Fernando Farias	X
PSB	PR	Flávio Arns	X
PL	RJ	Flávio Bolsonaro	X
Republica	RS	Hamilton Mourão	X
MDB	SC	Ivete da Silveira	X
PL	DF	Izalci Lucas	X
PL	RO	Jaime Bagattoli	X
PT	BA	Jaques Wagner	X
UNIÃO	MT	Jayme Campos	X
PSB	GO	Jorge Kajuru	X
PL	SC	Jorge Seif	X
PSD	MT	José Lacerda	X
PSD	PI	Jussara Lima	X
PP	SE	Laércio Oliveira	X
PDT	DF	Leila Barros	X
PSD	AP	Lucas Barreto	X
PP	RS	Luis Carlos Heinze	X
PSD	SP	Mara Gabrilli	X
MDB	PI	Marcelo Castro	X
PL	AC	Marcio Bittar	X
Podemos	ES	Marcos do Val	X
PL	RO	Marcos Rogério	X
Republica	RR	Mecias de Jesus	X
PSD	AM	Omar Aziz	X
PSD	BA	Otto Alencar	X

Emissão 11/11/2025 20:03:11





REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal
57ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

166ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas
Presenças no período: 11/11/2025 07:00:00 até 11/11/2025 20:00:59

Partido	UF	Nome Senador	Presença
PT	RS	Paulo Paim	X
PSDB	AM	Plínio Valério	X
UNIÃO	TO	Prof. Dorinha Seabra	X
PT	AP	Randolfe Rodrigues	X
MDB	AL	Renan Calheiros	X
PSD	MG	Rodrigo Pacheco	X
PT	SE	Rogério Carvalho	X
PL	RN	Rogério Marinho	X
PL	RJ	Romário	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X
Podemos	MS	Soraya Thronicke	X
PSDB	RN	Styvenson Valentim	X
PT	PE	Teresa Leitão	X
PP	MS	Tereza Cristina	X
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	X
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	X
PL	GO	Wilder Moraes	X
Podemos	PA	Zequinha Marinho	X

Compareceram 63 senadores.



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 166^a SESSÃO

DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 2810/2025





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Alessandro Vieira

PARECER Nº 163, DE 2025-PLEN/SF

De PLENÁRIO, em substituição à COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei nº 2.810, de 2025 (Substitutivo da Câmara dos Deputados) (PL nº 2.810/2025), que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para agravar a pena dos crimes contra a dignidade sexual de pessoa vulnerável, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para prever medidas protetivas de urgência a vítimas de crimes contra a dignidade sexual e em situação de especial vulnerabilidade, a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para prever a monitoração eletrônica dos condenados por crime contra a dignidade sexual, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer mecanismos de proteção a crianças e a adolescentes vítimas de crimes contra a dignidade sexual, e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para assegurar assistência psicológica e social especializada às pessoas com deficiência vítimas de crimes contra a dignidade sexual e a suas famílias.

Relator: Senador **ALESSANDRO VIEIRA****I – RELATÓRIO**

Vem a Plenário para análise, nos termos do art. 101, inciso II, alínea “d”, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Projeto de Lei

Gabinete do Senador Alessandro Vieira | Senado Federal – Anexo II – Ala Afonso Arinos –
Gabinete 8

CEP 70165-900 | Brasília-DF | Telefone: +55 (61) 3303-9011 / 3303-9014

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3489464023>





2

SF/25471.54964-06

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Alessandro Vieira

nº 2.810, de 2025, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para agravar a pena dos crimes contra dignidade sexual de pessoa vulnerável; o Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, para prever medidas protetivas de urgência para vítimas de crimes contra a dignidade sexual e em situação de especial vulnerabilidade; a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever a monitoração eletrônica dos condenados por crime contra dignidade sexual; a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para estabelecer mecanismos de proteção a crianças e adolescentes vítimas de crimes contra a dignidade sexual, e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para assegurar assistência psicológica e social especializada às vítimas de crimes contra a dignidade sexual com deficiência e suas famílias, da Senadora Margareth Buzetti.

São **quatro** os grandes temas tratados pelo PL nº 2.810, de 2025, a saber:

(i) agravamento das penas previstas para os crimes estupro de vulnerável (art. 217-A do Código Penal), estupro de vulnerável com lesão corporal grave (art. 217-A, §3º, do CP), estupro de vulnerável com resultado morte (art. 217-A, §4º, do CP), corrupção de menores (art. 218 do CP), satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente (art. 218-A do CP), favorecimento da prostituição de criança ou adolescente (art. 218-B do CP) e divulgação de cena de estupro, sexo ou pornografia envolvendo criança ou adolescente (art. 218-C do CP);

(ii) a previsão da possibilidade da decretação de medidas protetivas de urgência em favor das vítimas de crimes contra a dignidade sexual se forem crianças ou adolescentes ou, de qualquer modo, vulneráveis, por alteração do Código de Processo Penal (CPP);

(iii) alteração de regime de execução penal, por alteração da Lei de Execução Penal (LEP); e,

(iv) alterações pontuais para aprimorar previsões mais gerais do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Gabinete do Senador Alessandro Vieira | Senado Federal – Anexo II – Ala Afonso Arinos –
Gabinete 8

CEP 70165-900 | Brasília-DF | Telefone: +55 (61) 3303-9011 / 3303-9014

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3489464023>





3

SF/25471.54964-06

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Alessandro Vieira

Na Câmara dos Deputados, não houve dissenso quanto aos itens **(i)** e **(iv)** acima, na forma em que foram aprovados pelo Senado Federal.

Defendeu nossa Casa Revisora, no entanto, **(a)** a simplificação da disciplina a constar do Código de Processo Penal para as medidas protetivas de urgência dos crimes contra a dignidade sexual e dos crimes contra pessoas vulneráveis mediante expressa remissão à disciplina constante da própria Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 2006), com **(b)** a inclusão da pessoa idosa nesse último grupo (art. 350-B do CPP).

De outra parte, alterou sensivelmente a redação prevista para a **(c)** regulação para a remoção de conteúdos, independentemente de ordem judicial, por empresas de comunicação, provedores de aplicação de internet, exibidores de salas de cinema, lojas de aplicativos, fabricantes de televisores conectados com oferta de canais por meio de aplicativos e desenvolvedores de jogos eletrônicos que identificarem a existência de conteúdos que configurem crimes contra a dignidade sexual de criança e de adolescente (art. 350-C do CPP), por meio da substituição por “fornecedores de produtos ou serviços de tecnologia da informação”.

Houve, por fim, a exclusão de **(d)** regra sobre a identificação genética dos presos pela prática de crime contra a dignidade sexual (novo art. 300-A do CPP); e **(e)** da regra especial para a progressão de regime, sujeita ao exame criminológico, também para os presos pela prática de crime contra a dignidade sexual (novo art. 119-A da LEP).

De volta ao Senado Federal, a proposição foi despachada à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Lá, embora aprovado o substitutivo da Câmara dos Deputados, trabalhou-se pelo restabelecimento do texto do Senado, no que diz respeito à:

(c.1) regulação para a remoção de conteúdos sensíveis (art. 350-C do CPP);

Gabinete do Senador Alessandro Vieira | Senado Federal – Anexo II – Ala Afonso Arinos –
Gabinete 8

CEP 70165-900 | Brasília-DF | Telefone: +55 (61) 3303-9011 / 3303-9014

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3489464023>





4

SF/25471.54964-06

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Alessandro Vieira

(c.2) regras para a requisição de provas no contexto da regulação para a remoção de conteúdos sensíveis (art. 350-D do CPP);

(d) regra sobre a identificação genética de presos por crimes sexuais (art. 300-A do CPP); e

(e) regra especial para a progressão de regime e exame criminológico (art. 119-A da LEP).

Seguiu então a matéria à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para análise da constitucionalidade e dos critérios próprios do direito penal e processual penal.

É em substituição a esse colegiado que o Plenário vem agora se manifestar.

II – ANÁLISE

Na seara constitucional, o PL nº 2.810, de 2025, insere-se no âmbito da competência legislativa da União, nos termos do art. 22, inciso I, e art. 24, incisos XIV e XV, da Constituição Federal. No aspecto material, não identificamos óbices de natureza constitucional.

A proposta de aumento das penas para crimes sexuais contra crianças e adolescentes, conforme disposto no Projeto de Lei nº 2.810, de 2025, representa uma medida legítima e necessária diante da gravidade e da extensão do dano causado por essas práticas, como já tivemos a oportunidade anteriormente de salientar e, a esta altura do processo legislativo, seria mesmo desnecessário, tendo em conta que os principais dispositivos do PL já estão referendados, tanto na Câmara dos Deputados, quanto no Senado Federal.

Repiso, ainda assim, alguns poucos conceitos a demonstrar a boa hora para a aprovação do PL nº 2.810, de 2025. 1º) A proteção integral de crianças e adolescentes é um **dever constitucional do Estado**, da família e da sociedade. Quando se trata de crimes contra a dignidade sexual desse grupo, os

Gabinete do Senador Alessandro Vieira | Senado Federal – Anexo II – Ala Afonso Arinos –
Gabinete 8

CEP 70165-900 | Brasília-DF | Telefone: +55 (61) 3303-9011 / 3303-9014

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3489464023>





5

SF/25471.54964-06

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Alessandro Vieira

danos ultrapassam o plano físico, afetando profundamente o desenvolvimento psicológico, emocional e social das vítimas. **2º)** É necessário destacar a **especial vulnerabilidade das vítimas**. Crimes como estupro de vulnerável (art. 217-A do CP) atentam diretamente contra indivíduos que não possuem maturidade física, emocional ou cognitiva para consentir ou se defender. **3º)** A internet tem potencializado a perpetuação de crimes sexuais contra crianças e adolescentes, tornando o **abuso contínuo e globalizado**. O aumento das penas, nesses casos, é uma resposta à crescente sofisticação desses delitos e à necessidade de um ordenamento jurídico que acompanhe tais mudanças. Por fim, **4º)** o aumento das penas também **tem função preventiva e simbólica**. Embora a pena não seja, por si só, garantia de diminuição da criminalidade, o seu rigor transmite uma mensagem clara de intolerância frente a práticas de abuso e exploração sexual de menores.

Com essas considerações, passamos, de plano, à análise das alterações preconizadas pela Câmara dos Deputados e das soluções já propostas pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) para os dissensos verificados, que não são, de nenhuma maneira, insuperáveis ou essenciais.

A Câmara dos Deputados não alterou o **(i)** agravamento das penas das penas previstas para os crimes estupro de vulnerável (art. 217-A do Código Penal), estupro de vulnerável com lesão corporal grave (art. 217-A, §3º, do CP), estupro de vulnerável com resultado morte (art. 217-A, §4º, do CP), corrupção de menores (art. 218 do CP), satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente (art. 218-A do CP), favorecimento da prostituição de criança ou adolescente (art. 218-B do CP) e divulgação de cena de estupro, sexo ou pornografia envolvendo criança ou adolescente (art. 218-C do CP). Também não modificou as **(iv)** alterações pontuais para aprimorar previsões mais gerais do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Estatuto da Pessoa com Deficiência. É o caso, portanto, de se aprovar o substitutivo da Câmara dos Deputados ao PL nº 2.810, de 2025.

A seguir temos um tema mais conceitual. Está assentada a necessidade de se estabelecer no Código de Processo Penal mais uma hipótese de medidas protetivas de urgência para alcançar os casos de crimes contra a dignidade sexual e os de vítimas vulneráveis. As redações – original e do

Gabinete do Senador Alessandro Vieira | Senado Federal – Anexo II – Ala Afonso Arinos –
Gabinete 8

CEP 70165-900 | Brasília-DF | Telefone: +55 (61) 3303-9011 / 3303-9014

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3489464023>





6

SF/25471.54964-06

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Alessandro Vieira

substitutivo – que à primeira vista poderiam indicar grande divergência, em verdade, são muito próximas, sendo a grande diferença apenas a opção legislativa por fazer no CPP expressa remissão ao teor da Lei Maria da Penha, como defende a Câmara, ou por reproduzir no diploma de caráter mais genérico, o CPP, o que se tem contido na legislação especial, a LMP, como quis o Senado.

Temos que a opção mais acertada é restabelecer a redação do Senado Federal, por despciendo que possa parecer, pois reproduzir a normativa vigente não atrelará o desenvolvimento dos institutos que, se por ora não guardarão muita diferença, também não impedirá que, no futuro, venham a especificar cada um a seu modo contornos próprios para as medidas protetivas de urgência empregadas no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher e as medidas protetivas mais gerais deferidas em crimes contra a dignidade sexual ou em favor de outras vítimas vulneráveis. Por essa singela razão, ao contrário da CDH, somos por restabelecer a redação do Senado para os arts. 350-A e 350-B do Código de Processo Penal (Emenda nº 01).

Temos mais um ponto de discordância com o importante e competente trabalho realizado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Trata-se dos dispositivos que cuidam da remoção de conteúdo violador de direitos de criança ou adolescente. Na versão final do Senado estavam pormenorizadas as entidades sujeitas às obrigações da nova lei. A Câmara dos Deputados estabeleceu uma regra geral mais abrangente: todos os fornecedores de produtos ou serviços de tecnologia estarão obrigados a retirar o conteúdo sensível independentemente de ordem judicial, locução empregada pelo recente Estatuto Digital da Criança e do Adolescente - ECA Digital, como expressamente definido em seu art. 2º, I, da Lei nº 15.211, de 2025. No entanto, entendemos que o texto da Câmara pode gerar insegurança jurídica em relação ao ECA Digital, uma vez que este último possui dispositivos mais detalhados, a exemplo do modo como se dará a notificação dos fornecedores e o que é considerado conteúdo violador dos direitos de crianças e adolescentes. Diante disso, sugerimos a rejeição do art. 350-B da Câmara.

Gabinete do Senador Alessandro Vieira | Senado Federal – Anexo II – Ala Afonso Arinos –
Gabinete 8

CEP 70165-900 | Brasília-DF | Telefone: +55 (61) 3303-9011 / 3303-9014

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3489464023>





7

SF/25471.54964-06

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Alessandro Vieira

Estamos de acordo, por sua vez, em reinstaurar a identificação genética de criminosos sexuais. Com efeito, a redação ao cabo aprovada pela Câmara dos Deputados *“retira dos órgãos de segurança pública e de todos os que participam da persecução penal o instrumento de capital importância – a identificação do perfil genético – para a elucidação dos crimes, quando praticados por agente infrator reincidente, ao tempo que nenhum benefício traz para sociedade, especialmente para as vítimas dos crimes contra dignidade sexual”*, como bem pontuou a CDH. De rigor, assim, rejeitar a supressão do novo art. 300-A do CPP do Projeto de Lei nº 2.810, de 2025 (Emenda nº 2).

Tratemos, por fim, da alteração proposta para o regime de progressão e cumprimento de pena. A Câmara dos Deputados suprimiu a alteração proposta pelo Senado Federal por incluir um novo art. 119-A na Lei de Execução Penal sujeitando os condenados por crimes contra a dignidade sexual a exame criminológico como requisito para obtenção de regime mais benéfico ou outro benefício que autorize a saída do estabelecimento prisional, como em trabalho externo, por exemplo.

É fato que a recente Lei nº 14.843, de 2024, apenas em parte, já regulou a questão, como asseverou a Câmara dos Deputados. É necessário salientar, entretanto, que a legislação vigente cuida de requisitos para o acesso ao regime aberto somente, enquanto a redação aprovada no Senado Federal para o PL nº 2.810, de 2025, buscou estabelecer um requisito específico para a criminalidade sexual, exigindo expressamente prognóstico negativo de reincidência específica em crimes dessa natureza. Por essa razão, assim como propôs a CDH, somos por restabelecer o novo art. 119-A da Lei nº 7.210, de 1984 (Emenda nº 3).

III – VOTO

Com essas considerações, somos pela **aprovação** do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 2.810, de 2025, **rejeitando apenas em parte** as supressões propostas pela CDH, na forma e pela **aprovação** das emendas a seguir:

Gabinete do Senador Alessandro Vieira | Senado Federal – Anexo II – Ala Afonso Arinos –
Gabinete 8

CEP 70165-900 | Brasília-DF | Telefone: +55 (61) 3303-9011 / 3303-9014

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3489464023>





8

SF/25471.54964-06

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

EMENDA Nº -Plenário

Suprima-se a alteração do art. 350-A do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, processada na forma do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 2.810, de 2025, restabelecendo-se os arts. 350-A e 350-B, na forma tratada pelo art. 2º do Projeto de Lei nº 2.810, de 2025, do Senado Federal.

EMENDA Nº -Plenário

Suprima-se o art. 350-B do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, processada na forma do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 2.810, de 2025.

EMENDA Nº -Plenário

Reinclua-se o art. 300-A entre as alterações promovidas no Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, de que trata o art. 2º do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 2.810, de 2025, restabelecendo-se a redação aprovada pelo Senado Federal para o citado art. 300-A do CPP.

EMENDA Nº -Plenário

Reinclua-se o art. 119-A entre as alterações promovidas na Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, de que trata o art. 3º do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 2.810, de 2025, restabelecendo-se a redação aprovada pelo Senado Federal para o citado art. 119-A da LEP.

Sala das Sessões,

Gabinete do Senador Alessandro Vieira | Senado Federal – Anexo II – Ala Afonso Arinos –
Gabinete 8

CEP 70165-900 | Brasília-DF | Telefone: +55 (61) 3303-9011 / 3303-9014

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3489464023>





9

SF/25471.54964-06

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

, Presidente

, Relator

Gabinete do Senador Alessandro Vieira | Senado Federal – Anexo II – Ala Afonso Arinos –
Gabinete 8

CEP 70165-900 | Brasília-DF | Telefone: +55 (61) 3303-9011 / 3303-9014

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3489464023>



**SENADO FEDERAL****PARECER Nº 164, DE 2025 – PLEN/SF**

Redação final do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 2.810, de 2025, da Senadora Margareth Buzetti.

A **Comissão Diretora**, em **Plenário**, apresenta a redação final do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 2.810, de 2025, da Senadora Margareth Buzetti, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para agravar a pena dos crimes contra a dignidade sexual de pessoa vulnerável, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para prever medidas protetivas de urgência a vítimas de crimes contra a dignidade sexual e em situação de especial vulnerabilidade, a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para prever a monitoração eletrônica dos condenados por crime contra a dignidade sexual, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer mecanismos de proteção a crianças e a adolescentes vítimas de crimes contra a dignidade sexual, e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para assegurar assistência psicológica e social especializada às pessoas com deficiência vítimas de crimes contra a dignidade sexual e a suas famílias, consolidando as ressalvas e as adequações redacionais constantes do parecer de Plenário.

Senado Federal, em 11 de novembro de 2025.



Assinado eletronicamente, por Sen. Confúcio Moura e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8776324832>



ANEXO DO PARECER Nº 164, DE 2025 – PLEN/SF

Redação final do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 2.810, de 2025, da Senadora Margareth Buzetti.

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para agravar a pena dos crimes contra a dignidade sexual de pessoa vulnerável; o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para prever medidas protetivas de urgência a vítimas de crimes contra a dignidade sexual e em situação de especial vulnerabilidade; a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para prever a monitoração eletrônica dos condenados por crime contra a dignidade sexual; a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer mecanismos de proteção a crianças e a adolescentes vítimas de crimes contra a dignidade sexual; e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para assegurar assistência psicológica e social especializada às pessoas com deficiência vítimas de crimes contra a dignidade sexual e a suas famílias.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 217-A.

Pena – reclusão, de 10 (dez) a 18 (dezoito) anos, e multa.

.....



Assinado eletronicamente, por Sen. Confúcio Moura e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8776324832>



§ 3º

Pena – reclusão, de 12 (doze) a 24 (vinte e quatro) anos, e multa.

§ 4º

Pena – reclusão, de 20 (vinte) a 40 (quarenta) anos, e multa.

.....” (NR)

“Art. 218.

Pena – reclusão, de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos, e multa.

.....” (NR)

“Art. 218-A.

Pena – reclusão, de 5 (cinco) a 12 (doze) anos, e multa.” (NR)

“Art. 218-B.

Pena – reclusão, de 7 (sete) a 16 (dezesesseis) anos, e multa.

§ 1º (Revogado).

.....” (NR)

“Art. 218-C.

Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, e multa, se o fato não constitui crime mais grave.

.....” (NR)

“Descumprimento de medidas protetivas de urgência

Art. 338-A. Descumprir decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

§ 1º A configuração do crime independe da competência civil ou criminal do juiz que deferiu as medidas.

§ 2º Na hipótese de prisão em flagrante, apenas a autoridade judicial pode conceder fiança.

§ 3º O disposto neste artigo não exclui a aplicação de outras sanções cabíveis.”

Art. 2º O Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 300-A. O investigado por crimes contra a dignidade sexual, quando preso cautelarmente, e o condenado pelos mesmos crimes deverão ser submetidos obrigatoriamente à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA (ácido desoxirribonucleico), por técnica adequada e indolor, por ocasião do ingresso no estabelecimento prisional.”



Assinado eletronicamente, por Sen. Confúcio Moura e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8776324832>



“TÍTULO IX-A
DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA”

“Art. 350-A. Constatada a existência de indícios da prática de crime contra a dignidade sexual, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao autor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras:

I – suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento);

II – afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a vítima, se aplicável;

III – proibição de determinadas condutas, entre as quais:

a) aproximação da vítima, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre esses e o autor;

b) contato com a vítima, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;

c) frequência de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da vítima;

IV – restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar;

V – prestação de alimentos provisionais ou provisórios;

VI – comparecimento do autor a programas de recuperação e reeducação;

VII – acompanhamento psicossocial do autor, por meio de atendimento individual e/ou em grupo de apoio.

§ 1º As medidas referidas neste artigo não impedem a aplicação de outras previstas na legislação em vigor, sempre que a segurança da vítima ou as circunstâncias o exigirem, devendo a providência ser comunicada ao Ministério Público.

§ 2º Na hipótese de aplicação do inciso I do *caput* deste artigo, encontrando-se o autor nas condições mencionadas no *caput* e nos incisos do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), o juiz comunicará ao respectivo órgão, corporação ou instituição as medidas protetivas de urgência concedidas e determinará a restrição do porte de armas, ficando o superior imediato do autor responsável pelo cumprimento da determinação judicial, sob pena de incorrer nos crimes de prevaricação ou de desobediência, conforme o caso.

§ 3º Para garantir a efetividade das medidas protetivas de urgência, poderá o juiz requisitar, a qualquer momento, auxílio da força policial.



Assinado eletronicamente, por Sen. Confúcio Moura e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8776324832>



§ 4º Aplica-se às hipóteses previstas neste artigo, no que couber, o disposto na Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

§ 5º Nos casos previstos neste artigo, a medida protetiva de urgência será cumulada com a sujeição do autor a monitoração eletrônica, disponibilizando-se à vítima dispositivo de segurança que alerte sobre sua eventual aproximação.

§ 6º O disposto neste artigo aplica-se, ainda, aos crimes cuja vítima esteja em situação de vulnerabilidade, como crianças, adolescentes, pessoas com deficiência ou incapazes, qualquer que seja o crime investigado.”

“Art. 350-B. Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, a pedido da autoridade policial, do Ministério Público ou da vítima, o juiz poderá determinar a proibição do autor de exercer atividades que envolvam contato direto com pessoa em situação de vulnerabilidade, quando houver prova da existência do crime, indício suficiente de autoria e perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado.”

Art. 3º A Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 119-A. O condenado por crimes contra a dignidade sexual somente ingressará em regime mais benéfico de cumprimento de pena ou perceberá benefício penal que autorize a saída do estabelecimento se os resultados do exame criminológico afirmarem a existência de indícios de que não voltará a cometer crimes da mesma natureza.”

“Art. 146-E. O condenado por crime contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, nos termos do § 1º do art. 121-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), ou por crimes contra a dignidade sexual, ao usufruir de qualquer benefício em que ocorra a sua saída de estabelecimento penal, será fiscalizado por meio de monitoração eletrônica.” (NR)

Art. 4º A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 70-A.

.....

II – a integração com os órgãos de segurança pública, do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, com o Conselho Tutelar, com os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e com as entidades não governamentais que atuam na promoção, na proteção e na defesa dos direitos da criança e do adolescente;

.....



Assinado eletronicamente, por Sen. Confúcio Moura e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8776324832>



IX – a promoção e a realização de campanhas educativas direcionadas ao público escolar, a entidades esportivas, a unidades de saúde, a conselhos tutelares, a organizações da sociedade civil, a centros culturais, a associações comunitárias e outros espaços públicos de convivência e à sociedade em geral, bem como a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das crianças e dos adolescentes, incluídos os canais de denúncia existentes;

.....” (NR)

“Art. 101.

.....

V – requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial, extensivo às famílias, se for o caso, especialmente em caso de vitimização em crime contra a dignidade sexual;

.....” (NR)

Art. 5º O inciso V do § 4º do art. 18 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18.

.....

§ 4º
.....

V – atendimento psicológico, inclusive para seus familiares e atendentes pessoais, especialmente em caso de vitimização em crime contra a dignidade sexual;

.....” (NR)

Art. 6º Revoga-se o § 1º do art. 218-B do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Assinado eletronicamente, por Sen. Confúcio Moura e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8776324832>





SENADO FEDERAL

Esta página foi gerada para informar os signatários do documento e não integra o documento original, que pode ser acessado por meio do QRCode

Assinam eletronicamente o documento SF253017308047, em ordem cronológica:

1. Sen. Daniella Ribeiro
2. Sen. Chico Rodrigues
3. Sen. Confúcio Moura
4. Sen. Humberto Costa
5. Sen. Laércio Oliveira



Projeto de Lei nº 2880/2023



**SENADO FEDERAL****PARECER Nº 165, DE 2025 – PLEN/SF**

Redação final do Projeto de Lei nº 2.880, de 2023, do Deputado Capitão Alberto Neto.

A **Comissão Diretora**, em **Plenário**, apresenta a redação final do Projeto de Lei nº 2.880, de 2023, do Deputado Capitão Alberto Neto, que *altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para dispor sobre a criação de programa de saúde direcionado às mulheres alcoolistas*, consolidando as Emendas nºs 1 e 2 – CAS, de redação.

Senado Federal, em 11 de novembro de 2025.



Assinado eletronicamente, por Sen. Confúcio Moura e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6503624880>



ANEXO DO PARECER Nº 165, DE 2025 – PLEN/SF

Redação final do Projeto de Lei nº 2.880, de 2023, do Deputado Capitão Alberto Neto.

Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para dispor sobre a criação de estratégia de saúde direcionada às mulheres alcoolistas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 23 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 23.

Parágrafo único. Será criada estratégia específica de assistência multiprofissional e interdisciplinar às mulheres usuárias e dependentes de álcool, em especial às gestantes e às puérperas, em consonância com os princípios da universalidade e da integralidade e com o disposto nos incisos I, II, III, IV, IX e X do *caput* do art. 22 desta Lei.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Assinado eletronicamente, por Sen. Confúcio Moura e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6503624880>





SENADO FEDERAL

Esta página foi gerada para informar os signatários do documento e não integra o documento original, que pode ser acessado por meio do QRCode

Assinam eletronicamente o documento SF259115617094, em ordem cronológica:

1. Sen. Laércio Oliveira
2. Sen. Daniella Ribeiro
3. Sen. Chico Rodrigues
4. Sen. Confúcio Moura



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Comunicações





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

Ofício nº 001/2025 – CPICRIME

Brasília, 4 de novembro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Instalação da CPI do Crime Organizado.**

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que, na presente data, foi instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo RQS 470/2025, para *“apurar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, com limite de despesas de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), a atuação, a expansão e o funcionamento de organizações criminosas no território brasileiro, em especial de facções e milícias, investigando-se o "modus operandi" de cada qual, as condições de instalação e desenvolvimento em cada região, bem como as respectivas estruturas de tomada de decisão, de modo a permitir a identificação de soluções adequadas para o seu combate, especialmente por meio do aperfeiçoamento da legislação atualmente em vigor.”*, tendo sido preenchidos os cargos da Comissão da seguinte forma:

PRESIDENTE	Senador Fabiano Contarato
VICE-PRESIDENTE	Senador Hamilton Mourão
RELATOR	Senador Alessandro Vieira



SENADO FEDERAL – COCETI | Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Sala 19, Subsolo |
CEP 70165-900 | Brasília DF
Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato ne: +55 (61) 3303-3490 cpicrime@senado.leg.br
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2873919565>





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito
Respeitosamente,

Senador Fabiano Contarato
Presidente da CPI do Crime Organizado



SENADO FEDERAL – COCETI | Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Sala 19, Subsolo |
CEP 70165-900 | Brasília DF
Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato, telefone: +55 (61) 3303-3490 cpicrime@senado.leg.br
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2873919565>





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

Ofício nº 001/2025 – GTMTI

Brasília, 21 de outubro de 2025.

À Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: Instalação de Grupo de Trabalho para elaborar projeto de lei regulamentando a atividade de Mineração em Terras Indígenas.

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que, na presente data, foi instalado o Grupo de Trabalho para Regularizar a Mineração em Terras Indígenas – GTMTI, criado pelo ATS 1/2025, com o objetivo de “*elaborar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, projeto de lei para regulamentar a atividade de mineração em terras indígenas*”, tendo sido preenchidos os cargos do Grupo da seguinte forma:

PRESIDENTE	Senadora Tereza Cristina
VICE-PRESIDENTE	Senador Marcos Rogério
RELATOR	Senador Rogério Carvalho

Respeitosamente,

Senadora Tereza Cristina
Presidente do GTMTI



Assinado eletronicamente, por Sen. Tereza Cristina

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2064640501>





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Ciro Nogueira

OFÍCIO Nº 70/2025/GSCNOG

Brasília, 11 de novembro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor
DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal
Brasília/DF

Assunto: Comunicado de Ausência.

Senhor Presidente,

Com base no no art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico
Vossa Excelência que estarei ausente do país entre os dias 16 a 18 de novembro de 2025.

Atenciosamente,

Ciro Nogueira
Senador da República (PP-PI)
(Documento assinado de maneira digital)

Senado Federal, Gabinete do Senador Ciro Nogueira, Anexo I, 3º Andar
CEP 70165-900, Brasília-DF – Telefone: +55 (61) 3303-6185 / 6187



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9657CBC40071DF3E.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2D09CA5500726F19.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

Indicação





SENADO FEDERAL

INDICAÇÃO Nº 81, DE 2025

Sugere ao Poder Executivo Federal, por intermédio da Casa Civil e do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, a instituição do programa “Agora Tem Mais Regulação”, destinado exclusivamente à nomeação dos aprovados em cadastro de reserva dos concursos vigentes das agências reguladoras federais.

AUTORIA: Senador Izalci Lucas (PL/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do INS 81/2025 [1 de 4]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

INDICAÇÃO Nº , DE 2025

Sugere ao Poder Executivo Federal, por intermédio da Casa Civil e do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, com amparo no art. 224, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a instituição do programa “Agora Tem Mais Regulação”, destinado exclusivamente à nomeação dos aprovados em cadastro de reserva dos concursos vigentes das agências reguladoras federais.

Sugere ao Poder Executivo Federal, por intermédio da Casa Civil e do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, com amparo no art. 224, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a instituição do programa “Agora Tem Mais Regulação”, **destinado exclusivamente à nomeação dos aprovados em cadastro de reserva** dos concursos vigentes das agências reguladoras federais.

A presente Indicação propõe a adoção das medidas a seguir, sem prejuízo de outras que se mostrem necessárias:

I – Instituir o programa “Agora Tem Mais Regulação”, com o objetivo de acelerar a recomposição do corpo técnico das agências reguladoras federais;

II – Submeter medida provisória ou projeto de lei que autorize a transformação de cargos vagos e/ou a criação estritamente necessária de cargos, de modo a absorver integralmente os aprovados em cadastro de reserva nas agências que não disponham de vagas suficientes, observados o art. 169 da Constituição, a Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) e as diretrizes da LDO/LOA;

III - Editar, quando couber, autorizações específicas de provimento excepcional, compatibilizando o cronograma de nomeações com



Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas
Para verifica

Avulso do INS 81/2025 [2 de 4]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

SF/25384.42578-28

os limites de despesa com pessoal e com a disponibilidade orçamentário-financeira;

IV – Determinar que cada agência apresente, em até 60 dias, mapas de processos e dimensionamento de força de trabalho, para lastrear tecnicamente as necessidades de pessoal a curto, médio e longo prazos;

V – Aprimorar a previsibilidade e disponibilidade orçamentária das autarquias reguladoras, com plano plurianual de recomposição e salvaguardas que mitiguem contingenciamentos que imobilizam agendas regulatórias essenciais.

JUSTIFICAÇÃO

As agências reguladoras federais atravessam quadro crítico de compressão orçamentária e insuficiência de pessoal, com impactos diretos sobre a qualidade da regulação, a segurança jurídica dos mercados e a proteção dos consumidores. O Tribunal de Contas da União tem apontado esses déficits e já conduz auditorias na Anatel, Aneel, ANM e ANP, com perspectiva de estender a fiscalização às onze autarquias especiais. Entre as recomendações destaca-se o mapeamento de processos e o dimensionamento da força de trabalho, a fim de quantificar, com base em evidências, o contingente necessário ao cumprimento das missões institucionais. Agrava esse cenário uma disfunção estrutural: em diversos setores, a arrecadação setorial supera, por larga margem, o orçamento efetivamente liberado às agências, o que fragiliza a previsibilidade e dificulta o planejamento de médio e longo prazos.

Diante desse quadro, impõe-se resposta coordenada do Poder Executivo capaz de recompor, com celeridade e responsabilidade fiscal, as capacidades técnicas indispensáveis. Ressalte-se que as vagas imediatas autorizadas nos concursos das agências reguladoras já se encontram integralmente providas ou em fase final de provimento; remanescem, contudo, cadastros de reserva formados por profissionais regularmente aprovados, aptos a assumir funções essenciais. Deixar de aproveitá-los integralmente impõe custo de oportunidade ao Estado, retarda agendas regulatórias e fragiliza a estabilidade de mercados estratégicos.



Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas
Para verificação

Avulso do INS 81/2025 [3 de 4]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

Há precedente recente que evidencia a viabilidade jurídico-orçamentária da solução ora proposta: o programa “Agora Tem Especialistas” (MP nº 1.301/2025) demonstrou ser possível transformar e criar cargos de forma criteriosa para viabilizar nomeações céleres, sem descuidar da responsabilidade fiscal. Ao delimitar o escopo exclusivamente aos aprovados em cadastro de reserva, esta Indicação respeita as nomeações já efetivadas, valoriza o concurso público e encurta prazos para recomposição de capacidades críticas, reduzindo passivos de fiscalização e decisão e reforçando a credibilidade regulatória do país.

À vista do exposto, recomenda-se a instituição do programa “Agora Tem Mais Regulação”, com: (i) autorização específica para o aproveitamento integral dos aprovados em CR; (ii) transformação ou criação estritamente necessária de cargos, quando não houver vagas suficientes, observados o art. 169 da Constituição, a Lei de Responsabilidade Fiscal e as diretrizes da LDO/LOA; (iii) cronograma plurianual de nomeações com previsibilidade orçamentária; e (iv) exigência de mapeamento de processos e dimensionamento de pessoal para lastrear tecnicamente o provimento.

Trata-se de medida constitucionalmente adequada, fiscalmente responsável e institucionalmente necessária para restaurar, em tempo oportuno, a plena capacidade regulatória do Estado, em benefício do interesse público, da proteção do consumidor e da estabilidade do ambiente de negócios.

Pelas razões expostas, espera-se o acolhimento da presente Indicação.

Sala das Sessões,

Senador



Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas
Para verifica

Avulso do INS 81/2025 [4 de 4]



Apresentada a Indicação nº 81, de 2025, do Senador Izalci Lucas, *sugerindo ao Poder Executivo Federal, por intermédio da Casa Civil e do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, a instituição do programa “Agora Tem Mais Regulação”, destinado exclusivamente à nomeação dos aprovados em cadastro de reserva dos concursos vigentes das agências reguladoras federais.*

A indicação será encaminhada nos termos regimentais.



Matéria recebida da Câmara dos Deputados





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 5777, DE 2025 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 273, DE 2006)

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o empreendedorismo entre as diretrizes para os conteúdos curriculares da educação básica.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do substitutivo da Câmara dos Deputados a projeto de lei do Senado](#)
- [Autógrafo do Projeto de Lei do Senado nº 273, de 2006](#)

<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=10100711&ts=1762865473301&disposition=inline>



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 5777/2025 (Substitutivo-CD) [1 de 3]



Data do Documento: 27/10/2025



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PL 5777/2025
05777

Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 238-A de 2007 do Senado Federal (PLS nº 273/2006 na Casa de origem), que dispõe "Inclui parágrafo no art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de incluir o empreendedorismo como componente extracurricular dos ensinos médio e profissionalizante".

Dê-se ao projeto a seguinte redação:

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o empreendedorismo entre as diretrizes para os conteúdos curriculares da educação básica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O inciso III do *caput* do art. 27 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 27.

.....

III - orientação para o trabalho e o empreendedorismo;

....." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 14 de outubro de 2025.

HUGO MOTTA
Presidente



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.asp>

Avulso do PL 5777/2025 (Substitutivo-CD) [2 de 3]

3023146





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 690/2025/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora DANIELLA RIBEIRO
Primeira-Secretária do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhora Primeira-Secretária,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 238, de 2007, do Senado Federal (PLS 273/2006), que “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o empreendedorismo entre as diretrizes para os conteúdos curriculares da educação básica”.

Atenciosamente,

CARLOS VERAS
Primeiro-Secretário

Apresentação: 29/10/2025 12:32:41.737 - Mesa

DOC n.1441/2025



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br>

Avulso do PL 5777/2025 (Substitutivo-CD) [3 de 3]



* C D 2 5 2 2 6 1 7 0 5 3 0 0 *

Ofícios da Câmara dos Deputados





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 749/2025/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora DANIELLA RIBEIRO
Primeira-Secretária do Senado Federal

Assunto: **Comunica envio de proposição à sanção**

Senhora Primeira-Secretária,

Comunicamos a Vossa Excelência que foram aprovadas as Emendas nºs 1, 2 e 3 do Senado Federal e encaminhado à sanção o Projeto de Lei nº 4.719, de 2020, da Câmara dos Deputados, que “Estabelece a isenção de tributos federais para a doação de medicamentos aos órgãos da administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e às entidades reconhecidas como de utilidade pública”.

Atenciosamente,

CARLOS VERAS
Primeiro-Secretário

Apresentação: 11/11/2025 16:28:06.720 - Mesa

DOC n.1512/2025



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252318618500>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 751/2025/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora DANIELLA RIBEIRO
Primeira-Secretária do Senado Federal

Assunto: **Comunica envio de proposição à sanção**

Senhora Primeira-Secretária,

Comunicamos a Vossa Excelência que foi aprovado e encaminhado à sanção o Projeto de Lei Complementar nº 204, de 2025, do Senado Federal, que “Dispõe sobre projetos estratégicos em defesa nacional”.

Atenciosamente,

CARLOS VERAS
Primeiro-Secretário

Apresentação: 11/11/2025 16:28:06.720 - Mesa

DOC n.1514/2025



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250089923600>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras



* C D 2 5 0 0 8 9 9 2 3 6 0 0 *

Ofícios da Câmara dos Deputados

Nº 749, de 2025, na origem, que comunica o envio à sanção do Projeto de Lei nº 4.719, de 2020; e

Nº 751, de 2025, na origem, que comunica o envio à sanção do Projeto de Lei Complementar nº 204, de 2025.

As matérias vão à Secretaria de Expediente.



Pareceres aprovados em Comissão





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 46, DE 2025

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre a Mensagem (SF) nº 78, de 2025, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o § 1º do art. 53 e parágrafo único do art. 54 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e § 7º do art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, o nome do Senhor SEVERINO MEDEIROS RAMOS NETO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, na vaga decorrente da posse do Senhor Guilherme Theo Rodrigues da Rocha Sampaio no cargo de Diretor-Geral da ANTT.

PRESIDENTE: Senador Marcos Rogério

RELATOR: Senador Jayme Campos

11 de novembro de 2025



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcos Rogério

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6816329070>



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JAYME CAMPOS

SF/25164.70253-85

PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre a Mensagem (SF) nº 78, de 2025, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o § 1º do art. 53 e parágrafo único do art. 54 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e § 7º do art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, o nome do Senhor SEVERINO MEDEIROS RAMOS NETO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, na vaga decorrente da posse do Senhor Guilherme Theo Rodrigues da Rocha Sampaio como Diretor-Geral.*

Relator: Senador **JAYME CAMPOS**

I – RELATÓRIO

Com base no art. 52, inciso III, alínea *f*, da Constituição Federal, e em conformidade com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o Senhor Presidente da República submete à apreciação dos membros do Senado Federal o nome do Senhor SEVERINO MEDEIROS RAMOS NETO para ser conduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), autarquia especial vinculada ao Ministério dos Transportes. Para tanto, encaminha a esta Casa a Mensagem nº 78, de 2025, à qual se encontram anexados o currículo do indicado e demais documentos pertinentes.

O Senhor SEVERINO MEDEIROS RAMOS NETO é cidadão brasileiro, doutorando em Direito pela Universidade de Marília; mestre em Direito Ambiental pela Universidade Católica de Santos e bacharel em Ciências Jurídicas pelas Faculdades Integradas de Patos. Possui ampla experiência em



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcos Rogério

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6816329070>



Direito Público, e foi Conselheiro Seccional da OAB da Paraíba nos triênios de 2019 a 2021 e de 2022 a 2024. Foi, ainda, Membro Consultor da Comissão Especial de Acompanhamento Legislativo do Conselho Federal da OAB, de 2022 a 2024.

Constata-se que o indicado apresentou as informações exigidas pelo art. 383, inciso I, alínea *b*, itens 1 a 5, do Regimento Interno do Senado Federal: de que não possui parentes que exercem ou exerceram atividades vinculadas à sua atividade profissional; de não participação como sócio, proprietário ou gerente em empresas ou entidades não-governamentais, tendo declarado o início do afastamento de sua sociedade de advocacia; foram apresentadas as certidões de natureza fiscal, nos âmbitos federal, do estado da Paraíba, do Distrito Federal e do município de João Pessoa; de que nada consta referente a processos, ações e execuções cíveis e criminais em que seja parte no âmbito da Justiça Federal e da Justiça do Distrito Federal; e de não participação, nos últimos cinco anos, em juízos e tribunais, conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

Também foi apresentada argumentação escrita destinada a demonstrar experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo, exigida pelo RISF, art. 383, inciso I, alínea *c*. No documento, além de recapitular a trajetória acadêmica e profissional descrita em seu currículo, o indicado destaca sua experiência de mais de dez anos de advocacia no segmento das agências reguladoras e sua qualificação técnica em temas como direito administrativo, gestão pública e direito regulatório, afirmando-se apto a colaborar com o aperfeiçoamento dos mecanismos de regulação do setor.

Ainda quanto às exigências da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, em especial quanto aos requisitos previstos no art. 5º, de reputação ilibada e notório conhecimento no campo de sua especialidade, nota-se que, conforme informado, o indicado tem mais de dez anos de atuação como operador do direito em matérias conexas à regulação, em especial no direito administrativo.

Pelo exposto, entendemos que os parlamentares desta Comissão dispõem de informações suficientes para deliberar sobre a indicação do Senhor SEVERINO MEDEIROS RAMOS NETO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), em cumprimento às



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcos Rogério

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6816329070>



4

SF/25164.70253-85

exigências constitucionais contidas no art. 52, inciso III, alínea *f*, combinado com os arts. 53 e 58 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcos Rogério

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6816329070>





Senado Federal



Relatório de Registro de Presença

34ª, Extraordinária

Comissão de Serviços de Infraestrutura

Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, PODEMOS, MDB, PSDB)			
TITULARES		SUPLENTE	
EDUARDO BRAGA	PRESENTE	1. CONFÚCIO MOURA	PRESENTE
VENEZIANO VITAL DO RÊGO	PRESENTE	2. EFRAIM FILHO	PRESENTE
FERNANDO FARIAS	PRESENTE	3. FERNANDO DUEIRE	
JAYME CAMPOS	PRESENTE	4. ZEQUINHA MARINHO	
PROFESSORA DORINHA SEABRA	PRESENTE	5. MARCELO CASTRO	
CARLOS VIANA		6. SERGIO MORO	
PLÍNIO VALÉRIO		7. JADER BARBALHO	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
CID GOMES		1. CHICO RODRIGUES	
OTTO ALENCAR		2. ANGELO CORONEL	
IRAJÁ		3. NELSONHO TRAD	
DANIELLA RIBEIRO		4. VANDERLAN CARDOSO	
JOSÉ LACERDA	PRESENTE	5. LUCAS BARRETO	PRESENTE

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)			
TITULARES		SUPLENTE	
JAIME BAGATTOLI	PRESENTE	1. DRA. EUDÓCIA	PRESENTE
MARCOS ROGÉRIO	PRESENTE	2. ROGERIO MARINHO	
WELLINGTON FAGUNDES		3. EDUARDO GOMES	
WILDER MORAIS		4. ASTRONAUTA MARCOS PONTES	PRESENTE

Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTE	
BETO FARO		1. FABIANO CONTARATO	
ROGÉRIO CARVALHO	PRESENTE	2. RANDOLFE RODRIGUES	
WEVERTON		3. VAGO	
JORGE KAJURU	PRESENTE	4. VAGO	

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)			
TITULARES		SUPLENTE	
ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE	1. TEREZA CRISTINA	PRESENTE
LAÉRCIO OLIVEIRA	PRESENTE	2. LUIS CARLOS HEINZE	PRESENTE
MECIAS DE JESUS	PRESENTE	3. CLEITINHO	

Não Membros Presentes

JORGE SEIF
PAULO PAIM



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcos Rogério
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6816329070>





6

Senado Federal

Resultado de Votação Secreta

Comissão de Serviços de Infraestrutura
Indicação de membro para a ANTT

MSF 78/2025 - Severino Medeiros Ramos Neto - ANTT

Início da Votação: 11/11/2025 10:15:16

Fim da Votação: 11/11/2025 11:04:06

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, PODEMOS, MDB, PSDB)	
Eduardo Braga (MDB) votou	1. Confúcio Moura (MDB) votou
Veneziano Vital do Rêgo (MDB) votou	2. Efraim Filho (UNIÃO)
Fernando Farias (MDB) votou	3. Fernando Dueire (MDB)
Jayme Campos (UNIÃO) votou	4. Zequinha Marinho (PODEMOS)
Professora Dorinha Seabra (UNIÃO) votou	5. Marcelo Castro (MDB)
Carlos Viana (PODEMOS)	6. Sergio Moro (UNIÃO)
Plínio Valério (PSDB)	7. Jader Barbalho (MDB)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD)	
Cid Gomes (PSB)	1. Chico Rodrigues (PSB)
Otto Alencar (PSD)	2. Angelo Coronel (PSD)
Irajá (PSD)	3. Nelsinho Trad (PSD)
Daniella Ribeiro (PP)	4. Vanderlan Cardoso (PSD)
José Lacerda (PSD) votou	5. Lucas Barreto (PSD)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Jaime Bagattoli (PL) votou	1. Dra. Eudócia (PL)
Marcos Rogério (PL) votou	2. Rogerio Marinho (PL)
Wellington Fagundes (PL)	3. Eduardo Gomes (PL)
Wilder Moraes (PL)	4. Astronauta Marcos Pontes (PL) votou
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT)	
Beto Faro (PT)	1. Fabiano Contarato (PT)
Rogério Carvalho (PT) votou	2. Randolfe Rodrigues (PT)
Weverton (PDT)	3. VAGO
Jorge Kajuru (PSB)	4. VAGO
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Esperidião Amin (PP) votou	1. Tereza Cristina (PP)
Laércio Oliveira (PP) votou	2. Luis Carlos Heinze (PP) não computado
Mecias de Jesus (REPUBLICANOS) votou	3. Cleitinho (REPUBLICANOS)

Votação:

TOTAL 14 SIM 14 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0

Senador Marcos Rogério
Presidente

Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, EM 11/11/2025



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcos Rogério

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6816329070>

DECISÃO DA COMISSÃO**(MSF 78/2025)**

REUNIDA A COMISSÃO NESSA DATA, É REALIZADA A ARGUIÇÃO PÚBLICA DO SENHOR SEVERINO MEDEIROS RAMOS NETO E APROVADA SUA INDICAÇÃO PARA EXERCER O CARGO DE DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES, COM QUATORZE VOTOS FAVORÁVEIS.

11 de novembro de 2025

Senador Marcos Rogério

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcos Rogério

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6816329070>



MENSAGEM Nº 78, DE 2025

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o § 1º do art. 53 e parágrafo único do art. 54 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e § 7º do art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, o nome do Senhor SEVERINO MEDEIROS RAMOS NETO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, na vaga decorrente da posse do Senhor Guilherme Theo Rodrigues da Rocha Sampaio no cargo de Diretor-Geral da ANTT.

Concluída a instrução da indicação de autoridade, a Mensagem será deliberada oportunamente pelo Plenário.





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 54, DE 2025

Da COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, sobre o Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2022, que Altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, para destinar recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) à formação, ao aperfeiçoamento, à especialização e à capacitação continuada dos servidores do sistema penitenciário nacional e dos policiais penais.

PRESIDENTE EVENTUAL: Senador Marcio Bittar

RELATOR: Senador Hamilton Mourão

11 de novembro de 2025



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcio Bittar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2205792417>

PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, sobre o Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2022, do Deputado Marcos Pereira, que *altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, para destinar recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) à formação, ao aperfeiçoamento, à especialização e à capacitação continuada dos servidores do sistema penitenciário nacional e dos policiais penais.*

Relator: Senador **HAMILTON MOURÃO**

I – RELATÓRIO

Vem a exame desta Comissão de Segurança Pública (CSP) o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 128, de 2022, de autoria do Deputado Marcos Pereira, que altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, para destinar recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) à formação, ao aperfeiçoamento, à especialização e à capacitação continuada dos servidores do sistema penitenciário nacional e dos policiais penais.

O art. 1º do PLP indica o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, nos termos do art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 1998.

O art. 2º da proposição altera o art. 3º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, estabelecendo três modificações: a) prevê a aplicação de recursos do Funpen na capacitação continuada de servidores administrativos e dos policiais penais; b) estabelece que o valor a ser aplicado nessa atividade será definido em lei orçamentária, assegurada a atualização continuada em razão de necessidades decorrentes de alterações normativas ou de inovações tecnológicas; e c) estabelece que as atividades de capacitação serão conduzidas,



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcio Bittar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2205792417>



3
2

SF/25317.56662-11

preferencialmente, por instituições públicas, admitida sua execução mediante convênios, parcerias ou acordos de cooperação com instituições de ensino.

Já o art. 3º prevê cláusula de vigência imediata.

A matéria veio a essa Comissão e seguirá, posteriormente, à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Não foram apresentadas emendas até o momento.

II – ANÁLISE

A proposição apresenta mérito inegável sob a ótica da segurança pública e da gestão penitenciária. A profissionalização permanente dos servidores e policiais penais é requisito essencial para a eficiência, a humanização e a segurança do sistema prisional brasileiro.

A criação das polícias penais pela Emenda Constitucional nº 104, de 2019, reconheceu o caráter policial das atividades de segurança penitenciária, conferindo-lhes maior responsabilidade e exigindo preparo técnico e psicológico compatíveis com as funções de Estado que exercem.

Nesse contexto, a proposta busca conferir previsibilidade e estabilidade orçamentária ao financiamento da formação desses profissionais, superando a dependência de iniciativas esporádicas e permitindo uma política nacional de capacitação contínua.

Além disso, a inclusão das inovações tecnológicas e das mudanças normativas como critérios de atualização reforça a necessidade de adequação constante dos servidores às novas realidades do sistema penal e penitenciário, especialmente diante da digitalização dos processos administrativos, da expansão dos sistemas de monitoramento eletrônico e das técnicas de gestão prisional moderna.

Do ponto de vista jurídico, o projeto observa os princípios da legalidade, eficiência e razoabilidade, além de respeitar a competência da União para legislar sobre normas gerais de segurança pública e sobre o Fundo Penitenciário Nacional, previsto na Lei Complementar nº 79, de 1994.



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcio Bittar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2205792417>



4

3

SF/25317.56662-11

Sob o prisma orçamentário, a proposição não cria despesa nova, mas apenas orienta a aplicação de recursos já existentes, preservando o equilíbrio das finanças públicas e a autonomia administrativa do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) na execução do Funpen.

Dessa forma, o projeto fortalece a política nacional de segurança penitenciária, valoriza o servidor público, aprimora a gestão do sistema prisional e contribui para a redução da reincidência criminal, ao favorecer a execução penal mais segura e eficiente.

III – VOTO

Em razão de todo o exposto, somos pela **aprovação integral do Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2022.**

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcio Bittar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2205792417>





Senado Federal



Relatório de Registro de Presença

33ª, Extraordinária

Comissão de Segurança Pública

Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, PODEMOS, MDB, PSDB)			
TITULARES		SUPLENTEs	
ALESSANDRO VIEIRA		1. EDUARDO BRAGA	PRESENTE
IVETE DA SILVEIRA	PRESENTE	2. PROFESSORA DORINHA SEABRA	PRESENTE
MARCIO BITTAR	PRESENTE	3. RENAN CALHEIROS	
SERGIO MORO		4. PLÍNIO VALÉRIO	
MARCOS DO VAL		5. EFRAIM FILHO	PRESENTE
STYVENSON VALENTIM	PRESENTE	6. VAGO	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD)			
TITULARES		SUPLENTEs	
JORGE KAJURU	PRESENTE	1. CHICO RODRIGUES	
JOSÉ LACERDA	PRESENTE	2. VAGO	
ANGELO CORONEL		3. OMAR AZIZ	
VANDERLAN CARDOSO		4. SÉRGIO PETECÃO	

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)			
TITULARES		SUPLENTEs	
FLÁVIO BOLSONARO	PRESENTE	1. WILDER MORAIS	
JORGE SEIF	PRESENTE	2. CARLOS PORTINHO	
MAGNO MALTA		3. MARCOS ROGÉRIO	PRESENTE
ROGERIO MARINHO		4. ASTRONAUTA MARCOS PONTES	PRESENTE

Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTEs	
FABIANO CONTARATO		1. JAQUES WAGNER	
ANA PAULA LOBATO		2. ROGÉRIO CARVALHO	
VAGO		3. VAGO	

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)			
TITULARES		SUPLENTEs	
ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE	1. LUIS CARLOS HEINZE	
HAMILTON MOURÃO	PRESENTE	2. DAMARES ALVES	

Não Membros Presentes

PAULO PAIM



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcio Bittar
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2205792417>



DECISÃO DA COMISSÃO

(PLP 128/2022)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, ENCERRADA A DISCUSSÃO, COLOCADO EM VOTAÇÃO, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, FAVORÁVEL AO PROJETO.

11 de novembro de 2025

Senador Marcio Bittar

Presidiu a reunião da Comissão de Segurança Pública



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcio Bittar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2205792417>





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 55, DE 2025

Da COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, sobre o Projeto de Lei nº 4513, de 2024, do Senador Sérgio Petecão, que Altera a Lei nº 14.735, de 23 de novembro de 2023, e a Lei nº 14.751, de 12 de dezembro de 2023, para dispor sobre os crimes fluviais e o policiamento fluvial.

PRESIDENTE EVENTUAL: Senador Hamilton Mourão

RELATOR: Senador Marcio Bittar

11 de novembro de 2025



Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2249715272>

2



SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Marcio Bittar

SF/25427.18220-09

PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei nº 4513, de 2024, do Senador Sérgio Petecão, que *altera a Lei nº 14.735, de 23 de novembro de 2023, e a Lei nº 14.751, de 12 de dezembro de 2023, para dispor sobre os crimes fluviais e o policiamento fluvial.*

Relator: Senador **MARCIO BITTAR**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei nº 4513, de 2024, do Senador Sérgio Petecão, que *altera a Lei nº 14.735, de 23 de novembro de 2023, e a Lei nº 14.751, de 12 de dezembro de 2023, para dispor sobre os crimes fluviais e o policiamento fluvial.*

O art. 1º altera o art. 6º da Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis para atribuir às polícias civis a investigação dos crimes fluviais, por meio de unidades específicas.

O art. 2º altera o art. 5º da Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares para atribuir às polícias militares o policiamento fluvial, por intermédio de unidades específicas para a prevenção e o combate aos crimes fluviais.

Na justificação, o Autor alega que, nos últimos anos, os criminosos têm atacado não somente em terra firme, mas também nas águas; que são cada vez mais frequentes as notícias de assaltos a embarcações que transportam cargas nos rios, especialmente na Amazônia; que isso é uma verdadeira



Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2249715272>



3
2

SF/25427.18220-09

pirataria, que traz enormes prejuízos para os comerciantes e transportadores, que perdem seus barcos, combustíveis e mercadorias, e para a população, que fica desabastecida e vê os preços subirem, dada a escassez dos produtos; e que as leis orgânicas das polícias civis e das polícias militares não enfatizaram a prevenção e o combate aos crimes cometidos nos rios do Brasil.

Não foram apresentadas emendas até o momento.

II – ANÁLISE

De acordo com as alíneas a, b e c do inciso primeiro do art. 104-F do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições pertinentes à segurança pública, às polícias civis, às polícias militares e ao policiamento fluvial.

Não foi encontrado nenhum vício de constitucionalidade, legalidade, juridicidade ou regimentalidade no projeto.

No mérito, o projeto é conveniente e oportuno.

A Constituição Federal, no inciso terceiro do § 1º do art. 144, dispõe que a polícia federal destina-se a, entre outras atribuições, exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras, mas silencia quanto à polícia fluvial.

Também as leis orgânicas nacionais das polícias civis e das polícias militares não mencionam o policiamento fluvial.

Ocorre, no entanto, que os rios, especialmente os da Amazônia, vêm sendo constantemente palco de crimes.

Conhecidos como “piratas do Norte” ou “piratas dos rios”, os criminosos, utilizando armamento pesado, redes de comunicação via rádio e embarcações pequenas e ágeis, agem em grupo, aproveitando-se da ausência do Estado, para abordar balsas, canoas e navios, roubar combustíveis, eletrônicos e mercadorias diversas e vendê-los, a fim de financiar outras atividades ilegais, como o garimpo ilegal, desde o Acre até o Pará.



Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2249715272>



4

3

SF/25427.18220-09

Essa prática criminosa traz prejuízos para a segurança, a economia, o meio ambiente e até mesmo para a sobrevivência das populações locais.

Além da pirataria fluvial, os rios, que na Amazônia são as estradas, são usados como rota para o tráfico de drogas, armas e madeira.

Nesse contexto, é obrigação do Congresso Nacional fazer a sua parte, legislando no sentido de intensificar o policiamento dos nossos rios.

Cabe, no entanto, uma emenda de redação ao § 5º do art. 5º da Lei nº 14.751, de 2023, para colocar a palavra “Território” no plural.

III – VOTO

Em face do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 4513, de 2024, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 - CSP

Dê-se a seguinte redação ao § 5º do art. 5º da Lei nº 14.751, de 2023, na forma do art. 2º do Projeto de Lei nº 4513, de 2024:

“Art. 5º

.....

§ 5º As polícias militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios terão unidades específicas para prevenção e combate aos crimes fluviais.” (NR)

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2249715272>





Senado Federal



Relatório de Registro de Presença

33ª, Extraordinária

Comissão de Segurança Pública

Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, PODEMOS, MDB, PSDB)			
TITULARES		SUPLENTE	
ALESSANDRO VIEIRA		1. EDUARDO BRAGA	PRESENTE
IVETE DA SILVEIRA	PRESENTE	2. PROFESSORA DORINHA SEABRA	PRESENTE
MARCIO BITTAR	PRESENTE	3. RENAN CALHEIROS	
SERGIO MORO		4. PLÍNIO VALÉRIO	
MARCOS DO VAL		5. EFRAIM FILHO	PRESENTE
STYVENSON VALENTIM	PRESENTE	6. VAGO	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
JORGE KAJURU	PRESENTE	1. CHICO RODRIGUES	
JOSÉ LACERDA	PRESENTE	2. VAGO	
ANGELO CORONEL		3. OMAR AZIZ	
VANDERLAN CARDOSO		4. SÉRGIO PETECÃO	

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)			
TITULARES		SUPLENTE	
FLÁVIO BOLSONARO	PRESENTE	1. WILDER MORAIS	
JORGE SEIF	PRESENTE	2. CARLOS PORTINHO	
MAGNO MALTA		3. MARCOS ROGÉRIO	PRESENTE
ROGERIO MARINHO		4. ASTRONAUTA MARCOS PONTES	PRESENTE

Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTE	
FABIANO CONTARATO		1. JAQUES WAGNER	
ANA PAULA LOBATO		2. ROGÉRIO CARVALHO	
VAGO		3. VAGO	

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)			
TITULARES		SUPLENTE	
ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE	1. LUIS CARLOS HEINZE	
HAMILTON MOURÃO	PRESENTE	2. DAMARES ALVES	

Não Membros Presentes

PAULO PAIM



Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2249715272>



Senado Federal - Lista de Votação Nominal - PL 4513/2024 e emenda, nos termos do relatório.

Comissão de Segurança Pública - Senadores

TITULARES - Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, PODEMOS, MDB, PSDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, PODEMOS, MDB, PSDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ALESSANDRO VIEIRA				1. EDUARDO BRAGA			
IVETE DA SILVEIRA	X			2. PROFESSORA DORINHA SEABRA	X		
MARCIO BITTAR	X			3. RENAN CALHEIROS			
SERGIO MORO				4. PLÍNIO VALÉRIO			
MARCOS DO VAL				5. EFRAIM FILHO			
STYVENSON VALENTIM				6. VAGO			
TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JORGE KAJURU	X			1. CHICO RODRIGUES			
JOSÉ LACERDA	X			2. VAGO			
ANGELO CORONEL				3. OMAR AZIZ			
VANDERLAN CARDOSO				4. SÉRGIO PETECÃO			
TITULARES - Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
FLÁVIO BOLSONARO	X			1. WILDER MORAIS			
JORGE SEIF	X			2. CARLOS PORTINHO			
MAGNO MALTA				3. MARCOS ROGÉRIO	X		
ROGERIO MARINHO				4. ASTRONAUTA MARCOS PONTES			
TITULARES - Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
FABIANO CONTARATO				1. JAQUES WAGNER			
ANA PAULA LOBATO				2. ROGERIO CARVALHO			
VAGO				3. VAGO			
TITULARES - Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ESPERIDIÃO AMIN	X			1. LUIS CARLOS HEINZE			
HAMILTON MOURÃO				2. DAMARES ALVES			

Quórum: TOTAL 10
Votação: TOTAL 9 SIM 9 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0
* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9, EM 11/11/2025
OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Senador Hamilton Mourão
Presidente



Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2249715272>



DECISÃO DA COMISSÃO

(PL 4513/2024)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, ENCERRADA A DISCUSSÃO, COLOCADO EM VOTAÇÃO, É APROVADO, POR UNANIMIDADE, O PROJETO DE LEI Nº 4513 DE 2024, COM A EMENDA Nº 1-CSP. ANEXADOS A LISTA DE PRESENÇA E DE VOTAÇÃO NOMINAL, O TEXTO FINAL E O OFÍCIO Nº 98/2025-CSP, QUE COMUNICA A DECISÃO DA COMISSÃO EM CARÁTER TERMINATIVO, PARA CIÊNCIA DO PLENÁRIO E PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DO SENADO FEDERAL, CONFORME ART. 91, § 2º, C/C ART. 92 DO RISF.

11 de novembro de 2025

Senador Hamilton Mourão

Presidiu a reunião da Comissão de Segurança Pública



Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2249715272>



PROJETO DE LEI Nº 4.513, DE 2024

Altera a Lei nº 14.735, de 23 de novembro de 2023, e a Lei nº 14.751, de 12 de dezembro de 2023, para dispor sobre os crimes fluviais e o policiamento fluvial.

Recebido o Ofício nº 98, de 2025, da Comissão de Segurança Pública, comunicando a apreciação da matéria, em caráter terminativo.

Concluída a instrução da matéria, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros da Casa, para que seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

Prazo: de 12/11/2025 a 18/11/2025.





SENADO FEDERAL
Comissão de Segurança Pública

Ofício nº 98/2025/CSP

Brasília, 11 de novembro de 2025

A Sua Excelência o Senhor
Davi Alcolumbre
Presidente do Senado Federal

Assunto: Aprovação de Matéria em Decisão Terminativa – PL 4513 de 2024.

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em caráter terminativo, aprovou o Projeto de Lei nº 4513 de 2024, de autoria do Senador Sérgio Petecão, que “altera a Lei nº 14.735, de 23 de novembro de 2023, e a Lei nº 14.751, de 12 de dezembro de 2023, para dispor sobre os crimes fluviais e o policiamento fluvial.”.

Respeitosamente,

Senador FLÁVIO BOLSONARO
Presidente da Comissão



Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Bolsonaro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3654427640>



Projetos de Decreto Legislativo





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 943, DE 2025

Susta o Decreto nº 12.710, de 5 de novembro de 2025, que institui o Plano Nacional de Proteção a Defensoras e Defensores de Direitos Humanos.

AUTORIA: Senadora Tereza Cristina (PP/MS)

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 943/2025 [1 de 6]





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Tereza Cristina

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2025

Susta o Decreto nº 12.710, de 5 de novembro de 2025 que *institui o Plano Nacional de Proteção a Defensoras e Defensores de Direitos Humanos*.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Com fundamento no inciso V do art. 49 da Constituição Federal, ficam sustados os efeitos do Decreto nº 12.710, de 5 de novembro de 2025 que “Institui o Plano Nacional de Proteção a Defensoras e Defensores de Direitos Humanos”.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Decreto Legislativo tem por objetivo sustar os efeitos do Decreto nº 12.710 publicado na última quarta-feira, dia 5 de novembro de 2025, que institui o Plano Nacional de Proteção a Defensoras e Defensores de Direitos Humanos. Este Decreto é uma edição do Decreto nº 9.937/2019, ainda vigente como referência normativa. Sua redação, ao contrário do que aparenta, extrapola por completo o escopo tradicional



Assinado eletronicamente, por Sen. Tereza Cristina
Para verifica

Avulso do PDL 943/2025 [2 de 6]



dessa política pública. E avança para um terreno sensível, mas muito explorado pelo atual governo, a instrumentalização da política fundiária como mecanismo de proteção, fortalecimento e legitimação de movimentos organizados responsáveis por invasões de propriedades públicas e privadas.

A mudança é evidente quando comparada ao decreto anterior que tinha foco exclusivo na proteção individual de pessoas ameaçadas, com critérios objetivos, procedimentos administrativos claros e atuação institucional limitada ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos e, pontualmente, ao Ministério da Justiça. Não atribuía qualquer função de proteção territorial, apoio fundiário, intervenção agrária ou vinculação com regularização de terras.

O novo Decreto nº 12.710/2025 rompe com esse modelo e inaugura uma lógica radicalmente distinta, converte a política de direitos humanos em instrumento estatal de amparo político e institucional a grupos militantes, sobretudo aqueles mobilizados em conflitos agrários. O art. 6º é explícito ao determinar que compete ao Ministério do Desenvolvimento Agrário ***“apoiar a proteção de defensoras e defensores de direitos humanos no campo, por meio da regularização fundiária, do acesso à terra e às políticas de etnodesenvolvimento sustentável e do apoio à agricultura familiar de comunidades quilombolas e de povos e comunidades tradicionais;***

Na prática, trata-se de deturpar o papel constitucional do Estado, permitindo que a regularização fundiária, que deveria ser política técnica, impessoal, baseada em critérios legais, seja utilizada como mecanismo de suposta “proteção” a grupos que podem se autodeclarar defensores de direitos humanos, ainda que envolvidos em invasões ou ocupações ilegais. Portanto, exorbita a função normativa e afronta dispositivos legais importantes nessa temática.

Esse cenário se agrava quando analisado em conjunto com o contexto nacional de explosão das invasões de terra, especialmente neste ano. Os dados da CNA mostram 85 propriedades invadidas até agosto de 2025, sendo 76 lideradas pelo MST, número superior a todo o ano de 2024 e quase três vezes maior do que o registrado em todo o governo anterior. Há uma correlação direta entre o fortalecimento político e financeiro desses grupos e o aumento das invasões. Apenas no início de 2025, cinco invasões ocorreram antes mesmo do Abril Vermelho.



Assinado eletronicamente, por Sen. Tereza Cristina
Para verifica

Avulso do PDL 943/2025 [3 de 6]



Simultaneamente, o governo tem adotado uma série de medidas administrativas e orçamentárias que fragilizam a segurança jurídica no campo e estimulam, direta ou indiretamente, novas ocupações. Exemplo disso são os decretos de desapropriação voltados a beneficiar acampamentos já instalados e o esvaziamento do cadastro universal do INCRA que retoma listas paralelas organizadas por movimentos sociais. Soma-se a isso o incentivo à titulação coletiva em detrimento do título individual, a priorização de CDRUs no lugar da titulação definitiva e o favorecimento de associações controladas por movimentos políticos, criando uma relação de dependência e submissão dos assentados à lógica ideológica desta administração.

O conjunto dessas ações evidencia um processo deliberado de reabilitação do poder político e institucional do MST, garantindo-lhe respaldo logístico, acesso privilegiado a políticas públicas e, agora, possivelmente, proteção estatal.

O Decreto nº 12.710/2025 se encaixa perfeitamente nessa linha. A redação vaga, com expressões como “*defensores do campo*”, “*proteção coletiva*” e “*defesa dos territórios*”, permite enquadrar praticamente qualquer movimento ocupacionista como beneficiário da proteção do Estado, podendo receber escolta, apoio institucional e até recursos públicos ou privados, conforme o art. 8º.

O risco é que invasores passam a poder ser tratados como “*defensores de direitos humanos*”, e o MDA, justamente o órgão responsável pela política fundiária, ganha autorização normativa para atuar em favor desses grupos, inclusive com medidas de regularização fundiária, titulação e proteção institucional.

Ou seja, o decreto cria um arcabouço que:

1. legitima politicamente invasões, reclassificando invasores como defensores de direitos humanos;
2. cria incentivos para novas invasões, pois abre portas para que grupos ocupem terras visando proteção estatal;
3. fragiliza a segurança jurídica, distorcendo a política fundiária para atender interesses de grupos organizados;



Assinado eletronicamente, por Sen. Tereza Cristina
Para verifica

Avulso do PDL 943/2025 [4 de 6]



4. institucionaliza o uso da terra como moeda política, com efeitos diretos na soberania, na ordem pública e na paz social.

A continuidade deste decreto criará um ambiente institucional onde invasores podem ser tratados como protegidos do Estado, a regularização fundiária deixa de ser técnica para se tornar política e movimentos organizados ganham respaldo e blindagem estatal para continuar avançando sobre propriedades produtiva. Portanto, este Decreto exorbita sua função normativa, afronta diversos dispositivos legais importantes nessa temática, que possuem amparo constitucional.

Por essas razões, conta-se com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação deste Projeto de Decreto Legislativo com o objetivo de sustar o Decreto nº 12.710 de 05 de novembro de 2025, não por oposição à proteção de pessoas ameaçadas, mas por defesa do Estado de Direito, da ordem constitucional e da segurança dos produtores rurais e famílias do campo.

Sala das Sessões,

Senadora TEREZA CRISTINA
(Progressistas/MS)



Assinado eletronicamente, por Sen. Tereza Cristina

Para verifica

Avulso do PDL 943/2025 [5 de 6]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art49_cpt_inc5

- Decreto nº 9.937, de 24 de Julho de 2019 - DEC-9937-2019-07-24 - 9937/19

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto:2019;9937>

- urn:lex:br:federal:decreto:2025;12710

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto:2025;12710>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 944, DE 2025

Susta o Decreto nº 12.710, de 5 de novembro de 2025, que Institui o Plano Nacional de Proteção a Defensoras e Defensores de Direitos Humanos.

AUTORIA: Senador Jaime Bagattoli (PL/RO)

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 944/2025 [1 de 6]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jaime Bagattoli

SF/25993.30400-08

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2025

Susta o Decreto nº 12.710, de 5 de novembro de 2025, que Institui o Plano Nacional de Proteção a Defensoras e Defensores de Direitos Humanos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam sustados, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição Federal, os efeitos do Decreto nº 12.710, de 5 de novembro de 2025, que "Institui o Plano Nacional de Proteção a Defensoras e Defensores de Direitos Humanos.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.



Senado Federal –Anexo 2, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 23 - Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Gabinete do Senador Jaime Bagattoli -Telefone: +55 (61) 3303-2714
Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli
Para verifica

Avulso do PDL 944/2025 [2 de 6]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaime Bagattoli

JUSTIFICAÇÃO

O Decreto nº 12.710, de 5 de novembro de 2025, publicado pelo Poder Executivo, embora aparente ser uma reedição de normas anteriores (como o Decreto nº 9.937/2019), representa uma guinada perigosa que extrapola por completo o escopo tradicional da política de proteção a pessoas ameaçadas.

A nova norma avança sobre a competência do Poder Legislativo e instrumentaliza a política fundiária como mecanismo de proteção, fortalecimento e legitimação de movimentos organizados responsáveis por invasões de propriedades públicas e privadas, prática criminosa tipificada como esbulho possessório.

O decreto anterior (9.937/2019) tinha como foco exclusivo a proteção individual de pessoas sob ameaça, com critérios objetivos e atuação limitada aos ministérios de Direitos Humanos e Justiça. O novo Decreto nº 12.710/2025 rompe com essa lógica e inaugura um modelo radicalmente distinto, que inclui medidas de proteção "coletiva, popular e territorial".

Na prática, o decreto converte a política de direitos humanos em um instrumento estatal de amparo político e institucional a grupos militantes, sobretudo aqueles envolvidos em conflitos agrários.

As evidências dessa distorção estão explícitas no texto do Decreto:

1. O Art. 6º, inciso I, determina que compete ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) "apoiar a proteção de defensoras e defensores de direitos humanos no campo, **por meio da regularização fundiária, do acesso à terra** e às políticas de etnodesenvolvimento...".
2. O Art. 6º, inciso III, atribui ao Ministério da Justiça e Segurança Pública a competência de "apoiar a segurança de defensoras e defensores... por meio da **atuação integrada nas áreas de segurança pública**...", abrindo margem para o uso de escolta policial para grupos envolvidos em ocupações ilegais.
3. O Art. 10º define um público-alvo vago e excessivamente amplo, como "defensoras e aos defensores do campo e das periferias urbanas"

Trata-se de uma deturpação do papel constitucional do Estado. A regularização fundiária, que deve ser uma política técnica, impessoal e baseada em critérios legais, passa a



Senado Federal –Anexo 2, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 23 - Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Gabinete do Senador Jaime Bagattoli -Telefone: +55 (61) 3303-2714

Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli
Para verifica

Avulso do PDL 944/2025 [3 de 6]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaime Bagattoli

ser utilizada como mecanismo de "proteção" a grupos que podem se autodeclarar defensores de direitos humanos, mesmo estando envolvidos em invasões ilegais.

O risco é evidente: invasores passam a poder ser tratados como "defensores de direitos humanos", e o MDA, órgão responsável pela política fundiária, ganha autorização normativa para atuar em favor desses grupos.

Este decreto não pode ser analisado de forma isolada. Ele se insere em um contexto nacional de aumento das invasões de terra, que se correlaciona diretamente com o fortalecimento político e financeiro desses grupos. O governo tem adotado medidas que fragilizam a segurança jurídica no campo e estimulam novas ocupações. Os dados levantados pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA mostram 89 propriedades invadidas até outubro de 2025, sendo 78 lideradas pelo MST, número superior a todo o ano de 2024, com 46 invasões, e superando já o registrado os quatro anos governo anterior do Presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), com 62 ocorrências.

Além disso, o governo tem adotado uma série de medidas administrativas e orçamentárias que fragilizam a segurança jurídica no campo e estimulam, direta ou indiretamente, novas invasões. Exemplo disso são os decretos (11.637/2023, 11.688/23 e 11.995/2024) de desapropriação voltados a beneficiar acampamentos já instalados, o esvaziamento do cadastro universal do INCRA que retoma listas paralelas e físicas organizadas por movimentos sociais. Soma-se a isso o incentivo à titulação coletiva em detrimento do título individual, a priorização de Concessão de Direito Real de Uso - CDRUs no lugar do Título Definitivo da Terra (TD) e o favorecimento de associações e entidades controladas por movimentos políticos, criando uma relação de dependência e submissão dos assentados à lógica ideológica do governo.

O conjunto dessas ações evidencia um processo deliberado de reabilitação do poder político e institucional do MST, garantindo-lhe respaldo logístico, acesso privilegiado a políticas públicas e, agora, possivelmente, proteção estatal.

O Decreto nº 12.710/2025 é o ápice dessa estratégia, pois cria um arcabouço que:

1. **Legitima politicamente invasões**, reclassificando invasores como defensores de direitos humanos;
2. **Cria incentivos para novas invasões**, ao abrir a porta para que grupos ocupem terras visando obter proteção estatal;
3. **Fragiliza a segurança jurídica**, distorcendo a política fundiária para atender interesses de grupos organizados;



Senado Federal – Anexo 2, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 23 - Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Gabinete do Senador Jaime Bagattoli - Telefone: +55 (61) 3303-2714
Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli
Para verificação

Avulso do PDL 944/2025 [4 de 6]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaime Bagattoli

4. **Institucionaliza o uso da terra como moeda política**, com efeitos diretos na ordem pública e na paz social.

Na qualidade de autor e relator da avaliação da Política Nacional da Reforma Agrária (PNRA) nesta Casa, este Senador não pode aceitar tal Decreto. A norma representa uma afronta direta à garantia constitucional do direito de propriedade e enfraquece a segurança jurídica no campo, ao legitimar e proteger grupos que praticam o crime de esbulho possessório

Por essas razões, é necessário sustar o Decreto 12.710/2025 por meio de Projeto de Decreto Legislativo, não por oposição à proteção de pessoas legitimamente ameaçadas, mas **em defesa do Estado de Direito, da ordem constitucional, do direito de propriedade e da segurança dos produtores rurais e famílias do campo.**

Diante do exposto, conclamo os ilustres pares a aprovarem esta proposta.

Sala das Sessões, de novembro de 2025

JAIME BAGATTOLI
Senador da República



Senado Federal –Anexo 2, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 23 - Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Gabinete do Senador Jaime Bagattoli -Telefone: +55 (61) 3303-2714
Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli
Para verifica

Avulso do PDL 944/2025 [5 de 6]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art49_cpt_inc5

- Decreto nº 9.937, de 24 de Julho de 2019 - DEC-9937-2019-07-24 - 9937/19

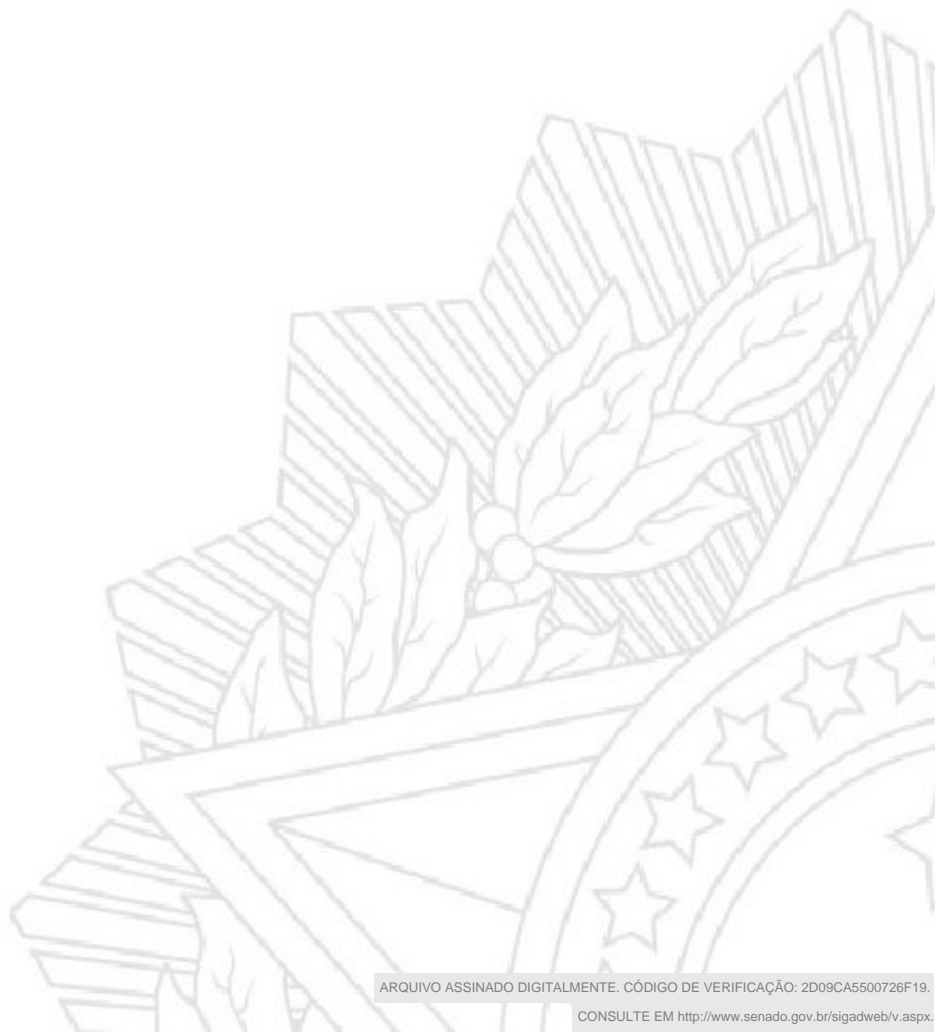
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto:2019;9937>

- Decreto nº 12.710 de 05/11/2025 - DEC-12710-2025-11-05 - 12710/25

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto:2025;12710>



Projeto de Lei





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 5782, DE 2025

Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer como critério para desempate em licitações públicas a adoção de boas práticas ambientais, e a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, para o mesmo fim e para definir regras secundárias de desempate.

AUTORIA: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 5782/2025 [1 de 7]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

SF/25318.93684-93

PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer como critério para desempate em licitações públicas a adoção de boas práticas ambientais, e a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, para o mesmo fim e para definir regras secundárias de desempate.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece a adoção de boas práticas ambientais como critério para desempate em licitações promovidas por órgãos e entidades das administrações diretas e indiretas da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista e suas subsidiárias.

Art. 2º O art. 55 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 55.**

.....

III – os critérios estabelecidos no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;

IV – adoção de boas práticas ambientais, tais como: redução das emissões de gases de efeito estufa, uso de energias renováveis nos processos produtivos, implementação do sistema de logística reversa, ações de recuperação de valor de recursos e medidas de prevenção a desperdícios de água, conforme regulamento; e

V – sorteio.

§ 1º Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

Praça dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Gabinete 12 – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-2205 – Sen.Rogeriocarvalho@senado.leg.br



Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Carvalho
Para verificação

Avulso do PL 5782/2025 [2 de 7]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

I – empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal em que se localize a unidade licitante da empresa pública ou da sociedade de economia mista;

II – empresas brasileiras;

III – empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV – empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

§ 2º Não se aplica o critério do inciso I do § 1º caso o objeto licitado for ser executado, entregue ou prestado em mais de um Estado ou no Distrito Federal e em, ao menos, um Estado.” (NR)

Art. 3º O art. 60 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 60.**

V – adoção de boas práticas ambientais, tais como: redução das emissões de gases de efeito estufa, uso de energias renováveis nos processos produtivos, implementação do sistema de logística reversa, ações de recuperação de valor de recursos e medidas de prevenção a desperdícios de água, conforme regulamento.

.....” (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A adoção de boas práticas ambientais, como a implementação de logística reversa e a inovação verde, tornou-se uma estratégia fundamental no cenário atual de intensa concorrência e crescente preocupação com as mudanças climáticas.

Empresas, impulsionadas por pressões legais, mercadológicas e financeiras, estão buscando alinhar seus objetivos de lucratividade com a

Praça dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Gabinete 12 – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-2205 – Sen.Rogeriocarvalho@senado.leg.br



Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Carvalho
Para verifica

Avulso do PL 5782/2025 [3 de 7]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

SF/25318.93684-93

sustentabilidade, o que é crucial para um futuro mais verde. É vital que as empresas, incluindo as pequenas e médias, preparem-se para essas novas exigências, sob pena de que percam espaço no mercado.

Um dos benefícios mais tangíveis para as empresas é a redução significativa dos custos operacionais. A eficiência energética, por exemplo, é uma oportunidade econômica, pois a modernização de equipamentos consome menos energia, reduz custos e aumenta a resiliência empresarial frente às variações do mercado energético. Ademais, empresas com bom desempenho ambiental podem obter condições mais vantajosas em linhas de financiamento e crédito especiais.

Além dos ganhos financeiros diretos, o compromisso com a sustentabilidade serve como um diferencial competitivo e fortalece a marca. Empresas que adotam práticas sustentáveis melhoram sua imagem corporativa, atraindo consumidores, clientes e investidores que valorizam a responsabilidade ambiental.

Entre as medidas elencadas em rol exemplificativo, o compromisso com a redução das emissões de gases de efeito estufa está alinhado às estratégias nacionais de adaptação e mitigação climáticas assumidas internacionalmente. O emprego de fontes de energias sustentáveis no processo produtivo fortalece também é favorável à política climática brasileira, uma vez que contribui a transição para uma matriz menos dependente de combustíveis fósseis, diversificando as opções energéticas e conferindo maior segurança energética ao país.

A implementação da logística reversa, por sua vez, contribui para a gestão integrada de resíduos sólidos, na medida em que fomenta a destinação final ambientalmente adequada aos materiais pós-consumo, e evita o esgotamento dos recursos naturais por meio de instrumentos como reciclagem e reutilização. Nesse sentido também se insere a recuperação de valor de recursos que dialoga com os princípios da economia circular, ao buscar reaproveitar materiais e insumos que, de outro modo, seriam descartados.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

Já prevenção ao desperdício de água é exemplo de uso eficiente da água, que contribui tanto para a sustentabilidade dos ecossistemas quanto para a resiliência das atividades econômicas, reduzindo custos operacionais e riscos associados a crises hídricas.

Investir em um futuro verde é, portanto, além de um dever ético, uma decisão estratégica que garante a competitividade empresarial, contribui para a preservação ambiental e constrói um legado positivo para as futuras gerações.

Imbuído dessas ideias, apresento o presente projeto de lei, com a finalidade de estimular empresas a se engajarem em práticas ecologicamente responsáveis. Altera-se a legislação para adicionar, como critérios de desempate em licitações públicas, a adoção de boas práticas ambientais.

Alerta-se para a existência hoje de dois regimes básicos de licitação aplicáveis à administração pública da União, Estados, Distrito Federal e Municípios: o da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, aplicável às empresas públicas, às sociedades de economia mista e às suas subsidiárias, conhecida como Lei das Estatais, e o da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, cabível ao restante da máquina pública, genericamente denominada de Lei de Licitações e Contratos (LLC).

Nesse sentir, vislumbro a necessidade de propor alterações nos dois marcos regulatórios. As modificações nos diplomas têm o mesmo espírito e entregam resultados análogos.

À época da edição da Lei nº 13.303, de 2016, vigia a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a antiga lei de licitações, razão pela qual o atual inciso III do *caput* do art. 55 da Lei das Estatais faz remissão à lei de licitações revogada e à Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, que *dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação, e dá outras providências*.

Assim, proponho, em relação à Lei das Estatais, em seu art. 55: *i)* alterar o inciso III, para retirar a remissão à antiga lei de licitações; *ii)*





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

modificar o inciso IV, para incluir o critério de adoção de boas práticas ambientais; e *iii*) adicionar o inciso V, no qual constará o sorteio, o último critério de primeiro nível a ser adotado.

Aproveitou-se ainda para inserir taxativamente critérios adicionais – secundários – para desempate iguais aos existentes na Lei nº 14.133, de 2021, exceto pela regra de que se dê preferência a “empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize”, do inciso I do § 1º do art. 60.

Havia necessidade de adaptação do comando e, considerando ser usual que estatais federais tenham escritórios, sucursais ou filiais em mais de uma unidade da Federação, julguei que se criaria uma distorção caso licitantes da administração de um desses entes federados fossem privilegiados se o objeto licitado fosse para ser executado, entregue ou prestado em mais de um Estado ou no Distrito Federal e em, ao menos, um Estado. O mesmo pode acontecer com estatais estaduais, do Distrito Federal e, ainda que mais raramente, municipais. Assim, na hipótese aventada neste parágrafo, estabeleceu-se a não aplicação do critério do proposto inciso I do § 1º do art. 55.

No caso da LLC, tão somente foi acrescentado o inciso V ao *caput* do art. 60.

Convictos de que esta proposição é benéfica para a sociedade e mira o interesse público, pedimos o apoio dos nobres Senadores e Senadoras para sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador ROGÉRIO CARVALHO

Praça dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Gabinete 12 – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-2205 – Sen.Rogeriocarvalho@senado.leg.br



Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Carvalho
Para verifica

Avulso do PL 5782/2025 [6 de 7]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.248, de 23 de Outubro de 1991 - Lei de Informática (1991) - 8248/91
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1991;8248>
 - art3
- Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 - Lei de Licitação; Lei de Licitações e Contratos - 8666/93
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1993;8666>
- Lei nº 12.187, de 29 de Dezembro de 2009 - LEI-12187-2009-12-29 - 12187/09
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2009;12187>
- Lei nº 13.303, de 30 de Junho de 2016 - Lei de Responsabilidade das Estatais - 13303/16
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2016;13303>
 - art55
- Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos (2021) - 14133/21
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2021;14133>
 - art60



Projeto de Resolução





SENADO FEDERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 51, DE 2025

Institui, no âmbito do Senado Federal, a Comenda Marcelo Déda.

AUTORIA: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)



[Página da matéria](#)

Avulso do PRS 51/2025 [1 de 5]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

SF/25300.60200-47

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2025

Institui, no âmbito do Senado Federal, a Comenda Marcelo Déda.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É instituída, no âmbito do Senado Federal, a Comenda Marcelo Déda, destinada a homenagear pessoas ou instituições que tenham prestado significativa contribuição para o alívio e a redução da pobreza no Brasil.

Art. 2º A Comenda Marcelo Déda será concedida anualmente pela Mesa do Senado Federal a até 5 (cinco) pessoas ou instituições, durante sessão especialmente convocada para esse fim.

Art. 3º A indicação dos candidatos ou das candidatas para recebimento da Comenda Marcelo Déda, acompanhada de justificativa circunstanciada dos méritos do concorrente, será realizada por qualquer Senador ou Senadora da República.

Art. 4º Para proceder à apreciação das indicações e à escolha das pessoas ou instituições agraciadas, será constituído o Conselho da Comenda Marcelo Déda, composto por 1 (um) Senador ou 1 (uma) Senadora de cada um dos partidos políticos com assento no Senado Federal.

§ 1º A composição do Conselho a que se refere o *caput* será renovada a cada 2 (dois) anos, entre os meses de fevereiro e março da primeira e da terceira sessões legislativas ordinárias de cada legislatura, permitida a recondução de seus membros.

Praça dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Gabinete 12 – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-2205 – Sen.Rogeriocarvalho@senado.leg.br



Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Carvalho
Para verifica

Avulso do PRS 51/2025 [2 de 5]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

§ 2º O Conselho definirá a cada ano o período de recebimento das indicações e a data de premiação das pessoas ou instituições agraciadas.

Art. 5º Uma vez escolhidas as pessoas ou instituições agraciadas, seus nomes serão amplamente divulgados pelos meios de comunicação do Senado Federal e em sessão plenária.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Marcelo Déda Chagas nasceu em 11 de março de 1960, no município de Simão Dias, em Sergipe. Filho de Manoel Celestino Chagas e Zilda Déda Chagas, cresceu em ambiente familiar que valorizava a justiça social, fortemente influenciado por seu avô José de Carvalho Déda, escritor, jornalista e ex-deputado estadual. Sua infância foi marcada por brincadeiras de rua e pela relação com a natureza, estudando no Grupo Escolar Fausto Cardoso e, depois, no Colégio Atheneu Sergipense, em Aracaju, onde despertou a paixão pela literatura e iniciou sua vida pública, presidindo o cineclube escolar e participando de atividades artísticas e culturais.

Ingressou na Universidade Federal de Sergipe em 1980 para cursar Direito, onde destacou-se na presidência do Diretório Central dos Estudantes e teve contato com o pensamento político de Antonio Gramsci, que estruturou sua visão política. Fundador do Partido dos Trabalhadores em Sergipe, participou ativamente de movimentos sociais e documentou importantes episódios políticos locais.

Sua trajetória política iniciou-se em 1985, quando concorreu à prefeitura de Aracaju, obtendo expressivo segundo lugar. Em 1986, foi eleito Deputado Estadual Constituinte, destacando-se como o mais votado da sua legislatura. Em 1994 e 1998, foi eleito Deputado Federal, sendo um dos parlamentares mais votados do País e defensor incansável dos serviços

Praça dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Gabinete 12 – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-2205 – Sen.Rogeriocarvalho@senado.leg.br



Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Carvalho
Para verificação

Avulso do PRS 51/2025 [3 de 5]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

públicos e direitos dos trabalhadores. Em 2000, foi eleito prefeito de Aracaju, sendo reeleito com a maior votação proporcional do Brasil, onde implementou um modelo de gestão participativa, revitalizou a cidade com obras de saúde, infraestrutura e cultura, e transformou o Forró Caju em uma das maiores festas juninas do País. Um projeto de reurbanização da comunidade Coroa do Meio garantiu moradias dignas a 600 famílias, recebendo prêmios nacionais e internacionais por sua integração social, ambiental e cultural.

Marcelo Déda assumiu o comando da Frente Nacional de Prefeitos, ampliando o poder de interlocução dos municípios com o Governo Federal. Em 2006, foi eleito governador de Sergipe, sendo reeleito em 2010. Durante seu governo, promoveu a construção de hospitais regionais e municipais, implantou o campus de saúde da Universidade Federal de Sergipe em Lagarto e fortaleceu a cultura e o turismo no estado, entre outras importantes realizações.

A redução da pobreza extrema foi um marco de sua gestão, com queda de 42% dos indicadores entre 2006 e 2011, através do fortalecimento da economia, investimentos públicos e programas sociais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população sergipana. Sua visão integrada de desenvolvimento considerava a cultura como parte essencial da cidadania e do progresso social, destacando-se pela criação do Museu da Gente Sergipana, da Orquestra Sinfônica e pela revitalização do Palácio-Museu Olímpio Campos. Recebeu título de Doutor *Honoris Causa* pela Universidade Federal de Sergipe.

O diagnóstico de câncer gastrointestinal em 2012 não diminuiu sua dedicação: mesmo sob tratamento, continuou governando até afastar-se em maio de 2013. Faleceu em 2 de dezembro de 2013, deixando legado de transformação social e exemplo de serviço público. Foi homenageado com luto oficial em Sergipe.

Além de político, Déda foi poeta e escritor, com obra publicada postumamente, evidenciando sua sensibilidade artística. Seu acervo está preservado pelo Instituto Marcelo Déda, que promove cultura e formação política. Deixou cinco filhos e permanece como referência

Praça dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Gabinete 12 – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-2205 – Sen.Rogeriocarvalho@senado.leg.br



Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Carvalho
Para verificação

Avulso do PRS 51/2025 [4 de 5]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

nacional de compromisso com a democracia, direitos sociais e combate à pobreza extrema.

Esta proposição busca, portanto, reconhecer a trajetória de compromisso e empenho de Marcelo Déda na luta pelo alívio e redução da pobreza extrema em Sergipe. Destaca sua dedicação exemplar ao desenvolvimento de políticas públicas eficazes que promoveram a geração de renda, o fortalecimento da inclusão social e o aumento da qualidade de vida das famílias mais vulneráveis, por meio de programas e ações integradas de investimentos públicos. Espera-se que o reconhecimento da sua contribuição inspire a continuidade e o aprimoramento dessas iniciativas, renovando a esperança de construção de um Brasil mais justo, fraterno e humano.

Por essas razões, espero contar com o apoio dos nobres colegas, Senadoras e Senadores, a esta iniciativa que ora apresento.

Sala das Sessões,

Senador ROGÉRIO CARVALHO

Praça dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Gabinete 12 – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-2205 – Sen.Rogeriocarvalho@senado.leg.br



Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Carvalho
Para verificação

Avulso do PRS 51/2025 [5 de 5]



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 835, DE 2025

Requer urgência para o Projeto de Lei nº 1433/2024, nos termos dos arts. 336, III, e 338, III, do Regimento Interno do Senado Federal.

AUTORIA: Líder do Bloco Parlamentar Pelo Brasil Weverton (PDT/MA), Líder do Bloco Parlamentar Aliança Dr. Hiran (PP/RR), Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB), Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 835/2025 [1 de 2]





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Daniella Ribeiro

REQUERIMENTO Nº DE

Requeremos, nos termos dos arts. 336, III, e 338, III, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 1433/2024, que “altera os Decretos-Lei nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para tipificar como crime a prática de violência processual contra a mulher”.

Sala das Sessões, de de .

Senadora Daniella Ribeiro
Primeira-Secretária
do Senado Federal

Senador Dr. Hiran
Bloco Parlamentar Aliança

Senador Weverton
Bloco Parlamentar Pelo Brasil

Senadora Eliziane Gama
Bloco Parlamentar da
Resistência Democrática

Senador Efraim Filho
Bloco Parlamentar Democracia



Foi apresentado o Requerimento nº 835, de 2025, de autoria de líderes, que solicita urgência para o Projeto de Lei nº 1433, de 2024, nos termos do art. 336, III, do Regimento Interno.

O Requerimento será incluído em Ordem do Dia, oportunamente.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 836, DE 2025

Requer voto de aplauso ao Sr. Benedito Paes do Amaral Neto, pela sua destacada atuação no campo dos negócios imobiliários internacionais.

AUTORIA: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 836/2025 [1 de 3]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Zequinha Marinho

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso a Benedito Paes do Amaral Neto, conhecido profissionalmente como Benedito Baruch, pela sua destacada atuação no campo dos negócios imobiliários internacionais.

Requeiro, ainda, que seja enviada cópia do presente voto, conforme dados em anexo.

JUSTIFICAÇÃO

Natural de Santarém, no Estado do Pará, Benedito Baruch iniciou sua trajetória profissional em 2007, em sua cidade natal, onde rapidamente se destacou como referência em intermediação imobiliária e regularização fundiária urbana. Sua atuação foi decisiva para o ordenamento territorial e o desenvolvimento urbano local.

Ao longo de quase duas décadas, construiu uma carreira marcada por visão estratégica, liderança executiva e notável capacidade de conectar mercados emergentes a centros internacionais de investimento. Seu foco principal tem sido o eixo Norte do Brasil – Flórida (EUA), com crescente integração aos mercados latino-americano e português.



Com mérito e legitimidade, Benedito Baruch projeta o nome do Pará e da Amazônia no cenário imobiliário global, tornando-se um verdadeiro embaixador regional. Sua atuação internacional evidencia a força econômica, cultural e social do Norte do Brasil.

Como escritor, Benedito Baruch é autor de *O Poder das Conexões* e coautor de *A Força Transformadora do Bio-Empreendedorismo e Reforma Urbana: A Saga Futurista da Construção Civil na Flórida*. Suas obras reforçam sua autoridade intelectual, sua contribuição ao pensamento empresarial e seu impacto no desenvolvimento do mercado imobiliário internacional.

Sua trajetória é marcada por serviço, mérito, ética, compromisso social, fé, responsabilidade e visão estratégica — atributos que o tornam merecedor de reconhecimento público e institucional. Representa a Amazônia com excelência, honra suas raízes e inspira uma nova geração de líderes, empreendedores e profissionais comprometidos com propósito, conhecimento e resultados sustentáveis.

Diante de sua dedicação, legado e expressiva contribuição para o desenvolvimento humano, social e econômico do Pará, do Amazonas, da Amazônia e do Brasil, o Senado Federal, presta-se esta justa e honrosa homenagem a Benedito Paes do Amaral Neto – Benedito Baruch, reconhecendo-o como exemplo de cidadão, líder e articulador que serve, edifica, transforma e honra sua terra e sua gente.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2025.

Senador Zequinha Marinho
(PODEMOS - PA)



Apresentado o Requerimento nº 836, de 2025, do Senador Zequinha Marinho, *solicitando o envio de voto de aplauso ao Sr. Benedito Paes do Amaral Neto, pela sua destacada atuação no campo dos negócios imobiliários internacionais.*

Será encaminhada cópia do voto nos termos solicitados.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 837, DE 2025

Requer voto de aplauso ao Sr. Gerlis Dutra da Silva Leite, pela sua trajetória de liderança ética, visão estratégica e contribuição ao fortalecimento do empreendedorismo e do desenvolvimento humano na região Norte do Brasil.

AUTORIA: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 837/2025 [1 de 3]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Zequinha Marinho

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso ao advogado, empresário e mentor **Gerlis Dutra da Silva Leite**, em reconhecimento à sua notável trajetória de liderança ética, visão estratégica e contribuição ao fortalecimento do empreendedorismo e do desenvolvimento humano na região Norte do Brasil.

Requeiro, ainda, que seja enviada cópia do presente voto, conforme dados em anexo.

JUSTIFICAÇÃO

Natural de Colméia (TO) e com trajetória consolidada no Estado do Pará, Gerlis Dutra é reconhecido por sua liderança transformadora, pautada em valores cristãos, excelência em gestão e compromisso social. À frente do Grupo Servilar Supermercados, implantou práticas de governança corporativa, cultura organizacional sólida e desenvolvimento de lideranças, tornando-se referência nacional em inovação e profissionalização no setor varejista.

Idealizador do programa “Minha Rota Servilar”, voltado à formação emocional e comportamental de líderes e gestores de alta performance, e do projeto “Gerando Vidas”, que promove transformação social por meio de princípios



cristãos, capacitação e propósito, Gerlis tem inspirado uma nova geração a unir fé, propósito e resultados sustentáveis.

Sua jornada evidencia que o verdadeiro sucesso se fundamenta na responsabilidade social, na valorização das pessoas e na integridade. Seu legado ultrapassa as fronteiras empresariais, contribuindo para o fortalecimento de uma liderança que serve, edifica e transforma.

Esta é uma justa homenagem a Gerlis Dutra da Silva Leite, reconhecendo-o como um exemplo de cidadão e líder que honra o Pará e o Brasil, pela sua dedicação, fé e compromisso com o bem comum.

Sala das Sessões, 10 de novembro de 2025.

Senador Zequinha Marinho
(PODEMOS - PA)



Apresentado o Requerimento nº 837, de 2025, do Senador Zequinha Marinho, *solicitando o envio de voto de aplauso ao Sr. Gerlis Dutra da Silva Leite, pela sua trajetória de liderança ética, visão estratégica e contribuição ao fortalecimento do empreendedorismo e do desenvolvimento humano na região Norte do Brasil.*

Será encaminhada cópia do voto nos termos solicitados.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 838, DE 2025

Requer urgência para o Projeto de Lei nº 1546/2024, nos termos dos arts. 336, III, e 338, III, do Regimento Interno do Senado Federal.

AUTORIA: Senador Rogerio Marinho (PL/RN), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Alan Rick (UNIÃO/AC), Senadora Leila Barros (PDT/DF), Senador Alessandro Vieira (MDB/SE), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senadora Tereza Cristina (PP/MS), Senador Carlos Portinho (PL/RJ), Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG), Senador Ciro Nogueira (PP/PI), Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Dr. Hiran (PP/RR), Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Eduardo Gomes (PL/TO), Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Flávio Arns (PSB/PR), Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Izalci Lucas (PL/DF), Senador Jaime Bagattoli (PL/RO), Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Jorge Seif (PL/SC), Senador Laércio Oliveira (PP/SE), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Magno Malta (PL/ES), Senador Marcio Bittar (PL/AC), Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), Senador Marcos Rogério (PL/RO), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR), Senador Styvenson Valentim (PSDB/RN), Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO), Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senador Wilder Moraes (PL/GO), Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 838/2025 [1 de 3]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Marinho

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos dos arts. 336, III, e 338, III, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 1546/2024, que “veda descontos relativos a mensalidades associativas nos benefícios administrados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); estabelece busca ativa a beneficiários lesados em decorrência de descontos indevidos e prevê o seu ressarcimento; e altera o Decreto-Lei nº 3.240, de 8 de maio de 1941, para disciplinar o sequestro de bens por crimes que envolvam descontos indevidos nos benefícios do INSS, a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para assegurar a proteção de dados pessoais, e as Leis nºs 10.820, de 17 de dezembro de 2003, e 12.213, de 20 de janeiro de 2010”.

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento tem por objetivo conferir urgência à apreciação do Projeto de Lei nº 1.546, de 2024, que proíbe os descontos referentes a mensalidades associativas nos benefícios administrados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), estabelece mecanismos de busca ativa para identificação e ressarcimento de beneficiários lesados e cria instrumentos legais para o sequestro de bens e responsabilização dos envolvidos em fraudes.

A medida é de extrema relevância diante das graves irregularidades constatadas nos últimos meses, amplamente demonstradas nos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS. As investigações evidenciam o pior: o dispositivo legal que autoriza descontos associativos



Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Marinho e outros
Para verificação

Avulso do RQS 838/2025 [2 de 3]



em benefícios previdenciários, tem sido reiteradamente utilizado como instrumento de fraude, permitindo a realização de débitos indevidos e compulsórios em milhões de aposentadorias e pensões.

Diante desse quadro, a aprovação célere do PL 1.546/2024 torna-se essencial para interromper imediatamente o ciclo de fraudes e proteger os beneficiários do INSS, especialmente os aposentados e pensionistas, que têm sido vítimas de um esquema que movimentou bilhões de reais em descontos não autorizados. A vedação definitiva dos descontos associativos diretamente na folha de pagamento representa um passo concreto para restaurar a transparência e a confiança no sistema previdenciário.

Além de proibir os descontos, a proposta também prevê a busca ativa de beneficiários prejudicados e o ressarcimento automático dos valores indevidos, assegurando reparação efetiva e célere às vítimas. Complementarmente, o projeto reforça a responsabilização patrimonial dos agentes públicos e privados envolvidos nas irregularidades, mediante instrumentos de sequestro e bloqueio de bens, em conformidade com a legislação vigente.

Em face da gravidade e urgência do tema, requer-se a imediata aprovação do regime de urgência para o PL 1.546/2024, a fim de que o Congresso Nacional possa agir com a presteza que o interesse público exige, protegendo milhões de brasileiros que dependem do sistema previdenciário para sua subsistência e dignidade.

Sala das Sessões, 28 de outubro de 2025.

Senador Rogerio Marinho
(PL - RN)



Assinado eletronicamente, por Sen. Rogerio Marinho e outros
Para verifica

Avulso do RQS 838/2025 [3 de 3]



Foi apresentado o Requerimento nº 838, de 2025, de autoria do Senador Rogerio Marinho e outros Senadores, que solicita urgência para o Projeto de Lei nº 1.546, de 2024, nos termos do art. 336, III, do Regimento Interno.

O Requerimento será incluído em Ordem do Dia, oportunamente.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 839, DE 2025

Requer voto de pesar pelo falecimento do Sr. Roberto Proença de Macêdo.

AUTORIA: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 839/2025 [1 de 3]





SENADO FEDERAL

SF/25035.94367-54 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar à Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC) e ao Conselho de Administração do Grupo J. Macêdo, pelo falecimento de Roberto Proença de Macêdo, ex-presidente da FIEC e presidente do Conselho.

Requeiro, ainda, que seja enviada cópia do presente voto, conforme dados em anexo.

JUSTIFICAÇÃO

O Senado Federal manifesta profundo pesar pelo falecimento do empresário Roberto Proença de Macêdo, ocorrido na manhã desta terça-feira, 11 de novembro de 2025, aos 81 anos de idade.

Roberto Macêdo foi uma das mais expressivas lideranças do setor produtivo cearense e nacional. Ex-presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC) e presidente do Conselho de Administração do Grupo J. Macêdo, destacou-se pela visão empreendedora, pelo compromisso com o desenvolvimento econômico e social do Ceará e pela defesa incansável da indústria como instrumento de progresso e geração de oportunidades.

Durante sua trajetória, Roberto Macêdo sempre atuou com ética, espírito público e dedicação ao fortalecimento do setor industrial, deixando um



legado de trabalho, inovação e responsabilidade social que continuará a inspirar futuras gerações de empresários e líderes.

O Senado Federal se solidariza com os familiares, amigos, colaboradores e com toda a classe empresarial cearense, rendendo homenagens a quem tanto contribuiu para o crescimento do Estado e do Brasil.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2025.

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)
Líder do NOVO



Apresentado o Requerimento nº 839, de 2025, do Senador Eduardo Girão, *solicitando o envio de voto de pesar pelo falecimento do Sr. Roberto Proença de Macêdo.*

Será encaminhada cópia do voto nos termos solicitados.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 82, DE 2025

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, informações sobre o processo de concessão dos serviços públicos de saneamento básico no Estado de Rondônia, atualmente em fase de estruturação pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

AUTORIA: Senador Marcos Rogério (PL/RO)



[Página da matéria](#)

Avulso do REQ 82/2025 - CI [1 de 5]



**REQ
00082/2025**

SENADO FEDERAL

SF/25972.84655-90 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CI

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, informações sobre o processo de concessão dos serviços públicos de saneamento básico no Estado de Rondônia, atualmente em fase de estruturação pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, informações sobre o processo de concessão dos serviços públicos de saneamento básico no Estado de Rondônia, atualmente em fase de estruturação pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Nesses termos, requisita-se um detalhamento sobre:

1. O estágio atual da modelagem da concessão de saneamento em Rondônia e o cronograma previsto para sua conclusão e leilão;
2. O papel institucional do BNDES na estruturação técnica e financeira do projeto;



3. A situação econômico-financeira consolidada da Companhia de Águas e Esgotos do Estado de Rondônia (CAERD), incluindo dívidas, discriminadas por prazos, credores, natureza e com valores monetariamente atualizados;
4. A indicação de como tais passivos serão tratados na modelagem da futura concessão e seu impacto na execução das metas de universalização estabelecidas nos Planos de Saneamento Básico dos municípios que serão atendidos pela CAERD;
5. O impacto estimado dessas dívidas sobre a modicidade tarifária e o equilíbrio econômico-financeiro do futuro contrato;
6. As medidas adotadas para atendimento de todos os municípios, inclusive suas áreas rurais, no escopo do projeto;
7. A existência de auditoria independente ou comitê interno responsável pelo controle dos passivos e reestruturação financeira da companhia;
8. As ações previstas para assegurar a universalização dos serviços.

JUSTIFICAÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO) analisou o projeto de concessão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário da Microrregião de Águas e Esgotos de Rondônia (MRAE/RO) e determinou a realização de diligências junto à Secretaria de Desenvolvimento Econômico (Sedec), responsável pela coordenação do processo. A decisão foi proferida pelo conselheiro Paulo Curi Neto, que identificou falhas técnicas e lacunas de transparência na modelagem do projeto, cujo valor estimado supera R \$ 4,3 bilhões.



O TCE-RO concedeu prazo de 30 dias para que o Governo do Estado apresentasse informações complementares e documentos essenciais à análise da viabilidade econômico-financeira da concessão, incluindo:

- Relatórios e planilhas de fluxo de caixa individualizados por município, com indicadores como TIR, VPL e tarifa-teto;
- A justificativa técnica para o prazo de 35 anos proposto para o contrato, com base em estudos de viabilidade;
- A inclusão dos dez municípios e áreas rurais inicialmente excluídos do escopo do projeto, de modo a garantir a universalização dos serviços;
- A apresentação de anteprojeto de engenharia atualizado, indispensável à definição dos investimentos e à aferição dos custos das obras;
- O detalhamento do cálculo do Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), utilizado na estrutura tarifária, e a explicitação da composição do lucro esperado da futura concessionária.

A Corte de Contas alertou que a ausência desses elementos compromete a transparência, o equilíbrio econômico-financeiro e a segurança jurídica do contrato, podendo gerar prejuízos exponenciais ao erário e aos consumidores. O TCE também ressaltou que a urgência na melhoria dos serviços de saneamento não justifica a dispensa de análises técnicas consistentes, e que o poder concedente deve assegurar planos de universalização progressiva, contemplando todas as localidades da microrregião.

Por fim, o Tribunal reafirmou que a concessão deve observar rigorosamente as diretrizes da Lei nº 14.026/2020 (Marco Legal do Saneamento) e garantir que a regionalização dos serviços ocorra com viabilidade técnica, transparência e equidade tarifária, fundamentos indispensáveis à sustentabilidade do modelo proposto.



A análise do Tribunal aponta para falhas graves da modelagem da concessão, que precisam ser sanadas, a fim de efetivamente alcançar a universalização dos serviços no Estado de Rondônia. Dada a participação da União na política nacional de saneamento e no financiamento de concessões estaduais, tais achados exigem atenção também do controle federal. As informações requeridas são, portanto, indispensáveis para que o Senado Federal exerça sua competência constitucional de fiscalizar a atuação da União na estruturação dessa concessão.

Sala das Comissões, 6 de novembro de 2025.

Senador Marcos Rogério
(PL - RO)



Requerimento nº 82, de 2025, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, solicitando informações ao Senhor Geraldo Alckmin, Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, sobre o processo de concessão dos serviços públicos de saneamento básico no Estado de Rondônia, atualmente em fase de estruturação pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O Requerimento vai à Comissão Diretora, para decisão.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 85, DE 2025

Urgência para MSF 78/2025

AUTORIA: Comissão de Serviços de Infraestrutura



[Página da matéria](#)

Avulso do REQ 85/2025 - CI [1 de 2]





Secretaria de Comissões
Comissão de Serviços de Infraestrutura

REQUERIMENTO Nº 85/2025-CI

Nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, **requeiro urgência** para a **MSF nº 78, de 2025**.

Sala das Comissões, em 11 de novembro de 2025.

Senador JAYME CAMPOS



Término de Prazo



Encerrou-se em 10 de novembro o prazo para interposição de recurso para apreciação pelo Plenário dos Projetos de Lei nºs 2.850, de 2021; e 4.974, de 2023.

Não foi interposto recurso.

As matérias, aprovadas terminativamente pelas comissões competentes, vão à Câmara dos Deputados.



ATOS DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL





SENADO FEDERAL

ATO DO PRESIDENTE Nº 23, DE 2025

Designa o Conselho da Comenda Nise Magalhães da Silveira.

O **PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar, com fundamento no art. 5º da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2016, o Conselho da Comenda Nise Magalhães da Silveira, para proceder à apreciação das indicações e à escolha dos agraciados.

Art. 2º O Conselho será composto por 1 (um) representante de cada partido político com assento no Senado Federal, com a seguinte composição:

- I – Sen. Hamilton Mourão (Republicanos – RS), Presidente;
- II – Sen. Carlos Portinho (PL – RJ), Vice-Presidente;
- III – Sen. Eduardo Braga (MDB – AM);
- IV – Sen. Weverton (PDT – MA);
- V – Sen. Eduardo Girão (Novo - CE);
- VI – Sen. Tereza Cristina (PP – MS);
- VII – Sen. Cid Gomes (PSB – CE);
- VIII – Sen. Plínio Valério (PSDB – AM);
- IX – Sen. Omar Aziz (PSD – AM);
- X – Sen. Carlos Viana (Podemos – MG);
- XI – Sen. Rogério Carvalho (PT– SE); e
- XII – Sen. Efraim Filho (União – PB).

Art. 3º O líder do partido poderá substituir o representante de sua bancada no Conselho, a qualquer tempo, nos termos do art. 81 do Regimento Interno do Senado Federal.

Art. 4º As indicações dos candidatos à Comenda Nise Magalhães da Silveira poderão ser encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa, por qualquer Senador ou Senadora, acompanhada de justificativa e de curriculum vitae do indicado ou dos responsáveis pela instituição indicada, a partir da publicação deste Ato.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data da publicação.

Brasília, na data da assinatura.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Senado Federal



Assinado eletronicamente, por Sen. Davi Alcolumbre em 11/11/2025

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7387794311>



**SENADO FEDERAL****ATO DO PRESIDENTE Nº 25, DE 2025**

Designa o Conselho da Comenda Ceci Cunha.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar, com fundamento no art. 4º da Resolução do Senado Federal nº 49, de 2024, o Conselho da Comenda Ceci Cunha, para proceder à apreciação das indicações e à escolha dos agraciados.

Art. 2º O Conselho será composto por 1 (um) representante de cada partido político com assento no Senado Federal, com a seguinte composição:

- I – Sen. Dra. Eudócia (PL – AL), Presidente;
- II – Sen. Tereza Cristina (PP – MS), Vice-Presidente;
- III – Sen. Eduardo Braga (MDB – AM);
- IV – Sen. Weverton (PDT – MA);
- V – Sen. Eduardo Girão (Novo - CE);
- VI – Sen. Mecias de Jesus (Republicanos – RR);
- VII – Sen. Cid Gomes (PSB – CE);
- VIII – Sen. Plínio Valério (PSDB – AM);
- IX – Sen. Omar Aziz (PSD – AM);
- X – Sen. Carlos Viana (Podemos – MG);
- XI – Sen. Rogério Carvalho (PT– SE); e
- XII – Sen. Efraim Filho (União – PB).

Art. 3º O líder do partido poderá substituir o representante de sua bancada no Conselho, a qualquer tempo, nos termos do art. 81 do Regimento Interno do Senado Federal.

Art. 4º As indicações dos candidatos à Comenda Ceci Cunha poderão ser encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa, por qualquer Senador ou Senadora, acompanhada de justificativa e de curriculum vitae do indicado ou dos responsáveis pela instituição indicada, a partir da publicação deste Ato.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data da publicação.

Brasília, na data da assinatura.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Senado Federal



Assinado eletronicamente, por Sen. Davi Alcolumbre em 11/11/2025

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9213642450>



FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DA PESSOA IDOSA





Senado Federal
Frente Parlamentar Mista em Defesa da Pessoa Idosa - FPM DPI

1ª REUNIÃO DE 2025

**30 DE OUTUBRO DE 2025, QUINTA-FEIRA, ÀS 10:00h, NO PLENÁRIO
Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.**

Ata Circunstanciada da **1ª Reunião de 2025 da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Pessoa Idosa - FPM DPI**, realizada em 30 de outubro de 2025, quinta-feira, às 10h00, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, no Senado Federal, com o seguinte resultado:

ITEM ÚNICO: realizada audiência pública sobre o tema “A violência contra a pessoa idosa”.

Conforme documentos anexos. Publique-se.

Senadora **DAMARES ALVES**
Presidente da FPM DPI





CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57ª LEGISLATURA

Em 30 de outubro de 2025
(quinta-feira)
às 10h

RESULTADO

1ª Reunião

FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DA PESSOA
IDOSA - FPMDPI

PRESIDENTE: Senadora Damares Alves

SECRETÁRIA-GERAL: Senadora Margareth Buzetti

VICE-PRESIDENTE: Deputado Ossesio Silva

	Audiência Pública sobre o tema "A violência contra as pessoas idosas"
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13



Resultado da 1ª Reunião da FPMDPI, em 30 de outubro de 2025

2

Audiência Pública sobre o tema "A violência contra as pessoas idosas"

Assunto / Finalidade:

Item Único - realizar audiência pública com o tema "A violência contra as pessoas idosas".

Participantes:

Deputado Ossesio Silva

Vice-Presidente da FPMDPI

Sr. Benedito Brunca

Secretário de Regime Geral de Previdência Social

[A Violência Contra a Pessoa Idosa - Benedito Brunca](#)

Dra. Monize Marques

Juíza Coordenadora da Central Judicial do Idoso - TJDF

[A Violência Contra a Pessoa Idosa - Monize Marques](#)

Sr. Alexandre da Silva

Secretário Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa - MDH

Resultado: Item Único: realizada audiência pública sobre o tema "A violência contra as pessoas idosas".





Senado Federal



Relatório de Registro de Presença

1ª, Reunião

Frente Parlamentar Mista em Defesa da Pessoa Idosa

Senado Federal	
TITULARES	SUPLENTE
DAMARES ALVES	PRESENTE
PAULO PAIM	
IZALCI LUCAS	
SÉRGIO PETECÃO	
MARCELO CASTRO	
HAMILTON MOURÃO	
ALAN RICK	
LAÉRCIO OLIVEIRA	
JORGE SEIF	
EDUARDO GOMES	
MARGARETH BUZETTI	

Câmara dos Deputados	
TITULARES	SUPLENTE
LÍDICE DA MATA	
ANA PAULA LEÃO	
ROGÉRIA SANTOS	
FRED LINHARES	
PEZENTI	
ANY ORTIZ	
LINCOLN PORTELA	
ANTONIO CARLOS RODRIGUES	
RICARDO AYRES	
FRANCIANE BAYER	
CARLOS HENRIQUE GAGUIM	
TABATA AMARAL	
OSSESIO SILVA	PRESENTE
GUSTAVO GAYER	
SÓSTENES CAVALCANTE	
DUARTE JR.	
CORONEL FERNANDA	



Reunião de: 30/10/2025

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR
REUNIÃO
30/10/2025 - 1ª - Frente Parlamentar Mista em Defesa da Pessoa Idosa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) - Bom dia!

Declaro aberta a 1ª Reunião de 2025 da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Pessoa Idosa, cuja pauta destina-se - é um item único hoje na nossa pauta -: realizar uma audiência pública com o tema "A violência contra a pessoa idosa".

Até o momento, esta frente parlamentar conta com a adesão de 11 Senadores, 17 Deputados Federais.

Informo aos Parlamentares que desejarem compor a frente parlamentar que a adesão é efetivada por meio eletrônico, através do sistema Sedol para os Senadores e através do sistema Infoleg para os Deputados Federais. Nossa Secretaria encontra-se à disposição para orientar todos os Senadores e Deputados que queiram se juntar aos trabalhos desta frente parlamentar, que tem como objetivo - a meta maior, a missão desta frente parlamentar - a gente trazer os direitos da pessoa idosa para a mesa todos os dias, se preciso, o tempo todo!

Nós temos muita legislação sendo aprovada nesta Casa que, de forma transversal, alcança a população idosa, e a gente precisa estar atento. Às vezes, é uma vírgula numa legislação que coloca em risco os direitos, a garantia de direitos da pessoa idosa. E nós precisamos também fazer o enfrentamento à violência contra a pessoa idosa. Por isso nasce esta frente parlamentar que foi sonhada por muitos, inclusive pelo nosso Vice-Presidente, que está aqui, já vai ocupar a mesa.

Mas informo, antes, que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, acessível na internet, ou pelo telefone 0800 0612211.

E neste exato momento eu convido para compor a mesa, com muita alegria, o nosso Vice-Presidente da frente parlamentar, que já foi Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa na Câmara, nosso querido Deputado Ossesio Silva. Bem-vindo, Deputado!

O SR. OSSESIO SILVA (*Fora do microfone.*) - Obrigado. Que alegria, mais uma vez, que satisfação!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco/REPUBLICANOS - DF) - Que honra, que honra! Sente-se aqui. (*Fora do microfone.*)

Para vocês entenderem o compromisso do Deputado Ossesio, o Partido Republicanos, de que ele faz parte e eu também, foi um dos primeiros partidos do Brasil a ter internamente um movimento para a pessoa idosa. Inclusive, nós temos a alegria de ter no partido uma adesão enorme de pessoas idosas se filiando por conta do movimento que nós temos dentro do partido.

Obrigada, Deputado, por estar conosco.

Convido para compor a mesa com a gente, com muita alegria, o Secretário de Regime Geral de Previdência Social, Sr. Benedito Brunca, que neste momento também representa o nosso Ministro, que não pôde estar conosco, mas mandou um vídeo e tem se colocado à disposição para dialogar o tempo todo com a frente e com a Comissão também.

Nós estamos aguardando - também já está chegando - o Secretário Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, Sr. Alexandre, que é do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. É um ministério que tem colaborado muito com esta Casa em todos os debates. Nós estamos aguardando, e já registro agradecimentos à Ministra Macaé.

1/24



Reunião de: 30/10/2025

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

E nós temos a alegria de ter de forma *online* - eu já até brinquei com ela antes de a gente começar a reunião - a Dra. Monize Marques, Juíza. A Dra. Monize é Juíza Coordenadora da Central Judicial do Idoso do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Dr. Benedito, eu já até falei com a Dra. Monize que ela já merecia um voto de Senadora, porque ela está sempre no Senado, participando de todas as discussões voltadas à proteção dos direitos da pessoa idosa.

Dra. Monize, é uma alegria. Sei que, numa manhã como essa, a agenda de uma juíza deve estar uma loucura. É amiga do Deputado Ossesio, amiga do Congresso Nacional, tem nos ajudado muito na discussão de todos os projetos de lei - é uma alegria, Dra. Monize - e me ajudou muito quando eu era Ministra. É uma alegria tê-la conosco nesta audiência.

Nós só estamos esperando o Dr. Alexandre chegar para também compor a mesa, mas nós já vamos dar início à nossa reunião.

Esta frente parlamentar veio, Dr. Benedito, Deputado Ossesio, para ser parceira de todas as Comissões. Da forma como nós colocamos, nós estamos o tempo todo discutindo um projeto de lei, uma medida provisória, uma PEC, um decreto. Nós estamos sempre acompanhando as indicações ao Governo, ao Legislativo - na verdade, ao Executivo. Nós estamos acompanhando o que está acontecendo no Judiciário: todo dia, uma decisão diferente que afeta diretamente a comunidade, o segmento, as pessoas idosas.

Então, esta frente parlamentar veio para reunir Câmara e Senado. Eu acho que o interessante seria a gente ter uma Comissão Mista no Congresso Nacional que tivesse sentados Deputados e Senadores, para fazer essa discussão. Como não temos uma Comissão Mista, nós temos uma frente parlamentar que faz esse papel de trazer as duas Casas para se encontrarem nas discussões.

E hoje nós vamos com certeza falar sobre previdência social, sobre descontos associativos. Nós vamos falar sobre tudo que está acontecendo hoje, neste exato momento. Nós temos uma CPMI no Congresso Nacional que está ouvindo tudo que aconteceu nos últimos anos e ouvindo pessoas de todos os governos. Eu tenho tido muito cuidado, Deputado Ossesio e Dr. Benedito, de, nas minhas falas, não culpar um governo ou outro, mas, nas minhas falas, na CPMI, a gente buscar reparar danos que foram causados às pessoas idosas, tão somente, encontrar quem fraudou, encontrar quem mentiu, quem enganou, entendendo que a gente não pode agora ficar querendo culpar governo A, governo B e que a gente quer respostas. E a gente vai fazer essa discussão aqui, hoje. Nós temos que fazer a garantia dos direitos das pessoas idosas na questão regime previdenciário. Nós vamos precisar discutir e falar sobre isso.

Então, vai ser uma reunião de entregas, porque eu sei que o nosso atual Ministro está fazendo entregas nessa área. E aqui eu preciso fazer este registro: quando tudo estourou, eu fui uma das primeiras pessoas a criticar o atual Ministro, porque ele era Secretário, e eu me lembro-me de que ele esteve aqui no Congresso, de uma forma muito corajosa. Ele olhou para mim e disse assim: "Senadora, eu vou surpreendê-la". Aí eu falei: "Que coragem falar isso publicamente para a Senadora que está questionando e que tinha entrado com uma ação contra ele". E a gente está vendo que ele tem se empenhado muito. Ele estaria com a gente hoje nesta reunião. Ele não pôde vir, mas, de forma muito gentil, mandou representante, e mandou o representante certo, nosso Secretário, e também, de forma muito gentil, mandou um vídeo de que a gente vai fazer a exibição antes da fala do Secretário.

Mas agora a gente gostaria de ouvir o nosso Vice-Presidente, Deputado Ossesio.

E já quero manifestar agradecimentos à Secretaria. Nós temos uma Secretaria incrível no Senado, cuidando desta frente parlamentar. Obrigado, meninos, por todo o apoio.

E vamos para a nossa reunião, vamos para as nossas discussões.

Deputado Ossesio.

O SR. OSSESIO SILVA - Obrigado, Senadora Damares.

Bom dia a todos e a todas. Cumprimento quem está do outro lado nos assistindo e vai participar.

Um abraço, uma saudade, Dra. Monize. É uma pessoa que tem, nesta área, um grande conhecimento, um profundo conhecimento, inclusive um livro escrito nesta direção, com relação à defesa da pessoa idosa. Dra. Monize, muito obrigado mais uma vez por estar conosco nesta discussão de hoje. Deus a abençoe muito.

Saúdo o Sr. Benedito Brunca. Eu quis falar o nome, porque é diferente, né? Como Ossesio, eu tenho esse nome diferente. Prazer em conhecê-lo.

Senadora Damares, logicamente, mais uma vez, cumprimento e parabenizo V. Exa. por se colocar à disposição de uma pauta tão importante hoje, no Brasil, apesar de ser uma pauta ainda de pouca visibilidade. Essa é a grande realidade.

Sabemos que os nossos idosos foram pessoas que pavimentaram estradas, caminhos que ajudaram na construção deste país, não só do Congresso também, mas em todos os sentidos, estão presentes em tudo. Quando eu digo isso, Senadora, a gente se lembra do idoso do Sertão brasileiro, do idoso da roça, que deram suas vidas, suor, queimaram a sua pele

2/24



Reunião de: 30/10/2025

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

no sol para formar seus filhos, que hoje são doutores, são pessoas importantes dentro e fora do país, que depois foram esquecidos. Acho que é uma luta muito importante.

Estava vendo, um dia desses, que nós temos um uma coisa importante para debater também, Senadora e Dr. Benedito, que é o desaparecimento de pessoas idosas neste país. Ninguém comenta ou pouco comentaram a respeito disso. Chega a cerca de 80 mil idosos por ano os que desaparecem neste país, e ninguém sabe onde estão, o que aconteceu.

Então, essa frente é de suma importância, principalmente por ser mista, porque dá espaço para que todos possam se manifestar, trazer os seus questionamentos, trazer os seus posicionamentos, enfim... É nossa luta.

Eu represento o Estado de Pernambuco, o nosso Nordeste, a região mais pobre do país. Você imagine o que passam os nossos idosos naquele estado, no nosso Agreste, no nosso Sertão. É doloroso.

Há o descaso... Tem um ditado, no nosso estado, de que nós somos "bocudos". A gente fala a verdade. Bocudo é aquele que fala. Há o descaso também das autoridades, tanto municipais quanto estaduais, com relação aos idosos. A gente vai ver fundo de idoso, não tem. O Executivo não se preocupa com isso, ou seja, como se o idoso fosse um peso. Na realidade, está ali porque ele vem também, nasceu de uma pessoa lá trás, idoso que ajudou, fez dele um filho e hoje está ali.

Então, você imagine o que nós passamos, o que nós sofremos, a nossa luta para defender nossos idosos. Não têm direito a praticamente nada, ao mínimo, como a fila de um banco, para sacar seu dinheiro. Não tem um banco onde um idoso de 80 anos possa se sentar. São desprezados, humilhados, muitas vezes, rejeitados, por causa da faixa etária. Então...

Ó, estou vendo o meu amigo aqui, Dr. Alexandre, gente boa demais! Estivemos juntos no G20, no Rio de Janeiro. Temos uma boa relação. Preciso vê-lo urgente. Tem umas coisas para a gente tratar - sabe disso, não é? *(Risos.)* Prazer imenso, querido!

Então, as minhas considerações iniciais são essas, Dra. Damares, Senadora e Presidente dessa importância dessa frente. Eu, mais uma vez, a parabenizo, peço que Deus a abençoe. Você, sempre combatendo, aguerrida nesse sentido, não deixa passar uma vírgula sequer.

E não só os nossos idosos, mas Damares defende também a família, e, quando ela defende os idosos, como nós defendemos, estamos defendendo também os nossos jovens, estamos preparando os nossos jovens para o futuro.

Obrigado pelas palavras e por me dar essa oportunidade inicialmente. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco/REPUBLICANOS - DF) - Obrigada, Deputado Ossesio, Vice-Presidente.

A gente registra que já está na mesa com a gente, de forma habitual, o Secretário Alexandre da Silva, que também já merece um voto de Senador por todas as vezes que ele tem vindo ao Senado nos ajudar nos grandes debates.

Obrigada, Secretário. Sabe o respeito que nós temos por seu trabalho.

Agradeça à nossa Ministra, também, por estar, o tempo todo, atendendo aos nossos pedidos, escalando-o para os debates.

Explicando, Secretário, conforme fala inicial: nós temos uma Comissão do Idoso na Câmara e nós temos a Comissão de Direitos Humanos no Senado, que cuida da pauta do idoso, mas a gente sente falta de uma instância que reúna o Deputado e o Senador. Por isso a frente parlamentar mista, porque tem assuntos que a gente vai ter que decidir juntos. Então, essa frente parlamentar vem exatamente para unir os debates nos quais é preciso as duas Casas se manifestarem.

Eu estava explicando que todo dia, todo instante, nós temos uma matéria na mesa. Às vezes, está lá na Comissão de Agricultura, mas, de forma transversal, fala da pessoa idosa; está lá na Comissão de Educação, mas, de forma transversal, também alcança a pessoa idosa. Por isso que essa frente parlamentar é inaugurada: nasce para fazermos a conversa juntos, a Câmara e o Senado.

Então, nós estamos na primeira reunião deste ano da frente, ela é uma frente recente, nova, e é uma alegria, Secretário, o senhor estar estreando hoje, mas se prepare: o senhor vai estar sempre aqui com a gente. Obrigada.

Na sequência, nós vamos assistir a um vídeo do Ministro Wolney Queiroz, Ministro da Previdência Social, que está hoje com um desafio enorme: ele assume o ministério durante uma crise - acho que a mais terrível crise da previdência - que alcança diretamente a pessoa idosa. Ele queria estar conosco. Ele tem mantido um diálogo com o Congresso Nacional, prestando conta do que está fazendo neste momento de crise. Nós estamos desejando a ele boa sorte. Não é fácil a missão dele neste momento. Nós, com muita alegria, já queremos agradecer a gentileza do Ministro de ter enviado o vídeo e de ter enviado para esta conversa o nosso Secretário Nacional de Regime Geral de Previdência Social.

Vamos ouvir o nosso Ministro.

O SR. WOLNEY QUEIROZ *(Por vídeo.)* - Olá a todos e todas.

3/24



Reunião de: 30/10/2025

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Quero enviar aqui uma saudação especial, inicialmente, à Senadora Damares Alves, que preside a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Pessoa Idosa, e a todos os presentes na audiência pública que vai debater, no dia de hoje, o enfrentamento à violência contra a pessoa idosa.

Infelizmente eu não pude estar presente fisicamente nesta audiência pública, porque eu fui convocado pelo Vice-Presidente da República e pela Ministra Gleisi para estar em Foz do Iguaçu nesta mesma data, participando da Caravana Federativa, mas eu fiz questão de gravar este vídeo, pois é um assunto, é uma das pautas mais importantes do Ministério da Previdência Social, e eu sei do apreço da Senadora por este tema.

Todos os dias nós vemos notícias de violência e golpes contra aposentados. Um exemplo disso são os descontos associativos fraudulentos dos quais aposentados e pensionistas foram vítimas.

A CGU, em conjunto com a Polícia Federal, desbaratou essa quadrilha e, em menos de três meses, o Governo Federal bloqueou todos os descontos e começou a devolver o dinheiro roubado dos nossos aposentados. Então eu queria informar que nós já atingimos a cifra de mais de R\$2,3 bilhões devolvidos. Esse valor foi devolvido a mais de 3,4 milhões de aposentados e pensionistas que sofreram descontos indevidos. Esse pagamento é feito diretamente na conta do benefício, com correção pela inflação e, o mais importante, sem necessidade de ação judicial. O Governo quer pagar. Portanto, a proteção aos mais vulneráveis não deve ser bandeira partidária ou ideológica.

Por isso, eu cumprimento a Senadora Damares por incluir no seu mandato o cuidado com os idosos. Estou animado para encontrá-la na semana que vem, quando já temos uma agenda marcada para discutirmos juntos a proteção social dessa população. Espero que o encontro seja produtivo e que nós consigamos construir políticas sólidas em defesa daqueles que mais precisam: os idosos do Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco/REPUBLICANOS - DF) - Obrigada, Ministro. Que honra, que alegria recebê-lo.

Na sequência, indo na direção da fala do Ministro, Secretário, como os nossos idosos têm sido vítimas nos últimos anos, especialmente das fraudes eletrônicas, dos crimes cibernéticos! E nós vamos nos debruçar sobre isso agora.

E, como os nossos idosos foram, nos últimos anos, também vítimas de pessoas, de fraudadores que tiveram acesso à previdência social e de algumas pessoas em que a gente confiou, e o senhor sabe do que eu estou falando, pois a elas foi dada a condução da pasta, da política, em governos diferentes, mas que teve exatamente como vítima, a maioria das vítimas, pessoas idosas.

Nós queremos ouvi-lo, queremos saber o que vocês estão fazendo e queremos saber de que forma, Secretário, essa Frente Parlamentar poderá ajudá-los na contenção e na prevenção. Eu acho que, daqui para trás, encontrar os responsáveis, fazer o ressarcimento às vítimas - e vocês estão fazendo -, mas a nossa maior preocupação é daqui para a frente. O que nós podemos fazer como Congresso? O que essa Frente Parlamentar pode colocar como prioridade na discussão daqui para a frente, para que a gente não precise voltar, daqui a anos, aqui para lamentar o que aconteceu?

Com muita alegria, Secretário, nós queremos ouvi-lo.

Então vamos ouvir agora o Sr. Benedito Brunca, Secretário de Regime Geral da Previdência Social.

O SR. BENEDITO BRUNCA - Bom dia, Senadora Damares, Deputado Ossessio.

É uma satisfação estar aqui representando o Ministro da Previdência Social, que tinha colocado em sua agenda este comparecimento. Ele tem um cuidado muito grande com o debate sobre o tema da proteção da pessoa idosa.

Neste mês de outubro, nós fizemos um evento no Ministério da Previdência, com o Ministério dos Direitos Humanos. O Secretário Alexandre, inclusive, esteve conosco lá, debatendo, trocando informações, nivelando os aspectos da política pública da previdência social, que é uma das mais importantes na proteção das pessoas idosas.

Nesse primeiro momento... Eu, inclusive, trouxe uma apresentação que eu gostaria de repassar e compartilhar com os presentes e com quem está nos assistindo.

Queria saudar, então, a Juíza Dra. Monize, e o Alexandre, que estão de forma virtual.

A Frente Parlamentar Mista em Defesa da Pessoa Idosa tem a sua relevância e tem um foco em uma população muito significativa que não para de crescer no país. Então, na primeira parte da minha fala, eu vou exatamente dar informações da política de previdência social que busca proteger a pessoa idosa, num sentido amplo, num sentido, bastante, objetivo.

Aqui nós temos, num primeiro momento, que a previdência social é responsável pelo pagamento de mais de 41,4 milhões de benefícios mensalmente, em todo o país. Esse é o número do mês de agosto, tanto em benefícios previdenciários como assistenciais. Só em BPC, nós pagamos 6,5 milhões de benefícios à pessoa idosa e às pessoas com deficiência.

4/24



Reunião de: 30/10/2025

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Sobre as situações desses benefícios, os maiores grupos de benefícios são aposentadoria por idade e aposentadoria por tempo de contribuição. A aposentadoria por idade corresponde a 13,5 milhões de benefícios do total dos 34 milhões.

Nesse gráfico, fica mais fácil ver esses números, porque essa parte laranja, do lado esquerdo, diz que a aposentadoria por idade é 38,9%, quase 40% dos benefícios da previdência social; seguido da pensão, 24%, em que a maioria dos pensionistas também são pessoas idosas; da aposentadoria por tempo de contribuição, mais 20%; e da aposentadoria por invalidez, 10%. São os grandes números e o perfil dos beneficiários, pessoas idosas que estão acessando os seus direitos, dentro dessa lógica. Do lado esquerdo, as quantidades; do lado direito, o valor correspondente às despesas que a gente tem.

A maioria dos nossos idosos está concentrada em benefícios com um salário mínimo: 65% ganham um salário mínimo, sendo que 51% dos benefícios urbanos recebem um salário mínimo e 99% dos benefícios rurais recebem um salário mínimo, porque é assim que está estabelecido dentro da nossa Constituição.

Aqui nós temos essa distribuição pelas faixas de remuneração dos benefícios, primeiro do RGPS e os assistenciais que são administrados pelo INSS e, depois, com a abertura para o que é regime geral - que é o contributivo -, o que é urbano e o que é rural, mas o destaque é importante no global daquilo que nós efetivamente fazemos.

Aqui, qual é a relevância da pessoa idosa com 60 anos ou mais no total de beneficiários e contribuintes do regime geral, independentemente de qual seja a espécie do benefício que ela recebe. Em 2010, nós tínhamos uma participação da pessoa idosa em 67% dos benefícios previdenciários. Em 2022, esse número subiu para 76%. Então, dois terços, mais de dois terços dos benefícios que nós pagamos na previdência social são destinados às pessoas idosas, e essa é uma cobertura que busca trazer proteção, dignidade e condições no momento de maior vulnerabilidade que essa população pode ter.

Há um outro dado, que é um dado relevante, que mostra como que a pessoa idosa tem permanecido dentro do mercado de trabalho: a participação de pessoas com 60 anos ou mais de idade no total de contribuintes empregados. Em 2003, nós tínhamos 3% de pessoas idosas no mercado de trabalho empregadas. Em 2022, nós temos 6%. Então, dobrou o número de pessoas com mais de 60 anos empregadas, que continuam ativas e continuam atuando e contribuindo para o sistema de previdência social.

Aqui nós temos uma situação que demonstra que o Brasil tem uma das melhores políticas de cobertura previdenciária e benefícios assistenciais do mundo, porque nós conseguimos, pela legislação aprovada e pela operacionalização desses benefícios... Nós temos um total, nessa última linha abaixo, à direita, de 34 milhões de pessoas idosas no país com 60 anos ou mais.

Dessa população, 28.187.182 pessoas têm alguma forma de cobertura previdenciária e assistencial do Estado brasileiro. E essa proteção atingiu o patamar de 82,8%. É o maior índice de proteção a pessoas idosas no mundo em políticas de pagamentos de benefícios previdenciários e assistenciais. São essas pessoas que têm o direito, que têm a dignidade, que têm a sua ação, mas também são pessoas que, por estarem nessa condição, acabam sendo vítimas de ações de pessoas inescrupulosas, criminosas, que atuam contra o direito dessa população.

Agora, temos também ainda 5,8 milhões de pessoas que estão desprotegidas, porque elas não atendem aos requisitos - não fizeram contribuições previdenciárias e não atendem os requisitos do benefício de prestação continuada, porque, às vezes, não estão na condição prevista em lei para poderem receber um benefício. Então, essas 5,8 milhões - 17% da população - não podem receber o benefício da assistência social, porque elas têm exatamente uma condição melhor do que aquilo para que é destinado ao pagamento do benefício de prestação continuada. Então, esse é um dado.

Agora, esse retrato, olhando os números... Quando a gente verifica como isso está no país, a gente tem esse cenário. Esse cenário significa as regiões do país. A coluna verde é o dado do Brasil, são os 82,8% que estão cobertos. Do lado direito, na Região Nordeste, essa taxa de cobertura atinge 84% da população; e, na Região Sul, 86% da população acima de 60 anos é coberta pelos sistemas de previdência e assistência social. E, na Região Norte, é a menor cobertura, tem 79,8%. Na Região Centro-Oeste, sobe para 81,2%. E, na Região Sudeste, 81,3%. Então, esse é o mapa de como as pessoas idosas estão amparadas, protegidas, distribuídas pelas regiões geográficas do país.

Nesse próximo gráfico...

Acho que, se puder passar para mim, porque aqui não está...

Aqui nós temos essa visualização não mais por região geográfica, mas por unidade da Federação, como as unidades da Federação estão efetivamente protegidas. A coluna verde é a média do Brasil. Todos os que estão ao lado direito da tela são os estados que têm taxas de proteção maior do que a média do Brasil. Então, em relação à média, Sergipe, Paraná, Espírito Santo, Alagoas, Santa Catarina, Maranhão, Bahia, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Paraíba, Rio Grande do Sul e o Piauí têm as maiores taxas de cobertura de população idosa do país - 92,9% é a taxa do Piauí. E, do lado esquerdo, nós temos as taxas que estão abaixo da média nacional, que abrangem Tocantins, Goiás, Rio de Janeiro, Mato Grosso,

5/24



Reunião de: 30/10/2025

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

DF, Ceará, Pernambuco, Amazonas, Mato Grosso do Sul, Pará, São Paulo, Amapá, Acre e Roraima, que tem a menor taxa de cobertura de pessoas idosas com 75,2%.

Então, esse é um retrato do Brasil, uma distribuição desses 28 milhões de brasileiros com mais de 60 anos, onde é que eles estão distribuídos geograficamente e onde nós temos desafios para alcançar, digamos, essa cobertura previdenciária e assistencial dentro dessa perspectiva.

Nesse quadro, que é o que retrata aí a cobertura, também tem uma abertura tanto pela população urbana quanto pela rural e total. Pode ser observado que a população rural acaba sendo mais bem coberta em relação a pessoas idosas: 91,2% das pessoas idosas da área rural têm cobertura previdenciária e assistencial, graças, sobretudo, à condição do chamado segurado especial, que é o trabalhador em regime de economia familiar, ele e a sua esposa, sobretudo depois da Constituição de 1988, porque, antes da Constituição, só o homem tinha cobertura previdenciária. Depois da reforma constitucional de 1988, o casal passou a ter direito desde que estivessem ambos trabalhando na atividade rural. Por isso, essa taxa de cobertura em população idosa é tão elevada e é mais elevada em relação às mulheres, porque nós temos aí 1,911 milhão de mulheres recebendo o benefício e uma proporção menor de homens dentro da população total.

Também por raça e cor, nós temos aí um total de cobertura entre brancos, negros, amarelos, indígenas, e uma média total tanto entre homens quanto entre mulheres que é importante para a gente poder ter essa percepção da cobertura. E isso tem se mostrado bastante importante para análise, conhecimento e reconhecimento dessa situação.

O que essas duas políticas e o que eu estou apresentando em termos de dados trazem em termos de impacto desses benefícios na pobreza no Brasil? Este gráfico demonstra que a linha azul é a pobreza observada com a distribuição dos benefícios e os direitos definidos em legislação. Então, nós temos uma pobreza observada de 25%, sendo que a maior parte da concentração está nas baixas idades e não em relação aos idosos. Os idosos... Vocês vejam que há uma pequena parte da população, que são aqueles 17%, que não tem uma cobertura. E, quando se fala da pobreza estimada sem as transferências, essa pobreza iria para 39%. Se não fosse a existência desses benefícios, as pessoas idosas estariam numa condição de vulnerabilidade muito mais efetiva; portanto, um aumento de quase 14% da taxa de pobreza não fosse a existência das políticas de previdência e assistência social.

E o último eslaide, que eu queria aqui, nessa parte do gráfico, mostrar, é a situação de pobreza extrema. Pobreza extrema é a situação em que as pessoas são medidas quando não têm ao menos R\$208 por mês para fazer a sua sobrevivência. E a pobreza extrema observada é de 9,1%. E é muito pequena exatamente na população acima de 60 anos, até 80 a mais, essa linha azul, essa representação gráfica em azul, em que praticamente não existe, porque tem a cobertura dessa população. Se não fosse o repasse dos benefícios previdenciários e assistenciais, nós teríamos uma pobreza extrema da ordem de 21,4% para a população.

Então, as políticas de previdência e assistência social têm apresentado a sua relevância e o seu impacto para proteger as pessoas.

A outra etapa que é objeto desta Frente Parlamentar no dia de hoje é a questão de como essas pessoas podem estar sendo vítimas da violência, porque, na medida em que elas têm meios, que elas têm renda... Se nós entregamos R\$80 bilhões por mês para os beneficiários da Previdência Social, e se dois terços desse valor correspondem a benefícios de pessoas idosas, então vocês imaginam o quanto de dinheiro na economia local dos municípios, dos pequenos municípios, eles estão movimentando para garantir o seu direito, a sua compra, o acesso às suas medicações, enfim, tudo aquilo que as demais políticas públicas, por alguma razão, não conseguem oferecer.

Bom, a Senadora mencionou na sua fala inicial, e o nosso Ministro também trouxe, de modo muito enfático, a abordagem sobre o problema que vem sendo debatido de maneira bastante profunda na CPMI, a respeito dos crimes que foram cometidos contra os idosos, sobretudo porque os idosos são a ampla maioria dos destinatários dos benefícios, como demonstrei nesta exposição, e o Governo adotou, a partir da deflagração da Operação sem Desconto, duas decisões fundamentais. A primeira foi interromper qualquer tipo de desconto, a partir do mês de maio de 2025. Não existe mais nenhum desconto de contribuição associativa sendo executado em relação aos benefícios previdenciários e assistenciais. Então, paralisou qualquer tipo de desconto até que sejam devidamente esclarecidos, ou debatidos, pelo Congresso, quais os rumos que essa política deva ter.

Segundo, e o mais importante, é que, além de paralisar a realização dos descontos, lançou canais de acesso à informação e plataformas que envolveram tanto o meio digital, no Meu INSS, quanto no canal 135, para que elas pudessem se manifestar sobre se tinham ou não feito as autorizações para a realização desses descontos.

E aí, quando, numa última fase, vislumbrou-se que ainda estavam tendo dificuldade de acesso a essa manifestação, a esse conhecimento, o Governo Federal fez uma parceria com os Correios para complementar o atendimento feito pelas

6/24



Reunião de: 30/10/2025

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

agências, pelo meu INSS e pelo 135, para que as pessoas pudessem ter acesso de maneira ampla ao questionamento e à manifestação.

Os dados são de que, até esta semana, 6,056 milhões de benefícios questionaram a existência dos descontos. Entendam que 6 milhões de benefícios correspondem a 5 milhões de pessoas. Por quê? Porque nós temos a aposentadoria e a pensão, e, muitas vezes, a beneficiária ou o beneficiário - na maioria, são mulheres, porque as mulheres, estatisticamente, vivem mais do que os homens - têm mais de um benefício. É por isso que temos mais benefícios questionados, alguns benefícios são da mesma pessoa.

Desses que foram questionados, foram feitas respostas pelas entidades, que apresentaram documentações que estão em processo de apuração, e 1,483 milhões trouxeram a documentação que poderia justificar a existência daquele desconto. Para o restante, não foram apresentados esses números. Com isso, estão aptos a aderir ao processo de ressarcimento 4,7 milhões de pessoas. Desses 4,7 milhões de pessoas - elas podem aderir pelo meu INSS, pelo 135 ou nos Correios; então, foram abertos esses três canais, para poder facilitar o processo de manifestação -, já aderiram 3,456 milhões de pessoas, ou seja, 73% de quem poderia aderir para receber administrativamente e integralmente todo o seu valor já fizeram a adesão, e já foram realizados pagamentos emitidos para 3,436 milhões pessoas, em um total de R\$2,345 bilhões.

Este Congresso também aprovou o PLN que viabilizava a restituição desses valores aos beneficiários, independentemente da ação da Advocacia-Geral da União, que buscou reservar recursos das entidades envolvidas em toda essa operação, da ordem de mais de R\$2,8 bilhões, que vão ser buscados pela União para se poder ressarcir por todos esses crimes que tinham sido cometidos. Ainda nesta semana serão emitidos mais 69 mil pagamentos - porque isso está contínuo, está aberto o prazo de adesão dessas pessoas -, então, esse número ainda vai crescer, vai ser elevado ao longo desse processo.

Então, esse tem sido o cuidado: o Ministério da Previdência tem aberto esses canais, com a orientação do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, do nosso Ministro, que veio aqui ao Senado, numa audiência em que a senhora esteve presente, e manifestou, naquele momento, a determinação do Governo em parar de realizar qualquer tipo de desconto, tomar todas as providências para a devolução dos valores de quem ofereça contestação e opte pela adesão à forma administrativa de solução desses descontos.

Também queremos dizer - acho que o Secretário Alexandre também deve destacar isso - que nós temos uma ação coordenada entre as ouvidoria do Ministério da Previdência, do INSS, e do Ministério dos Direitos Humanos, que captam toda sorte de reclamações de violência patrimonial, sobretudo - não exclusivamente, mas sobretudo patrimonial - quando dizem respeito ao INSS, sejam relativas a problemas e crimes cometidos por pessoas próximas... Infelizmente, às vezes, familiares se apropriam do recurso; às vezes, procuradores e representantes legais também. Eles deveriam preservar o interesse do aposentado, do pensionista, do idoso, e zelar por eles, mas, às vezes, se apropriam do recurso que é destinado a eles para desvio de finalidade.

Quando essas denúncias ocorrem e são procuradores constituídos para representar o beneficiário, a primeira ação é fazer o bloqueio desse procurador, excluí-lo desse processo, e garantir que, a partir dali, da denúncia, todos os recursos sejam pagos para o próprio beneficiário ou por quem ele indique. Porque, às vezes, ele não tem capacidade de se locomover, sobretudo em idade avançada, depende de alguém. Se alguém falhou na gestão dos recursos que ele podia movimentar, ele tem o direito de indicar uma outra pessoa para cumprir essa finalidade e fazer esse entendimento.

Quando essas situações transcendem, as denúncias transcendem ações meramente administrativas que são de responsabilidade do INSS, nós compartilhamos todo esse conhecimento com o Ministério dos Direitos Humanos, que tem os seus canais e os vínculos já estruturados há bastante tempo, para encaminhá-los ao Ministério Público para adoção das ações criminais contra as pessoas que ali estão.

Em relação a um dos temas que é também muito relacionado a essa questão da violência financeira, quando se trata de empréstimos consignados ou operações que foram realizadas, há todo um fluxo para fazer a contestação do valor ou da realização dessas operações frente às entidades conveniadas com acordos de cooperação técnica formalizados com o INSS. Se as entidades não fizerem essa adoção, a correção e a devolução dos valores às pessoas, elas sofrem sanções, são suspensas as suas operações. É isso o que a Presidência do INSS tem feito, recentemente, na questão das entidades que são pagadoras de benefícios e não estão cumprindo o contrato para oferecer ao idoso, ao beneficiário, o saque do valor do benefício, nos termos em que está estabelecido contratualmente com essas instituições: elas são suspensas do recebimento de novos benefícios até que essa situação seja equalizada.

É um cuidado que tem sido adotado pelo Ministério da Previdência e pelo INSS para garantir que o direito do beneficiário, sobretudo o idoso, seja respeitado nessa condição. Então, nós temos atualmente algumas instituições que estão suspensas no recebimento de novos benefícios até que sejam adequadas às condições de funcionamento, para poder garantir que essas instituições atendam as pessoas de maneira adequada. Atualmente, nós temos o banco Crefisa e o banco Agibank

7/24



Reunião de: 30/10/2025

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

suspensos, e eles não estão recebendo novas ordens de pagamentos de benefícios até que regularizem essas situações. E o Banco Mercantil, o Banco BMG e o banco Sicoob - um banco cooperativo - estão notificados para apresentar informações a respeito da garantia do cumprimento integral do contrato e o pagamento dos benefícios dentro daquilo que sempre foi o padrão do INSS.

E em relação a instituições que lidam com crédito consignado, nós temos várias instituições que estão em fase ou de suspensão de operações ou notificadas. São mais de 29 instituições que estavam com algum tipo de inconsistência normativa, de cumprimento de condições contratuais para as quais tem a instrução normativa e, em função desses elementos, estão algumas suspensas cautelarmente, até que as coisas sejam absolutamente esclarecidas; outras estão notificadas para que apresentem e tragam os elementos que justifiquem a situação de cada uma dessas operações que eventualmente sejam feitas.

Então, a orientação do Governo, do Ministro Wolney Queiroz e do Presidente do INSS tem sido levada a cabo para poder colocar ordem dentro desse processo para o respeito daquilo que se tem em termos de direitos de receber o benefício, direitos de tomar um crédito que é o crédito mais barato que existe no mercado, mas isso tem que ser feito sob determinados critérios e ordem, porque o exercício desse direito é uma opção da pessoa, ela não é obrigada. Nós temos aí 40% das pessoas que podem tomar o crédito já tomaram o crédito, o que de certa maneira é bom; 60% nunca tomaram o crédito. E ele pode tomar se achar que aquilo vai ser bom e vai ser positivo para ele. Se ele entende que não precisa, ótimo, aquilo é um direito, não é uma obrigação.

Então, é dentro dessa perspectiva que eu venho trazer aqui o posicionamento do Ministério da Previdência, do INSS, dentro dessa prestação de contas aqui à Frente Parlamentar Mista em Defesa dos direitos da Pessoa Idosa.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco/REPUBLICANOS - DF) - Secretária, muito obrigada. Os números que o senhor apresenta são gigantes e assustadores. Quando o senhor fala que nós temos 41,4 milhões de beneficiários, aí a gente pensa em tamanho de país. O Uruguai tem...

O SR. BENEDITO BRUNCA (*Fora do microfone.*) - Tem 3,5 milhões de habitantes.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco/REPUBLICANOS - DF) - ... 3,5 milhões de habitantes. Só de beneficiários, o senhor está cuidando de 41,4 milhões. Gente, é tudo muito gigante nesta nação. Os desafios são muito grandes.

Eu registro a presença do Dr. Marco Lima, ex-Deputado Distrital, autor da primeira lei que instituiu o Estatuto do Idoso. Bem-vindo, Deputado, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos dos Idosos da OAB. Seja bem-vindo.

Dra. Monize, o Dr. Alexandre vai precisar sair. Ele vai falar apenas por dez minutos, e ele é superdisciplinado, e a fala dos dois vai se conectar. Então, eu posso fazer uma inversão, para o Dr. Alexandre, Secretário Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, falar primeiro? Lembro que o Secretário Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa é o primo pobre do Governo; o primo rico está aqui do meu lado. A Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa é uma secretaria relativamente nova. Eu fui Ministra da pasta, com muitos desafios. E, neste momento, a secretaria tem feito parceria com a previdência, especialmente nas campanhas, no acompanhamento da devolução, e seria interessante a gente ouvir na sequência o Alexandre.

Alexandre, o Secretário já deu para você aí o início da sua fala, quando ele explica sobre a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos recebendo as denúncias e as reclamações. Mas, se você puder, Alexandre, também... Nós estamos ainda no mês de outubro, e eu preciso depois sentar contigo. Eu estou enfrentando um câncer de mama - eu estou vivendo o mês de outubro como eu nunca vivi antes, dessa vez como paciente - e eu fui surpreendida, Alexandre, com um baixo número de mamografia de mulheres idosas no país. Inclusive, há uma certa, uma certa lógica máxima de: "Ah, já está velhinha mesmo, não precisa". Precisa, tá, Alexandre? Nenhuma mulher merece morrer com dor. Então, eu queria muito, nesse Outubro Rosa, depois, fazer esse alerta para você de nós dois sentarmos e a gente discutir campanhas sobre o direito da mulher idosa que está com câncer, e com câncer de mama.

E, segundo, Alexandre, enquanto o Secretário falava, eu estava aqui conversando com a Secretária Estadual da Assistência Social do Rio de Janeiro. Nós estamos ainda todos impactados com o que aconteceu no Rio de Janeiro. E ontem a Comissão de Direitos Humanos discutiu, Alexandre, sobre qual foi o protocolo usado para as crianças no planejamento daquela operação, na execução e no pós. As crianças assistiram, Alexandre, àquele monte de corpos estendidos nas ruas. Aquilo são traumas, gente, para a vida inteira. Qual foi o protocolo usado de proteção da criança? Só que, enquanto ele estava falando aqui, eu estava sendo questionada, Alexandre, sobre qual foi o protocolo usado antes, durante e depois para a pessoa idosa naquela comunidade? As pessoas idosas ficaram vulneráveis. Então, eu não sei se você tem alguma coisa para falar nessa direção, mas nós queremos ouvi-lo.

8/24



Reunião de: 30/10/2025

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Fique à vontade pelos seus longos dez minutos. Na sequência, a gente vai ouvir a nossa Juíza.

Obrigada por estar conosco, Alexandre.

O SR. ALEXANDRE DA SILVA (*Por videoconferência.*) - Bom dia, conseguem me ouvir?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco/REPUBLICANOS - DF) - Muito bem, muito bem.

O SR. ALEXANDRE DA SILVA (*Por videoconferência.*) - Bom, antes de mais nada, eu quero desejar aqui, Damares, os meus mais sinceros votos para sua plena e mais rápida recuperação, tá? Sei o quanto você é uma aliada na pauta da pessoa idosa e você sempre abre essas oportunidades para a gente dar visibilidade para a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.

Quero também agradecer, mais uma vez, esse primeiro encontro da frente parlamentar mista...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco/REPUBLICANOS - DF) - Alexandre, abre o teu vídeo. Nós estamos ouvindo tua voz bem, mas não estamos te vendo. Abre teu vídeo.

O SR. ALEXANDRE DA SILVA (*Por videoconferência.*) - Conseguem ouvir agora?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco/REPUBLICANOS - DF) - Estamos ouvindo bem, mas não estamos te vendo - a imagem.

O SR. ALEXANDRE DA SILVA (*Por videoconferência.*) - A imagem...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco/REPUBLICANOS - DF) - Aceita aí.

O SR. ALEXANDRE DA SILVA (*Por videoconferência.*) - Deixe-me ver. Foi?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco/REPUBLICANOS - DF) - Agora, sim. Agora, sim.

O SR. ALEXANDRE DA SILVA (*Por videoconferência.*) - É que agora tem dois aqui. Deixe-me ver.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco/REPUBLICANOS - DF) - Pronto.

O SR. ALEXANDRE DA SILVA (*Por videoconferência.*) - Deixe-me fechar aqui. Aqui está melhor?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco/REPUBLICANOS - DF) - Isso. Inclusive o Brasil está vendo o quanto você é bonito, Alexandre. Vamos lá!

O SR. ALEXANDRE DA SILVA (*Por videoconferência.*) - Obrigado. Então, tá. Então, vou seguir. Deixe-me fechar aqui então.

Está todo mundo ouvindo, né?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco/REPUBLICANOS - DF) - Muito bem.

O SR. ALEXANDRE DA SILVA (*Por videoconferência.*) - Tá. Então, quero agradecer, parabenizar esta Frente Parlamentar Mista. Ela tem todo o meu apoio e, para realmente fazer uma grande diferença, eu queria já colocar aqui um desafio, que nós pudéssemos criar alicerce para uma política de Estado para as pessoas idosas, para a política de pessoas idosas.

Então, meu abraço também aqui muito fraternal para o Deputado Ossesio Silva, que é um grande aliado aí também, dentro da Cidoso. À minha amiga Monize, também ao Marcos, à Luiza, que também fazem um trabalho extraordinário, e nossas militâncias vêm de muito antes desta gestão aqui. Também ao Secretário Benedito Brunca, que também é um aliado aí junto ao Ministério da Previdência. Um abraço também para o Ministro Wolney, a todas as pessoas idosas presentes, a toda a equipe técnica.

Numa autodescrição, eu sou um homem preto, cabelo preso, usando um terno bege e também uma gravata meio vermelha com preto.

Não tem como, Ministra - Senadora e ex-Ministra de Direitos Humanos, que tem já essa empatia -, não deixarmos os mais sinceros sentimentos a todas as pessoas que foram injustamente afetadas pela operação realizada nos Complexos do Alemão e da Penha, no Rio de Janeiro. Eu tenho dito que as pessoas que não morreram fisicamente, podem estar morrendo socialmente.

E aí eu começo já respondendo um pouco a uma das colocações que a senhora colocou. De fato, nós já estamos mantendo uma conversa lá, com a gestão do estado e do município, para compreender o que de fato tem sido feito. Nós aqui, da Secretaria Nacional, já enfrentamos algumas situações como essa; não essa cena brutal, mas outros eventos, e algumas

9/24



Reunião de: 30/10/2025

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

lições já foram aprendidas, como disponibilizar, por exemplo, uma equipe ampliada de cuidados de saúde mental, a questão da moradia, a questão das pessoas idosas que moram sozinhas, ou aquelas que não enxergam, não ouvem tão bem, que estão vendo todo esse cenário acontecendo lá. Então, essas seriam já algumas das nossas considerações, para que as equipes de lá, do Rio, do estado e do município, possam também atuar. E que as pessoas idosas sejam o pilar para essa reconstrução de famílias e novos modos de viver, não apenas de sobreviver e de sofrimento.

Bem, eu vou falar um pouquinho sobre o que é envelhecer no nosso país. Quais são as diferenças de envelhecer aqui. Então, o Brasil hoje já tem mais de 35 milhões de pessoas idosas, um número que está já superando 16%. Há uma diferença nos estados; se compararmos estados do Norte e do Sul, nós observamos uma concentração maior das pessoas idosas nas Regiões do Sul e Sudeste. Quando a gente faz alguns comparativos das pessoas idosas e daquelas com 80 anos ou mais, já se começa a ter uma tendência para a Região Nordeste. Há diferenças do envelhecer urbano, do envelhecer rural e também sendo mulher ou sendo homem.

Aí, Senadora, eu lembrei aqui de uma situação muito triste que eu ouvi uma vez. Isso já foi lá para 2016, se eu não me engano. Quando eu fui falar sobre o porquê mulheres negras faziam menos mamografia, uma pessoa fez uma fala muito errada, dizendo que mulheres negras tinham menos interesse por fazer. Não é.

Na verdade, eles têm que disponibilizar os equipamentos, os profissionais, nos territórios onde estão essas pessoas e nos horários em que essas pessoas podem fazer. Se você coloca numa região, e não tem o terceiro turno, por exemplo, você coloca as pessoas numa condição menor para fazer isso.

Felizmente, isso já vem mudando bastante. O novo Governo tem trazido já essa possibilidade de um acesso mais facilitado para todas as mulheres, principalmente para as mulheres negras.

Bom, quando a gente fala de uma questão de uma intersecção de gênero e de raça, uma questão dos homens e mulheres, negros e negras, pardas, a gente vê também que alguns grupos envelhecem muito mais do que outros.

Falando agora do ponto da violência, o que a gente observa, Senadora e também Deputado Ossesio, é que, de 2023 para 2025, nós tivemos um aumento das denúncias e das violações. Então, em 2023, tivemos mais de 103 mil, um pouco mais de 103 mil denúncias e quase 70 mil violações, para, em 2025, chegarmos a 134 mil denúncias e 81 mil violações. Mas, de 2024 para 2025, a diferença foi muito pouca, e, na verdade, vai ter uma redução. Então, nós temos de 136,5 mil, em 2024, para 134 mil, uma redução pequena, mas, já de 2024 para 2025, o mesmo ocorrendo para as violações, que saiu de 135,4 mil, quase 500, para 81 mil.

Então, parece que nós tivemos uma certa estabilidade das denúncias e das violações, o que, para a gente, pode ser algo positivo, e eu vou explicar o motivo.

Esse aumento, de 2023 para 2024, a gente atribui muito, infelizmente, às próprias violências, mas também à ampliação da nossa ouvidoria, às parcerias, como foi anunciado também pela Senadora, e à maior informação das pessoas idosas sobre o que é violência, e isso não parou de acontecer.

Então, se a gente faz, de 2023 para 2024, essa ação, e, de 2024 para 2025, tende a se manter quase que estável, pode ser que, agora, a gente tenha uma situação mais real do quanto nós temos de violações e denúncias no nosso país.

Lógico, não dá para fazer uma análise muito simples assim, é importante também considerar as atuações que ocorrem nos estados e municípios, e Monize também traz um olhar mais ampliado para esse ponto também.

E, se olharmos agora, de janeiro a setembro deste ano de 2025, a gente tem ainda números muito preocupantes sobre denúncias e violações.

Então, nós temos aí 118 mil denúncias, 315 violações, ainda temos a violência à integridade física, psíquica, a negligência patrimonial - uma das mais frequentes -, e vem aí também, crescendo bastante, de um ano para cá, a violência patrimonial, e esse é um ponto que demanda ações conjuntas entre o Ministério da Previdência e o Ministério dos Direitos Humanos, e espero também que o Parlamento possa estar conosco.

O que nós temos articulado aqui, em termos de resposta frente a essas violências, como foi já anunciado um pouco pelo Secretário do Ministério da Previdência, são as articulações. Então, nós temos aí a nossa ouvidoria também com uma ação conjunta com a ouvidoria da Presidência. Isso amplia os canais e padroniza algumas ações.

Então, nós vimos, por exemplo, que o Ministério da Previdência tinha um protocolo mais detalhado para falar sobre a violência financeira e patrimonial, e isso foi incorporado agora na nossa ouvidoria. Nós estabelecemos também melhores informações, discriminações e mais informações dentro do processo de quando chega a denúncia ou a violação para nós. Há a formação das equipes da nossa ouvidoria também. Eu mesmo fui fazer a formação com os atendentes de lá. Temos uma consultoria aqui também em curso, justamente para ajudar nesse aprimoramento e conhecer boas práticas sobre as ouvidorias que nós temos no nosso país. Então, para a gente isso também é bastante importante.

10/24



Reunião de: 30/10/2025

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Escolhemos vários critérios. Então nós vamos fazer agora, a partir do mês que vem, visitas a alguns estados - Bahia, Pernambuco, Ceará, Amazonas, Rondônia, Acre, São Paulo, Minas, Distrito Federal, Goiás, Rio Grande do Sul e Santa Catarina -, compreendendo essa presença ou não da rede. Então, a gente vai visitar um estado ora porque tem uma estrutura de Creas muito boa, ora porque naquele estado há um alto volume de denúncias, ora porque tem uma estrutura institucional mais ativa, ora porque tem uma boa articulação, ora porque tem uma rede mais estruturada, enfim.

Nós queremos aqui, Senadora e Deputado, retomar a Renadi, que é uma pauta desde a primeira conferência nossa. Gostaríamos muito de contar com os senhores nessa frente para que ela possa, de fato, ficar mais estruturada ainda nessa gestão.

Para além disso, nós temos ações também práticas, e eu vou colocar duas aqui que são para nós as mais importantes, que são as ações dentro do nosso Programa Envelhecer nos Territórios e também do Programa Viva Mais Cidadania.

O Programa Envelhecer nos Territórios já está em mais de 14 estados das cinco regiões - estamos na Paraíba, Minas Gerais, Tocantins, Pará, Bahia, Rio Grande do Norte, Goiás, Rio Grande do Sul, São Paulo, Amazonas, Ceará, Maranhão, Piauí, Mato Grosso do Sul. A intenção é que possamos também estabelecer isso em outros estados. E aí, Deputado e Senadora, a frente pode ser muito importante, porque a gente pode estimular Parlamentares para que também façam isso nos outros estados ou ampliem em outros estados, para que, de fato, nós possamos criar um bom alicerce para outras ações que possam vir, porque a gente percebe que o Ministério dos Direitos Humanos sempre também acaba induzindo a ações de outros ministérios. Então, eu gostaria muito de contar com o apoio da frente para ampliar o nosso Programa Envelhecer nos Territórios.

O outro programa nosso é o Viva Mais Cidadania, que hoje já está alinhado ao Artigo 5º da Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos. Hoje, nós já acolhemos, dentro da demanda que as próprias pessoas idosas reivindicam para a gente, dentro dos seus grupos sociais, pessoas idosas quilombolas, indígenas, ciganas, pessoas idosas em situação de rua, pessoas idosas LGBTQIA+, pessoas idosas migrantes, refugiadas, apátridas, povos ribeirinhos e também de algumas religiões. E isso é importante colocar aqui, Senadora e Deputado, porque nós não tivemos ainda a ratificação da convenção.

Então, o Brasil, como a própria Senadora trouxe, já avança, porque em muitas partes do mundo não há uma secretaria para a pessoa idosa; muitas vezes ela fica na assistência, no trabalho, na saúde, e nós já criamos esse locus. E fortalecer as ações alinhadas a marcos normativos também é bastante importante. Então, se nós pudéssemos já colocar como outro ponto para a frente a ratificação da convenção, eu acho que isso seria uma ação muito bem-vinda por boa parte da sociedade, que já está preocupada com as condições para o bom envelhecimento.

Temos também o projeto Viva Mais Cidadania Digital, que atua no enfrentamento à desinformação, a *fake news* e também na redução dos impactos da violência financeira e patrimonial. Hoje nós já estamos em Pernambuco e no Piauí e vamos estender também para Alagoas. Temos também um material que está disponível no *site* do ministério, que é uma cartilha sobre a violência patrimonial e financeira. Aqui também não fizemos a impressão, porque os golpes vão se atualizando com muita frequência, mas gostaria muito de que a sociedade pudesse ter acesso a esse material e criasse as mais diversas formas de comunicação dessas violências. Então, usar o rádio, usar as redes sociais, fazer atividades nas salas de aula, na EJA, enfim, para falar quais são os golpes. E nós colocamos ali também dois pontos de atenção, porque não são golpes, não se configuram como golpes, mas pode ser uma porta de entrada se fazendo por isso: a questão do empréstimo consignado e também dos jogos de apostas.

E, por fim, já dando também um pouco mais de resposta à provocação que a Senadora trouxe, nós temos um protocolo criado junto ao mecanismo e à Secretaria Nacional da Pessoa com Deficiência para investigar possíveis violações e violências nas ILPIs. Esse material também está disponível no *site* do mecanismo. A intenção não é a punição; muito pelo contrário, é mostrar para as ILPIs que muitas vezes, mesmo com a boa intenção, elas podem estar violando alguns direitos, perpetuando algumas violações contra as pessoas idosas.

E, dentro dessas situações, nós já temos dentro do ministério, em relação ao ocorrido no Rio de Janeiro, mas também em relação às enchentes, um protocolo que pode ser seguido e que está à disposição também, falando como se deve acolher os mais diversos grupos sociais e principalmente as pessoas idosas.

Então, dentro do que eu me coloquei para trazer aqui, Senadora e Deputado, a minha fala final é que nós possamos ter essa frente como mais um ator social importante na consolidação de políticas para as pessoas idosas. Eu tenho dito que o sucesso de muitas políticas que a gente hoje reconhece e vê materializadas a partir de marcos normativos também, então os acessos facilitados e garantidos pelo nosso estatuto, que hoje já tem a sua materialização, tudo isso precisa começar e precisa amadurecer e precisa envelhecer. Então, que nós possamos agora aproveitar este momento de um diálogo muito profícuo, respeitoso e de união do Parlamento, Deputados, Senadores, Senadoras, Deputadas, junto com o Executivo,

11/24



Reunião de: 30/10/2025

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

junto com o Judiciário, aqui na pessoa da Juíza Monize, que nós possamos, de fato, fazer um movimento para criar ações, estruturas mais consolidadas para as pessoas idosas. A gente corre um risco muito grande de isso, de novo, não evoluir o quanto se necessita, dado ser o grupo que mais cresce e que mais crescerá nas próximas décadas.

Acho que era isso que eu tinha para falar.

Quero agradecer muitíssimo esta oportunidade e reforçar aqui meu apoio, a minha contribuição, tanto para a frente como para o Poder Judiciário, como também a nossa aproximação com a participação social.

Fiquem à vontade para fazer encontros, reuniões aqui na secretaria. É sempre um prazer recebê-los, recebê-las aqui.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco/REPUBLICANOS - DF) - Obrigada, Secretário, obrigada por todas as informações.

Sabemos da sua agenda e sabemos que o senhor vai sair, mas eu queria registrar uma coisa. Está aqui no plenário com a gente, Secretário, o Presidente de uma das instituições mais incríveis do Brasil, que é a Vila do Pequenino Jesus. Essa instituição fica em Brasília. Eu queria lhe fazer um convite, Secretário, para a gente, um dia, um dia em que você tenha uma folga na sua agenda, conhecer essa instituição, porque eles estão com uma experiência diferenciada, eles trabalham com aquele idoso descartável, de quem ninguém quer saber: o idoso com deficiência física e mental. Eles estão tendo uma experiência em que o Jorginho tem que adotar o idoso - adotar legalmente, ele é pai de muitos idosos. A gente precisa fazer uma discussão sobre isso, Secretário. Então, queria muito lhe convidar, e se a Dra. Monize puder ir nessa visita também, o Secretário de Previdência... É uma experiência que a gente vai ter que conhecer, entender o que está acontecendo, mas leve um lençinho no bolso, Secretário, porque você vai ver ali o amor e o cuidado por aqueles idosos que ninguém no Brasil quer. A gente vai ter que ter uma atenção especial a essa pauta também.

Secretário, muito obrigada por sua participação. Nós vamos liberá-lo porque eu sei que você está sendo muito demandado hoje. Se chegar alguma pergunta direcionada à sua secretaria, encaminharemos por *e-mail*. Muito obrigada, Secretário Alexandre. Que Deus o abençoe, e sucesso aí no seu trabalho.

O SR. ALEXANDRE DA SILVA (*Por videoconferência.*) - Obrigado, muito obrigado, viu? Já estou em deslocamento para Minas Gerais, que eu tenho uma outra audiência lá. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco/REPUBLICANOS - DF) - Corre lá, Secretário. Boa viagem!

O SR. ALEXANDRE DA SILVA (*Por videoconferência.*) - Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco/REPUBLICANOS - DF) - Na sequência, nós vamos ouvir a nossa Juíza Monize Marques. A Dra. Monize é Coordenadora da Central Judicial da Pessoa Idosa, do Tribunal de Justiça do DF, uma parceira. Ela tem colaborado muito, inclusive, na discussão da legislação.

Dra. Monize, nós vimos aqui diferentes violências sendo citadas, porque quando a gente falava da violência contra a pessoa idosa, todo mundo era automaticamente remetido a um olho roxo, a uma mão machucada, a um corpo machucado. Mas o Secretário de Regime Geral de Previdência vem aqui e fala de uma violência que a gente não tinha 20 anos atrás, que são as fraudes bancárias contra idosos, os crimes cibernéticos contra idosos. Aí ele vem aqui e fala também dos descontos associativos sem autorização, que é uma violência contra a pessoa idosa, tá? Aí eu venho e falo do não acesso à mamografia da mulher idosa, que é uma violência contra a pessoa idosa. Aí o Secretário fala das pessoas que estão nas comunidades que são vítimas do crime organizado, muitos idosos reféns do crime organizado, e alguns idosos, agora, vítimas de uma operação policial que talvez não tenha pensado na pessoa idosa, na dor, no trauma que a operação também causou. Imagine o idoso que mora sozinho, dentro de uma casinha, ouvindo os tiros, os criminosos invadindo sua casa para se esconder. Como foi difícil para a pessoa idosa e como vai estar difícil daqui para a frente a reconstrução de tudo isso! Então, Doutora, há diversas modalidades de violência contra a pessoa idosa. Hoje falamos de violência de que não se falava no passado. Então, nós queremos ouvi-la. Seja bem-vinda, e obrigada por ter aceitado mais um convite do Senado para falar da pauta.

A SRA. MONIZE MARQUES (*Por videoconferência.*) - Muito obrigada, Senadora. É um prazer estar aqui, eu me sinto numa mesa de amigos.

O Deputado Ossesio é um parceiro de longa data - muito obrigada, Deputado, por estar aqui conosco -, foi Presidente da CIDOSO em um tempo de muito trabalho.

Com o Secretário Alexandre, só esse mês, eu acho que a gente já esteve numas quatro mesas. Imagino que ele esteja correndo realmente.

12/24



Reunião de: 30/10/2025

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Quero também agradecer a presença do Dr. Benedito. É muito bom saber que tem uma pessoa técnica, um servidor de carreira ocupando uma pasta tão específica, tão necessária para manutenção da nossa saúde financeira, da saúde financeira do país, mas que também precisa ser compatibilizada com a assistência, com essa percepção de humanização da atuação do Estado. Então, estou muito feliz de estar aqui.

Vou pedir licença, Senadora, para compartilhar uma breve apresentação. Já solicitei para a equipe técnica aí a possibilidade de compartilhar os dados, porque são dados relevantes para demonstrar um pouquinho da dimensão do problema que a gente precisa enfrentar à medida que a população idosa envelhece. E quanto mais população nós temos envelhecendo, mais...

Aí, já me autorizaram aqui.

Quanto mais nós envelhecemos, mais pessoas acabam sendo vítimas de violência. Isso é normal, não diz respeito somente à questão de ter um aumento da violência em si, mas diz respeito também à quantidade de informação que tem chegado e ao próprio envelhecimento da população. Mas o fato é que, como o nosso Secretário mencionou, nós estamos tendo uma certa manutenção dos números. E o que nos traz mais preocupação é que os números acabaram sendo mantidos num patamar muito alto. Então, de fato, a gente vai precisar rever: mesmo que a gente tenha considerado uma certa manutenção da violência, em termos de números absolutos, ela foi mantida numa percepção muito alta. A gente vai precisar rever isso.

Bom, acho que agora eu já consigo apresentar. Vamos lá.

Primeiro, quero abordar essa questão da perspectiva interdisciplinar. O fato de nós estarmos aqui interinstitucionalmente, também trazendo diversas percepções disciplinares sobre o tema, isso já aumenta, potencializa consideravelmente a nossa capacidade de resolver essa situação. De fato, nós não vamos trazer soluções que sejam soluções imediatas, mas nós precisamos nos antecipar para o que está acontecendo no futuro, sobretudo se considerarmos que nós estamos na década do envelhecimento saudável nas Américas e que nos foi passado como pilar para reorientação da nossa forma de atuação, quatro olhares, quatro saberes importantes para a promoção das políticas públicas.

Primeiro, nós devemos mudar a forma como pensamos, sentimos e agimos, e isso, de forma muito imediata, acaba impactando nos estereótipos que a gente cria, no preconceito e na discriminação em relação à idade, ao envelhecimento.

Nós também estamos sendo convidados a garantir que as comunidades promovam as capacidades das pessoas idosas. E aí, o que é importante a gente ponderar? Que nós não estamos fazendo política para as pessoas, mas com as pessoas idosas, a partir do olhar de inclusão delas, como elas leem as suas comunidades, o que é importante para elas; também entregar serviços de cuidados integrados de atenção primária à saúde centrados na pessoa e não na doença, que é uma visão que muda tudo a respeito da nossa aproximação enquanto serviços de cuidados à saúde - o cuidado da saúde da pessoa idosa começa na infância; nós enxergamos o envelhecimento como fruto de um curso da vida; então, é importante que nós pensemos dessa forma para que a gente não concentre os nossos esforços somente no tratamento de doenças já instaladas, mas na prevenção, no conhecimento da pessoa e das suas necessidades e carências -; e, por fim, propiciar o acesso ao cuidado de longo prazo às pessoas idosas que necessitem.

A senhora acabou de mencionar pessoas idosas que estão em um local de confronto e que podem ser vítimas da violência urbana. Essas pessoas poderiam, em um olhar mais proativo do Estado, estar integradas em instituições de longa permanência que permitissem uma atenção maior. Nós temos famílias muito diferentes. E aquele conceito de famílias em que o cuidador é aquela filha que vai ficar responsável pelo cuidado do pai tem mudado drasticamente. Nós temos visto um número enorme de pessoas envelhecendo sozinhas, e envelhecer em uma comunidade em que existe uma situação de violência deflagrada acaba acumulando riscos que são muito maiores do que os riscos que uma pessoa que está num local, numa instituição de longa permanência tem. Então, de fato, nós precisamos olhar como um todo.

E olhar para quem? Primeiro, a gente precisa discernir quem é a pessoa idosa, né? Nós estamos aí num país em desenvolvimento. Segundo a OMS, a classificação etária parte do pressuposto de que é pessoa idosa quem tem 60 anos ou mais - é um critério cronológico. Eu já disse isso algumas vezes aqui, mas eu sempre gosto de frisar porque nós continuamos associando a pessoa idosa a esse estereótipo que revela uma certa dependência, debilidade, falta de autonomia, e isso não é real, né?

Nós também cometemos violência quando retiramos da pessoa idosa a capacidade dela de continuar sendo protagonista da própria vida. Então, as políticas também não são só sobre proteção, precisamos ponderar políticas de protagonismo também, porque a gente tem o direito de envelhecer sendo responsável pelas nossas decisões e fazendo com que as nossas manifestações de interesse e de vontade tenham validade, né? Então, substituir esse estereótipo do 60+ que se encontra na esquerda pelo que se encontra na direita faz parte de uma construção de uma nova cultura e é um convite que eu faço para que todos nós possamos adotar.

13/24



Reunião de: 30/10/2025

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Também foi dito aqui sobre as diversas formas de envelhecer. Esses dados foram trazidos a partir do Censo de 2022, o nosso último censo, que mostra como o país envelhece. Grande parte do país só vai alcançar a expectativa de vida de 80 anos ou mais a partir de 2060. Aqui nós temos praticamente todos os estados do Norte e do Nordeste do país e também o Estado de Goiás, do Centro-Oeste, enquanto, por exemplo, Santa Catarina já alcançou essa expectativa de vida em 2020 e Brasília já alcançou também. Inicialmente, a expectativa era de que nós alcançaríamos 80 anos como expectativa em 2024, mas ela foi alcançada em 2022.

Então, assim, nós temos um Brasil enorme, complexidades enormes e envelhecimentos muito diferentes também. Precisamos nos atentar para isso, para que a gente possa promover políticas que façam uma melhor distribuição de renda e uma melhor distribuição de acesso a recursos: recursos de saúde, tecnologias de saúde, acesso à educação... Porque todas essas informações vão impactar na vulnerabilidade de se tornarem vítimas de violência. Quando a gente trata a pessoa idosa, como um todo, quando a gente promove uma inclusão, quando a gente aumenta o seu atendimento de saúde, promove uma maior capacidade de ele ser integrado socialmente, a gente diminui o risco de violência.

Então, essa também é uma forma de a gente enfrentar a violência.

E, como a sociedade está mudando, como o Brasil está cada vez mais velho e vivendo velhices diferentes, a Justiça também está mudando e, assim, as discussões que estão movimentando o Congresso: a pauta da previdência social, a pauta da saúde... Nós estamos imersos em um país que envelhece. O envelhecimento não é pessoal. Todos nós estamos envelhecendo.

Então, o que é que a gente tem recebido hoje na Justiça? Diversos questionamentos relativos à autonomia da vontade, às diretivas antecipadas, a regimes de casamento tardios, a paternidade tardia, também, questões de bioética, de recusa terapêutica, de tratamentos experimentais, de alimentos inversos e de abandono afetivo inverso. E essas questões de abrigo e de alta social, porque, quando a família não consegue manter a pessoa idosa no contexto familiar, ela às vezes acaba deixando essa pessoa em um hospital. Ela recebe a alta hospitalar, mas não recebe a alta social. Então, tem idosos aqui, por exemplo, no nosso maior hospital geral, que é o Hospital de Base, que tem mais de ano que estão internados. São leitos que são ocupados por pessoas que não conseguem ser recebidas dentro de casa, porque não têm vínculo, porque a família sumiu, abandonou, ou porque as instituições de longa permanência não têm vaga para essa admissão.

E aí, Senadora, o que é importante a gente mapear? É que, no DF, por exemplo, não existe instituição de longa permanência pública. Existem quatro conveniadas, que são entidades filantrópicas, voluntárias, como o abrigo do Jorginho, que é uma referência para nós, mas são quatro instituições que têm suas vagas compradas pelo Governo do Distrito Federal, que faz um repasse financeiro para a admissão de pessoas que estão em situação de vulnerabilidade social aqui no Distrito Federal. Mas isso precisa ser debatido.

Mais pessoas envelhecendo, menos condições da família para essa assistência, e essas pessoas estão onde? Essas pessoas são responsabilidade nossa, responsabilidade coletiva, responsabilidade social.

Então, também, algumas questões relativas a tratamentos de saúde, proventos, BPC, pensão, ações trabalhistas, superendividamento, e aí o destaque para a violência contra a pessoa idosa - e nessa cor, que é cor que eu estou usando, que foi a cor escolhida pela OMS para representar o Dia Mundial de Conscientização da Violência Contra a Pessoa Idosa, que acontece no dia 15 de junho.

Trouxe aqui uma tela informativa a respeito da demografia. Pela primeira vez, nós passamos dos 100 anos, para classificação de população. Nós temos aqui uma curva que mostra que, em 2030, a nossa maior população estará entre 50 e 55 anos, 59 anos. Essa vai ser a curva mais longa de quadro populacional, enquanto a nossa infância tem diminuído progressivamente.

Como todos sabem, a feminização da velhice também é uma característica que acontece no mundo todo. E aí, novamente, políticas voltadas à atenção feminina.

Senadora, a senhora falou sobre os tipos de violência. Eu trouxe aqui alguns tipos. São os tipos previstos no Estatuto da Pessoa Idosa, mas eu quero fazer um registro aqui: essas violências, que normalmente são mencionadas nos quadros gerais de denúncia - principalmente as denúncias que são feitas de forma presencial e identificadas, como acontece na Central do Idoso -, normalmente se concentram num abuso ou numa violência psicológica, que são situações vexatórias, palavras constrangedoras, gestos que fazem com que a pessoa idosa tenha a sua psiquê sendo ofendida, e, às vezes, um abuso financeiro e econômico, ou abuso físico. A gente também tem um alto número de negligência, mas as outras formas de violência normalmente não aparecem nessas violências que são computadas como de denúncia identificadas.

14/24



Reunião de: 30/10/2025

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Quando a gente rebate esses dados com os dados que são enviados pelo Nepav, que é o núcleo de prevenção à violência, de notificação compulsória, vindo da saúde, esses dados mudam. Na saúde, nós temos, pela primeira vez, nos nossos dados, um número significativo de automutilação, de tentativa de suicídio e, pasmem, de abuso sexual.

O abuso sexual contra a pessoa idosa é recorrente, mas ele é subnotificado, por diversos motivos, porque a pessoa idosa não tem coragem de trazer essa informação à tona, e ele, normalmente, acontece por dois motivos, porque, normalmente, a mulher idosa já teve uma vida sexual ativa - então não tem muitos registros de abuso, a não ser que seja demonstrado exatamente no momento em que o abuso acontece - e ela não engravida, então, os vestígios são menores. Ela não tem uma frequência de acompanhamento ginecológico... Então, normalmente é uma vítima que se cala, ela se sente envergonhada de trazer essa informação à tona.

Esse é um número que precisa muito ser considerado para fins de políticas públicas, porque ele só chega para a gente quando a vítima precisa de uma hospitalização ou de um acompanhamento hospitalar pontual, ambulatorial, e, a partir dessa aproximação com o profissional de saúde, ele faz uma notificação compulsória. Fora isso, dificilmente a gente percebe esses dados.

E aí o que a gente disse? O Secretário mencionou que houve uma estabilização dos números, mas são números muito alarmantes. Nós estabilizamos num percentual muito alto de violência. Então, quando a gente observa esses dados aqui... Eles são recentes, tá? Foram do início do mês. Então, eu tenho menos de um mês de déficit de avaliação de dados, esses dados são de outubro de 2025, são desse mês. O que revelam esses dados? Que a maior violência, hoje, no país, administrada pelo Disque 100, está no âmbito da violência contra a criança e o adolescente, com 227 mil; a segunda maior é contra a pessoa idosa. Nós já superamos a violência contra a mulher em quase 100%, em mais de 100%, porque nós temos 132 mil violências contra a pessoa idosa, e, contra a mulher 52 mil. Nós superamos a violência contra a pessoa com deficiência, a pessoa com restrição de liberdade, população LGBTQIA+, pessoa em situação de rua, a violência normal, no contexto de violência urbana. Esse é um fator muito importante, preponderante na avaliação das nossas políticas de enfrentamento.

A pessoa idosa tem uma característica de, normalmente, ser vítima no seu contexto familiar e tem muita dificuldade de fazer essa denúncia. Então, olhem, nós estamos em uma crescente de violência. Esses são os dados do Distrito Federal, mas refletem basicamente todo o país. Aqui eu trouxe essa informação por quê? O Lago Norte é uma das regiões mais ricas do Distrito Federal. Numa avaliação proporcional, para 10 mil habitantes, é no Lago Norte e no Lago Sul que eu tenho o maior número de violência, ou seja, a condição social é importante, mas não determinante, porque as circunstâncias em que a violência é perpetrada numa maior proporção são as que possuem uma condição financeira mais preservada.

Então, é como eu disse: violência psicológica, financeira, negligência. São todos esses dados que a central traz. A gente praticamente não tem informações a respeito de violência sexual. Esses dados são somatórios de Disque 100, da Central do Idoso. Estou correndo aqui por conta do nosso prazo. E as outras violências, onde a violência acontece? Ela acontece dentro de casa. Por isso é que é uma violência diferenciada, é uma violência que precisa da nossa atenção. O Estado não consegue entrar, se não houver a sensibilização das pessoas, se não houver a sensibilização da comunidade, se não houver a sensibilização de pessoas que não são idosas, porque elas são os violadores desses direitos.

Nós temos uma característica importante que precisa ser mencionada. É que, ao contrário da violência doméstica que acontece entre marido e mulher, em que a própria legislação, a Lei Maria da Penha, traz um viés de separação, traz um viés de afastamento dessa relação abusiva, a violência que acontece entre filho e mãe dificilmente vai ser rompida essa relação. Então, a relação conjugal é rompida, a relação parental não. Normalmente quem denuncia são os vizinhos, porque a mãe se recusa a denunciar o seu agressor. Então, como a gente percebe aqui, quase 60% das violações que acontecem são de filhos em relação aos seus pais, normalmente mulher.

Então, a mãe congrega uma dupla condição de vulnerabilidade em relação ao agressor, porque é mulher e é idosa. Então, é o filho que não arrumou emprego e usa o dinheiro da mãe, é o filho que é adicto ou tem alguma condição mental fragilizada, mas de todas as rendas aqui, claro que com preponderância de até um salário mínimo, mas todas as rendas também acabam sendo vítimas de violência.

Como eu mencionei, é uma violência intramuros, existe uma normalização social. As pessoas acham que é só um filho malcriado ou uma mãe que não deu a correção como deveria. Grande parte dessas agressões acontecem na omissão paternal. Então, o homem sai de casa, o homem permite que o filho seja bruto com a mãe. Isso vai repercutir no envelhecimento.

O agressor normalmente se confunde com a pessoa do cuidador, mais um motivo para que não haja a demonstração de violação de direitos, porque a pessoa pensa: "Mas, se eu fizer uma denúncia, eu vou ficar sozinho, eu prefiro ficar com

15/24



Reunião de: 30/10/2025

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

ele". Então, existe uma culpabilização da própria vítima, e é um ciclo de violência em que a gente percebe que o agressor, na verdade, um dia foi agredido. Então, as coisas vão sempre circundando num ciclo.

Eu trouxe esse texto, que foi um texto produzido por nós, um trecho de uma cartilha produzida por nós. Não vou ler, mas o que essa informação traz é que, diferentemente das outras formas de discriminação, o etarismo é pouco debatido e alcança todos os grupos sociais. Quando a gente pensa: a população LGBT vai envelhecer, a população PCD vai envelhecer, a mulher vai envelhecer, o branco vai envelhecer, o pobre vai envelhecer, o rico vai envelhecer; então, por que a gente normaliza esse tipo de violência, se é a única violência que é um denominador comum para todas as populações? Então, a gente precisa, de fato, refletir sobre como nós estamos considerando o envelhecimento no país.

Chegou um tempo em que não adianta morrer, chegou um tempo em que a vida é uma ordem. Eu deixo essa reflexão aqui, compartilhando novamente os dados da Central, o e-mail da Central e o Instagram do nosso instituto, e me coloco à disposição. Esse instituto foi criado com profissionais de diversas áreas para que a gente possa estudar o envelhecimento numa perspectiva intergeracional e também interinstitucional, e pensar que nós precisamos construir uma nova cultura. Ressignificar o envelhecimento é um imperativo para este tempo.

Obrigada, Senadora.

Obrigada a todos da mesa.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco/REPUBLICANOS - DF) - Obrigada, Dra. Monize. Não é à toa que nós somos apaixonados por ela, não é, Deputado Ossesio? Ela é incrível. Dra. Monize, quando a senhora falou, a senhora apresentou o número da violência contra a pessoa idosa - eu estava aqui conversando com o Secretário da Previdência -, é o segundo nos canais de denúncia; o primeiro, crianças. Mas eu quero lembrar, Dra. Monize, Secretário, Deputado Ossesio, que a denúncia contra a criança, a grande maioria, é a escola quem faz, é a creche, é um adulto que acompanha a criança...

O SR. OSSESIO SILVA (Fora do microfone.) - Os locais de interação.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco/REPUBLICANOS - DF) - ... os locais de interação. Por isso que a violência contra a criança é notificada. Dificilmente a criança é a autora de sua própria denúncia, mas o que acontece com a pessoa idosa? Quem machuca a pessoa idosa é o adulto que está do lado dela, na grande maioria. E o idoso não está numa creche, o idoso não está numa escola, o idoso às vezes não está num abrigo. Então, é possível que a subnotificação da violência contra a pessoa idosa seja tão grande que, de fato, a maior violência no Brasil possa ser contra a pessoa idosa, tá? E isso me preocupa demais, demais!

A gente tem um caso, Dra. Monize, que a senhora acompanhou, mas, como a gente está ao vivo para o Brasil inteiro, deixe-me falar desse caso, mostrar para o Brasil. Em 2023, nós acompanhamos, aqui no DF, um filho que estuprou a mãe - a senhora acompanhou o caso - de 78 anos de idade dentro do hospital. Ela estava internada dentro de um hospital, numa área nobre de Brasília. O filho vai visitá-la no hospital, Secretário, e estupra a mãe dentro do hospital. Ela já estava há alguns dias estuprada, inclusive, um dos policiais que participou da operação disse para mim que ele estava com crise de abstinência, por isso que ele foi estuprá-la no hospital. Então, se ele estava com crise de abstinência sexual, é porque ela era o objeto sexual dele em casa. E, nos dias em que ela ficou no hospital, ele estava com tanto desejo pela mãe, que ele vai para o hospital estuprá-la.

O estupro de mulher idosa no Brasil, gente, explodiu de uma forma absurda. E a Dra. Monize sabe disso, estava aqui; o Deputado Ossesio sabe, é meu parceiro nessa luta, há anos. A mulher estuprada com mais idade que eu atendi, quando Ministra da pauta, tinha cem anos de idade, lá no Mato Grosso do Sul, e foi um homem de 41 anos que a estuprou.

Então, a mulher idosa estuprada não denuncia, gente, porque foi o que o Secretário falou aqui comigo agora: o constrangimento para essa mulher é muito grande. Imagine uma mulher idosa ter que admitir que foi estuprada. Ela não fala, mas elas estão aí. E, em mais de 90% desses estupros, ou é o filho, ou é o neto, ou é o vizinho, ou é o cuidador. E, às vezes, ela não denuncia porque ela não tem para onde ir, vai ficar na rua. Pergunte ao Jorginho, que cuida de mulheres dessa idade, quantas mulheres chegam destruídas na instituição dele. E a mulher idosa na cama, com deficiência, acreditem, é presa fácil; o homem, também - nós temos muito registro de estupro de homens idosos.

Então, Dra. Monize, eu entendo o seu desespero quando a senhora fala, mas eu me preocupo com a subnotificação. Se, subnotificados, já somos o segundo caso de violência no Brasil, imagine quando a gente tiver todas as notificações.

E a Dra. Monize traz, Secretário, uma outra informação aqui que assusta a população de Brasília: os dois lugares com maior violência contra a pessoa idosa são o Lago Norte e o Lago Sul, lugar de mansões, lugar dos bilionários. Quem não conhece Brasília aprenda: o lugar dos bilionários, das mansões é Lago Norte e Lago Sul, o que destrói aquela máxima de que é o idoso pobre, da periferia que sofre violência. Todo idoso é vítima de violência no país.

Dra. Monize, a senhora nos incomoda, nos provoca e nos faz refletir.

16/24



Reunião de: 30/10/2025

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Eu vou liberá-la, só que, para liberá-la, eu vou fazer uma pergunta ao Secretário para que ele responda e para que a senhora escute a resposta dele. Depois eu a libero e vou ficar aqui com o Secretário, vou fazer um monte de pergunta aqui para o nosso Secretário.

A pergunta é a seguinte, Dra. Monize. Quando ele apresentou o gráfico de cobertura previdenciária e assistencial da população idosa por unidade da Federação, ele traz que a média nacional da cobertura da população idosa é de 82%. Aí ele traz aqui uma informação extraordinária, e a gente quer aplaudir o Piauí: o Piauí é o primeiro em cobertura de pessoa idosa, 92,9%. Qual foi o segredo pelo qual o Piauí conseguiu chegar a esse primeiro lugar? As pessoas idosas estão sendo... Está tendo busca ativa para que elas sejam beneficiárias da previdência? Aí, quando ele bota aqui os estados abaixo da média nacional, com 75%, está lá ganhando, em último lugar, Roraima, e eu entendo as dificuldades de Roraima, Dra. Monize. Há dificuldade de acesso: nós temos comunidades isoladas, comunidades indígenas, nós temos comunidades ribeirinhas. Depois, seguido do Acre e do Amapá, que a gente entende com as mesmas dificuldades, mas o nosso Distrito Federal está aqui, abaixo da média da cobertura nacional de assistência previdenciária à população idosa.

Então, Secretário, a pergunta é: o que diferencia um estado, Secretário? Inclusive para a gente aprender para o nosso DF. Nós vamos ter que fazer busca ativa. O DF é deste tamanho, Secretário. A cidade mais longe do centro do poder fica a 50 minutos, mas nós temos cidades no Acre e no Amazonas em que são sete dias de canoa, né?

Então, o que diferencia? O nosso DF está abaixo da média nacional, Roraima está lá atrás. Aí a gente tem o Piauí, que é considerado um estado pobre, e não é. Quem não conhece o Piauí, não fale. Piauí é uma nação Piauí. Eu sou apaixonada pelo Piauí. O que diferencia Roraima do Piauí, e por que o meu DF está abaixo? Quem sabe, ouvindo essa resposta agora, Doutora, a gente possa fazer uma ação local aqui, no DF, para que todos os idosos tenham a cobertura da previdência.

Secretário, depois tem mais pergunta, tá? É só para a gente liberar a nossa Doutora.

O SR. BENEDITO BRUNCA - Senadora, eu trabalho há 43 anos no INSS, né? Então, já faz um bom tempo aí de atividade.

Quando se fala do benefício previdenciário, é a questão da contribuição, de um modo geral, das populações urbanas. Quando se fala das populações rurais - e aí envolve os indígenas também -, nós temos a questão da cobertura baseada na legislação do chamado segurado especial. Então, a senhora veja que a taxa de cobertura entre populações indígenas é elevada, porque, com a Funai, fazendo a declaração de que aquela pessoa está vinculada a uma aldeia, enfim, ela tem enquadramento como segurado especial e, portanto, ela tem o direito.

No caso da diferenciação entre resultados de ações desse gráfico, ele não é só de benefício previdenciário; ele é de benefício previdenciário e assistencial - são as duas políticas juntas. E a atuação dos Cras é, com certeza, uma atuação importante na busca, identificação e orientação dessa população.

Então, no caso do Piauí, o estado é rico, mas não necessariamente essa riqueza é distribuída uniformemente. Então, o grau de enquadramento em pobreza que a Loas (Lei Orgânica da Assistência Social) propicia abrange muito mais as condições de pessoas que estão no âmbito do Piauí do que, às vezes, daqui, do Distrito Federal, em que a pessoa tem renda *per capita* maior do que um quatro do salário mínimo. Então, a pessoa não está abrangida pela legislação da assistência social. Onde a pobreza tem mais caracterização, as pessoas vivem com mais dificuldade, nós temos condições de poder acolher aquela política.

Então, essas variações da atuação do Cras, da atuação das pessoas no nível de renda que elas têm individualmente é que faz com que ela passe a ter maior nível de proteção, né?

Depois posso até pedir à equipe que segregue os dados da parte de cobertura previdenciária - porque aqui estão os dois juntos -, para dar a dimensão de cobertura, mas, se a pessoa não contribuir, ao longo da vida, ela não vai ter benefício previdenciário. No máximo, a esposa vai ter cobertura, enquanto pensionista. Por isso que explica a maior quantidade de homens efetivamente cobertos dentro dessa população.

A população masculina, ela...

Os reflexos do mercado de trabalho afetam as mulheres. Elas nem sempre estão inseridas no mercado de trabalho. Às vezes, elas estão exatamente com a situação dos cuidados com a família, seja com as crianças ou seja nos cuidados com uma outra pessoa idosa, e ela não faz a contribuição de modo facultativo que ela deveria fazer para estar protegida, individualmente, como direito previdenciário. Ela acaba sendo protegida, na maioria das vezes, porque é dependente, é enquadrada na legislação previdenciária, e, como as mulheres vivem mais, a maioria das pessoas para as quais nós efetuamos de pagamento, benefícios administrados pelo INSS... Porque nós administramos as duas políticas, a política do Regime Geral de Previdência Social, que é a contributiva, e a política da Lei Orgânica de Assistência Social, que é o BPC, tanto para idosos quanto para pessoas com deficiência. E é o INSS que executa todas essas duas políticas.

17/24



Reunião de: 30/10/2025

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Então, essa é a explicação.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco/REPUBLICANOS - DF) - Dra. Monize...

Deputado Ossesio, Dra. Monize, eu acho que o Secretário falou a sigla certa: Cras.

Se nós não tivermos uma política de assistência social fortalecida, inclusive trabalhando na busca ativa do idoso, o resultado vai ser cada vez menor.

Deputado Ossesio, eu falei do meu DF, mas vou trazer seu Pernambuco. Seu Pernambuco também está aqui atrás da média nacional. Vamos, no meu DF, no seu estado, mudar essa realidade.

Eu passo já a palavra para o senhor, mas eu vou só devolver a palavra à Dra. Monize para ela fazer as considerações finais e, quem sabe, trabalhar em cima dessa resposta do Secretário.

Mas, antes, Dra. Monize, deixe-me só lhe dizer que a sociedade está participando.

Luiz, do Paraná, perguntou o seguinte: "Qual o papel dos profissionais de saúde, da assistência social [exatamente o que o senhor falou, Secretário] e da segurança pública na identificação e combate à violência contra idosos?"

Ronaldo, do Rio de Janeiro: "Como o etarismo [de que a senhora falou] e a negligência familiar dificultam a plena aplicação do Estatuto da Pessoa Idosa?"

Ozana, de São Paulo: "É possível instituir a obrigatoriedade de se criar uma tutoria para a pessoa idosa [...] com supervisão da assistência social local [...]?"

Hermes, aqui do DF: "Como o poder público vai agir diante de conteúdos como IA que ridicularizam os idosos? [...]".

Preocupante.

Helena, de São Paulo: "Como o Estado pode enfrentar o aumento da violência contra idosos, sem limitar sua autonomia e o direito ao envelhecimento ativo?"

E temos quatro comentários, um que vem de Santa Catarina, de Janilto: "É preciso aprimorar o Estatuto do Idoso, para que esse seja mais eficaz, e aplicar penas mais severas a quem pratica violência contra idosos".

Rafael, do Rio de Janeiro: "A forma de evitar a violência contra a pessoa idosa [...] [é] a prevenção, o acompanhamento por assistentes sociais nos municípios para ouvi-los".

A forma de evitar a violência contra o idoso seria a prevenção. O acompanhamento por assistentes sociais nos municípios para ouvi-los.

Todo mundo remetendo ao Cras, de uma certa forma.

Manuel, de São Paulo: "Os idosos, como as crianças, são altamente vulneráveis. As penas por crime contra idosos devem ser equiparadas às de crimes hediondos".

Gustavo, do Rio Grande do Sul: "O que está sendo [...] [feito] pelos idosos em situação de rua? É triste ver essa população precisando pedir pelas ruas para sobreviver".

Ouvindo as perguntas e os comentários e a resposta do Secretário, eu lhe concedo a palavra para agradecimentos, considerações finais, encerrar a sua participação, Dra. Monize.

A SRA. MONIZE MARQUES (Por videoconferência.) - Senadora, obrigada.

Perguntas muito relevantes, comentários muito relevantes. E o que eu mais gostei foi de saber que vieram de lugares diferentes no país, né?

Bom, o fator preponderante para a gente promover um enfrentamento adequado à violência contra a pessoa idosa é caminharmos juntos. Eu sempre falo que, se não for em rede, a gente não vai alcançar nada. Por isso que o Estatuto da Pessoa Idosa traz como obrigatória a notificação dos profissionais de saúde. Por isso que nós estamos capacitando, no Distrito Federal, os policiais militares que atuam junto ao Provid, que é a política de prevenção à violência, a respeito da violência contra a pessoa idosa. A gente sabe que existe uma perspectiva de julgamento em relação ao gênero... uma política de atenção em relação ao gênero muito forte, mas nós precisamos voltar os nossos olhos também para essa questão etária.

Sobre o etarismo, a maior autoridade sobre o assunto hoje, a Profa. Becca Levy, da Universidade de Yale, fez uma pesquisa que concluiu que nós retiramos da expectativa de vida de uma sociedade sete anos quando nós estamos imersos em uma cultura etarista. Por quê? Porque, à medida que você pondera a invisibilidade, o fato de essa pessoa ser descartável, ela vai se isolando, vai deixando de contribuir, vai deixando de participar, inclusive, de questões relevantes à manutenção da sua saúde, e dela são retirados sete anos. Isso é muito relevante.

18/24



Reunião de: 30/10/2025

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Como o Dr. Benedito mencionou, a política de assistência social tem vetores e valores diferentes da política previdenciária. A assistência social só vai atuar para concessão do BPC (Benefício de Prestação Continuada) quando uma condição de vulnerabilidade social é encontrada na família. Então, de fato, ele não é destinado para todas as famílias, é quase um socorro, né?

Mas existe um limbo ali entre quem tem uma previdência que é capaz de sustentar os seus custos, as suas necessidades, e quem finaliza... quem está ali no limiar do BPC, para receber o BPC, porque tem um grupo, uma classe média baixa que passa muita dificuldade, porque ela nem se encontra no quadro da assistência social e nem da previdência com boas condições, né? Então, esse grupo também é um grupo que precisa muito de atenção.

No Distrito Federal, nós podemos realizar, sim, buscas ativas que vão fazer a identificação dessas famílias em situação de risco. O Cras precisa identificar idosos que estão sendo cuidados por filhos ou netos drogados, viciados em droga, ou que estão ali na dependência financeira dessas famílias. Mas a gente só vai conseguir melhorar se for em rede. Se não for em rede, nenhum de nós, com um esforço pessoal, vai conseguir alcançar algum resultado que seja proveitoso para a nação. Nós precisamos caminhar juntos, escutar as repercussões das nossas decisões. Antes de ser aprovada uma legislação, por exemplo, de ampliação da pena da violência contra a pessoa idosa, qual a repercussão que isso traz no âmbito do Judiciário?

O que nós percebemos? Como grande parte da violência acontece dentro de casa, quanto maior a pena menor a denúncia. Por quê? Porque a mãe não quer que esse filho seja condenado. Então, assim, a gente vai precisar de pensar juntos, né? Do que nós sentimos falta hoje é de uma ampliação das medidas de proteção da violência doméstica *stricto sensu*, do que a lei traz para a Maria da Penha também para os homens, para os idosos em situação de risco, porque hoje, se um filho bate em um pai e na mãe, a mãe é protegida pela Maria da Penha, e o pai vai receber ali uma proteção de juizado especial. Então, isso a gente precisa equalizar mais, né? E precisamos caminhar juntos. Basicamente isso.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco/REPUBLICANOS - DF) - Dra. Monize, muito obrigada.

A senhora o tempo todo nos provocando a rever, inclusive, as brechas na legislação.

Obrigada, Dra. Monize, por sua participação, e saiba que a senhora será parceira dessa frente parlamentar, porque temos muito para avançar.

Se a senhora precisar sair, fique à vontade.

A SRA. MONIZE MARQUES (*Por videoconferência.*) - Conte comigo. Estou à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco/REPUBLICANOS - DF) - Obrigada.

Secretário, eu tenho duas perguntas e um pedido de um esclarecimento, porque nós estamos ao vivo e tem muita gente nos acompanhando, o Brasil inteiro: quando o senhor trouxe a questão da cobertura, o senhor nos mostra que 91% dos idosos de área rural têm cobertura da previdência. Aí o senhor traz para a área urbana, e isso cai para 81%.

Eu vou fazer uma colocação, que é uma preocupação minha. Quando a gente começou a CPMI do INSS, o Brasil inteiro estava endemonizando muito essas instituições que trabalham na área rural. E eu pedi muito para terem cuidado. A gente sabe que bandidos ocuparam essas instituições nos últimos anos. Mas eu me lembro de que, quando criança - eu venho de áreas muito pobres; meu pai era pastor em área rural -, ninguém falava de aposentadoria rural para o idoso, e essas instituições desenvolvem uma grande campanha no Brasil e fazem uma luta pela aposentadoria da pessoa idosa na área rural, a aposentadoria rural. Então, essas instituições trouxeram uma colaboração para o Brasil. E a atuação delas na área rural... Talvez, fazendo essa busca ativa, seriam essas instituições que atuaram de forma idônea no passado e que hoje, ocupadas por pessoas que agem de forma inescrupulosa, fraudaram o INSS. O senhor acha que essa cobertura na área rural se deve ao ativismo dessas instituições que fizeram a busca ativa? Porque 91% dos idosos em área rural têm a cobertura, e isso cai para 81% na área urbana. Pode nos esclarecer essa diferença?

O SR. BENEDITO BRUNCA - Exatamente.

Primeiro, Senadora, a legislação, primeiro a lei, porque, não fosse a Constituição a dar garantia e dar ao beneficiário segurado especial o tratamento previdenciário... Muitas pessoas comentam sobre a natureza do segurado especial, que é aquela pessoa que exerce a atividade em regime de economia familiar, em regime de subsistência. Às vezes, ela produz para sobrevivência e não para comercialização, e a contribuição previdenciária, no caso dos trabalhadores rurais, das famílias que atuam no campo, se dá quando eles comercializam essa produção. Quando tem excedente, eles vendem essa produção, e, sobre essa produção, tem uma alíquota de contribuição.

19/24



Reunião de: 30/10/2025

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Mas, de tudo que nós pagamos para a área rural, a cobertura, do ponto de vista de financiamento previdenciário, é só da ordem de 10%; 10% do que nós pagamos de benefícios rurais, que são aproximadamente 10 milhões de benefícios no país, têm uma cobertura de financiamento decorrente da própria atividade.

O princípio da solidariedade dos regimes e o fato de a Constituição ter agregado... Porque antes os regimes urbano e rural eram separados, separados legalmente, separados financeiramente, orçamentariamente, e a partir da Constituição juntou-se tudo, e o Regime Geral de Previdência Social, hoje, é tanto para populações urbanas quanto rurais. Não importa se há uma baixa cobertura em termos de financiamento em uma área, a solidariedade aplicada no país serve para poder financiar.

Nós temos a necessidade de mais de R\$300 bilhões por ano para poder garantir o pagamento desses benefícios do chamado Regime Geral de Previdência Social, porque o Constituinte, o Congresso Nacional, na sua plenitude, entendeu que a terceira fonte de financiamento e cobertura, além da contribuição individual, além da contribuição das empresas, a terceira fonte de cobertura para prover uma política de tal magnitude, que é para a população sobretudo idosa, é o Estado. O Estado tem que prover o meio de cobertura na eventual ausência de atuação. Então, essa é a primeira fonte.

A lei estabeleceu que deveria haver cobertura, e essas entidades atuaram, ao longo dessas décadas... Eu, como atuo no INSS há 43 anos, já me reuni inúmeras vezes com toda ordem de sindicatos, urbanos e rurais, enfim, ao longo da vida, e eles são muito organizados para poder buscar as pessoas que têm direito e buscar estabelecer essa proteção - isso é absoluta verdade e precisa ser reconhecido ao longo dessa trajetória. Por isso as taxas de cobertura estão aqui na estatística. Não fosse a legislação e não fosse a atuação dessas entidades, nós não teríamos uma cobertura e essa população estaria abandonada e desprotegida.

Um comentário final em relação à questão da população idosa. Uma vez eu estive numa reunião, numa assembleia, que, inclusive, tinha mais de 300 trabalhadores rurais, estava eu pela Previdência e tinha uma pessoa do Banco Central, e nós estávamos discutindo melhorias e desafios no sistema de empréstimos consignados. Uma das sugestões, apresentada pelos participantes: "Não, as pessoas com mais de 60 anos não deveriam ter acesso ao sistema de crédito, deveria ter uma restrição, porque elas poderiam ser enganadas, ser ludibriadas no momento da tomada do crédito". Eu olhei para a assembleia e sugeri que levantasse a mão quem tinha mais de 60 anos na assembleia: 80% da assembleia tinham mais de 80 anos. Eu falei: "Vocês estão se declarando incapazes de gerir a própria vida e, portanto, estão se declarando incapazes de poder administrar e ter sua autonomia, sua independência, enfim?". Aí, óbvio, mudaram de ideia.

Então, a gente tem que tomar muito cuidado para que a forma como a gente pode estabelecer proteção a essas pessoas não signifique limitação na sua autonomia da capacidade de agir. A gente tem que protegê-las contra as violências, mas qual é a idade limite? Dá para estabelecer por lei? Que a gente possa dizer: "Até 65 anos, você pode fazer tudo, tem autonomia, tem tudo; com 65 anos e um dia, você já não tem autonomia e, portanto, você tem que ser declarado, aspas, 'incapaz' para os atos da vida civil, dos atos cotidianos?".

Então, eu acho que esse é um bom debate. Essa é a necessidade que a Dra. Monize estava mencionando sobre redes. Na verdade, as pessoas idosas não estarão tão sujeitas à violência quanto mais elas não estiverem isoladas. O isolamento as vulnerabiliza. Se ela estiver em contato, tiver relações sociais, tiver amizade, tiver qualquer tipo de clubes, igrejas, entidades religiosas, entidades associativas, entidades recreativas, se ela tem rede em volta, ela vai estar protegida. Se ela estiver isolada, ela será, infelizmente, um alvo desse grau de violência a que a gente tem assistido e que nos choca profundamente, porque pode ser um de nós, no futuro, sujeito a esse tipo de situação.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco/REPUBLICANOS - DF) - Deputado? Eu tenho mais uma pergunta para ele, mas o senhor fica à vontade.

O SR. OSSESIO SILVA - Não, era para fazer à Dra. Monize uma pergunta.

Eu estou falando da questão financeira, mas é muito importante, chamou muita atenção duas coisas aqui, e eu queria voltar um pouco à questão da mulher e da mulher idosa. V. Exa. falou a respeito disto: quando a idosa mais velha de que teve conhecimento e que acompanhou foi estuprada, tinha cem anos. E o que me chamou a atenção foi o seguinte: a Dra. Monize falou a respeito... porque elas são estupradas, e não denunciam, não falam. Às vezes é o neto, é um parente, alguém próximo, vizinho. Estou saindo um pouco ali da financeira e voltando a isso porque é muito importante, chamou muita atenção, porque... Como nós podemos criar uma política pública ou trabalhar a questão do tratamento, do cuidado ginecológico dessas senhoras? É algo que nós não vemos.

Eu faço um trabalho nas comunidades, a cada 15 dias, levando a carreta da mamografia, que é uma coisa que não tem no nosso interior. Viajo três, quatro horas com esse caminhão. E isso tem um custo. E não tem assistência nem municipal, nem estadual. Então, são parcerias. Então, eu queria que a gente buscasse isso. Por quê?

20/24



Reunião de: 30/10/2025

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Uma vez que elas não denunciam, não contam para ninguém, automaticamente também elas estão sofrendo a questão de infecções, dores, doenças sexualmente transmissíveis e às vezes vão a óbito por causa da idade ou porque tinham colesterol alto, tinham problema de diabetes, mas, na verdade, de repente, era uma doença muito mais grave. Então, nesta audiência, nós estamos tratando de violência de um modo geral, Secretário, trazendo dados maravilhosos - um cara preparado, com 43 anos de INSS, tenho acompanhado tudo isso -, mas é a questão das pessoas que são vulneráveis.

Outro dado importante que eu vou começar a mexer muito no meu estado é o dos homens idosos também que são estuprados e ninguém, às vezes, sabe disso, não é? Porque, daqui a dois meses... Não, no mês que vem, né? Já vamos entrar no mês de novembro. Em dezembro, eu completo 71 anos de idade. Graças a Deus, sou muito bem tratado pela minha família, pela minha filha, tenho 41 anos de casado, etc. e tal, mas nós vemos... Eu ando o Estado de Pernambuco todo, que é um estado pobre, no Nordeste, onde nós temos muitas dificuldades, e às vezes vejo um senhor sentado na calçada, triste, abatido. Você conversa com ele, parece que está tudo bem. Não, deve ser questão mesmo do estado, do município pobre, etc., mas, às vezes, tem coisa muito mais profunda por trás disso. Obrigado por trazer isso, despertar isso dentro de cada um de nós, porque, às vezes, não é só a questão da idade, da doença, ou uma questão financeira, é muito mais do que isso.

Não tem coisa que afeta mais a vida da gente - passei por isso já - do que você sofrer calado e, de repente, adquirir uma depressão. Você se isola. Eu fiquei por muito tempo... Era jovem ainda, e isso me levou a atentar contra a minha vida por três vezes, com uma arma na cabeça, porque eu não tinha com quem conversar, não tinha... Eu era jovem na época. Então, imagine a pessoa idosa já abandonada às vezes pelos próprios familiares e amigos. Porque determinadas pessoas vão envelhecendo - estou falando uma coisa bem clara no dia a dia de todo mundo - e aí, naturalmente, as pessoas se afastam dessas pessoas porque estão velhas, já não ouvem mais, não conversam.

Só queria trazer isto que é muito importante nesta audiência pública e que a senhora trouxe agora: a questão das mulheres idosas que são estupradas, ficam caladas e, às vezes, adquirem doenças sexualmente transmissíveis - tanto o homem quanto a mulher. É preciso trabalhar muito isto também, Senadora Damares: cuidar das nossas idosas, que podem ter muito mais tempo de sobrevida, mas, por não denunciarem, não falarem e ficarem quietas, de repente morrem por dentro ainda que estejam vivas.

Era isso que eu queria colocar.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco/REPUBLICANOS - DF) - Muito boa a sua observação, Deputado - muito boa.

Secretário, a gente está encerrando, vou lhe fazer a última pergunta e depois o senhor também fique à vontade para as considerações finais.

Para quem está ligando a televisão e nos acompanhando agora, o Secretário trouxe dados e números extremamente importantes. E a apresentação do Secretário... Nós estamos tendo a honra de receber o Secretário de Regime Geral de Previdência, um servidor público com mais de 40 anos de casa. A apresentação dele vai ficar disponível. Quem quiser pode acessar o nosso portal, que tem dados e números para pesquisas, para teses, para artigos.

São impressionantes os dados que ele trouxe. Eu só vou lembrar um. Ele traz aqui para nós que nós temos pessoas idosas beneficiárias da previdência, 23,489 milhões; pessoas idosas beneficiárias do BPC, 1,778 milhão de pessoas. Mas nós temos outros benefícios, como as contribuições do regime de previdência social, nós temos o militar, o estatutário, o segurado especial... Dá um total de 28,187 milhões de pessoas idosas beneficiárias da Previdência. Não é fácil gerir tudo isso, não é fácil. Mas o senhor traz um número dos desprotegidos. Considerando os desprotegidos todos, os que ainda não estão protegidos pelo sistema, nós temos 5,864 milhões. O senhor deixou claro para nós que muitos desses, realmente, não têm direitos, porque ou não contribuíram ou não fazem parte daquele grupo que tem direito ao BPC. Considerando que o número é tão grande, o senhor acha que trabalhar a busca ativa desses idosos ainda desprotegidos seria uma política pública?

E, para sinalizar, Secretário, o senhor poderia nos dizer... Tem muita gente nos acompanhando. Vocês já estão fazendo a devolução das pessoas que tiveram os descontos indevidos - chegou a um número muito alto, também, apresentado pelo Secretário. Parabéns à Previdência por estar fazendo a restituição! Tem um prazo para esse idoso ainda se manifestar? É só até um certo momento? Faremos a busca ativa dos que tiveram o desconto indevido ou a pessoa que teve o desconto tem que se manifestar? E qual é o prazo final que ela tem para manifestar que ela teve o desconto indevido no seu benefício por instituições que agiram de má-fé, de forma criminosa?

São essas duas perguntas, e o senhor pode finalizar também com seus comentários e agradecimentos.

21/24



Reunião de: 30/10/2025

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

O SR. BENEDITO BRUNCA - Em relação aos desprotegidos, o conceito de seguridade social que a gente tem no nosso país prevê três grandes políticas: previdência, assistência e saúde. A saúde é universal. E isso é um benefício incomparável para o nosso país. E temos que lutar para que funcione bem em cada um dos locais onde as pessoas vivem.

A previdência tem natureza contributiva, portanto, só vai ser possível conceder esse benefício se a pessoa fizer a sua contribuição.

A política de assistência social é uma política destinada a grupos vulneráveis. E os grupos vulneráveis estabelecidos na Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), aprovada em 1993, que, há 29 anos, mudou a cara da cobertura previdenciária das populações que não tinham formalidade suficiente para estarem protegidas pela Previdência - poderiam ser protegidas pela assistência... Portanto, deve ter busca ativa para as populações que são consideradas, para o idoso. Ele tem que ter 65 anos ou mais e tem que ter uma renda *per capita* de menos de um quarto do salário mínimo. Essa é a delimitação. Se ele, no cálculo do grupo familiar, tiver uma renda *per capita* acima de um quarto do salário mínimo, não poderá ser protegido. Então, a busca ativa é em relação... E deve ser feita pelo sistema, porque tem o Suas - tem o SUS, que é o Sistema Único de Saúde, e tem o Suas, que é o Sistema Único de Assistência Social -, que é uma atividade coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Social, que combate à fome - a família, e o faz em parceria com estados e municípios, sobretudo pela ação dos Cras.

O Cras é a unidade que tem a chance de ter o contato com as populações, de dar a orientação correta e dar a instrumentalização para efeito da busca dos benefícios, seja para a pessoa com deficiência, seja em relação à pessoa idosa. Então, esse é o desafio.

Nem todas as pessoas têm possibilidade de serem cobertas obrigatoriamente por uma ou por outra. E são esses 17% que não estão cobertos, mas os 17% não têm direito à previdência ou à assistência? As vezes, têm. Eu vi uma ação, que ocorreu, salvo engano, em Aracaju - foi uma ação coordenada localmente pela Previdência e pela Justiça -, que encontrou uma pessoa que estava em condição de rua, mas que, na verdade, tinha contribuído a vida inteira. Foi identificada, foi resgatada e concedido um benefício, não assistencial, mas previdenciário, porque é para toda pessoa com mais de 65 anos que tenha 15 anos de contribuição em qualquer época da vida. Então, se ele trabalhou dos 20 aos 35 anos e, por qualquer razão da vida, ele deixou de ser um contribuinte, a lei estabelece que, tendo contribuído por pelo menos 15 anos, ele vai ter direito a uma aposentadoria por idade. Então, conhecimento é algo importante para ser disseminado.

O INSS tem um programa de educação previdenciária que busca fazer palestras, fazer divulgação desses direitos. A gente faz as tentativas para poder alcançar o maior número de pessoas, mas nem sempre conseguimos alcançar todas as pessoas. Do mesmo jeito, o Cras também faz em relação às pessoas, passíveis da assistência social, que podem ser enquadradas e que, às vezes, não alcançam esse direito. Esse é em relação à questão da primeira pergunta.

A segunda pergunta: todas as pessoas que ainda não fizeram a sua manifestação podem - e devem - procurar ou o Meu INSS, ou o telefone do *call center* da Previdência, que é o 135, ou qualquer agência dos Correios no país. O Ministro Wolney Queiroz fez um esforço muito grande para a gente, nesse processo de atendimento dessa população idosa, em que nem todos têm familiaridade com a questão digital, nem todo mundo tem acesso ao Meu INSS... Imaginava-se que o número fosse pequeno de quem não tivesse acesso e de quem também poderia acionar o chamado *call center*, por telefone, o 135, mas, mesmo assim, quando nós abrimos as agências dos Correios que ficam perto das casas das pessoas, o número de reclamações e de registros de pedidos de contestação dos descontos associativos foi grande e aumentaram as possibilidades de nós atendermos todas as pessoas.

Todos esses canais continuam abertos e as pessoas podem e devem fazer as suas manifestações para que a gente inicie o ciclo, cumpra o programa que foi, inclusive, ratificado, por homologação, no Supremo Tribunal Federal - que viabilizou esse acordo para a rápida devolução - e pelos recursos aprovados pelo Congresso Nacional no PLN que proveu os recursos necessários para a gente poder fazer justiça.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) - Agradecimentos, Secretário.

O SR. BENEDITO BRUNCA - Eu quero agradecer a oportunidade, e agradeço em meu nome pessoal - para mim, é uma satisfação poder estar aqui - e o faço também em nome do Ministro Wolney Queiroz, que queria estar aqui, que fez esse registro, mas não faltarão oportunidades para que ele possa estar presente sempre neste debate que é a nossa missão.

A nossa missão é proteger pessoas, e proteger pessoas nas vulnerabilidades que elas tenham: na incapacidade; na perda de alguém da família, no caso das pensões; na idade avançada, que é um momento de vulnerabilidade social. Por isso é uma dívida pessoal para mim poder trabalhar com previdência, porque você efetivamente consegue ajudar pessoas e fazer

22/24



Reunião de: 30/10/2025

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

a diferença na vida delas, mesmo que elas nem saibam quem você é. Na verdade, esta é a maior virtude que tem: poder ajudar o próximo sendo um servidor público, poder prestar um bom serviço à população.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco/REPUBLICANOS - DF) - Obrigada, Secretário. A gente só tem que agradecer, não é, Deputado Ossesio?

O Ministro mandou um vídeo, de forma gentil, explicando por que não estaria aqui, se colocando à disposição da frente, mandou seu melhor Secretário - olha, está sentado aqui, há duas horas e meia, acompanhando, respondendo a perguntas. Obrigada, Secretário. Nós desejamos ao senhor e ao Ministro sucesso nesses novos desafios e desejamos vida longa e próspera à nossa Previdência Social.

O SR. BENEDITO BRUNCA (*Fora do microfone.*) - Que já tem mais de 100 anos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco/REPUBLICANOS - DF) - Que já tem mais de 100 anos.

Claro que a gente se preocupa, gente. A população está envelhecendo no Brasil. Daqui a pouco, nós teremos mais beneficiários do que contribuintes. Com essa balança, nós precisamos ter muito cuidado. É o Congresso que tem que se debruçar sobre isso. Nós precisamos garantir que todas as pessoas beneficiárias continuem recebendo o seu benefício. O senhor sabe do que eu estou falando, Deputado Marco.

É a nossa preocupação agora, neste momento em que a Previdência teve que devolver aos idosos... Não foi a Previdência que roubou. Inclusive, eu questiono muito, Secretário, o nome da CPMI. Não foi a Previdência que roubou, foram pessoas inescrupulosas que abusaram de uma fragilidade do sistema e da fragilidade na legislação, que estamos consertando agora. A CPMI vai contribuir também com a questão legislativa, não é? Nós temos que amar e respeitar. Eu, que viajo o mundo em fóruns internacionais, ao falar da nossa Previdência, do Brasil, a gente desperta ciúmes lá fora, o senhor sabe disso. Tanto para o nosso SUS quanto para o nosso SUAS, para a nossa Previdência, o mundo olha - para a nossa Previdência. "Como é que vocês dão conta?" E a gente tem que estar atento aqui para que a gente continue dando conta.

Obrigada, Secretário, por ter nos trazido números e dados. Eu quero colocar esta frente parlamentar à disposição do senhor, do Ministro, porque vamos ter decisões legislativas que vão precisar contar com as duas Casas. Então, esta frente parlamentar pode ser esse canal de diálogo com as duas Casas. Queremos nos colocar à disposição.

Quero agradecer às pessoas que participaram no plenário - o plenário esteve cheio a manhã inteira, as pessoas já estão nos deixando -; às pessoas que estão *online*; ao Secretário Nacional do Direito da Pessoa Idosa, que participou de forma *online*; à Dra. Monize, que participou; a todos que participaram enviando pergunta; ao Jorginho.

Quero convidá-lo, Secretário, para conhecer a instituição do Jorginho. O senhor tem que passar uma tarde lá com o Jorginho, fazendo fraldas lá, como a gente faz de vez em quando. É um exemplo de uma instituição que cuida da pessoa idosa. Deputado, obrigada. Agradeça à Vice-Governadora - o senhor está aqui representando-a -, a todos que acompanharam a Secretaria.

Eu encerro esta nossa primeira reunião muito feliz - muito feliz - com os dados apresentados, com os resultados apresentados.

Nada mais tendo a tratar, eu vou encerrar esta reunião... (*Pausa.*)

Antes, o Deputado quer falar? (*Pausa.*)

Então, Deputado...

O SR. OSSESIO SILVA - Não, é só mesmo para agradecer também pelo carinho a você, que é uma pessoa que se esmera muito, trabalha muito pelo ser humano de um modo geral; a todos os que participaram conosco desta primeira reunião; ao Secretário, que trouxe dados importantes. Leve um abraço ao Wolney Queiroz, que é amigo e conterrâneo, um amigo nosso também.

Damares, eu quero desejar a você saúde, muita paz, muita luz. Quero dizer que nós estamos à inteira disposição também para tratar, cuidar desses nossos idosos. Quero conhecer a instituição do Jorginho.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco/REPUBLICANOS - DF) - Vá lá passar a tarde com o Jorginho.

O SR. OSSESIO SILVA - Ele foi citado aqui várias vezes. Acho que é muito importante...

No mais, quero agradecer a todos. Obrigado por esta oportunidade, por esta audiência pública.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco/REPUBLICANOS - DF) - Ó, três idosos na mesa, hein? Três idosos ativos, produzindo muito para a nação. Obrigada.

23/24



Reunião de: 30/10/2025

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Antes de encerrar, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata, que será composta pela lista de presença, pelo resultado da reunião e pelas notas taquigráficas.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que aprovarem permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Cumprida a finalidade, agradeço a presença e declaro encerrada a nossa reunião.

Muito obrigada.

(Iniciada às 10 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 37 minutos.)



FRENTE PARLAMENTAR DE APOIO À CIBERSEGURANÇA E À DEFESA CIBERNÉTICA





Senado Federal
Frente Parlamentar de Apoio à Cibersegurança e à Defesa Cibernética
- FPCIBERSEG

3ª REUNIÃO DE 2025

**4 DE NOVEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, ÀS 13H30, NO PLENÁRIO
Nº 3 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA**

Ata Circunstanciada da **3ª Reunião de 2025 da Frente Parlamentar de Apoio à Cibersegurança e à Defesa Cibernética - FPCIBERSEG**, realizada em 4 de novembro de 2025, terça-feira, às 13h30, no Plenário nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, Senado Federal, com o seguinte resultado:

Item único: realizada audiência pública sobre o Marco Legal de Cibersegurança - PL nº 4752/2025.

Conforme documentos anexos. Publique-se.



Senador **ESPERIDIÃO AMIN**
Presidente da FPCIBERSEG



CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57ª LEGISLATURA

Em 4 de novembro de 2025

(terça-feira)

às 13h30

RESULTADO

3ª Reunião

FRENTE PARLAMENTAR DE APOIO À CIBERSEGURANÇA E
À DEFESA CIBERNÉTICA - FPCIBERSEG

PRESIDENTE: Senador Esperidião Amin

Vice-Presidente de Assistência Social: Senadora Damares Alves

Vice-Presidente de Combate ao Crime Cibernético: Deputada Tabata Amaral

Vice-Presidente de Relações Governamentais: Senador Marcos do Val

Vice-Presidente Executivo: Senador Hamilton Mourão

Vice-Presidente Financeiro: Senador Jorge Seif

Vice-Presidente Geral: Senador Chico Rodrigues

Vice-Presidente Jurídico: Senador Sergio Moro

Vice-Presidente Legislativo: Senador Izalci Lucas

	Audiência Pública sobre o Marco Legal de Cibersegurança
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3



Resultado da 3ª Reunião da FPCIBERSEG, em 4 de novembro de 2025

2

Audiência Pública sobre o Marco Legal de Cibersegurança

Assunto / Finalidade:

Debater sobre o Marco Legal de Cibersegurança - PL nº 4752/2025.

Participantes:**Sr. Belisario Contreras**

Coordenador da Digi Americas Alliance

[AI Governance in Latin America](#)

Sr. Carlos Diego de Araújo Pinto e Lima

Secretário-Executivo da FPCIBERSEG

Contra-Almirante Marcelo do Nascimento Marcelino

Chefe do Centro de Operações Cibernéticas da Marinha do Brasil

Sr. André Luiz Bandeira Molina

Secretário de Segurança da Informação e Cibernética - GSI

[Brasil Ciberseguro 2025](#)

Resultado: Item único: realizada audiência pública sobre o Marco Legal de Cibersegurança - PL nº 4752/2025.





Senado Federal



Relatório de Registro de Presença

3ª, Reunião

Frente Parlamentar de Apoio à Cibersegurança e à Defesa Cibernética

Senado Federal		
TITULARES		SUPLENTE
JORGE SEIF	PRESENTE	
DAMARES ALVES	PRESENTE	
ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE	
FLÁVIO ARNS	PRESENTE	
OMAR AZIZ		
JORGE KAJURU		
CHICO RODRIGUES	PRESENTE	
IVETE DA SILVEIRA		
PLÍNIO VALÉRIO		
SERGIO MORO		
FERNANDO DUEIRE	PRESENTE	
ASTRONAUTA MARCOS PONTES		
CARLOS PORTINHO		
NELSINHO TRAD	PRESENTE	
HAMILTON MOURÃO	PRESENTE	
ALESSANDRO VIEIRA	PRESENTE	
FLÁVIO BOLSONARO	PRESENTE	
IZALCI LUCAS	PRESENTE	
CLEITINHO		
MARCOS DO VAL	PRESENTE	

Câmara dos Deputados		
TITULARES		SUPLENTE
PEZENTI		
RICARDO GUIDI		
LÍDICE DA MATA		
JORGE GOETTEN		
TABATA AMARAL		
JADYEL ALENCAR		

Não Membros Presentes

- FABIANO CONTARATO
- WEVERTON
- PROFESSORA DORINHA SEABRA
- AUGUSTA BRITO
- ANGELO CORONEL
- PAULO PAIM
- RODRIGO GAMBALE
- GENERAL GIRÃO



Reunião de: 04/11/2025

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR

REUNIÃO

04/11/2025 - 3ª - Frente Parlamentar de Apoio à Cibersegurança e à Defesa Cibernética

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco/PP - SC. Fala da Presidência.) - Declaro aberta a 3ª Reunião, de 2025, da Frente Parlamentar de Apoio à Cibersegurança e à Defesa Cibernética, instituída pela Resolução do Senado nº 55, de 2024, cuja pauta se destina a - item único - realizar uma audiência pública para debater sobre o marco legal da cibersegurança (PL 4.752, de 2025).

Até o momento, esta frente parlamentar conta com a adesão de 20 Senadores e 6 Deputados Federais. Aos Parlamentares que desejarem compor a frente, informo que a adesão é efetivada por meio eletrônico, através do sistema Sedol para os Senadores e do sistema Infoleg para os Deputados Federais. Nossa Secretaria encontra-se à disposição para orientar os gabinetes que queiram se juntar ao esforço deste Colegiado.

Compõem a mesa - e me perdoem se eu não fiz a chamada anteriormente - o Carlos Diego de Araújo Pinto e Lima, que é o Secretário-Executivo da frente parlamentar; o nosso querido Presidente, Vice-Presidente Senador Hamilton Mourão, que valoriza muito este momento e a própria frente com a sua participação; o Contra-Almirante Marcelo do Nascimento Marcelino, Chefe do Centro de Operações Cibernéticas da Marinha do Brasil; e o Sr. Belisario Contreras, Coordenador da Digi Americas Alliance, aliança das empresas de cibersegurança. E estavam até há pouco conosco o Senador Izalci Lucas - hoje há uma grande movimentação de Comissões e trabalhos no Senado - e a Deputada Tabata Amaral, cujas presenças, ainda que não perdurem, estão registradas.

A primeira observação que eu quero fazer, da maneira mais objetiva possível, é que o texto do PL 4.752, de 2025, foi um texto fruto de várias sugestões. O texto foi consolidado e, em nome da Frente Parlamentar, eu subscrevi, na condição de eventual Presidente, e o apresentei.

Eu pessoalmente li duas grandes contribuições, não li todas, mas tomei conhecimento de praticamente todas. Não posso deixar de registrar - quero a ajuda do Diego - a contribuição do Sr. Luiz Henrique Lobo, não sei se está presente, mas quero que fique registrado.

A minha primeira palestra pós-apresentação do projeto, eu a fiz com base nas críticas. Eu montei a palestra em cima de oito das 40 páginas de contribuição que o Prof. Luiz Henrique Lobo apresentou e me saí bem; com 20% da produção dele, eu consegui vender o nosso peixe, ou seja, resumi porque é importante.

As outras contribuições, mais ou menos esparsas, aqui estão.

O SR. CARLOS DIEGO DE ARAÚJO PINTO E LIMA (*Fora do microfone.*) - Essa foi uma delas das duas que o senhor recebeu da Aliança.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco/PP - SC) - A outra foi da Aliança Multissetorial pela Cibersegurança Nacional, também como contribuição para o marco legal da cibersegurança.

Considero que, em matéria de contribuições, nós não precisamos sair correndo atrás de mais nenhuma, porque outras contribuições virão até por direito comparado, por inovação adotada em algum ponto do mundo. Por isso, eu considero que esta etapa nós devemos considerar como cumprida. E o que precisamos diligenciar é em relação à designação do Relator, que ainda está pendente.

1/7



Reunião de: 04/11/2025

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Eu tenho insistido para que a relatoria seja de um companheiro nosso de Frente, para que nós possamos preservar os princípios da Frente, princípios esses que estão, naturalmente, podendo ser enriquecidos pelas sugestões, pelas críticas, enfim, por todas as observações.

E, finalmente, gostaria de fazer um breve relato - brevíssimo relato - sobre a minha participação na reunião... Como é que se chama aquele... É COP da segurança, aquele de São Paulo?

O SR. CARLOS DIEGO DE ARAÚJO PINTO E LIMA - São Paulo?

A Expojud foi agora.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco/PP - SC) - Um grande evento que aconteceu em São Paulo há duas semanas.

O SR. CARLOS DIEGO DE ARAÚJO PINTO E LIMA - Ah, de segurança pública.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco/PP - SC) - Hein?

O SR. CARLOS DIEGO DE ARAÚJO PINTO E LIMA - Segurança pública.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco/PP - SC) - Sobre a segurança pública, em que eu revi o legado do Delegado Fabiano Fonseca Barbeiro. O nome não é nenhuma insinuação aqui, nenhuma, nada contra mim. (*Risos.*)

Em 2016, ele se viu às voltas com um confronto com o WhatsApp. Ele capturou uma distribuição de droga feita por WhatsApp. E disso resultou, para os que têm memória, entre 2015 para 2016, uma suspensão do WhatsApp, que durou 24 horas. Estão todos lembrados disso? Foi provocado por essa denúncia. Ele fez um requerimento de 29 páginas, circunstanciando o que ele estava vivendo.

Na época, o WhatsApp não tinha representante no Brasil - e eu era o Presidente da CPI dos Crimes Cibernéticos - até que o Facebook adquiriu o WhatsApp, e aí, nós conseguimos fazer um encontro do delegado com o representante do WhatsApp, pela via do Facebook.

Mal comparando, dez anos depois, nós frequentemente nos vemos com dificuldades ou parecidas, ou decorrentes daquela. E isso, eu pude atualizar nesse encontro lá em São Paulo, demonstrando que a atualização, a busca do acompanhamento do que está acontecendo no mundo será uma constante para todos nós.

Isso posto, eu vou conceder a palavra, está aqui inscrito, não sei se essa inscrição foi feita de boa vontade pelo Almirante...

O SR. CARLOS DIEGO DE ARAÚJO PINTO E LIMA (*Fora do microfone.*) - Espero que sim.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco/PP - SC) - Não, você que responde. Foi combinado com o Almirante o uso da palavra? Então eu lhe concedo a palavra por um prazo básico de cinco minutos, a seu juízo.

O SR. MARCELO DO NASCIMENTO MARCELINO - Sim, senhor.

Quero agradecer ao Sr. Senador Esperidião Amin, ao Sr. Senador Hamilton Mourão, ao Sr. Diego, Carlos Diego, ao Sr. Belisario Contreras, aqui também ao Secretário de Segurança da Informação Cibernética, lá do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Eu falo na condição de representante do Comando de Defesa Cibernética, que é uma estrutura do Ministério da Defesa. Então aqui eu estou representando o Comandante de Defesa Cibernética, e é uma honra poder integrar esta mesa e falar desse projeto de lei, que simboliza um elevado, carrega consigo um elevado mérito para preenchimento dessa lacuna que a gente observa no ordenamento jurídico nacional, estabelecendo diretrizes e mecanismos de cooperação federativa voltados à segurança e proteção das infraestruturas críticas de interesse nacional.

Essa nova previsão legal vai consubstanciar um avanço estratégico para o nosso país, na medida em que consolida o marco normativo e fortalece assim a resiliência digital que o Brasil anseia. E também tem consigo a proposta da criação de um programa nacional de segurança e resiliência digitais. Então também consolida assim a questão da cibersegurança.

E falando particularmente nesse sentido da segurança da informação ou da segurança cibernética, eu apresento aqui, por parte do Ministério da Defesa, todo o apoio que o Comando de Defesa Cibernética tem, com a sua experiência, com os exercícios que ele conduz, por meio dos exercícios Guardiões Cibernéticos, nessa proposta de alavancar, fazer com que esse projeto de lei possa frutificar e assim contribuir com o esforço do nosso país.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco/PP - SC) - Agradeço a contribuição concisa e objetiva do Sr. Almirante Marcelo do Nascimento Marcelino.

2/7



Reunião de: 04/11/2025

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

E registro a presença do Sr. André Luiz Bandeira Molina, a quem eu vou deixar aqui uma pergunta antes de passar a palavra para Dom Belisario Contreras, o homem que fez a primeira experiência de andar em táxi sem motorista e nos empurrou para dentro do táxi.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) - Isso é importante.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco/PP - SC) - Ficou de fora, e entraram três de nós. (*Risos.*)

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco/REPUBLICANOS - RS) - Era no Rio de Janeiro?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco/PP - SC) - Não, era em São Francisco.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco/REPUBLICANOS - RS) - Ah, São Francisco é tranquilo. Se fosse no Rio de Janeiro... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco/PP - SC) - E convidou-nos para ir ao Rio de Janeiro depois.

Então quero fazer a pergunta ao Dr. Molina, para ele depois usar a palavra objetivamente sobre isso. Fale-nos sobre essa notícia, divulgada nesse fim de semana, de que uma das alternativas para ativar a Agência de Cibersegurança seria o aproveitamento de uma agência reguladora já existente. O senhor vai ter o direito de resposta daqui a pouco.

O SR. ANDRÉ LUIZ BANDEIRA MOLINA - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco/PP - SC) - Com a palavra Dom Belisario Contreras, que pode responder também. Se quiser contestar a história do táxi, eu tenho fotos. (*Risos.*)

O SR. BELISARIO CONTRERAS (*Fora do microfone.*) - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco/PP - SC) - Cinco minutos.

O SR. BELISARIO CONTRERAS (*Fora do microfone.*) - Olá.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco/PP - SC) - *Cinque minuti.*

O SR. BELISARIO CONTRERAS (*Fora do microfone.*) - Funciona o microfone?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco/PP - SC) - Se você apertar.

O SR. BELISARIO CONTRERAS - Olá. Muito obrigado.

Perdão, eu peço perdão por meu portunhol, mas não há caipirinha, não há rodízio, então não está fluído.

Senador Esperidião, Senador Hamilton, Contra-Almirante, Carlos Diego, André e todos os parceiros, eu quero começar, eu vou tomar um minuto para congratular a vocês, porque o trabalho que vem fazendo o Brasil, desde o Governo e o Senado, é incrível. E eu quero compartilhar que o esforço de vocês é reconhecido pela região. Vocês têm vindo trabalhando por, mais ou menos, 18 meses e têm tido avanços formidáveis, muito significativos.

Agora temos o projeto de cibersegurança, algo único, algo que, por suposto, pode melhorar, como tudo, mas é um avanço significativo.

Também o Governo tem tido muitas iniciativas. Na semana passada, vimos muitas alianças, muitos memorandos de entendimento com empresas ou países, e isso é algo de verdade que marca a diferença, que marca a liderança do Brasil na região e o mundo. O Brasil é uma das economias mais importantes do mundo, é um líder estratégico para a América Latina, e é muito importante tomar ação.

Eu queria, além disso, compartilhar algo com vocês, uma pequena apresentação de inteligência artificial na América Latina. Isso é um trabalho, e eu vou pedir ao Secretário Executivo que compartilhe com vocês o relatório que temos em português, espanhol e inglês, sobre o tema de inteligência artificial e a sua conexão com cibersegurança.

Eu menciono, e queremos trazer isto, porque todo mundo está falando de inteligência artificial agora.

No Brasil, há projetos legislativos, na Colômbia, há mais de 12, mais de uma dúzia de projetos legislativos, e se fala muito com pouco conhecimento.

Inteligência artificial é algo que já está aqui, que vem passando, sucedendo durante muitos anos. Inteligência artificial oferece muitos benefícios a temas de cadeia de suprimentos, saúde e administração pública e também está mudando constantemente o panorama de cibersegurança, tanto para temas defensivos como ofensivos.

3/7



Reunião de: 04/11/2025

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Em países como Argentina, Brasil, Chile, entre outros, vocês já têm uma regulação, mas, antes de pensar em projetos legislativos que possam mudar todo o panorama, nós queremos convidar vocês a pensarem em segurança ou cibersegurança, privacidade, ética e no trabalho de pessoas. É muito importante que, antes de avançar um tema da inteligência artificial, consideremos todos esses temas e a importância da cibersegurança. Por quê? Sem uma efetiva regulação e uma base de segurança, inteligência artificial não vai ser possível. Então, é importante começar a pensar em padrões, como a norma Nist, que é reconhecida em nível internacional, em categorizações, também no tema de desinformação e em que a regulação se possa tocar, seja evolutiva. Nós necessitamos, da indústria, uns padrões e uma regulação que permita inovar, que permita inovação. Inteligência artificial traz muito benefício, muita inovação, e com inovação também vai haver prosperidade para todo o país.

Privacidade é um tema que no Brasil é muito bom, muito avançado. Há uma agência nacional que é a ANPD. Creio que o Brasil - eu considero - vai em uma direção muito, muito acertada, mas consideramos que outros países também têm que ter em conta esses temas.

No caso do Brasil, já tem privacidade, e a cibersegurança vai andando, mas necessitamos que continuem muito mais, com muito mais rapidez.

E ética? Ética é muito importante, porque temos muita informação, muita análise de dados, e, se não estabelecemos base e marcos éticos, é muito difícil também que os cidadãos, as pessoas confiem na tecnologia.

(Soa a campanha.)

O SR. BELISARIO CONTRERAS - Ética está muito ligada também ao tema de cibersegurança.

Perdão por ser tão repetitivo, Senadores, mas esse é o tema mais importante.

E, por último, é o desenvolvimento de pessoas. Aqui há uma oportunidade para a economia e a sociedade nesse campo. Então, não é pensar só como um tema de investidores, não é pensar como se vai atacar pessoas, mas em treinar, em buscar oportunidade de como podemos fazer um alto impacto e em continuar com esta liderança do Brasil.

Para finalizar, os governos, novamente, antes de começarem com todos esses esforços legislativos, devem pensar, ter consciência do que temos e do que nos falta também para poder chegar a um marco ótimo para todo o país.

(Soa a campanha.)

O SR. BELISARIO CONTRERAS - E somente peço segurança, privacidade e ética em suas estratégias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco/PP - SC) - Agradeço muito ao nosso querido amigo Sr. Belisario Contreras, que tem sido extremamente colaborador em todas as iniciativas que o Congresso brasileiro tem desenvolvido neste campo.

E concedo a palavra por três minutos para o Sr. André Molina se manifestar tanto sobre o projeto de lei quanto sobre essa propalada cogitação.

E reafirmo aqui o interesse absoluto, sincero da nossa frente parlamentar de prestigiar todas as iniciativas, especialmente as do GSI, que tem sido muito leal na relação com a frente parlamentar, contribuindo para que, apesar de todas as dificuldades financeiras, econômicas, orçamentárias do Governo, se tenha um caminhar positivo em matéria da defesa da cibersegurança no Brasil. E, mais uma vez, quero enaltecer o excelente exemplo que o Guardião Cibernético tem concedido ao Brasil desde 2019, quando eu acompanho, e desde 2018, quando foi iniciado. E estendo esse agradecimento, evidentemente, às Forças Armadas - Exército, Marinha e Aeronáutica -, no caso aqui, representadas pelo Almirante Marcelo.

Por favor.

O SR. ANDRÉ LUIZ BANDEIRA MOLINA - Boa tarde, Senador Esperidião. Primeiramente, eu gostaria de agradecer-lhe aqui o convite.

Cumprimento o Senador Hamilton Mourão e os colegas aqui, o Almirante Marcelino, o Diego, Belisario.

Essa aqui é uma apresentação que eu fiz semana passada. Eu pediria para colocar no eslaide da linha do tempo, que é justamente a explicação um pouco de como foi esse processo de chegarmos a uma proposta de uma agência.

Pode passar mais um? Mais dois. Esse.

O que nós tínhamos? Nós tínhamos o Comitê Nacional de Cibersegurança, que de fato foi instituído ali em fevereiro de 2024, e os primeiros grupos de trabalho foram criados na primeira reunião, em março de 2024. E, nesse eslaide aqui, a

4/7



Reunião de: 04/11/2025

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

gente só vai ver aquilo que tem relação direta com a proposta de órgão de governança. Um grupo de trabalho foi formado para criar a nova estratégia, que foi de fato publicada agora como decreto em agosto de 2025 - está na linha de cima. E, embaixo, o grupo permaneceu um pouco mais de um ano trabalhando em cima de uma proposta de um órgão de governança. O resultado foi apresentado em abril de 2025. Havia uma proposta de um marco legal com três opções de órgão de governança. Então, a gente parte de uma secretaria, que é um modelo mais simples, que custa menos e que tem menos capacidades; passa por um modelo intermediário, o de uma autarquia; e vai até um modelo mais completo, que é uma agência, que tem um custo mais elevado e que também tem mais capacidades.

Quando se entrega esse trabalho, o Governo ali começa a trabalhar em cima dessas propostas, a avaliar a questão legal. Nesse período, o GSI vislumbrou a possibilidade de se aproveitar uma agência já pronta, no caso a Anatel.

A Anatel tinha um recurso disponível de pessoal, capacidade de se instalar como uma agência de cibersegurança mais rapidamente - a gente vê na figura ali até um coelhinho no desenho dela. E a Anatel tem uma proposta, em termos financeiros e de capacidade, semelhantes à da autarquia, então, era algo dentro do previsto ali dos grupos de trabalho. E tem uma vantagem: a velocidade com que ela se transforma numa agência de cibersegurança é mais rápida, porque ela já tem toda uma estrutura administrativa pronta, capilaridade nacional, já tem uma *expertise* muito grande em fazer avaliação de equipamentos.

Dentro dessa possibilidade, o GSI foi construindo essa proposta junto com a Secretaria para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, já alinhado ali com a Anatel também, como uma quarta proposta. E essa Lei Geral de Cibersegurança - como foi chamada essa quarta proposta - é composta do marco legal mais a conversão dessa possibilidade, dessa capacidade de a Anatel se transformar numa agência de cibersegurança.

Essa proposta foi entregue também ao comitê na última reunião, agora em outubro, e, no mesmo dia, o comitê decidiu criar um grupo de trabalho para avaliar essa proposta. E é isso que o comitê está fazendo agora. Então, eles têm um prazo aí de dois meses, que vai expirar em dezembro, para fazer a avaliação disso e, de fato, fazer essa avaliação na ótica do comitê de que proposta vai ser entregue.

(Soa a campanha.)

O SR. ANDRÉ LUIZ BANDEIRA MOLINA - Concluí nos três...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco/PP - SC) - Concluindo.

O SR. ANDRÉ LUIZ BANDEIRA MOLINA - Sim, conclusão.

O comitê está avaliando essa quarta proposta. Ela é a proposta, do ponto de vista do GSI, mais interessante em termos de velocidade e capacidade de, de fato, ser uma agência robusta, mas é algo que vai ser discutido também. Quando o comitê se debruçar, agora no final do trabalho, vai entregar para o Governo, e o Governo decide que proposta, de fato, vai ser um projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco/PP - SC) - Objetivamente sobre essa alternativa de aproveitar uma agência existente...

O SR. ANDRÉ LUIZ BANDEIRA MOLINA - Objetivamente falando, ela é uma proposta viável, já alinhada em termos de Governo ali com a Anatel, com a Casa Civil no aspecto jurídico, ali com a Secretaria para Assuntos Jurídicos, e ela agora está em revisão pelo comitê. E é lógico que o comitê é multissetorial. Então, existem várias discussões internas agora ali no âmbito do comitê.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco/PP - SC) - Está em curso, então?

O SR. ANDRÉ LUIZ BANDEIRA MOLINA - Está em curso.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco/PP - SC) - Eu ainda gostaria de oferecer a palavra... Nós estamos num dia bastante assoberbado com Comissões deliberando sobre lei orçamentária, preparando a votação da lei orçamentária. Daqui a pouco, eu tenho que relatar as emendas, inclusive da CCAI. E, por isso, eu queria que todos compreendessem que sugestões a respeito do aperfeiçoamento do texto da lei ainda serão recebidas e consideradas, mas nós estamos agora partindo para a fase de obter a designação do Relator e de ela ter o seu encaminhamento legislativo. Isso não vai impedir a contribuição de mais ninguém que vá contribuir... Todos poderão contribuir. E eu gostaria de conceder a palavra ao Senador Hamilton Mourão, que muito nos alegra, e ao Senador Jorge Seif.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco/REPUBLICANOS - RS) - Presidente, obrigado.

É importante ouvirmos os especialistas da área. Não é uma atividade simples.

5/7



Reunião de: 04/11/2025

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

A questão hoje da defesa cibernética tem uma importância extremamente grande, em face dos ataques que a gente sofre diariamente e em face da necessidade de termos uma defesa adequada contra esses ataques.

A legislação que está sendo proposta vai passar, como V. Exa. disse, por todo o trâmite legislativo. Então, ao longo deste momento, emendas serão apresentadas, emendas serão discutidas, como sói acontecer aqui dentro desta Casa. E essa contribuição que os especialistas podem nos dar ao longo desse período é fundamental. Então, o importante é ninguém se omitir nisso e trazer a sua visão.

Quanto à pergunta específica que o senhor fez para o GSI, nós comentamos no final de semana a notícia da utilização da Anatel. É óbvio que eles estão fazendo um estudo, e, como todo estudo, ele tem prós e contras e, ao final, vai ter um decisor que vai tomar essa decisão. Nós temos uma visão um tanto quanto distinta a esse respeito. Pela colocação que foi colocada, nós temos uma situação mais barata, que é a secretaria; uma intermediária, que é a autarquia; e aquilo que nós consideramos que é o ideal, que é nós termos efetivamente uma agência. Então, vai ser uma decisão em nível de governo, mas a gente sempre se preocupa, porque podemos ficar com uma meia-sola, que, no final das contas, vai prejudicar, em vez de beneficiar.

É essa a contribuição que eu gostaria de dar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco/PP - SC) - Essa meia-sola não tem nada a ver com a cavalaria, não é?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco/REPUBLICANOS - RS) - Em absoluto. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco/PP - SC) - Concedo a palavra ao nosso Senador Jorge Seif, que também tem sido um assíduo participante da nossa frente. E quero lhe dizer que eu fiz aqui o registro público do atentado à sua segurança, praticado sob as ordens do Sr. Belisario, na "Operação Carro sem Motorista". *(Risos.)*

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) - Senhoras e senhores, uma boa tarde. Boa tarde, Senador Esperidião, Senador Mourão, Belisario, meu amigo Diego, a todas as senhoras e senhores que estão participando aqui.

Eu queria fazer uma reflexão com vocês. Esta é uma frente que está funcionando, uma frente que está atraindo muitas empresas, a iniciativa privada, que hoje investe muito - investe muito - e conhece muito, mas cada um está se protegendo, está protegendo a sua entidade. E, na proposta principal - e também falo com o André aqui, do GSI, obrigado pela presença do amigo, como sempre aqui presente na nossa frente -, o importante é que as nossas experiências individuais... E nós não estamos inventando a roda, nós vimos isso funcionando, isso funciona e é eficaz, é eficiente nos Estados Unidos da América. Em vez de o Itaú estar se preocupando com o Itaú, o Bradesco com o Bradesco, em vez de a Petrobras estar se preocupando com a Petrobras, a Itaipu com a Itaipu, enfim, entidades privadas investindo bastante em segurança, é nós compartilharmos essas informações e fazermos um núcleo duro de inteligências e experiências. Então, se o Itaú é atacado, ele tem um núcleo de empresas que compõem essa agência - ou, como o senhor está tratando, além de agência, um ministério ou... - que seja composta de entidades públicas e privadas e que não tenha aquele modelo engessado de gestão de Governo Federal. Não é engessado... Eu não estou falando mal do Governo, eu estou falando mal das estruturas públicas de engessamento.

Enquanto isso, se nós tivermos uma entidade que some as forças do privado e do público, o país ganha, o cidadão ganha, as empresas ganham, o Governo ganha, as autarquias ganham, as infraestruturas essenciais ganham pela experiência. Temos aqui empresas, inclusive, que trabalham exclusivamente com segurança que estão fazendo parte aqui muito mais por patriotismo, ou dever cívico, ou preocupação com a sociedade do que necessariamente por uma necessidade, e isso é nobre. E nós não podemos chegar para empresas como essas, que são líderes mundiais em proteção de dados, em banco de dados, em servidores, em complexos, etc., e falar assim: "Não, obrigado; o bom da boca aqui sou eu, porque eu sou Governo". Não!

Eu acho que nós precisamos dar as mãos, unir esses esforços. Com certeza, Senador Esperidião Amin, esta frente parlamentar, de que eu me orgulho muito de estar fazendo parte, tenho certeza, pelo prestígio da primeira reunião e das outras, das missões que nós temos feito, vai fazer uma contribuição fundamental ao Brasil desde que nós, enquanto Parlamento, enquanto Governo Federal e iniciativa privada, saibamos o nosso lugar. A união dos nossos esforços vai fazer um país muito mais forte na cibersegurança.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco/PP - SC) - Eu vou promover os atos finais deste encontro.

Gostaria de que o nosso Secretário Diego fizesse, além da ata, uma distribuição de um resumo das questões aqui colocadas. Vamos priorizar, a partir de agora, a apreciação do projeto de lei, que começa a sua tramitação a partir da designação do Relator.

6/7



Reunião de: 04/11/2025

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Registro também a justificativa da ausência do nosso sempre companheiro participante Senador Sergio Moro, que está em missão no exterior desde ontem. Por essa razão, inclusive, não participou da reunião de hoje de manhã.

Desejo reiterar aqui o meu agradecimento muito sincero a todas as empresas que eu não pude destacar individualmente hoje, mas que têm dado uma contribuição muito efusiva para o desenvolvimento desta frente parlamentar. Desde o lançamento da frente, em março deste ano, nós só temos colhido apoio, entusiasmo, e isso certamente decorre da importância do nosso objetivo. Quanto mais unidos e quanto mais estivermos abertos às contribuições, certamente caminharemos melhor.

Eu acredito que, no desenvolvimento, na apreciação do projeto de lei, nós teremos audiências públicas setorializadas, com ênfase nos setores da sociedade, nos setores da economia mais vulneráveis. Foi aqui mencionado o setor financeiro porque este, obviamente...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) - Está todo dia sob ataque.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco/PP - SC) - ... está todo dia sob ataque. Eu costumo sempre dizer o seguinte: por que será que ninguém mais teve notícia de assalto a banco, de explosão de caixa eletrônico? A bandidagem se desinteressou?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) - É que dá menos dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco/PP - SC) - Não, é que na tecla...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) - Ganha-se mais.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco/PP - SC) - ... ganha-se mais, se expõe menos e pode voltar a atacar, depois de um fracasso, com a maior cara de pau e com anonimato absoluto, ou seja, mudaram os meios do assalto. E há setores que estão agora emergindo nessa evidência de ataque, como o da saúde.

Nós já tivemos oportunidade de constatar isso em missões internacionais. Nós dois estamos vindo de uma em que se reiterou isso, agora tendo como alvos *startups* de pesquisa no setor da saúde, sem contar os ataques que se sucedem a centros de excelência da saúde, capturando desde o *software* de operação de um hospital que seja referenciado, seja a referência, até os prontuários médicos e os registros médicos avulsos. Quer dizer, com essa sofisticação, os ataques não são tão numerosos quanto o Brasil já sofreu, mas são mais letais, ou seja, são mais refinados. Isso tudo recomenda que a gente, com humildade, procure parcerias.

É por isso que eu encerro as minhas palavras agradecendo a presença de todos e enaltecendo essa coesão, essa solidariedade que nos anima e também nos faz produzir reuniões curtas, objetivas e, se possível, com um objetivo único até, eventualmente, para permitir uma absorção do conteúdo com mais eficiência.

Antes de encerrar a reunião, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata, que será composta pela lista de presença, pelo resultado da reunião e pelas notas taquigráficas. Para o que eu conto com a contribuição inestimável do Diego, nosso Secretário.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam essa deliberação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Cumprida a finalidade, declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado pela presença de todos.

(Iniciada às 13 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 36 minutos.)



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Angelo Coronel*
PT - Jaques Wagner*
PSD - Otto Alencar**

Rio Grande do Sul

PP - Luis Carlos Heinze*
PT - Paulo Paim*
REPUBLICANOS - Hamilton Mourão**

Amazonas

MDB - Eduardo Braga*
PSDB - Plínio Valério*
PSD - Omar Aziz**

Rio de Janeiro

PL - Carlos Portinho* (S)
PL - Flávio Bolsonaro*
PL - Romário**

Ceará

PSB - Cid Gomes*
NOVO - Eduardo Girão*
PT - Augusta Brito** (S)

Paraná

PSB - Flávio Arns*
PSDB - Oriovisto Guimarães*
UNIÃO - Sergio Moro**

Maranhão

PSD - Eliziane Gama*
PDT - Weverton*
PDT - Ana Paula Lobato** (S)

Paraíba

PP - Daniella Ribeiro*
MDB - Veneziano Vital do Rêgo*
UNIÃO - Efraim Filho**

Acre

PL - Marcio Bittar*
PSD - Sérgio Petecão*
UNIÃO - Alan Rick**

Pará

MDB - Jader Barbalho*
PODEMOS - Zequinha Marinho*
PT - Beto Faro**

Espírito Santo

PT - Fabiano Contarato*
PODEMOS - Marcos do Val*
PL - Magno Malta**

Mato Grosso do Sul

PSD - Nelsinho Trad*
PODEMOS - Soraya Thronicke*
PP - Tereza Cristina**

Pernambuco

MDB - Fernando Dueire* (S)
PT - Humberto Costa*
PT - Teresa Leitão**

Piauí

PP - Ciro Nogueira*
MDB - Marcelo Castro*
PSD - Jussara Lima** (S)

Distrito Federal

PL - Izalci Lucas*
PDT - Leila Barros*
REPUBLICANOS - Damares Alves**

São Paulo

MDB - Giordano* (S)
PSD - Mara Gabrilli*
PL - Astronauta Marcos Pontes**

Rio Grande do Norte

PSDB - Styvenson Valentim*
PSD - Zenaide Maia*
PL - Rogerio Marinho**

Rondônia

MDB - Confúcio Moura*
PL - Marcos Rogério*
PL - Jaime Bagattoli**

Minas Gerais

PODEMOS - Carlos Viana*
PSD - Rodrigo Pacheco*
REPUBLICANOS - Cleitinho**

Santa Catarina

PP - Esperidião Amin*
MDB - Ivete da Silveira* (S)
PL - Jorge Seif**

Tocantins

PL - Eduardo Gomes*
PSD - Irajá*
UNIÃO - Professora Dorinha Seabra**

Goiás

PSB - Jorge Kajuru*
PSD - Vanderlan Cardoso*
PL - Wilder Morais**

Alagoas

PL - Dra. Eudócia* (S)
MDB - Renan Calheiros*
MDB - Fernando Farias** (S)

Amapá

PSD - Lucas Barreto*
PT - Randolfe Rodrigues*
UNIÃO - Davi Alcolumbre**

Mato Grosso

UNIÃO - Jayme Campos*
PSD - José Lacerda* (S)
PL - Wellington Fagundes**

Sergipe

MDB - Alessandro Vieira*
PT - Rogério Carvalho*
PP - Laércio Oliveira**

Roraima

PSB - Chico Rodrigues*
REPUBLICANOS - Mecias de Jesus*
PP - Dr. Hiran**

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA
(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Democracia - 24
MDB-11 / UNIÃO-6 / PODEMOS-4 / PSDB-3

Alan Rick.	UNIÃO / AC
Alessandro Vieira.	MDB / SE
Carlos Viana.	PODEMOS / MG
Confúcio Moura.	MDB / RO
Davi Alcolumbre.	UNIÃO / AP
Eduardo Braga.	MDB / AM
Efraim Filho.	UNIÃO / PB
Fernando Dueire.	MDB / PE
Fernando Farias.	MDB / AL
Giordano.	MDB / SP
Ivete da Silveira.	MDB / SC
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jayne Campos.	UNIÃO / MT
Marcelo Castro.	MDB / PI
Marcos do Val.	PODEMOS / ES
Oriovisto Guimarães.	PSDB / PR
Plínio Valério.	PSDB / AM
Professora Dorinha Seabra.	UNIÃO / TO
Renan Calheiros.	MDB / AL
Sergio Moro.	UNIÃO / PR
Soraya Thronicke.	PODEMOS / MS
Styvenson Valentim.	PSDB / RN
Veneziano Vital do Rêgo.	MDB / PB
Zequinha Marinho.	PODEMOS / PA

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 18
PSD-14 / PSB-4

Angelo Coronel.	PSD / BA
Chico Rodrigues.	PSB / RR
Cid Gomes.	PSB / CE
Eliziane Gama.	PSD / MA
Flávio Arns.	PSB / PR
Irajá.	PSD / TO
Jorge Kajuru.	PSB / GO
José Lacerda.	PSD / MT
Jussara Lima.	PSD / PI
Lucas Barreto.	PSD / AP
Mara Gabrilli.	PSD / SP
Nelsinho Trad.	PSD / MS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Rodrigo Pacheco.	PSD / MG
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Vanderlan Cardoso.	PSD / GO
Zenaide Maia.	PSD / RN

Bloco Parlamentar Vanguarda - 16
PL-15 / NOVO-1

Astronauta Marcos Pontes.	PL / SP
Carlos Portinho.	PL / RJ
Dra. Eudócia.	PL / AL
Eduardo Girão.	NOVO / CE
Eduardo Gomes.	PL / TO
Flávio Bolsonaro.	PL / RJ
Izalci Lucas.	PL / DF
Jaime Bagattoli.	PL / RO
Jorge Seif.	PL / SC
Magno Malta.	PL / ES

Marcio Bittar.	PL / AC
Marcos Rogério.	PL / RO
Rogério Marinho.	PL / RN
Romário.	PL / RJ
Wellington Fagundes.	PL / MT
Wilder Moraes.	PL / GO

Bloco Parlamentar Pelo Brasil - 12
PT-9 / PDT-3

Ana Paula Lobato.	PDT / MA
Augusta Brito.	PT / CE
Beto Faro.	PT / PA
Fabiano Contarato.	PT / ES
Humberto Costa.	PT / PE
Jaques Wagner.	PT / BA
Leila Barros.	PDT / DF
Paulo Paim.	PT / RS
Randolfe Rodrigues.	PT / AP
Rogério Carvalho.	PT / SE
Teresa Leitão.	PT / PE
Weverton.	PDT / MA

Bloco Parlamentar Aliança - 11
PP-7 / REPUBLICANOS-4

Ciro Nogueira.	PP / PI
Cleitinho.	REPUBLICANOS / MG
Damares Alves.	REPUBLICANOS / DF
Daniella Ribeiro.	PP / PB
Dr. Hiran.	PP / RR
Esperidião Amin.	PP / SC
Hamilton Mourão.	REPUBLICANOS / RS
Laércio Oliveira.	PP / SE
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Mecias de Jesus.	REPUBLICANOS / RR
Tereza Cristina.	PP / MS

Bloco Parlamentar Democracia.	24
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	18
Bloco Parlamentar Vanguarda.	16
Bloco Parlamentar Pelo Brasil.	12
Bloco Parlamentar Aliança.	11
TOTAL.	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Alan Rick** (UNIÃO-AC)	Fernando Farias** (MDB-AL)	Mecias de Jesus* (REPUBLICANOS-RR)
Alessandro Vieira* (MDB-SE)	Flávio Arns* (PSB-PR)	Nelsinho Trad* (PSD-MS)
Ana Paula Lobato** (PDT-MA)	Flávio Bolsonaro* (PL-RJ)	Omar Aziz** (PSD-AM)
Angelo Coronel* (PSD-BA)	Giordano* (MDB-SP)	Oriovisto Guimarães* (PSDB-PR)
Astronauta Marcos Pontes** (PL-SP)	Hamilton Mourão** (REPUBLICANOS-RS)	Otto Alencar** (PSD-BA)
Augusta Brito** (PT-CE)	Humberto Costa* (PT-PE)	Paulo Paim* (PT-RS)
Beto Faro** (PT-PA)	Irajá* (PSD-TO)	Plínio Valério* (PSDB-AM)
Carlos Portinho* (PL-RJ)	Ivete da Silveira* (MDB-SC)	Professora Dorinha Seabra** (UNIÃO-TO)
Carlos Viana* (PODEMOS-MG)	Izalci Lucas* (PL-DF)	Randolfe Rodrigues* (PT-AP)
Chico Rodrigues* (PSB-RR)	Jader Barbalho* (MDB-PA)	Renan Calheiros* (MDB-AL)
Cid Gomes* (PSB-CE)	Jaime Bagattoli** (PL-RO)	Rodrigo Pacheco* (PSD-MG)
Ciro Nogueira* (PP-PI)	Jaques Wagner* (PT-BA)	Rogério Carvalho* (PT-SE)
Cleitinho** (REPUBLICANOS-MG)	Jayme Campos* (UNIÃO-MT)	Rogério Marinho** (PL-RN)
Confúcio Moura* (MDB-RO)	Jorge Kajuru* (PSB-GO)	Romário** (PL-RJ)
Dameres Alves** (REPUBLICANOS-DF)	Jorge Seif** (PL-SC)	Sergio Moro** (UNIÃO-PR)
Daniella Ribeiro* (PP-PB)	José Lacerda* (PSD-MT)	Sérgio Petecão* (PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (UNIÃO-AP)	Jussara Lima** (PSD-PI)	Soraya Thronicke* (PODEMOS-MS)
Dr. Hiran** (PP-RR)	Laércio Oliveira** (PP-SE)	Styvenson Valentim* (PSDB-RN)
Dra. Eudócia* (PL-AL)	Leila Barros* (PDT-DF)	Teresa Leitão** (PT-PE)
Eduardo Braga* (MDB-AM)	Lucas Barreto* (PSD-AP)	Tereza Cristina** (PP-MS)
Eduardo Girão* (NOVO-CE)	Luis Carlos Heinze* (PP-RS)	Vanderlan Cardoso* (PSD-GO)
Eduardo Gomes* (PL-TO)	Magno Malta** (PL-ES)	Veneziano Vital do Rêgo* (MDB-PB)
Efraim Filho** (UNIÃO-PB)	Mara Gabrilli* (PSD-SP)	Wellington Fagundes** (PL-MT)
Eliziane Gama* (PSD-MA)	Marcelo Castro* (MDB-PI)	Weverton* (PDT-MA)
Esperidião Amin* (PP-SC)	Marcio Bittar* (PL-AC)	Wilder Moraes** (PL-GO)
Fabiano Contarato* (PT-ES)	Marcos Rogério* (PL-RO)	Zenaide Maia* (PSD-RN)
Fernando Dueire* (MDB-PE)	Marcos do Val* (PODEMOS-ES)	Zequinha Marinho* (PODEMOS-PA)

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031



COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Davi Alcolumbre - (UNIÃO-AP)

1º VICE-PRESIDENTE

Eduardo Gomes - (PL-TO)

2º VICE-PRESIDENTE

Humberto Costa - (PT-PE)

1ª SECRETÁRIA

Daniella Ribeiro - (PP-PB)

2º SECRETÁRIO

Confúcio Moura - (MDB-RO)

3ª SECRETÁRIA

Ana Paula Lobato - (PDT-MA)

4º SECRETÁRIO

Laércio Oliveira - (PP-SE)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Chico Rodrigues - (PSB-RR)

2º Mecias de Jesus - (REPUBLICANOS-RR)

3º Styvenson Valentim - (PSDB-RN)

4ª Soraya Thronicke - (PODEMOS-MS)



COMPOSIÇÃO
LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar Democracia (MDB/UNIÃO/PODEMOS/PSDB) - 24</p> <p>Líder Efraim Filho - UNIÃO (4,10,42,43,49,63,75)</p> <p>.....</p> <p>Líder do MDB - 11 Eduardo Braga (59)</p> <p>Vice-Líderes do MDB Marcelo Castro (84) Confúcio Moura (15,85) Giordano (86)</p> <p>Líder do UNIÃO - 6 Efraim Filho (4,10,42,43,49,63,75)</p> <p>Vice-Líderes do UNIÃO Professora Dorinha Seabra (18,41,92,95,102) Jayme Campos (93)</p> <p>Líder do PODEMOS - 4 Carlos Viana (57)</p> <p>Vice-Líder do PODEMOS Zequinha Marinho (108)</p> <p>Líder do PSDB - 3 Plínio Valério (33,61)</p> <p>Vice-Líder do PSDB Styvenson Valentim (29,83)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD/PSB) - 18</p> <p>Líder Eliziane Gama - PSD (11,45,54)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSD - 14 Omar Aziz (13,53)</p> <p>Vice-Líder do PSD Angelo Coronel (67)</p> <p>Líder do PSB - 4 Cid Gomes (73)</p> <p>Vice-Líder do PSB Jorge Kajuru (5,17,74)</p>	<p>Bloco Parlamentar Vanguarda (PL/NOVO) - 16</p> <p>Líder Wellington Fagundes - PL (24,37,69)</p> <p>Vice-Líder Astronauta Marcos Pontes (77)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PL - 15 Carlos Portinho (68)</p> <p>Vice-Líderes do PL Izalci Lucas (81,88,91,101,107) Jorge Seif (80,89) Jaime Bagattoli (82,90)</p> <p>Líder do NOVO - 1 Eduardo Girão (9,38)</p>
<p>Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT/PDT) - 12</p> <p>Líder Weverton - PDT (20,62,72)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 9 Rogério Carvalho (60,96,97,104)</p> <p>Vice-Líderes do PT Augusta Brito (25,32,47,48,65,66,78,98,100,105) Teresa Leitão (35,64,99,106)</p> <p>Líder do PDT - 3 Weverton (20,62,72)</p>	<p>Bloco Parlamentar Aliança (PP/REPUBLICANOS) - 11</p> <p>Líder Dr. Hiran - PP (71)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PP - 7 Tereza Cristina (7)</p> <p>Vice-Líder do PP Esperidião Amin (87)</p> <p>Líder do REPUBLICANOS - 4 Mecias de Jesus (6,58)</p> <p>Vice-Líder do REPUBLICANOS Hamilton Mourão (14,103)</p>	<p>Maioria</p> <p>Líder Veneziano Vital do Rêgo - MDB (76)</p>
<p>Minoria</p> <p>Líder Ciro Nogueira - PP (1,8)</p>	<p>Bancada Feminina</p> <p>Líder Professora Dorinha Seabra - UNIÃO (18,41,92,95,102)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Jaques Wagner - PT (2)</p> <p>Líder em exercício Rogério Carvalho - PT (60,96,97,104)</p> <p>Vice-Líderes Rogério Carvalho (60,96,97,104) Otto Alencar (3,46,51,52) Confúcio Moura (15,85) Daniella Ribeiro (16) Jorge Kajuru (5,17,74) Randolfe Rodrigues (19) Weverton (20,62,72) Zenaide Maia (21) Augusta Brito (25,32,47,48,65,66,78,98,100,105) Leila Barros (79)</p>
<p>Oposição</p>		



Líder Rogério Marinho - PL (50,70)		
Vice-Líder Marcos Rogério (44,94)		

Notas:

1. Em 02.01.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder do Partido Progressista (Of. 36/2022-GLDPP).
2. Em 06.01.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado Líder do Governo (Mensagem nº 7, de 2023, da Presidência da República).
3. Em 01.02.2023, o Senador Otto Alencar foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2023-GLPSD).
4. Em 01.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do União Brasil (Of. 02/23-GLUNIAO).
5. Em 01.02.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 6/2023-GLPSB).
6. Em 01.02.2023, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 4/2023-GSMJESUS).
7. Em 02.02.2023, a Senadora Tereza Cristina Corrêa foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 1/2023-GLDPP).
8. Em 03.02.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder da Minoria (Of. 10/2023-GSCNOG).
9. Em 08.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado Líder do NOVO (Of. nº 19/2023-GSGIRAO).
10. Em 08.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 5/2023-GLUNIAO).
11. Em 28.02.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 01/2023-BLPRD).
12. Em 02.03.2023, o Senador Luís Carlos Heinze foi designado Vice-Líder do Bloco Vanguarda (Of. 51/2023-BLVANG).
13. Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado 1º Vice-Líder do Partido Social Democrático (Of. 007/2023-GLPSD).
14. Em 09.03.2023, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. 17/2023-GSMJESUS).
15. Em 23.03.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
16. Em 23.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada 3ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
17. Em 23.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
18. Em 23.03.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 5ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
19. Em 23.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
20. Em 23.03.2023, o Senador Weverton Rocha foi designado 7º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
21. Em 23.03.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada 8ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
22. Em 17.05.2023, a Senadora Jussara Lima foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. 41/2023).
23. Em 24.10.2023, a Senadora Augusta Brito foi designada 8ª Vice-Líder do Governo (Of. nº 104/2023-GLDGOV).
24. Em 03.11.2023, o Senador Wellington Fagundes retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
25. Em 12/12/2023, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
26. Em 12/12/2023, a Senadora Jussara Lima deixa de exercer a função de vice-líder da Bancada Feminina no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
27. Em 21.02.2024, o Senador Rodrigo Cunha foi designado Líder do Podemos (Of. 004/2024-GLPODEMOS).
28. Em 27.02.2024, o Senador Beto Faro foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 005/2024-GLDPT).
29. Em 28.02.2024, o Senador Styvenson Valentim foi designado 1º Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 05/2024-GLPODEMOS).
30. Em 28.02.2024, o Senador Marcos do Val foi designado 2º Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 05/2024-GLPODEMOS).
31. Em 06.03.2024, o Senador Laércio Oliveira foi designado Líder do Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 10/2024-GABLI/BLALIAN).
32. Em 31.03.2024, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
33. Em 09.04.2024, o Senador Plínio Valério foi designado Líder do PSDB (Of. nº 008/2024-GSPVALER).
34. Em 03.05.2024, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. nº 79/2024-GSALOBAT).
35. Em 23.05.2024, a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
36. Em 23.05.2024, a Senadora Soraya Thronicke foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
37. Em 11/06/2024, o Senador Wellington Fagundes deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar Vanguarda pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
38. Em 18.06.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado 2º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
39. Em 18.06.2024, o Senador Magno Malta foi designado 3º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
40. Em 18.06.2024, o Senador Eduardo Gomes foi designado 4º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
41. Em 18.06.2024, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 2ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 64/2024-BLDEM).
42. Em 19/06/2024, o Senador Efraim Filho deixa de exercer a função de líder do União Brasil pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
43. Em 19/06/2024, o Senador Efraim Filho deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar Democracia pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
44. Em 24.06.2024, o Senador Marcos Rogério foi designado Líder da Oposição (Of. nº 034/2024-BLVANGUAR).
45. Em 16/07/2024, a Senadora Eliziane Gama deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática pelo motivo de "Ocupação de cargo de ministro/secretário".
46. Em 17.07.2024, o Senador Otto Alencar foi designado Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 50/2024-GLDPSB).
47. Em 31.07.2024, a Senadora Augusta Brito retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 27/2024-GSABRITO).
48. Em 04.09.2024, a Senadora Augusta Brito foi designada 9ª Vice-Líder do Governo (Of. nº 27/2024-GLDGOV).
49. Em 18.10.2024, o Senador Efraim Filho retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 21/2024-GSEFILHO).
50. Em 18.10.2024, o Senador Rogério Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. nº 50/2024-BLVANG).
51. Em 22.10.2024, o Senador Otto Alencar foi designado 1º Vice-Líder do Governo (Of. nº 7/2024-GLDGOV).
52. Em 22.10.2024, o Senador Otto Alencar foi designado Líder em exercício do Governo (Of. nº 7/2024-GLDGOV).
53. Em 30.10.2024, o Senador Omar Aziz foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 016/2024-GLPSD).
54. Em 11.11.2024, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 57/2024-GLDPSB).
55. Em 13.11.2024, o Senador Flávio Arns foi designado 1º Vice-líder do PSB (Of. 58/2024-GLDPSB).
56. Em 29/12/2024, o Senador Rodrigo Cunha foi destituído da função de líder do Podemos pelo motivo de "Renúncia".
57. Em 02.01.2025, o Senador Carlos Viana foi designado Líder do Podemos (Of. nº 115/2024-GLPODEMOS).
58. Em 14.01.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 052/2024-GABLI/GLREPUBL)

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



59. Em 28.01.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 039/2024-GLMDB).
60. Em 01.02.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 001/2025-GLDPT).
61. Em 01.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. nº 003/2025-GSPVALER).
62. Em 01.02.2025, o Senador Weverton foi designado Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. nº 18/2025).
63. Em 01.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do União Brasil (Of. nº 4/2025-GLUNIAO).
64. Em 01.02.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2025-GLDPT).
65. Em 01/02/2025, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Partido dos Trabalhadores pelo motivo de "Retorno do titular".
66. Em 01/02/2025, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
67. Em 03.02.2025, o Senador Angelo Coronel foi designado 1º Vice-Líder do PSD (Of. nº 5/2025-GLPSD).
68. Em 03.02.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado Líder do Partido Liberal (Of. nº 5/2025-GLPL).
69. Em 03.02.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 2/2025-BLVANG).
70. Em 04.02.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. 03/2025-BLVANG).
71. Em 17.02.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado Líder do Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 001/2025-GABLI/BLALIAN).
72. Em 18.02.2025, o Senador Weverton foi designado Líder do Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. 25/2025).
73. Em 18.02.2025, o Senador Cid Gomes foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 008/2025-GLDPSB).
74. Em 18.02.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado Vice-Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 008/2025-GLDPSB).
75. Em 19.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 24/2025-GLMDB).
76. Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder da Maioria (Of. 24/2025-GLMDB).
77. Em 27.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 13/2025-BLVANG).
78. Em 13.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada 9ª Vice-Líder do Governo (Of. s/n/2025-GLDGOV).
79. Em 13.03.2025, a Senadora Leila Barros foi designada 10ª Vice-Líder do Governo (Of. s/n/2025-GLDGOV).
80. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
81. Em 21.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado 2º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
82. Em 21.03.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado 3º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
83. Em 25.03.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado Vice-Líder do PSDB (Of. nº 005/2025-GSPVALER).
84. Em 02.04.2025, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
85. Em 02.04.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
86. Em 02.04.2025, o Senador Giordano foi designado 3º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
87. Em 07.04.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado Vice-Líder do Partido Progressistas (Of. nº 19/2025-GLPP).
88. Em 08.05.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
89. Em 08.05.2025, o Senador Jorge Seif foi designado 2º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
90. Em 08.05.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado 3º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
91. Em 27.05.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 03/06/2025 a 17/07/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 019/2025-GLPL).
92. Em 11.06.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 1ª Vice-Líder do União Brasil (Of. nº 28/2025-GLUNIAO).
93. Em 11.06.2025, o Senador Jayme Campos foi designado 2º Vice-Líder do União Brasil (Of. nº 28/2025-GLUNIAO).
94. Em 12.06.2025, o Senador Marcos Rogério foi designado 1º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 181/2025-GSRMARIN).
95. Em 09.07.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 188/2025-GSLB).
96. Em 13.08.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado 1º Vice-Líder do Governo, renumerando-se os demais Vice-Líderes (Of. nº 015/2025-GLDGOV).
97. Em 13.08.2025, o Senador Jaques Wagner comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Governo. Durante seu afastamento, o Senador Rogério Carvalho exercerá a Liderança (Of. nº 015/2025-GLDGOV).
98. Em 13.08.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 025/2025-GLDPT).
99. Em 13.08.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada 2ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 025/2025-GLDPT).
100. Em 13.08.2025, o Senador Rogério Carvalho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido dos Trabalhadores. Durante seu afastamento, a Senadora Augusta Brito exercerá a Liderança (Of. nº 025/2025-GLDPT).
101. Em 11.09.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 11/09/2025 a 20/09/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 031/2025-GLPL).
102. Em 17.09.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Assunção da Liderança da Bancada Feminina no Senado Federal" (Of. nº 716/2025-GSPDORIN).
103. Em 08.10.2025, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. nº 056/2025-GABLI/GLREPUBL).
104. Em 14.10.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 027/2025-GLDPT).
105. Em 14.10.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 027/2025-GLDPT).
106. Em 14.10.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada 2ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 027/2025-GLDPT).
107. Em 27.10.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 27/10/2025 a 04/11/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 33/2025-GLPL).
108. Em 27.10.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 49/2025-GLPODEMOS).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DO ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA

Finalidade: verificar "in loco", no prazo de 180 dias, a situação política e social do Estado Plurinacional da Bolívia, no que diz respeito à cláusula democrática do Mercosul, prevista nos Protocolos de Ushuaia, cujo texto estabelece que a plena vigência das instituições democráticas é indispensável para o desenvolvimento dos processos de integração entre os signatários do referido Bloco.

Requerimento nº 1.067, de 2023

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽¹⁾	1.
	2.

Notas:

1. Em 15.03.2024, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 18/2024-BLDEM).



2) GRUPO DE TRABALHO SOBRE REGULAMENTAÇÃO
DA MINERAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS.

Finalidade: elaborar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, projeto de lei para regulamentar a atividade de mineração em terras indígenas.

ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL Nº 1, DE 2025

PRESIDENTE: Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽³⁾

Leitura: 22/04/2025

Instalação: 21/10/2025

Prazo final: 30/05/2026

MEMBROS

Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽²⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽²⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽²⁾
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽²⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽²⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) ⁽²⁾
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 22.04.2025, a Presidência designa a Senadora Tereza Cristina Presidente do Grupo de Trabalho (ATS nº 1/2025).
2. Em 22.04.2025, a Presidência designa os Senadores Tereza Cristina, Plínio Valério, Mecias de Jesus, Eduardo Braga, Zequinha Marinho, Marcos Rogério, Rogério Carvalho, Efraim Filho, Weverton, Rodrigo Pacheco e Cid Gomes membros para compor a comissão (ATS nº1/2025).
3. Em 21.10.2025, o Grupo de Trabalho reunido elegeu o Senador Marcos Rogério como Vice-Presidente. Designado Relator o Senador Rogério Carvalho.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes | Adjunto: Henrique Cândido Evangelista

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: gtmti@senado.leg.br



3) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA
INVESTIGAR A SITUAÇÃO DOS BRASILEIROS NA BOLÍVIA

Finalidade: Investigar, no prazo de 120 dias, a situação dos brasileiros na Bolívia, principalmente os estudantes, e o caso Jenife Silva, estudante de medicina amapaense recentemente assassinada naquele país.

Requerimento nº 268, de 2025

MEMBROS

Secretário(a): Renata Felix Perez | Adjunto: Antonio Silva Neto
Telefone(s): 3303 3490



4) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA INTERLOCUÇÃO
SOBRE AS RELAÇÕES ECONÔMICAS BILATERAIS COM OS EUA

Finalidade: Manter, no prazo de 60 dias, interlocução "in loco" com parlamentares norte-americanos em Washington, DC, sobre as relações econômicas bilaterais.

Requerimento nº 556, de 2025

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾

RELATORA: Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽³⁾

Instalação: 07/08/2025

Prazo final: 06/10/2025

Prazo prorrogado: 06/12/2025

TITULARES	SUPLENTES
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽²⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽²⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾	3. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾
Senador Fernando Farias (MDB-AL) ⁽²⁾	4. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽²⁾

Notas:

- 1. Em 17.07.2025, a Presidência designa o Senador Nelsinho Trad Presidente desta comissão.
- 2. Em 17.07.2025, a Presidência designa os Senadores Nelsinho Trad, Tereza Cristina, Jaques Wagner e Fernando Farias membros titulares e os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Esperidião Amin, Rogério Carvalho e Carlos Viana, membros suplentes, para compor a comissão.
- 3. Em 07.08.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada Relatora desta comissão (Of. nº 3/2025-CTEUA).

Secretário(a): Anderson Antunes de Azevedo | Adjunto: Victor Ramon Gonçalves Ferreira

Telefone(s): 3303-3517



5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA EXAMINAR O
PROJETO DE LEI Nº 4, DE 2025 (ART. 374 RISF)

Finalidade: destinada a analisar o Projeto de Lei nº 4, de 2025, que "dispõe sobre a atualização da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e da legislação correlata".

ATS nº 19, de 2025

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽²⁾

Instalação: 24/09/2025

Apresentação Emendas - prazo final quadruplicado: 03/03/2026

Relatórios Parciais - prazo final quadruplicado: 30/04/2026

Relat. Relator-Geral - prazo final quadruplicado: 29/05/2026

Parecer Final Comissão - prazo final quadruplicado: 29/06/2026

TITULARES	SUPLENTES
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽¹⁾	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹⁾
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁾	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽¹⁾
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽¹⁾	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽¹⁾
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) ⁽¹⁾	4. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽¹⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾	5. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽¹⁾	6. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽¹⁾	7. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾	8. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽¹⁾	9. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽¹⁾	10. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽¹⁾
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾	11. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 23.09.2025, a Presidência designa os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Soraya Thronicke, Rodrigo Pacheco, Otto Alencar, Flávio Arns, Marcos Rogério, Carlos Portinho, Weverton, Fabiano Contarato e Tereza Cristina membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Sergio Moro, Zequinha Marinho, Angelo Coronel, Omar Aziz, Chico Rodrigues, Eduardo Gomes, Astronauta Marcos Pontes, Augusta Brito, Randolfe Rodrigues e Laércio Oliveira membros suplentes, para compor a comissão (ATS nº19/2025).
2. Em 24.09.2025, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Pacheco e Efraim Filho a Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado. Designado Relator o Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Secretário(a): Lenita Cunha e Silva | Adjuntos: Henrique Evangelista e Keny Martins

Telefone(s): 6133033490

E-mail: ctcivil@senado.leg.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**1)CPI DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

Finalidade: apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, com limite de despesas de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher desde 2019 até os dias atuais, com base em diferentes levantamentos e estudos, com a finalidade de investigar a ação ou omissão do poder público com relação à aplicação dos instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres da violência, bem como suas responsabilidades decorrentes do descumprimento da legislação criada para esse fim.

Requerimento nº 157, de 2024

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 13/03/2024



2)CPI DO CRIME ORGANIZADO

Finalidade: apurar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, com limite de despesas de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), a atuação, a expansão e o funcionamento de organizações criminosas no território brasileiro, em especial de facções e milícias, investigando-se o "modus operandi" de cada qual, as condições de instalação e desenvolvimento em cada região, bem como as respectivas estruturas de tomada de decisão, de modo a permitir a identificação de soluções adequadas para o seu combate, especialmente por meio do aperfeiçoamento da legislação atualmente em vigor.

Requerimento 470, de 2025

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹²⁾

RELATOR: Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽¹²⁾

Leitura: 17/06/2025

Instalação: 04/11/2025

Prazo final: 14/04/2026

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽⁵⁾	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(10,15)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(1,13,20)	2. Senador Marcio Bittar (PL-AC) ^(1,13,20)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽⁶⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ^(8,9,11,19)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ^(8,14,17)	2.
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁷⁾	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽³⁾	1. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽³⁾
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(4,16)	1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(4,16)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(4,16)	
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁸⁾	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁸⁾

Notas:

- Em 20.10.2025, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular e o Senador Marcio Bittar, membro suplente, pela liderança do União Brasil, para compor a comissão (Of. nº 31/2025-GLUNIAO).
- Em 20.10.2025, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, pela liderança do Partido Social Democrático, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-GLPSD).
- Em 20.10.2025, os Senadores Flávio Bolsonaro e Magno Malta foram designados membros titulares e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, pela liderança do Partido Liberal, para compor a comissão (Of. nº 21/2025-GLPL).
- Em 20.10.2025, os Senadores Rogério Carvalho e Jaques Wagner foram designados membros titulares e o Senador Fabiano Contarato, membro suplente, pela liderança do Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 31/2025-BLPBRA).
- Em 20.10.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pela liderança do Movimento Democrático Brasileiro, para compor a comissão (Of. nº 70/2025-GLMDB).
- Em 20.10.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pela liderança do PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPODEMOS).
- Em 21.10.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pela liderança do Partido Socialista Brasileiro, para compor a comissão (Of. nº 57/2025-GLDPSB).
- Em 30.10.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular e a Senadora Zenaide Maia, membro suplente, pela liderança do Partido Social Democrático, para compor a comissão (Of. nº 18/2025-GLPSD).
- Em 03.11.2025, a Senadora Zenaide Maia deixa de compor a comissão, pela liderança do Partido Social Democrático (Of. nº 19/2025-GLPSD).
- Em 03.11.2025, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pela liderança do Movimento Democrático Brasileiro, para compor a comissão (Of. nº 100/2025-GLMDB).



11. Em 03.11.2025, o Senador Angelo Coronel foi designado membro suplente, pela liderança do Partido Social Democrático, para compor a comissão (Of. nº 20/2025-GLPSD).
12. Em 04.11.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Hamilton Mourão Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado. Designado relator o Senador Alessandro Vieira.
13. Em 04.11.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sergio Moro, que passa a membro suplente, pela liderança do União Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2025-GLUNIAO).
14. Em 04.11.2025, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que deixa de compor a comissão, pela liderança do Partido Social Democrático (Of. nº 21/2025-GLPSD).
15. Em 04.11.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a comissão, pela liderança do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 103/2025-GLMDB).
16. Em 04.11.2025, os Senadores Rogério Carvalho e Fabiano Contarato foram designados membros titulares e o Senador Jaques Wagner, membro suplente, pela liderança do Partido dos Trabalhadores, para compor a comissão (Of. nº 28/2025-GLDPT).
17. Em 04.11.2025, o Senador Angelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Omar Aziz, que deixa de compor a comissão, pela liderança do Partido Social Democrático (Of. nº 22/2025-GLPSD).
18. Em 04.11.2025, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro titular e o Senador Esperidião Amin, membro suplente, pela liderança do Partido Progressistas, para compor a comissão (Of. nº 58/2025-GLPP).
19. Em 04.11.2025, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelas lideranças do Partido Social Democrático e do Partido dos Trabalhadores, em vaga cedida pelo PSD, para compor a comissão (Of. 23/2025-GLPSD).
20. Em 06.11.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, que passa a membro suplente, em substituição ao Senador Sergio Moro, que deixa de compor a comissão, pela liderança do União Brasil (Of. nº 40/2025- GLUNIAO).

Secretário(a): Anderson Antunes de Azevedo | Adjuntas: Fernanda Moreira Pinheiro Lima e Renata Félix Peres



3)CPI DA ADULTIZAÇÃO

Finalidade: Para, no prazo de 180 dias, com limite de despesas de R\$ 400.000,00, realizar investigação das irregularidades e dos crimes cometidos contra crianças e adolescentes no País; bem como apuração da atuação de influenciadores digitais e plataformas de redes sociais na promoção e disseminação de conteúdos que sexualizam crianças e adolescentes; a investigação da relação entre o conteúdo exposto por influenciadores como Hytalo Santos e a potencial exploração sexual de menores; e o exame da efetividade das políticas de proteção à infância no ambiente digital e a resposta das autoridades competentes às denúncias de pedofilia e abuso online.

Requerimentos nºs 618 e 619, de 2025

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 20/08/2025



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,10)	1. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(1,10)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,10)	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(1,10)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ^(1,10)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(1,10)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,10)	4. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(1,10)
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(3,10)	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,10)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(3,10)	6. Senador Marcio Bittar (PL-AC) ^(3,10)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(7,10)	7. Senador Giordano (MDB-SP) ^(7,10)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(8,10)	8. Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ^(8,10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾	1. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾
Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾	2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,14,18)	5. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	6. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽²⁾	1. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾	2. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾	3. Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽²⁾
Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	5. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ^(2,13)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁹⁾	1. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ^(9,15,16)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁹⁾	2. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁹⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁹⁾	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁹⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁹⁾	4. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁵⁾	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁵⁾	2. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽⁵⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(5,11)	3. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹¹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾	4. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(5,12)

Notas:
*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, de acordo com o cálculo de proporcionalidade de 18/02/2025.
1. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Dueire e Alessandro Vieira foram indicados membros titulares, e os Senadores Fernando Farias, Jader Barbalho, Veneziano Vital do Rêgo e Giordano membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GLMDB).



2. Em 18.02.2025, os Senadores Izalci Lucas, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Wilder Moraes e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, e os Senadores Magno Malta, Jaime Bagattoli, Dra. Eudócia, Eduardo Girão e Romário membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, os Senadores Alan Rick e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares, e os Senadores Efraim Filho e Marcio Bittar membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, os Senadores Jorge Kajuru, Irajá, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares, e os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Omar Aziz, Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro e Eliziane Gama membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze, Laércio Oliveira e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Esperidião Amin, Tereza Cristina e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN).
6. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Renan Calheiros Presidente deste colegiado.
7. Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e a Senadora Soraya Thronicke, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
8. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
9. Em 18.02.2025, os Senadores Randolfe Rodrigues, Augusta Brito, Rogério Carvalho e Leila Barros foram designados membros titulares, e os Senadores Teresa Leitão, Paulo Paim, Jaques Wagner e Weverton membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT).
10. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Farias, Efraim Filho, Jader Barbalho, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Giordano e Oriovisto Guimarães membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM).
11. Em 21.02.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão; e a Senadora Damares Alves designada terceira suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 005/2025-GABLID/BLALIAN).
12. Em 10.03.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GABLID/BLALIAN).
13. Em 12.03.2025, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 019/2025-BLVANG).
14. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM).
15. Em 02.09.2025, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Teresa Leitão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 17/2025-BLPBRA).
16. Em 10.09.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 19/2025-BLPBRA).
17. Em 07.10.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Laércio Oliveira Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 10/2025-CAE).
18. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLREDEM).

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19

Telefone(s): 6133033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE MUNICIPALISTA

Finalidade: opinar sobre questões municipalistas, tais como: (a) desenvolvimento econômico-social; (b) políticas de financiamento das ações de competência municipal, inclusive mediante transferências constitucionais; (c) endividamento público; (d) política tributária; (e) viabilidade econômica e fiscal para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios; (f) cooperação técnica e financeira com a União; (g) políticas de geração de emprego e renda; e (h) políticas de ordenamento territorial.

(Requerimento 160, de 2023 - CAE)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19

Telefone(s): 6133033516

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(1,11)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,11)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,11)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(1,11)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,11)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,11)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(3,11,14)	4. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(3,11)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(15,19)	5. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(8,11,13,19)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(10,11)	6. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁴⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	2. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾	5. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽²⁾	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ^(2,20,21,22,23)	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾	3. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾
Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽²⁾	4. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	1. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾	2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁶⁾
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ⁽⁶⁾	3. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁵⁾	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁶⁾
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁵⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁸⁾
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾	3. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Marcelo Castro e Eduardo Braga foram designados membros titulares e os Senadores Renan Calheiros e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 020/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Romário e Wilder Moraes foram designados membros titulares e os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Rogerio Marinho e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, os Senadores Efraim Filho e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares e os Senadores Alan Rick e Marcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão e Flávio Arns foram designados membros titulares e os Senadores Otto Alencar, Angelo Coronel, Lucas Barreto e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares e o Senador Cleitinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Paulo Paim, Humberto Costa e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares e os Senadores Fabiano Contarato, Teresa Leitão e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu os Senadores Marcelo Castro e Dra. Eudócia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2025-GSEGAMA).
- Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 19.02.2025, os Senadores Marcelo Castro, Eduardo Braga, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra e Plínio Valério foram designados membros titulares e os Senadores Renan Calheiros, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke e Marcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).
12. Em 19.02.2025, o Senador Fernando Dueire foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-BLDEM).
13. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM).
14. Em 20.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição à Senadora Professora Dorinha Seabra, que deixa de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 012/2025-BLDEM).
15. Em 20.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 013/2025-BLDEM).
16. Em 21.02.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-GABLI/BLALIAN).
17. Em 24.02.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-BLVANG).
18. Em 25.03.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 013/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 26/03/2025, p. 121](#))
19. Em 07.04.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 028/2025-BLDEM).
20. Em 09.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 045/2025-BLVANG).
21. Em 28.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 057/2025-BLVANG).
22. Em 20.08.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 075/2025-BLVANG).
23. Em 06.10.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 098/2025-BLVANG).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS
Finalidade: acompanhar e aprimorar as políticas públicas direcionadas às pessoas com doenças raras.

(Requerimento 53, de 2023 - CAS)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 30/08/2023

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽¹⁾	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
	1.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽³⁾	1.

- Notas:**
- 1. Em 11.08.2025, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 191/2025-SACAS).
 - 2. Em 11.08.2025, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 191/2025-SACAS).
 - 3. Em 11.08.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 191/2025-SACAS).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro
Telefone(s): 3303-4608
E-mail: cas@senado.leg.br



2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COM O OBJETIVO DE DEBATER PROPOSTAS
RELACIONADAS À PREVENÇÃO E AO TRATAMENTO DE CÂNCER.

Finalidade: Debater, apreciar e elaborar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, propostas relacionadas à regulamentação, ao financiamento, ao desenvolvimento e à incorporação no sistema de saúde de terapias, vacinas e medicamentos de alto custo, para prevenção ou tratamento dos diferentes tipos de câncer.

(Requerimento 54, de 2025 - CAS)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁴⁾

Instalação: 27/08/2025

Prazo final: 05/04/2026

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁵⁾	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽¹⁾	1.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽³⁾	1. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁶⁾

- Notas:**
1. Em 21.08.2025, a Senadora Dra. Eudócia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 224/2025-SACAS).
 2. Em 21.08.2025, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 224/2025-SACAS).
 3. Em 21.08.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 224/2025-SACAS).
 4. Em 27.08.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Dra. Eudócia e o Senador Dr. Hiran, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
 5. Em 01.09.2025, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 245/2025-SACAS).
 6. Em 15.09.2025, a Senadora Damares Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 295/2025-SACAS).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro
Telefone(s): 3303-4608
E-mail: cas@senado.leg.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,12)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,12)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,12)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,12)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(1,12,19,20)	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(1,12)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,12)	4. Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(9,12)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,12)	5. Senador Giordano (MDB-SP) ^(3,12)
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(3,12)	6. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(3,11,12,16)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(8,12)	7. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(8,12)
Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ^(10,12)	8. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(10,12)
Senador Marcio Bittar (PL-AC) ^(11,12)	9. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(11,12)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ^(4,13,15)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ^(4,30,32)	3. Senador Irajá (PSD-TO) ^(4,23,26)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,15)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) ⁽⁴⁾	5. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ^(4,27)
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ^(4,31,33,34,36)	6. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ^(4,35,36)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾	2. Senador Izalci Lucas (PL-DF) ^(2,21,24)
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾	3. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	4. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾	5. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ^(2,17,18)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁵⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁵⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁵⁾	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(5,22,37)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁵⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(5,25)
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁵⁾	4. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ^(6,38)	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(6,28,29)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁶⁾	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁶⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(6,11)	3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(6,11)

Notas:
*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, de acordo com o cálculo de proporcionalidade de 18/02/2025.
1. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Marcelo Castro e Giordano membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 005/2025-GLMDB).
2. Em 18.02.2025, os Senadores Carlos Portinho, Eduardo Girão, Magno Malta, Marcos Rogério e Rogerio Marinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jorge Seif, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro e Jaime Bagattoli membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Alan Rick foram designados membros titulares, e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Marcio Bittar membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz, Eliziane Gama, Zenaide Maia, Rodrigo Pacheco e Cid Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Angelo Coronel, Lucas Barreto, Irajá, Sérgio Petecão, Margareth Buzetti e Jorge Kajuru membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).



5. Em 18.02.2025, os Senadores Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Augusta Brito e Weverton foram designados membros titulares, e os Senadores Randolfe Rodrigues, Humberto Costa, Jaques Wagner e Ana Paula Lobato membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
6. Em 18.02.2025, os Senadores Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Tereza Cristina e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 002/2025-GABLI/BLALIAN).
7. Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Otto Alencar Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-PRESIDÊNCIA/CCJ).
8. Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
9. Em 19.02.2025, o Senador Fernando Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 23/2025-GLMDB).
10. Em 19.02.2025, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Plínio Valério membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
11. Em 19.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular e os Senadores Efraim Filho e Jayme Campos, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia. Os Senadores Marcio Bittar e Jayme Campos foram indicados nas vagas compartilhadas entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, que antes estavam ocupadas pelo Bloco Parlamentar Aliança, assim a Senadora Tereza Cristina deixa de compor a comissão e os Senadores Mecias de Jesus e Hamilton Mourão passam a ocupar as vagas de 3ª titular e 3ª suplente, respectivamente (Ofs. nºs 003/2025-GABLI/BLALIAN e 004/2025-BLDEM).
12. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho e Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Alan Rick, Soraya Thronicke, Oriovisto Guimarães e Marcio Bittar foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Jayme Campos, Giordano, Marcos Do Val, Plínio Valério, Fernando Farias e Efraim Filho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM).
13. Em 20.03.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 16/2025-GSEGAMA).
14. Em 02.04.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 013/2025-PRESIDÊNCIA/CCJ).
15. Em 02.04.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição à Senadora Zenaide Maia, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 18/2025-GSEGAMA).
16. Em 24.04.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcos do Val, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 018/2025-BLEMO).
17. Em 21.05.2025, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaime Bagattoli, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 49/2025-BLVANG).
18. Em 28.05.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 056/2025-BLVANG).
19. Em 10.06.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 34/2025-BLEMO).
20. Em 10.06.2025, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 35/2025-BLEMO).
21. Em 16.07.2025, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 71/2025-BLVANG).
22. Em 16.07.2025, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Humberto Costa, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 13/2025-BLPBRA).
23. Em 06.08.2025, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Irajá, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 52/2025-GSEGAMA).
24. Em 15.08.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 72/2025-BLVANG).
25. Em 19.08.2025, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 15/2025-BLPBRA).
26. Em 19.08.2025, o Senador Irajá foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 52/2025-GSEGAMA).
27. Em 04.09.2025, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 65/2025-GSEGAMA).
28. Em 09.09.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 45/2025-GABLI/BLALIAN).
29. Em 11.09.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 46/2025-GABLI/BLALIAN).
30. Em 16.09.2025, a Senadora Jussara Lima foi designada membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 73/2025-GSEGAMA).
31. Em 17.09.2025, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 74/2025-GSEGAMA).
32. Em 18.09.2025, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição à Senadora Jussara Lima, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 79/2025-GSEGAMA).
33. Em 22.09.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 86/2025-GSEGAMA).
34. Em 23.09.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 87/2025-GSEGAMA).
35. Em 23.09.2025, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que passa a compor a comissão como membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 87/2025-GSEGAMA).
36. Em 29.09.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que passa a membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 94/2025-GSEGAMA).



37. Em 21.10.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 37/2025-BLPBRA).

38. Em 29.10.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 58/2025-GABLID/BLALIAN).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽¹⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,10)	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,10)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,8,10)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(1,8,10)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(3,10)	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(3,10)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(3,10,11,14)	4. VAGO ^(3,10)
	5.
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(9,10)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	1.
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁴⁾	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,16,20)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾	5.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾	2. Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽²⁾
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ^(2,13)	3. Senador Romário (PL-RJ) ^(2,13)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	4. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁶⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	2. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ^(6,18,19)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ^(6,15,18)	3. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁵⁾	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹²⁾	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁵⁾
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾	3. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Confúcio Moura e Ivete da Silveira foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 008/2025-GLMDB).
2. Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Romário e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho, Dra. Eudócia, Izalci Lucas e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, os Senadores Marcio Bittar e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Alan Rick, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 012/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia e Flávio Arns foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Esperidião Amin, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLI/BLALIAN).
6. Em 18.02.2025, os Senadores Teresa Leitão, Leila Barros e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Augusta Brito e Ana Paula Lobato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu a Senadora Teresa Leitão Presidente deste colegiado (Of. 1/2025-CE).
8. Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ivete da Silveira, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 021/2025-GLMDB).
9. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
10. Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Márcio Bittar e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira, Alan Rick e Marcelo Castro, membros suplentes, para compor a comissão, e o Senador Jayme Campos deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 006/2025-BLDEM).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a Comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM).
12. Em 21.02.2025, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-GABLID/BLALIAN).
13. Em 11.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, em permuta com o Senador Romário, que passa a ocupar a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 17/2025-BLVANG).
14. Em 14.03.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 20/2025-BLDEM).
15. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT).
16. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM).
17. Em 26.08.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Veneziano Vital do Rêgo Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 254/2025-CE).
18. Em 1º.10.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-BLPBRA).
19. Em 22.10.2025, a Senadora Leila Barros foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 38/2025-BLPBRA).
20. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLREDEM).

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

Finalidade: acompanhar as políticas de Alfabetização na Idade Certa, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Requerimento 56, de 2023 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 11/06/2024

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAR AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Finalidade: acompanhar as políticas de Educação de Jovens e Adultos, no âmbito da Comissão de Educação e Cultura.

(Requerimento 50, de 2024 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 03/07/2024

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,10)	1. Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ⁽¹⁰⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,10)	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁰⁾
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,10)	3. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(3,12)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(8,10,19)	4. Senador Marcio Bittar (PL-AC) ⁽¹⁵⁾
Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(9,10)	5. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(9,19)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,17,20)	1.
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	2.
	3.
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾	2. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹¹⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁵⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽¹³⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁵⁾	2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽¹⁶⁾
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ⁽⁵⁾	3. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁸⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁶⁾	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁶⁾
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁶⁾	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁶⁾

- Notas:**
- Em 18.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira e Renan Calheiros foram indicados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLMDB).
 - Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e o Senador Marcos Rogério membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG).
 - Em 18.02.2025, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular, e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
 - Em 18.02.2025, os Senadores Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli e Cid Gomes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA).
 - Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Rogério Carvalho e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT).
 - Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Laércio Oliveira e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN).
 - Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Dr. Hiran Presidente deste colegiado.
 - Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
 - Em 19.02.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
 - Em 19.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira, Renan Calheiros, Sergio Moro, Soraya Thronicke e Styvenson Valentim foram designados membros titulares, e os Senadores Oriovisto Guimarães e Efraim Filho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM).
 - Em 28.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 015/2025-BLVANG).
 - Em 24.03.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-BLDEM).
 - Em 25.03.2025, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 04.04.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 29/2025-BLVANG).
15. Em 13.05.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-BLDEMO).
16. Em 17.06.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-BLPBRA).
17. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM).
18. Em 10.09.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 20/2025-BLPBRA).
19. Em 07.10.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, que deixa de compor a comissão; e o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 76/2025-BLDEMO).
20. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLREDEM).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,10)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,10)
Senador Giordano (MDB-SP) ^(1,10)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁰⁾
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,10)	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(3,10)
VAGO ^(3,10,12)	4. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(3,10)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(8,10)	5. Senador Marcio Bittar (PL-AC) ^(8,12)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(9,10)	6. VAGO ^(9,19,23)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽¹³⁾	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁴⁾	2. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,24,25)
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	3.
VAGO ^(20,22)	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾	2. Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁵⁾
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁴⁾	4. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁶⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(6,17,18,21)	1. Senador Weverton (PDT-MA) ^(6,17)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(6,17)	2. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ^(6,17)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁷⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(6,17)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ^(5,11)	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(5,26,27)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira e Giordano foram designados membros titulares e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 009/2025-GLMDB).
2. Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Magno Malta e Marcos Rogério foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Girão e Romário, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Marcio Bittar foram designados membros titulares e os Senadores Jayme Campos e Professora Dorinha Seabra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, as Senadoras Jussara Lima e Mara Gabrilli foram designadas membros titulares e os Senadores Flávio Arns e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares e os Senadores Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).
6. Em 18.02.2025, os Senadores Paulo Paim e Fabiano Contarato foram designados membros titulares e os Senadores Augusta Brito, Rogério Carvalho e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).
7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu as Senadoras Damares Alves e Mara Gabrilli, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CDH).
8. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
9. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
10. Em 19.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcio Bittar, Marcos do Val e Plínio Valério foram designados membros titulares e os Senadores Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Zequinha Marinho (em substituição ao Senador Jayme Campos) e Styvenson Valentim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).
11. Em 19.02.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Dr. Hiran, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GABLID/BLALIAN).



12. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-BLDEM).
13. Em 25.02.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-GSEGAMA).
14. Em 27.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-BLVANG).
15. Em 10.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-BLVANG). ([DSF de 11/03/2025, p. 23](#))
16. Em 12.03.2025, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 020/2025-BLVANG). ([DSF de 13/03/2025, p. 85](#))
17. Em 25.03.2025, os Senadores Fabiano Contarato, Rogério Carvalho e Humberto Costa foram designados membros titulares, e os Senadores Weverton, Augusta Brito e Paulo Paim membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
18. Em 29.04.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 55/2025-GLPDT).
19. Em 29.04.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLDEMO).
20. Em 30.04.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 24/2025-GSEGAMA).
21. Em 06.05.2025, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 01/2025-BLPBRA).
22. Em 20.05.2025, a Senadora Teresa Leitão deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 32/2025-GSEGAMA).
23. Em 25.06.2025, o Senador Confúcio Moura deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 38/2025-BLDEMO).
24. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM).
25. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLREDEM).
26. Em 03.11.2025, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 62/2025-GABLID/BLALIAN).
27. Em 07.11.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Daniela Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 64/2025-GABLID/BLALIAN).

Secretário(a): Dimitri Martin Stepanenko

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh@senado.leg.br



6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS POVOS INDÍGENAS YANOMAMI

Finalidade: acompanhar, fiscalizar e aprimorar as políticas públicas voltadas aos povos indígenas que habitam a Terra Indígena Yanomami.

(Requerimento 87, de 2025 - CDH)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Dimitri Martin Stepanenko

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh@senado.leg.br



6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER A CONVENÇÃO SOBRE OS ASPECTOS CIVIS DO SEQUESTRO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS

Finalidade: debater, no prazo de 180 dias, a aplicação da Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças, nos casos em que mães brasileiras voltam para o país com seus filhos em razão de violência doméstica.

(Requerimento 2, de 2025 - CDH)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾

Instalação: 21/05/2025

Prazo final: 17/11/2025

Prazo prorrogado: 27/11/2025

TITULARES	SUPLENTE
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹⁾	1. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽¹⁾	2. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ⁽¹⁾	3. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽¹⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽¹⁾	4. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	5. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁾

Notas:
1. Em 05.05.2025, os Senadores Damares Alves, Flávio Arns, Ivete da Silveira, Mara Gabrilli e Paulo Paim foram designados membros titulares, e os Senadores Augusta Brito, Jaime Bagattoli, Jussara Lima, Laércio Oliveira e Professora Dorinha Seabra membros suplentes, para compor a subcomissão (Of. nº 116/2025-CDH).
2. Em 21.05.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabrilli e o Senador Flávio Arns, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 153/2025-CDH).

Secretário(a): Dimitri Martin Stepanenko
Telefone(s): 3303-2005
E-mail: cdh.haia@senado.leg.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,10)	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,10)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ^(1,10)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,10)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,10)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,10)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,10)	4. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(3,10)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(8,9,10)	5. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(8,9,10)
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁰⁾	6. ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾	1. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	2. Senador Sérgio Petecção (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) ⁽⁴⁾	3. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾	4. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	1. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(2,13,14)	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾	3. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹¹⁾
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾	4. Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁶⁾	1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁶⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾	3. Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁵⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Renan Calheiros e Fernando Dueire foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira e Veneziano Vital do Rêgo membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 010/2025-GLMDB).

2. Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Jorge Seif e Magno Malta foram designados membros titulares, e os Senadores Marcos Rogério e Carlos Portinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).

3. Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Efraim Filho foram designados membros titulares, e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Jayme Campos membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).

4. Em 18.02.2025, os Senadores Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Rodrigo Pacheco e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Daniella Ribeiro, Sérgio Petecção, Irajá e Cid Gomes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).

5. Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN).

6. Em 18.02.2025, os Senadores Randolfe Rodrigues, Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Jaques Wagner, Rogério Carvalho e Beto Faro membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).

7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CRE).

8. Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).

9. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular e o Senador Carlos Viana, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS).

10. Em 19.02.2025, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Dueire, Sergio Moro, Efraim Filho, Carlos Viana e Tereza Cristina foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick e Marcos Do Val membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM).



11. Em 20.02.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, em vaga cedida ao Partido Progressistas (Of. nº 9/2025-BLVANG).
12. Em 13.03.2025, a Comissão reunida elegeu a Senadora Tereza Cristina Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 016/2025-CRE).
13. Em 07.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 040/2025-BLVANG).
14. Em 08.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 044/2025-BLVANG).
15. Em 08.10.2025, a Senadora Dra. Eudócia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 105/2025-BLVANG)

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA CIBERNÉTICA

Finalidade: acompanhar a política pública relacionada à defesa cibernética.

(Requerimento 20, de 2023 - CRE)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Instalação: 14/05/2024

TITULARES	SUPLENTES
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	1. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽¹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Sérgio Moro (UNIÃO-PR) ⁽¹⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹⁾	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾

Notas:
1. Em 27.03.2025, os Senadores Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Dueire, Sérgio Moro e Astronauta Marcos Pontes membros suplentes, para compor a Subcomissão (Of. 018/2025-CRE)

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,11)	1. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,9,11,12)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,9,11,12)	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(1,11)
Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(1,11)	3. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ^(1,11)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(3,11)	4. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(3,11)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(3,11)	5. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(3,11)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(8,11)	6. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(8,11)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(10,11)	7. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ^(4,16)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾	2. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾	4. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,19,22)
Senador José Lacerda (PSD-MT) ^(4,20,21)	5. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽²⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	3. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²⁾
Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽²⁾	4. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾	1. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾	2. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁶⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁶⁾	3. VAGO ^(6,17)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽¹⁸⁾	4. VAGO
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁴⁾
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(5,13)	2. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(5,13)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁵⁾	3. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura e Fernando Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Fernando Dueire e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 006/2025-GLMDB).
2. Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Marcos Rogerio, Wellington Fagundes e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Dra. Eudócia, Rogerio Marinho, Eduardo Gomes e Astronauta Marcos Pontes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, os Senadores Jayme Campos e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 012/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Irajá, Daniella Ribeiro e Margareth Buzetti foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares; e os Senadores Laércio Oliveira e Cleitinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLI/BLALIAN).
6. Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Rogério Carvalho e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato, Randolfe Rodrigues e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
7. Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério Presidente deste colegiado.
8. Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).



9. Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLMDB).
10. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
11. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Fernando Farias, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Fernando Dueire, Zequinha Marinho, Marcelo Castro e Sergio Moro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).
12. Em 20.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-BLDEM).
13. Em 21.02.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro titular e o Senador Luis Carlos Heinze, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-GABLI/BLALIAN).
14. Em 25.02.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 009/2025-BLALIAN).
15. Em 27.02.2025, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 017/2025-BLDEM).
16. Em 11.03.2025, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 7/2025-GSEGAMA).
17. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT).
18. Em 01.07.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLPBRA).
19. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM).
20. Vago em 1º.10.2025, em razão do assunção do segundo suplente.
21. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLREDEM).
22. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLREDEM).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA EXAMINAR A BR-319

Finalidade: Examinar, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, a grave situação criada pela deterioração da BR-319.

(Requerimento 9, de 2025 - CI)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
	1.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
	1.

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(1,9)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,9)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,9,11,12)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(1,9)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(4,9)	3. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(4,9)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽⁹⁾	4. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹²⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(8,9)	5. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(8,16)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁵⁾	1. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁵⁾
Senador José Lacerda (PSD-MT) ^(5,17,18)	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁵⁾	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁵⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁵⁾	4. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²⁾	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ^(2,10,13)
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(2,14)
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁶⁾	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾	2. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ⁽⁶⁾
	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁷⁾	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁷⁾
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁷⁾	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁷⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Marcelo Castro e Ivete da Silveira foram indicados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira e Fernando Farias membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 13/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro e Jorge Seif foram designados membros titulares, e os Senadores Wilder Moraes, Rogerio Marinho e Astronauta Marcos Pontes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG).
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu os Senadores Professora Dorinha Seabra e Jorge Seif, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CDR).
- Em 18.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, e o Senador Efraim Filho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Eliziane Gama, Margareth Buzetti, Angelo Coronel e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Jussara Lima e Cid Gomes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Augusta Brito e Beto Faro foram designados membros titulares, e os Senadores Rogério Carvalho e Ana Paula Lobato membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT).
- Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Hiran e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN).
- Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Alan Rick, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
- Em 19.02.2025, os Senadores Marcelo Castro, Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Alan Rick e Fernando Farias membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM).
- Em 20.03.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Vanguarda (Of. nº 021/2025-BLVANG).
- Em 24.03.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ivete da Silveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 025/2025-BLDEM).
- Em 13.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 024/2025-BLEMO).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



13. Em 16.05.2025, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Vanguarda (Of. nº 048/2025-BLVANG).
14. Em 16.05.2025, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 030/2025-BLREDEM).
15. Em 15.07.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 050/2025-BLREDEM).
16. Em 18.08.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 050/2025-BLDEMO).
17. Vago em 1º.10.2025, em razão da assunção do segundo suplente.
18. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLREDEM).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽⁷⁾
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(1,11,12)	1. Senador Giordano (MDB-SP) ^(1,11,12)
VAGO ^(1,11,12,18)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,11,12)
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(3,11,12)	3. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(3,9,11,12)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(8,11,12)	4. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(8,11,12)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(9,11,12)	5. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(10,12,17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾
Senador José Lacerda (PSD-MT) ^(4,22,23)	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,20,24)	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	4. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(2,15,19)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾	1. VAGO ^(6,16)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ^(6,14,21)	2.
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁶⁾	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁵⁾	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽⁵⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁵⁾	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Jader Barbalho e Ivete da Silveira foram designados membros titulares e os Senadores Fernando Farias e Giordano, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GLMDB).

2. Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes e Marcos Rogério foram designados membros titulares e os Senadores Wilder Moraes e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).

3. Em 18.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro titular e o Senador Jayme Campos, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).

4. Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Arns, Margareth Buzetti, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares e os Senadores Chico Rodrigues, Eliziane Gama, Angelo Coronel e Jussara Lima, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).

5. Em 18.02.2025, os Senadores Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e os Senadores Tereza Cristina e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).

6. Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Paulo Paim e Weverton foram designados membros titulares e a Senadora Leila Barros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).

7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Zequinha Marinho Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-Presidência/CRA).

8. Em 19.02.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular e a Senadora Soraya Thronicke, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).

9. Em 19.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular em vaga destinada ao PSDB, deixando de ocupar a comissão como membro suplente em vaga destinada ao União Brasil, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 1/2025-GLPSDB).

10. Em 19.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente em vaga destinada ao PSDB, pelo Bloco Democracia, para compor a comissão (Of. nº 1/2025-GLPSDB).

11. Em 19.02.2025, os Senadores Jader Barbalho, Ivete da Silveira, Alan Rick, Zequinha Marinho e Plínio Valério (em substituição ao Senador Jayme Campos) foram designados membros titulares e os Senadores Giordano, Soraya Thronicke, Fernando Farias e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).

12. Em 20.02.2025, os Senadores Jader Barbalho, Ivete da Silveira, Alan Rick, Zequinha Marinho e Jayme Campos (em substituição ao Senador Plínio Valério) foram designados membros titulares e os Senadores Giordano, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Fernando Farias e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-BLDEM).



13. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLVANG). ([DSF de 22/03/2025, p. 8](#))
14. Em 25.03.2025, o Senador Paulo Paim deixou de compor a comissão como membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 32/2025GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
15. Em 27.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 23/2025-BLVANG). ([DSF de 28/03/2025, p. 43](#))
16. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT).
17. Em 07.04.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 027/2025-BLDEM).
18. Em 13.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 025/2025-BLDEMO).
19. Em 22.05.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 51/2025-BLVANG).
20. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM).
21. Em 15.07.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2025-BLPBRA).
22. Vago em 1º.10.2025, em razão do assunção do segundo suplente.
23. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLREDEM).
24. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLREDEM).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-feiras 14h -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR OS EMBARGOS DE TERRAS
POR PARTE DO IBAMA

Finalidade: Acompanhar, avaliar e fiscalizar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, todas as ações referentes aos embargos de terras por parte do Ibama.

(Requerimento 24, de 2025 - CRATERRAS)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽²⁾

Instalação: 11/06/2025

Prazo final: 08/12/2025

TITULARES	SUPLENTES
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽¹⁾	2. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽¹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾	3.

Notas:

1. Em 26.05.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Alan Rick e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e o Senadores Mecias de Jesus e Zequinha Marinho, membros suplentes, para compor a subcomissão (Of. nº 80/2025-PRESIDÊNCIA/CRA).
2. Em 11.06.2025, a comissão reunida elegeu os Senadores Jaime Bagattoli e Hamilton Mourão, Presidente e Relator, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2025-Presidência/CRATERRAS).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-feiras 14h -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(7,10)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(7,10)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(10,12)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(2,10,11,15)	3. VAGO ^(2,10)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(9,10)	4. ⁽¹⁰⁾
Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ^(8,10)	5. VAGO ^(8,10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽³⁾	1. Senador José Lacerda (PSD-MT) ⁽¹⁷⁾
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽³⁾	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(3,16,20)	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽³⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽³⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾
Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽¹⁾	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽¹⁾	3.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁵⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁵⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁵⁾	2. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁸⁾	3. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁴⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(4,13)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(4,13,21)

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia e Izalci Lucas foram designados membros titulares, e os Senadores Carlos Portinho e Wellington Fagundes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).

2. Em 18.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).

3. Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Arns, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Sérgio Petecão e Lucas Barreto membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).

4. Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Ciro Nogueira e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLI/BLALIAN).

5. Em 18.02.2025, os Senadores Teresa Leitão e Beto Faro foram designados membros titulares, e os Senadores Randolfe Rodrigues, Paulo Paim e Weverton membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).

6. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Arns Presidente deste colegiado (Of. 1/2025-SACCT).

7. Em 19.02.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 015/2025-GLMDB).

8. Em 19.02.2025, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).

9. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS).

10. Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, Marcio Bittar, Marcos Do Val e Oriovisto Guimarães foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira e Plínio Valério membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM).

11. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a Comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM).

12. Em 19.03.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Plínio Valério, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 024/2025-BLDEM).

13. Em 11.04.2025, o Senador Hamilton Mourão passa a ocupar a vaga de titular, em substituição ao Senador Cleitinho, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 17/2025-GABLI/BLALIAN).

14. Em 29.04.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Hamilton Mourão Vice-Presidente deste colegiado.



15. Em 05.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 023/2025-BLDEMO).
16. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM).
17. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 100/2025-BLREDEM).
18. Em 06.10.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 28/2025-BLPBRA).
19. Em 09.10.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 102/2025-GSEGAMA).
20. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLREDEM).
21. Em 06.11.2025, a Senadora Damares Alves foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Cleitinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 62/2025-GABLID/GLREPUBL).

Secretário(a): Leomar Diniz

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: cct@senado.leg.br



11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PANTANAL

Finalidade: Propor, debater e acompanhar políticas públicas e iniciativas legislativas que promovam a conservação e o desenvolvimento sustentável do Pantanal, com ênfase na aplicação de soluções científicas e tecnológicas voltadas à preservação ambiental, ao fortalecimento do agronegócio sustentável e ao desenvolvimento da bioeconomia regional.

(Requerimento 10, de 2025 - CCT)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Secretário(a): Leomar Diniz
Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA - CDD

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (1)	1.
	2.
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (7)	3. VAGO (6,7)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) (3)	1. Senador José Lacerda (PSD-MT) (8)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (3)	2.
	3.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (5)	1.
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (5)	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (4)	1. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (4)

Notas:

1. Em 18.02.2025, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 018/2025-GLMDB).

2. Em 18.02.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG).

3. Em 18.02.2025, os Senadores Rodrigo Pacheco e Eliziane Gama foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).

4. Em 18.02.2025, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular; e o Senador Hamilton Mourão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLI/BLALIAN).

5. Em 18.02.2025, os Senadores Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT).

6. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).

7. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS).

8. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 100/2025-BLRESDM).

Secretário(a): Felipe Costa Gerales

Telefone(s): 3303-3491

E-mail: cdd@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,11)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(9,11)
Senador Giordano (MDB-SP) ^(1,11)	2. Senador Marcio Bittar (PL-AC) ⁽¹¹⁾
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(3,11)	3. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(3,11)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(8,11)	4. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁹⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(10,11,12)	5. VAGO ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁴⁾	1. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾
Senador José Lacerda (PSD-MT) ^(4,22,23)	2. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,20,24)
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ^(13,14,15)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁶⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	3. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²¹⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ^(5,17)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(5,17)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(5,17)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁵⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ^(5,17)	3. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁸⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽⁶⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁶⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁶⁾	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁶⁾

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Confúcio Moura e Giordano foram indicados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-GLMDB).

2. Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Marcos Rogerio e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, e o Senador Rogerio Marinho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG).

3. Em 18.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, e o Senador Marcio Bittar membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).

4. Em 18.02.2025, os Senadores Eliziane Gama, Margareth Buzetti, Otto Alencar e Cid Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Mara Gabrilli e Vanderlan Cardoso membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA).

5. Em 18.02.2025, os Senadores Fabiano Contarato, Beto Faro e Leila Barros foram designados membros titulares, e os Senadores Augusta Brito e Jaques Wagner membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT).

6. Em 18.02.2025, os Senadores Tereza Cristina e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e os Senadores Luis Carlos Heinze e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN).

7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fabiano Contarato e Leila Barros Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2025-CMA).

8. Em 19.02.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).

9. Em 19.02.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-GLMDB).

10. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).

11. Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Giordano, Jayme Campos e Zequinha Marinho foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Marcio Bittar e Styvenson Valentim membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM).

12. Em 11.03.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 17/2025-BLDEM).



13. Em 12.03.2025, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-GSEGAMA).
14. Em 12.03.2025, a Senadora Zenaide Maia deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 009/2025-GSEGAMA).
15. Em 18.03.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GSEGAMA).
16. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLVANG).
17. Em 25.03.2025, os Senadores Leila Barros, Fabiano Contarato e Beto Faro foram designados membros titulares, e o Senador Paulo Paim membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT).
18. Em 26.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 34/2025-GLPDT).
19. Em 24.04.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 19/2025-BLDEMO).
20. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM).
21. Em 07.07.2025, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 66/2025-BLVANG).
22. Vago em 1º.10.2025, em razão da assunção do segundo suplente.
23. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLRESDEM).
24. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA CERRADO

Finalidade: acompanhar e estudar as questões referentes à proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável do bioma Cerrado.

(Requerimento 60, de 2024 - CMA)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA PANTANAL.

Finalidade: estudar os temas pertinentes à proteção do bioma Pantanal, para propor o aprimoramento da legislação, políticas públicas e outras ações para proteção desse patrimônio nacional.

(Requerimento 13, de 2023 - CMA)

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DOS PREPARATIVOS
PARA REALIZAÇÃO DA COP 30

Finalidade: acompanhar, no prazo de 300 (trezentos) dias, os preparativos para realização da COP 30, na cidade de Belém do Pará.

(Requerimento 61, de 2025 - CMA)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁴⁾

Instalação: 07/05/2025

Prazo final: 13/04/2026

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽¹⁾	1.
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽¹⁾	2.
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽¹⁾	3.
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽¹⁾	4.
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾	5.
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	6.
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽³⁾	7.

Notas:

1. Em 28.04.2025, os Senadores Leila Barros, Beto Faro, Eliziane Gama, Zequinha Marinho e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, para compor a subcomissão (Of. nº 16/2025-CMA).
2. Em 05.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, para compor a subcomissão (Of. nº 19/2025-CMA).
3. Em 06.05.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, para compor a subcomissão (Of. nº 20/2025-CMA).
4. Em 07.05.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros como Presidente e a Senadora Augusta Brito como Vice-Presidente. Designado o Senador Beto Faro como Relator (Of. 1/2025-CMACOP30).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



14) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,11)	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,11)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,11)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,11)
Senador Marcio Bittar (PL-AC) ^(3,11)	3. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(3,11)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,11)	4. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(3,11)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(8,11)	5. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹¹⁾
Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(10,11)	6. VAGO ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾
Senador José Lacerda (PSD-MT) ^(4,26,27)	2. VAGO ^(4,9)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ^(4,9)	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,20,29)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ^(2,23,25)
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(2,15,16,21,22)
Senador Magno Malta (PL-ES) ^(2,18,19)	3. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾	4. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾	1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁴⁾
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ^(6,14,17)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁴⁾
VAGO ^(12,24,28)	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁵⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira e Ivete da Silveira foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Braga e Renan Calheiros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Magno Malta e Rogerio Marinho foram designados membros titulares e os Senadores Wilder Moraes, Carlos Portinho, Marcos Rogério e Astronauta Marcos Pontes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, os Senadores Marcio Bittar e Sergio Moro foram designados membros titulares e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Lucas Barreto e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares e os Senadores Chico Rodrigues, Angelo Coronel, Omar Aziz e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares e os Senadores Luis Carlos Heinze e Damares Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLD/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Fabiano Contarato e Humberto Costa foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Bolsonaro Presidente deste colegiado (of. nº 1/2025-CSP).
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, o Senador Angelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de ocupar a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 006/2025-GSEGAMA).
- Em 19.02.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
- Em 19.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira, Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Sergio Moro, Marcos do Val e Styvenson Valentim foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Braga, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Plínio Valério e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).



12. Em 10.03.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 29/2025). ([DSF de 11/03/2025, p. 24](#))
13. Em 18.03.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Sergio Moro Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 9/2025-CSP).
14. Em 25.03.2025, os Senadores Jaques Wagner e Rogério Carvalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão, deixando o Senador Humberto Costa de ocupar a vaga de titular (Of. nº 32/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
15. Em 31.03.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Portinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 024/2025-BLVANG). ([DSF de 01/04/2025, p. 24](#))
16. Em 01.04.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 025/2025-BLVANG).
17. Em 02.04.2025, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 041/2025-GLPDT).
18. Em 15.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 047/2025-BLVANG).
19. Em 22.05.2025, o Senador Magno Malta foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 050/2025-BLVANG).
20. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM).
21. Em 15.07.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Portinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 068/2025-BLVANG).
22. Em 16.07.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 069/2025-BLVANG).
23. Em 04.09.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 81/2025-BLVANG).
24. Em 09.09.2025, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2025-BLPBRA).
25. Em 15.09.2025, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 86/2025-BLVANG).
26. Vago em 1º.10.2025, em razão do assunção do segundo suplente.
27. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLRESDEM).
28. Em 07.10.2025, o Senador Randolfe Rodrigues deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 31/2025-BLPBRA).
29. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): (61) 3303-2315

E-mail: csp@senado.leg.br



15) COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL - CCDD
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽¹⁾	1. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽¹⁾
	2.
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾	3. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽³⁾
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽⁷⁾	4.
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁸⁾	5. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾	2.
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,9,10)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	1. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾
Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽²⁾	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²⁾	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾	1.
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾	2.
	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁵⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 18.02.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, e o Senador Jader Barbalho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 017/2025-GLMDB).

2. Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia e Eduardo Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Carlos Portinho e Rogerio Marinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).

3. Em 18.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, e o Senador Efraim Filho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).

4. Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares, e o Senador Flávio Arns membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).

5. Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Hiran e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLI/BLALIAN).

6. Em 18.02.2025, os Senadores Rogério Carvalho e Fabiano Contarato foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).

7. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).

8. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).

9. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM).

10. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025/BLREDEM).

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa
Telefone(s): 6133032230
E-mail: ccdd@senado.leg.br



15.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA DEBATER A DESIGUALDADE E A EXCLUSÃO DIGITAL NO BRASIL

Finalidade: Debater a temática relacionada à desigualdade e à exclusão digital no Brasil.

(Requerimento 3, de 2024 - CCDD)

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa

Telefone(s): 6133032230

E-mail: ccdd@senado.leg.br



15.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VIABILIZAR O SURGIMENTO DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CRIMES CIBERNÉTICOS

Finalidade: viabilizar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a criação de proposta legislativa que instale, em todo o Brasil, Juizados Especiais de Crimes Cibernéticos.

(Requerimento 9, de 2023 - CCDD)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa

Telefone(s): 6133032230

E-mail: ccdd@senado.leg.br



16) COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp
Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁷⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,9)	1. Senador Pedro Chaves (MDB-GO) ^(1,9,15)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,9)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(8,9,10)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁹⁾	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	1.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	2.
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(2,13,14)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁶⁾	1. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹²⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁶⁾	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁵⁾	1.

- Notas:**
- Em 18.02.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular; e o Senador Giordano, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 019/2025-GLMDB).
 - Em 18.02.2025, os Senadores Romário e Eduardo Girão foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
 - Em 18.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 012/2025-GLUNIAO).
 - Em 18.02.2025, os Senadores Mara Gabrilli, Sérgio Petecão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e o Senador Jorge Kajuru, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
 - Em 18.02.2025, o Senador Cleitinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN).
 - Em 18.02.2025, as Senadoras Teresa Leitão e Leila Barros foram designadas membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
 - Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros Presidente deste colegiado.
 - Em 19.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GLUNIAO).
 - Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, e Plínio Valério foram designados membros titulares, e o Senador Giordano, membro suplente, para compor a comissão, e o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 006/2025-BLDEM).
 - Em 20.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of.nº 008/2025-BLDEM).
 - Em 12.03.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Chico Rodrigues Vice-Presidente deste colegiado.
 - Em 25.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of.nº 33/2025-GLPDT).
 - Em 07.05.2025, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 41/2025-BLVANG).
 - Em 08.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 43/2025-BLVANG).
 - Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 43/2025-BLEMO).

Secretário(a): Flávio Eduardo De Oliveira Santos
Reuniões: Quartas-feiras 10:30 -
Telefone(s): 3303-2540
E-mail: cesp@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR**
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (PL-AC)	CORREGEDOR

Atualização: 27/06/2017**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 33035258**E-mail:** naot@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)***Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Braga (MDB-AM)**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995**8ª Eleição Geral:** 26/04/2011**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999**9ª Eleição Geral:** 06/03/2013**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001**10ª Eleição Geral:** 02/06/2015**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003**11ª Eleição Geral:** 30/05/2017**5ª Eleição Geral:** 23/11/2005**12ª Eleição Geral:** 18/09/2019**6ª Eleição Geral:** 06/03/2007**13ª Eleição Geral:** 21/03/2023**7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

TITULARES		SUPLENTE	
Bloco Parlamentar Democracia			
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)		1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP)	
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)		2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM)		3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL)		4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI)	
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)		5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG)	
Senador Weverton (PDT-MA)		6. VAGO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)			
Senador Otto Alencar (PSD-BA)		1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM)		2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)	
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)		3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP)	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES)		4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO)		5. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)	
Bloco Parlamentar Vanguarda			
Senador Magno Malta (PL-ES)		1.	
Senador Jorge Seif (PL-SC)		2.	
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)			
Senador Dr. Hiran (PP-RR)		1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS)		2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF)	
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)			
Senador Marcio Bittar (PL-AC)			

Atualização: 21/03/2023

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 33035258**E-mail:** naot@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ
(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

6ª Designação: 11/03/2013

7ª Designação: 26/11/2015

Atualização: 08/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



4) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

Atualização: 11/11/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-713

E-mail: saop@senado.leg.br



5) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

Atualização: 31/01/2015

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



6) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL
(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

1ª Designação: 22/08/2013

2ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 18/10/2016

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Senado Federal - Ed. Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5713

E-mail: npfg@senado.leg.br



7) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO
(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013)

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

1ª Designação: 20/12/2013

2ª Designação: 16/09/2015

Atualização: 11/11/2015

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



8) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

PROCURADOR: Senador Alessandro Vieira (MDB-SE)

COORDENADOR:

1ª Designação: 16/11/1995

2ª Designação: 30/06/1999

3ª Designação: 27/06/2001

4ª Designação: 25/09/2003

5ª Designação: 26/04/2011

6ª Designação: 21/02/2013

7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)	Procurador do Senado

Atualização: 03/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa

NAOT

Telefone(s): 33035714



9) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Augusta Brito (PT-CE)	PROCURADORA

Atualização: 30/03/2023



10) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 11/02/2023**Notas:**

1. Portaria do Presidente nº 1, de 2023, designa o Senador PLÍNIO VALÉRIO, como Ouvidor-Geral do Senado Federal.



11) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 29/11/2016

Notas:

1. Ato do Presidente - nº 9, de 2023.

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



12) COMENDA REI PELÉ
(Resolução do Senado Federal nº 4, de 2023.)



13) CONSELHO DO SELO ZUMBI DOS PALMARES
(Resolução do Senado Federal nº 35,2021)

PRESIDENTE:



14) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA
(Resolução do Senado Federal nº 43, de 2016)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5713

E-mail: npfg@senado.leg.br



15) CONSELHO DO PRÊMIO ADOÇÃO TARDIA - GESTO REDOBRADO DE CIDADANIA
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 2021)

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



16) COMENDA SANTA DULCE DOS POBRES
(Resolução do Senado Federal nº 25, de 2020)

PRESIDENTE: Senador Eduardo Girão (NOVO-CE)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



17) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR
(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



18) CONSELHO DO PRÊMIO TRÂNSITO SEGURO - GESTO REDOBRADO PARA O FUTURO
(Resolução do Senado Federal nº 29, de 2023.)

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES)



19) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



20) COMENDA MISSIONÁRIOS DANIEL BERG E GUNNAR VINGREN
(Resolução do Senado Federal nº 3, de 2023.)

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA)



21) COMENDA DO MÉRITO FUTEBOLÍSTICO ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL
(Resolução do Senado Federal nº 27, de 2017)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



22) CONSELHO DO PRÊMIO CHICO MENDES
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2020.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



23) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



24) CONSELHO DO DIPLOMA PAUL SINGER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



25) COMENDA DE INCENTIVO À CARIDADE CHICO XAVIER
(Resolução do Senado Federal nº19, de 2020.)

PRESIDENTE: Senador Eduardo Girão (NOVO-CE)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



26) MEDALHA MARIA QUITÉRIA
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



27) PRÊMIO DE EFICIÊNCIA EDUCACIONAL FLORESTAN FERNANDES
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



28) COMENDA GOVERNADORES PELA ALFABETIZAÇÃO DAS CRIANÇAS NA IDADE CERTA
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2025.)

Presidente do Comitê Técnico João Paulo Mendes de Lima
Independente:

MEMBROS
Comitê Técnico Independente - Representante do Senado Federal
José Edmar de Queiroz
Comitê Técnico Independente - Representante do Ministério da Educação
João Paulo Mendes de Lima
Comitê Técnico Independente - Representante da Unesco
Rebeca Otero Gomes
Comitê Técnico Independente - Representante da Fundação Roberto Marinho
Rosalina Maria Soares
Comitê Técnico Independente - Representantes das Entidades Educacionais do Terceiro Setor
Bárbara Panseri - Fundação Lemann
Débora de Freitas Viégas - Associação Bem Comum
Márcia Ferri - Instituto Natura



29) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



30) MEDALHA DE MÉRITO EDUCACIONAL DARCY RIBEIRO
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



31) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

1ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 01/06/2016

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br



32) COMENDA CECI CUNHA
(Resolução do Senado Federal nº 49, de 2024.)



33) COMENDA ZILDA ARNS
(Resolução do Senado Federal nº 21, de 2017)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 5713

E-mail: npfg@senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

